

# **DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO**

**Leituras recentes para pesquisadores e debates no site**

**DESENVOLVIMENTISTAS.COM – Organizadas por PAULO TIMM - 2012**

## **Índice**

**I – Notícias gerais**

**II – José Serra**

**III – Bresser Pereira**

**IV – Carlos Lessa**

**V – Série José Luiz Fiori**

**VI– Flavio Lyra**

**VII – Brasília Salum – USP – Entrevista**

**VIII – Série L.G.Beluzzo**

**IX – Rubens Ricúpero - Entrevista**

**X – J.R. Mendonça de Barros**

**XI -Em SP, economistas discutem crise global e o novo desenvolvimentismo para o Brasil e o mundo**

**XII = O DEBATE ENTRE OS  
DESENVOLVIMENTISTAS.COM**

**XIII - André Lara Resende – Entrevista**

**XIV – Paulo Timm**

**XV – Jeffrey Sachs**

**XVI – Gustavo Capdevila**

**XVII – Discussões em DESENVOLVIMENTISTAS.COM –  
maio/junho 2012**

**XVIII – RAQUEL LANDIM - O Estado de S.Paulo**

**XIX – Ricardo Carneiro**

**XX – Reinaldo Gonçalves**

**XXI – Antonio Simões Lopes**

**XXII – Ricardo Bielschovski –**

**XXIII – “Desenvolvimento Econômico – uma perspectiva  
brasileira” – Livro Editora Campus Elsevier.**

**XXIV – O novo desenvolvimentismo**

Anexos

## **IX - UNCTAD XIII Pre-Conference Event**

- Panel Discussion:

**Thinking Development: Three Decades of the Trade and  
Development Report**

- Palais des Nations, Geneva, February the 20<sup>th</sup>, 2012

***Origins and Evolving Ideas of the TDR***

**Rubens Ricupero**

**UNICAMP - INSTITUTO DE ECONOMIA  
HO 713 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**

**1º SEMESTRE DE 2010**

**PROFs.. CLAUDIO S. MACIEL e WILSON CANO**

**PROGRAMA(\*)**

APRESENTAÇÃO

## **OS DILEMAS DO PODER E O PROJETO NACIONAL**

por Mauro Santayana - **23/03/2013** – [www.maurosantayana.com](http://www.maurosantayana.com)

(JB) - Atribui-se ao controvertido general Golbery do Couto e Silva a máxima de que só os incompetentes perdem o poder. A frase, em si, pode ser inteligente, mas deve ser submetida a uma investigação da lógica. Devemos antes entender de que poder se trata. Há os que consideram o poder como exercício do hedonismo puro; outros, a colheita da bajulação ou da adoração. Outros ainda, de pragmatismo canalha, dele fazem o meio de enriquecimento pessoal.

E há os que buscam o poder a fim de realizar projeto político honrado. Na raiz da ideia milita a discussão entre os meios e os fins. Sendo assim, o poder é apenas um meio. A ética aconselha não fazer distinção entre uma coisa e outra; a prática vulgar da política faz dela uma regra, quando o objetivo é o do poder pelo poder. O meio já encerra, em si mesmo, o fim, como ocorre com qualquer caminho.

O governo da Presidente Dilma Rousseff está diante desse dilema. **Ministros defenestrados entram pelos portais palacianos, inflados de insolência, a fim de indicar seus sucessores. E, entre os ministros atuais, há os que, com arrogada autonomia, sabotam projetos do governo, agindo na contramão dos fins anunciados, como é o caso do Ministro Paulo Bernardo, no caso da Banda Larga e da Telebrás, e em suas concessões às empresas estrangeiras.**

**Uma das grandes dificuldades do atual governo é a falta de coordenação entre os seus integrantes.** A boa prática administrativa recomenda reuniões ministeriais periódicas e, no intervalo entre elas, consultas bilaterais, sempre que for o caso. No governo atual elas são quase inviáveis: **como reunir 40 ministros, com a frequência recomendável? Argumenta-se que a chefe do poder executivo federal é refém do parlamento e, para governar, tem que dar a cada partido, conforme sua representação, fatias do poder. É verdade, mas um governo, com a aprovação popular da atual presidente, pode virar a mesa, se quiser, e reduzir o número de ministérios ao patamar da razoabilidade.**

É difícil administrar sem projeto nacional que se apoie em programa de ações coordenadas, como ocorreu, com seus acertos e erros, durante os

governos de Vargas e Juscelino. Vargas defrontou-se com a prolongada crise econômica dos anos 30, agravada pela ascensão das potências do Eixo, mas, ainda assim, iniciou a ocupação racional do território, estabeleceu as bases de uma política social mais justa e, no momento certo, fez a opção internacional que mais nos convinha, ao aliar-se aos Estados Unidos. No segundo governo, avançou no desenvolvimento econômico, o que lhe custou a vida – mas não se afastou do seu objetivo de construir a grandeza nacional. Juscelino prosseguiu no mesmo caminho, e governou de acordo com o seu programa de metas.

Os dois sofreram, tanto quanto o atual governo, da pressão dos interesses antinacionais, exercida mediante parcela comprometida dos meios de comunicação. A situação internacional, hoje, é mais favorável. Não estamos submetidos ao maniqueísmo da Guerra Fria, e isso nos possibilitou aproximação com países emergentes como o nosso – a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul. Não estamos aproveitando bem essa aliança natural com os BRICS.

Estamos agora construindo submarinos movidos a energia nuclear em parceria com a França, quando nos teria sido muito mais vantajosa parceria com a Rússia, de tecnologia melhor. E, mais: nada explica nossas relações desiguais com a Espanha, que tem retirado do Brasil, por intermédio de suas empresas aqui, alguns dos recursos com que vai engambelando os seus credores. O BNDES tem sido mais do que generoso com instituições espanholas, como o Banco Santander e a Telefônica.

Terça-feira os países do BRICS se reúnem novamente em Durban, na África do Sul, com a presença de seus líderes maiores. É um bom momento para que o Brasil aprofunde as parcerias econômicas com a China, a Índia e a Rússia, que dispõem de recursos e tecnologia que ainda nos faltam – a fim de que possamos retornar ao Grande Projeto Nacional de Vargas. Mas é também necessário que coloquemos a administração nacional sob o jugo da racionalidade.

## **I Notícias Gerais**

**Farrell & Quiggin** / Consensus, Dissensus and Economic Ideas: The Rise and Fall of Keynesianism During the Economic Crisis = <http://www.henryfarrell.net/Keynes.pdf>

**I ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** - <http://paginas.ufrgs.br/redesenv>

1. **Programação**
2. **Participantes**

### 3. Principais Decisões

- a. Criação da Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico;
- b. Criação de página na internet para viabilizar a interação e a troca de experiências entre professores de Desenvolvimento Econômico e disciplinas correlatas, do Brasil e do exterior;
- c. Realização do II Encontro Nacional de Professores de Desenvolvimento Econômico em 2011;
- d. Apoio do IPEA, da CEPAL e do Centro Celso Furtado à formação da Rede e à viabilização do II Encontro Nacional, através dos representantes dessas instituições presentes;
- e. Eleição do Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) para Coordenador da Rede para os próximos dois anos, o qual indicou o Prof. Dr. Ricardo Dathein (UFRGS) como Coordenador Adjunto.

### 4. Palestras e Conferências

- a. Síntese da Conferência de Antonio Barros de Castro sobre o Ensino de Desenvolvimento Econômico;
- b. O Ensino do Tema Desenvolvimento nas Escolas Brasileiras: Os Eixos Teóricos e Suas Proposições Derivadas de Políticas - Niemeyer Almeida Filho (UFU)
- c. O Ensino de Desenvolvimento Econômico e Social nos Cursos de Economia em Universidades Brasileiras: Linhas Programáticas e Algumas Sugestões Temáticas - Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ)
- d. Slides da Palestra "A hora da Igualdade" - Antônio Prado(CEPAL)
- e. Slides da Palestra "CEPAL 60 Anos" - Ricardo Bielchowsky (CEPAL).

### Sugestões e Propostas

**Fotos do evento:** <http://paginas.ufrgs.br/redesenv/i-encontro/fotos-do-encontro>

quinta-feira, 1 de dezembro de 2011

## **Ipea aponta avanço nos investimentos sociais, mas critica carga de impostos para os mais pobres**



*Ipea defende aumento dos investimentos sociais para redução da desigualdade*

### **Gastos sociais explicam aumento das despesas da União, aponta Ipea**

A expansão das despesas primárias da União, nos últimos dez anos, tem sido provocada pelo aumento dos gastos com transferência de renda e com repasses para estados e municípios. Segundo estudo divulgado nesta quinta-feira (1º) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a redistribuição de renda por meio de gastos sociais é a principal causa do crescimento dos gastos federais nesse período.

De acordo com o Ipea, a análise dos dados de execução orçamentária da União mostra que o gasto direto do governo com a compra de bens e serviços e o pagamento de salários do funcionalismo manteve-se praticamente estável em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), entre 2001 e 2011.

Segundo o estudo, a transferência de renda às famílias corresponde a 71,1% do crescimento das despesas da União nos últimos dez anos. Esse aumento, no entanto, não é sustentado pelo Programa Bolsa Família, principal programa de redistribuição de renda em vigor, mas pelas aposentadorias, auxílios e pensões pagos pela Previdência Social.

Os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ressaltou o Ipea, responderam por 33,1% do crescimento das transferências às famílias em relação ao PIB, entre 2004 e 2010. Em segundo lugar, veio o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, com contribuição de 26,5%. Os benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) representaram 16,2%. Os gastos com o Bolsa Família ficaram apenas em quarto lugar, com 12%.

Na avaliação do Ipea, a elevação desses gastos tem sido o principal fator de redistribuição de renda no país e tem sido importante para expandir o mercado consumidor interno, que garante o crescimento da economia brasileira mesmo com o agravamento da crise internacional.

Outro fator que contribuiu com a elevação dos gastos federais nos últimos anos foi o aumento da transferência para estados e municípios, que representou 25,2% da alta nos gastos federais em relação ao PIB nos últimos dez anos. Esse aumento, no entanto, não se deve aos impostos que a União é obrigada, pela Constituição, a compartilhar com as prefeituras e os governos estaduais. Segundo a pesquisa, as transferências vinculadas a programas de saúde e educação puxaram esse crescimento de 2001 a 2011.

Em contrapartida, as despesas diretas do governo ficaram praticamente estáveis na comparação do PIB. Nesse período, os investimentos federais vêm aumentando desde 2004, embora permaneçam abaixo de 1% do PIB. Depois de terem a participação no PIB reduzida significativamente, nos primeiros anos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os salários cresceram em 2008 e 2009 por causa da política de reajustes nesses dois anos. Desde então, informou o Ipea, os gastos com o funcionalismo estão estabilizados.

Apesar de ressaltar a importância do aumento dos gastos sociais para manter o dinamismo da economia brasileira, o Ipea criticou a maneira como esse processo tem sido conduzido. Isso porque a alta dos gastos sociais ocorre à custa da elevação da carga tributária. “Apesar do avanço da estratégia redistributiva, há crescentes questionamentos sobre as condições fiscais de sua sustentação no médio e longo prazo”, questionou o estudo, que pede a realização de uma reforma tributária que diminua o peso dos impostos sobre as camadas mais pobres da população.

*[Sul 21](http://www.sul21.com.br) / Com informações da Agência Brasil – [www.sul21.com.br](http://www.sul21.com.br)*

**2011**

**O Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – CECON do IE-UNICAMP em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, patrocinaram o Workshop da Rede Desenvolvimentista, realizado no dia 29/11/2011 (terça-feira) a partir das 09:00 horas para discussão do texto “O desenvolvimento brasileiro temas estratégicos“. Veja: [Apresentação Desenvolvimento Brasileiro Temas Estratégicos \(Novembro 29th, 2011\)](#).**

Economistas da corrente desenvolvimentista se rearticulam em rede virtual

*29/11/2011 - 12:42*

[Previous](#)

/



**Ricardo Carneiro, organizador do encontro:  
"Queremos criar um corpo de política  
econômica para subsidiar governos"**



**Carlos Lessa, em momento de descontração:  
pauta latino-americana "para mobilizar,  
cérebros, ânimos e corações"**



**Reunião de economistas desenvolvimentistas:  
rearticulação em rede virtual, contra o  
pensamento conservador**

Perto de vinte economistas da corrente desenvolvimentista, entre eles, nomes como Ricardo Carneiro, Carlos Lessa, Wilson Cano, Ricardo Bielschowsky, José Carlos Miranda, Ernani Torres, Claudio Salm e Tania Bacelar, reuniram-se nesta terça-feira (IE) para a apresentação e discussão do projeto da Rede Desenvolvimentista, durante o seminário “Desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos”, no Instituto de Economia (IE) da Unicamp. A Rede Desenvolvimentista será nucleada pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) do IE, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do MCTI e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o professor Ricardo Carneiro, organizador do encontro, trata-se de uma associação de pesquisadores brasileiros – e eventualmente internacionais – envolvidos com temas relacionados ao desenvolvimento econômico e que se encontravam desarticulados devido aos anos de neoliberalismo. “A ideia é promover a rearticulação desses pesquisadores que contribuíram e contribuem com o pensamento desenvolvimentista através de uma rede virtual, com o objetivo de se contrapor ao pensamento conservador, mas mostrando capacidade de formulação e de intervenção na realidade. Queremos criar um corpo de política econômica que possa subsidiar governos ou mesmo partidos políticos, movimentos sociais, associações de classe.”

Carneiro informa que já foi contratada a empresa para criar uma web page trilingue (em português, inglês e espanhol), gerenciada pelo Cecon, na qual serão divulgados os resultados de pesquisa da Rede, bem como os trabalhos mais importantes e recentes dos pesquisadores associados. “Além desse grande arquivo de contribuições, o espaço servirá para transmissão de eventos e publicação de uma revista eletrônica. Estamos negociando com instituições que nos apoiam, como a Cepal, para que nossos pesquisadores tenham acesso a bases de dados específicas não disponíveis para o público.”

Ainda de acordo com Ricardo Carneiro, a Rede Desenvolvimentista será gerenciada por um núcleo duro de 30 pesquisadores, sendo que aproximadamente 300 associados poderão debater sistematicamente dentro do espaço virtual, procurando se articular, sugerindo temas e opinando sobre os trabalhos dos demais. “Pretendemos, num primeiro momento, que essa influência se estenda para até três mil outros pesquisadores no Brasil e na América Latina. A web page será o nosso dia a dia.”

Está programado o desenvolvimento de pesquisas e estudos coordenados pelo Cecon/Unicamp, com a concessão de bolsas para professores e pós-graduandos que se disponham a trabalhar em um dos 15 temas estratégicos elencados pela Rede. Os resultados dessas atividades serão divulgados em formato eletrônico e, posteriormente, na forma de livros (se possível também em língua estrangeira), com a impressão custeada pelo Ipea.

## **Retomar a construção interrompida**

Macroeconomia - 21.05.2012

**A Rede D é um grupo em formação que pretende pensar e colocar em prática “um projeto nacional desenvolvimentista”, com definiu Carlos Lessa. Foto: Samuel Lorenzetti**

Governar um processo aparentemente ingovernável. Esta é a questão de fundo sobre a qual se debruça desde novembro passado a Rede D, um grupo em formação que reúne algumas dezenas de especialistas em desenvolvimento. Em comum, a decisão de pensar e colocar em prática “um projeto nacional desenvolvimentista”, como disse o economista carioca Carlos Lessa no evento de lançamento, com foco na reindustrialização.

Uma árdua tarefa, reconhecem os participantes ao listar as algumas das encrências postas na mesa: resistências ideológicas e políticas nas universidades, governos e mídia, assim como os poderosos interesses instalados, a começar pelo sistema financeiro nacional e sua histórica aversão ao risco. E, no momento, a difícil tarefa de manter o prumo em meio ao remoinho da crise financeira internacional, a embaralhar todas as cartas, e o fantasma da “primarização” irrevogável da economia brasileira, alimentado pelo boom da soja e do minério de ferro.

Reunidos em Campinas entre os dias 8 e 10 de maio, enfrentaram uma pauta ampla e complexa no seminário “Desenvolvimento e Crise Global: impactos no Brasil e na América Latina”. A maioria dos cerca de 50 experts presentes formada por economistas, alguns sociólogos, cientistas políticos e diplomatas, unidos pela crítica radical à ortodoxia neoclássica. Filiados muitos deles às escolas de economia da Unicamp e UFRJ, alguns desgarrados da FGV-SP e USP, vários de instituições do Estado, como o Itamaraty e o Ipea, e apoio financeiro do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. E especialistas da Cepal, o centro de pesquisas latino-americano da ONU sediado no Chile, cuja história está intimamente ligada ao paradigma desenvolvimentista que esgrimam e pretendem ver hegemônicos no País. (A FGV do Rio não foi convidada, muito menos a

PUC carioca, ambas inimigas declaradas, apontadas como o “outro” a ser esconjurado, na academia, nos jornais e TVs, enfim mundo afora.)

Um projeto com gás, devido ao crescimento recente da economia brasileira, com distribuição de renda e dólares garantidos pela exportação de commodities. Acossado, contudo, pela nova configuração do capitalismo internacional e a divisão do trabalho dele resultante, com a imbatível concorrência chinesa a se firmar como a “fábrica que restou no planeta”.

O grau zero desse imbróglio localiza-se na voracidade da finança internacional desregulamentada, surgida nos anos 1970 e início dos 80 nos EUA, que resultou em uma montanha de dólares e euros mundo afora, ávidos por bolhas especulativas, segundo comentou o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, consultor editorial de CartaCapital. “O fato mais importante dos últimos 30 anos foi o mercado financeiro norte-americano ter atraído fundos da Europa”, afirmou Belluzzo. “Foram esses fluxos de capitais que permitiram aos EUA manter as taxas de juros baixas, o que gerou a primeira bolha (ligada à internet), depois a segunda, no mercado imobiliário, e finalmente esse boom de consumo que observamos. O sentido de determinação é este: do crédito das finanças nos EUA para o gasto norte-americano. Do gasto norte-americano para a geração de déficits (nos EUA). Do déficit para a acumulação de reservas na China. E do gasto da China para o afrouxamento das restrições de balança de pagamentos no Brasil.”

Aí a origem da relativa bonança atual do País, com desemprego baixo e o crescimento acumulado nos últimos anos, com reservas de quase 400 bilhões de dólares. A despeito da barbearagem eminentemente ortodoxa do BC de Henrique Meirelles, que aumentou os juros logo após o estouro da crise em setembro de 2008, “um erro inacreditável”, segundo a cartilha da Rede D.

Na direção desejada agiu o Ministério da Fazenda de Guido Mantega, ao usar os bancos públicos para contrapor-se à seca de crédito de 2009. E a partir dos bons resultados colhidos, inflar os ânimos das hostes heterodoxas. A eleição de Dilma Rousseff e a escolha de Alexandre Tombini para o BC deram novo alento, que agora os especialistas filiados à “escola campineira” de pensamento econômico, com o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado como patronos, buscam fortalecer.

Professor da UFRJ, Ricardo Bielschowsky chamou atenção para o fato de que as experiências desenvolvimentistas anteriores do País, no período de Getúlio Vargas e na década de 1970, souberam reconhecer as oportunidades. “Agora é a mesma coisa”, diz o economista, “existem no momento três frentes de expansão potencialmente poderosas. São três motores do investimento que estão colocados à nossa frente neste momento: aqueles movidos pelo crescimento com distribuição de renda e foco no consumo de massas, os investimentos em serviços sociais e em atividades baseadas em recursos naturais.”

O desejável, contudo, é ir além. E “governar esse processo”, diz Bielschowsky, de modo a criar uma estratégia de crescimento que renda benefícios à maioria. “A construção de um mercado de consumo de massas já surgiu. A explosão do consumo chinês por alimentos e energia, também. E há uma recuperação do investimento governamental, a começar pela Petrobras. Fica faltando a inovação, que não é uma frente em si mesma, mas é algo transversal, capaz de turbinar esses vetores.”

Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador da Rede D, considera que é relevante atentar para a centralidade do Estado nessa trajetória a ser esboçada. “O que move o capitalismo periférico? Certamente não são as mesmas forças que movem o capitalismo central. No caso brasileiro, boa parcela de todo o debate sobre o desenvolvimentismo tinha a ver com superar o desenvolvimento comandado pela demanda externa. É essa a reflexão de Prebisch e Furtado. Eles fizeram um grande esforço para internalizar os fatores dinâmicos do

capitalismo. De um certo ponto de vista, esse pode ser o nosso debate novamente. No caso dos capitalismos avançados, é possível pensar nessa forma dinâmica que podemos chamar de desenvolvimento autônomo, o progresso técnico combinado à capacidade de financiamento. Mas no caso da periferia não dá para fazer sem o Estado. Precisamos aprender essa lição.”

Entre os dois polos de desenvolvimento bem sucedidos que se colocam, o chinês e o norte-americano, surge como consenso entre os participantes da rede que nenhuma das opções poderá ser adotada pelo Brasil. “Nem China, nem EUA”, diz Carneiro. “O modelo norte-americano é o do consumo, que supõe renda média alta e instituições capazes de financiar o consumo. É um país que conseguiu crescer nos últimos 20 anos em cima da demanda ampliada pelo crédito. E não podemos ter o padrão chinês, cujo crescimento se deu com base na produção de manufaturas em cima de salários de fome. Depois de 30 anos de crescimento, o salário industrial na China é hoje de 1,1 dólar por hora. No Brasil, um País relativamente pobre, é de 5,3 dólares por hora, cinco vezes mais.”

O “modelo brasileiro” teria de seguir a combinação de três elementos fundamentais, avalia o economista, ecoando o pensamento dos demais participantes do seminário. “Primeiro, precisamos de muito mais mercado interno do que externo. E temos duas grandes frentes de expansão, a distribuição da renda, que pode melhorar bastante, ainda que não se trate de uma força autônoma, mas de algo que aumenta a multiplicação do crescimento. E temos um campo vastíssimo que é a infraestrutura. A infraestrutura brasileira é absolutamente inadequada, defasada. E temos a terceira frente, dos recursos naturais, que vão resolver problemas de divisas e um conjunto de questões que podem ser restritivas ao crescimento.”

Ex-embaixador do Chile no Brasil, o economista Álvaro Diaz, hoje pesquisador-sênior da Cepal lotado em Brasília, considera ainda que o Brasil terá ainda de encarar a herança do período de inflação alta.

## **A nova vanguarda do atraso**

**Jose Serra**

12 de janeiro de 2012 | 3h 07

O desempenho da economia brasileira em 2011 foi modesto: o PIB cresceu menos de 3%, a segunda pior performance desde 2004. O freio da economia foi a indústria de transformação, que permaneceu estagnada.

A produção de bens de consumo durável declinou quase 2%. Pior foi o caso dos não duráveis: no ramo têxtil, a produção caiu 15%; em calçados e artigos de couro, -10%; no vestuário, -3,3%. De fato, o setor industrial anda de lado, ou, dependendo de onde, para trás. Até hoje não retomou o nível de produção anterior à crise de 2008-2009.

O leitor pode perguntar-se: como é possível isso, se o consumo nos últimos anos aumentou tão rapidamente? Desde 2007 as vendas a varejo cresceram perto de 40% reais; em 2011, 5%.

A resposta é simples: crescem vertiginosamente as importações de produtos manufaturados. O déficit da balança comercial da indústria de transformação em 2011 (janeiro/novembro) cresceu 37% em relação a 2010, chegando a US\$ 44 bilhões! Em 2006 a balança era superavitária em US\$ 30 bilhões. Assim, boa parte dos empregos gerados pela febre de consumo dos últimos anos foi para o exterior.

Há uma desindustrialização em marcha no Brasil. Além do encolhimento do setor em relação ao PIB (faz mais de uma década), há uma desintegração crescente de cadeias produtivas, tornando algumas atividades industriais parecidas com as "maquiadoras" mexicanas.

Mas atenção! Os produtos manufaturados que importamos não são mais baratos e os que exportamos, mais caros porque a indústria brasileira seja mais ineficiente que a chinesa ou a coreana, embora, pouco a pouco, num círculo vicioso, isso possa ocorrer. A explicação principal é o elevado custo sistêmico da economia brasileira.

Primeiro, a carga elevada e distorcida de impostos sobre a indústria. Um exemplo simples: de cada R\$ 1 do custo do kw de energia elétrica, R\$ 0,52 vão para tributos e encargos setoriais!

Segundo, a péssima infraestrutura. O governo federal destina pouco para investir e investe pouco daquilo que destina, em razão de falta de planejamento, prioridades e capacidade executiva. O País realiza um dos menores investimentos públicos do mundo como fração do PIB. Mais ainda, por causa desses fatores, acrescidos de

populismo e preconceitos, os governos do PT não conseguiram fazer parcerias amplas com o setor privado na infraestrutura.

Há uma terceira condição decisiva para a desindustrialização: a persistente sobrevalorização da moeda brasileira ante as moedas estrangeiras - cerca de 70% desde 2002, segundo estimativa de Armando Castelar. Isso aumenta fortemente os custos brasileiros de produção em dólares, dos salários à energia elétrica.

Isoladamente, a sobrevalorização é o fator mais importante que barateia nossas importações e encarece as exportações de manufaturados. Levá-la em conta ajuda a compreender por que temos o Big Mac mais caro do mundo e os nossos turistas em Nova York, embora em menor número que os alemães e os ingleses, gastam mais do que estes dois somados.

Economistas e jornalistas de fora do governo falam contra a ideia de existir uma política específica para a indústria. Opõem-se à teoria e à prática de uma política industrial, que, segundo eles, geraria distorções e injustiças. Já o pessoal do governo e seus economistas falam enfaticamente a favor da necessidade e da prática de política industrial. Nessa discussão se gastam papel, tempo de TV a cabo e horas de palestras.

É uma polêmica interessante, mas surrealista, pois não existe de fato uma política econômica abrangente e coerente, de médio e de longo prazos, que enfrente as causas da perda de competitividade da indústria. O programa Brasil Maior? Faltam envergadura e capacidade de implantação, sobram distorções. E a anarquia da política de compras de máquinas e equipamentos para a área do petróleo ou a confusão dos critérios de crédito subsidiado do BNDES, têm alguma racionalidade em termos de política industrial? Nenhuma!

Alguém poderia questionar: "E daí? Qual é o problema de o Brasil se desindustrializar? Temos agricultura pujante, comércio próspero e outros serviços se expandindo. Tudo isso gera empregos e renda. Devemos seguir comprando mais e mais produtos industriais lá fora, pois dispomos dos dólares para tanto: vendemos minérios e alimentos e recebemos muitos investimentos externos".

Desde logo, nada contra sermos grandes exportadores de produtos agrominerais. Os EUA fizeram isso no século 19 e em boa parte do século 20 e ainda viraram a maior potência industrial do planeta, expandindo ao máximo a exportação de manufaturas. A riqueza em commodities não é a causa necessária de retrocesso industrial. Pode, sim, ser fator de avanço. O retrocesso só existe porque os frutos dessa riqueza não estão sendo utilizados com sensatez e descortino.

Ao se desindustrializar, o País está perdendo a sua maior conquista econômica do século 20. Estamos a regredir bravamente à economia primário-exportadora do século 19; a médio e a longo prazos, esse modelo é vulnerável no seu dinamismo, por ser muito dependente do centro (hoje asiático) da economia mundial. Os países com desenvolvimento brilhante têm sido puxados pela indústria, setor que é o lugar

geométrico do progresso tecnológico e da geração dos melhores empregos em relação à média da economia.

O Brasil tem 190 milhões de habitantes, a 77.<sup>a</sup> renda per capita e o 84.<sup>o</sup> IDH do mundo. É preciso ter claro: sua economia continental não proporcionará a renda e os milhões de empregos de qualidade que o progresso social requer tendo como eixo dinâmico o consumo das receitas de exportação de commodities.

A indagação retórica que fiz acima envolve um conceito que tornaria o futuro da economia brasileira vítima de um presente de leniência e indecisão. Conceito que pauta, de fato, o lulopetismo. É que um marketing competente consegue dar uma roupagem moderna a essa nova vanguarda do atraso.

14/01/2012 06h30- Atualizado em 14/01/2012 09h19

\*\*\*

### **III – Bresser Pereira**

#### **Pacto desenvolvimentista pós-crise?**

L.C. Bresser Pereira

Ainda que se estejasempre afirmando que não existe diferença entre esquerda e direita, elacontinua a ser usada por todos, porque a diferença existe, e porque a tese daindiferença é mera tentativa da coalizão política hegemônica de afirmar que não há alternativa a ela.

Masessa distinção apresenta um problema real: ela supõe luta de classes entrecapitalistas e trabalhadores ou entre os pobres e os ricos, o que é só parte daverdade.

Aoutra é que existem coalizões de classe ou pactos políticos associando trabalhadores e capitalistas, na medida em que estes se dividem entre os empresários que dirigem suas empresas, inovam e realizam lucros, e os rentistas que vivem de juros, aluguéis e dividendos.

Denominao desenvolvimentista o pacto político que associa trabalhadores e classes médias aos empresários; neoliberal o que une rentistas a financistas, estes entendidos como os profissionais que gerem a riqueza dos primeiros.

As coalizões desenvolvimentistas são amplas e progressistas, as neoliberais, restritas e conservadoras.

Sempre usei essa oposição entre desenvolvimentismo e liberalismo econômico para compreender países em desenvolvimento como o Brasil, mas estou convencido de que se aplica também aos países ricos.

O pacto político por trás do presidente Obama é desenvolvimentista e progressista. O que apoia Mitt Romney é liberal e conservador.

Esta Folha publicou recentemente quadro com os cinco principais financiadores dos dois candidatos. Enquanto os do lado de Mitt Romney eram bancos (Goldman Sachs, JP Morgan, Morgan Stanley, Bank of America e Crédit Suisse), os principais doadores de Obama eram Microsoft, Universidade da Califórnia, DLA Piper (empresa de advocacia), Google e Universidade de Harvard.

Ainda que uma empresa de advocacia entre os principais doadores do democrata não seja indicação de desenvolvimentismo, as outras são. Não há empresa industrial, mas há duas grandes organizações de tecnologia da informação e duas produtoras de conhecimento.

Enquanto os 30 anos dourados do capitalismo (1949-78) foram de ampla coalizão desenvolvimentista nos países ricos, de um pacto político englobando empresários, trabalhadores e classes médias profissionais, os 30 anos neoliberais do capitalismo (1979-2008) foram de coalizão restrita, de um acordo entre os 2% mais ricos da população.

Enquanto os primeiros foram anos de elevadas taxas de crescimento, moderada redução da desigualdade e grande estabilidade financeira, os

segundos foram de baixo crescimento e alta instabilidade financeira e de uma brutal concentração de renda.

Os conceitos de classe social e de luta de classes foram relevantes, mas não são suficientes para explicar esses resultados.

Já a distinção entre empresários e capitalistas rentistas e o conceito de pactos políticos entre setores sociais têm poder explicativo maior. E nos ajudam a pensar como será o capitalismo depois da crise.

Apostou num pacto desenvolvimentista ou progressista, num grande acordo social revalorizando a produção e o conhecimento, mas sei quantas lutas serão necessárias para que isso seja verdade e quão precárias são as previsões humanas.

#### **IV – Carlos Lessa**

### **A presidente sabe**

Por Carlos Lessa

A presidente é economista, com sólida formação e ampla informação. Foi ministra do vetor-chave do desenvolvimento: a energia. Conviveu e teve assessoria pessoal de Maria da Conceição Tavares, uma das mais brilhantes inteligências do Brasil.

A presidente sabe que a crise mundial, explicitada em 2008, será de longa duração e que o mundo pós-crise não é previsível, mas haverá a modificação geopolítica do planeta, uma profunda onda de inovações tecnológicas e alteração em padrões comportamentais.

A presidente sabe que o futuro exige conhecimento das restrições para, no âmbito do raio de manobra, serem a nação, o povo e sua economia uma folha ao vento da história ou, com a vontade civilizatória e solidária do povo, explicitar e desdobrar um projeto nacional. Cabe ao governante atuar no âmbito da manobra com o olhar firme, coordenar os atores sociais a atuar em direção ao sonho de um Brasil justo e próspero.

Futuro exige conhecimento das restrições para explicitar e desdobrar um projeto nacional

A presidente sabe a perversa tendência do sistema financeiro de, em tempos de crise, adotar políticas defensivas que aprofundam a crise. Keynes falava da "preferência pela liquidez", que desvia as empresas da realização de investimentos de ampliação de capacidade produtiva e passam a optar por aplicações financeiras. As organizações bancárias e do mercado de capitais tendem a restringir empréstimos e a optar por ampliar suas reservas de uso imediato. Ao fazê-lo, "empoçam" recursos, e aprofundam a tendência à fase depressiva da economia. O coletivo de empresas, acreditando na crise, adota uma conduta que acelera e aprofunda a crise. No limite, participam de um estouro de boiada que corre para o precipício.

A presidente sabe que o Fed (Federal Reserve) adquiriu ativos podres e duvidosos e injetou volumes colossais de recursos no sistema bancário americano. Entretanto, esses bancos não estão reativando a economia; estão cautelosos no crédito, prosseguem com a execução de hipotecas imobiliárias e paralisam a atividade da construção civil. A família americana, sem planos de previdência contratuais, hoje vê o futuro com angústia e decidiu pela contenção do consumo, que aprofunda o processo depressivo. Os indicadores macroeconômicos dos EUA são inquietantes.

A presidente sabe que os bancos da zona do euro não conseguem coordenar suas políticas nacionais, e tendem a praticar um contracionismo que sinaliza persistência e aprofundamento da crise. Os bancos da zona do euro estão "empoçando" e a Suíça, com medo de uma corrida pelos francos, alinhou sua moeda com o euro.

A presidente sabe que tanto os EUA quanto a comunidade europeia estão reduzindo importações. A China, que vinha sustentando o crescimento, vem perdendo ímpeto e já sinaliza procedimentos de reforço de seus bancos oficiais (para evitar a queda das Bolsas chinesas, o governo está recomprando ações de seus bancos dos acionistas privados minoritários).

A presidente sabe que a Bolsa de Mercadorias de Chicago sustenta os preços relativos de alimentos, de algumas matérias primas e do petróleo. Há uma preferência crescente dos especuladores mundiais por aplicações arbitradas pela Bolsa de Mercadorias de Chicago, porém o sinal pode mudar.

A presidente sabe que, frente à crise mundial, o Brasil deve "botar suas barbas de molho". Felizmente, temos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, que respondem à orientação soberana nacional de não participar da manada (Lula teve que trocar o presidente do BB para forçar nosso maior banco a expandir crédito).

A presidente sabe que o Bradesco já anunciou a criação de um fundo de R\$ 1 bilhão para ter "liquidez preventiva" em relação à inadimplência privada. A presidente sabe que é importante reforçar o sistema bancário oficial e expandir o crédito e reduzir os juros básicos. A presidente, corretamente, quer estimular a construção civil em um programa de habitação popular. Obviamente, para a geração de emprego e renda, essa é a política social anticrise por excelência, porém sabe que tem que reduzir a gula dos empreiteiros. Manter a demanda interna ampliando o endividamento familiar com compra de veículos automotores e outros bens duráveis tem um efeito macrodinâmico menor e é patrimonialmente equivocada em relação à família brasileira. Talvez seja esse o sentido profundo da enigmática recomendação presidencial: "o brasileiro deve consumir com moderação".

Uma economista competente não diria essa frase (que parece aplicável a bebida) se não estivesse pensando em desviar as famílias da armadilha da compra de duráveis, orientando-as

para a ativação da construção civil. Acho inteligente reforçar os fundos imobiliários com aplicações financeiras da previdência complementar, porém é necessário planejar o futuro das cidades e ampliar o investimento na infraestrutura urbana.

A presidente sabe que é possível e necessário fazer muito mais. O câmbio tem que voltar a ser controlado. O Brasil não deve estimular empresas brasileiras a investirem no exterior (recentemente, duas indústrias de calçados do Rio Grande do Sul anunciaram que vão deslocar suas operações para a Nicarágua em busca de mão de obra barata e menor intervenção do Estado). O sistema bancário oficial deve retirar qualquer apoio a essa atitude anti-nacional. O fomento público deve ser preferencial a empresas de brasileiros. As filiais de multi, na crise, tendem a ampliar remessas para as matrizes. Há um espaço para a empresa de brasileiros crescer, orientada para o mercado interno. As filiais terão que reduzir remessas para manter suas posições de mercado.

Presidente, a desvalorização do real aumenta a rentabilidade das exportações primárias mas encarecem itens básicos da alimentação popular. É indispensável a recriação do imposto de exportação, se houver a desvalorização previsível. Devemos selecionar com critério aplicações financeiras do exterior, reduzir o endividamento com risco cambial do setor privado, ampliar a proteção a ramos industriais clássicos, e adotar uma política pública de "comprar o produto brasileiro".

A presidente está informada das pressões externas. Algumas deveriam ser ridicularizadas: as associações americanas de indústrias de confecção e calçados protestaram contra a adoção, pelo Brasil, de medidas defensivas desses ramos industriais clássicos e ameaçados. Quero crer que são as matrizes interessadas em que suas filiais na China ampliem a avalanche de exportações para o Brasil. No Japão, surgiram resmungos quanto aos obstáculos para importações de veículos pelo Brasil.

Somente critico a presidente pela modéstia das medidas. Outra presidente sul-americana, que vem adotando medidas radicais de defesa nacional, acabou de receber uma reeleição consagrada. A timidez não é sábia em momentos de crise mundial.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras. [carlos-lessa@oi.com.br](mailto:carlos-lessa@oi.com.br)

## **ECONOMIA BRASILEIRA - O BRASIL (AINDA) PRECISA PLANEJAR , Carlos Lessa**

REVISTA DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO - IPEA -Edição 69 - 23/12/2011

[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?searchword=cARLOS+LESSA+O+BRASIL+AINDA+PRECISA+PLANEJAR&ordering=&searchphrase=all&Itemid=11&option=com\\_search](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?searchword=cARLOS+LESSA+O+BRASIL+AINDA+PRECISA+PLANEJAR&ordering=&searchphrase=all&Itemid=11&option=com_search)

A expressão “plano” esteve, assepticamente, livre de qualquer viés ideológico, até que, após a Revolução Comunista Soviética, foi utilizada como horizonte e guia político-

econômico do Estado nacional. Ali teve início a formulação do I Plano Quinquenal Soviético e foi instalada uma equipe encarregada de planificar a trajetória futura da União Soviética. A partir desse momento, as expressões “plano” e “planificação” passaram a ser identificadas como o modo pelo qual o Estado socialista poderia dispensar as regras do jogo capitalista e atuar de forma organizada para a evolução da nova sociedade.

Em sentido amplo, propor fazer um plano nacional e instalar um processo de planificação marcavam uma posição de esquerda, e o debate ideológico passou a repudiar essas expressões como sínteses de uma prática hostil ao capitalismo, que buscavam a transformação e o desenvolvimento econômico de uma nova ordem social e política.

As imperfeições microeconômicas da economia de mercado já haviam sido mapeadas pela análise neoclássica. As visões teóricas de um monopólio bilateral entre as relações do capital patronal e o trabalho assalariado já insinuavam ajustes institucionais em direção ao que se denominou economia social de mercado. O receituário político-econômico da economia política clássica liberal inglesa e as derivações da teoria do equilíbrio geral neoclássico haviam feito evoluir da ideia de Estado gendarme, guardião de contratos e do livre jogo de mercado e decantado como paradigma liberal à figura do Estado mínimo, com os mais reduzidos instrumentos de atuação discriminatória. Houve um presidente chileno, Barros Lugo, que afirmou ser “muito fácil” seu cargo, pois os problemas ou eram auto-solucionáveis, ou não tinham solução e ele não tinha com o que se preocupar - e passou à história como nome de saboroso sanduíche local.

Como é sabido, as industrializações nacionais que se sucederam à Revolução Industrial no século XIX haviam recusado o corpo de princípios da economia liberal e praticado reformas institucionais, operado instrumentos discriminatórios, realizado subsídios e investimentos e ampliado, pragmaticamente, o âmbito e a profundidade das políticas públicas. Cometeram heresias e praticaram pecados mortais para o liberalismo de mercado. Contestaram, teoricamente, a capacidade da livre-economia de mercado de conduzi-los ao desenvolvimento industrial e de fortalecimento geopolítico. Assim fez a teoria da nacional economia sustentando o projeto industrializante nacional alemão; assim, o historicismo francês justificou a França de Napoleão e seu esforço de amplificação colonial. O Japão fez uma “reciclagem”, preservando o xintoísmo e atribuindo ao imperador – aceito como divino – o poder absoluto, implantador da Revolução Meiji.

A Rússia czarista aboliu a servidão e fomentou, pelo Estado, a instalação de núcleos industriais; o poder absoluto foi acionado em nome da preservação nacional russa. Entretanto, todos esses países, uma vez industrializados, abandonaram, ideologicamente, seus discursos pró- -industrialização como projeto nacional e

passaram a defender, ideologicamente, os princípios da economia liberal. Chutaram, pragmaticamente, o andaime teórico anterior e, como potências, expandiram cosmicamente suas ambições geopolíticas.

A I Guerra Mundial desmoralizou o sonho da belle époque e deslocou o epicentro industrial da Inglaterra para os EUA, que se converteram em campeões do livre-mercado. A evolução da II Revolução Industrial, iniciada antes da I Guerra Mundial, foi pontilhada de desajustes monetários-fiscais que, como tremores sísmicos, antecederam o terremoto macroeconômico da Grande Crise de 1929 e mergulharam as potências nas preliminares de um segundo conflito mundial.

Do ponto de vista latinoamericano, o sonho de uma economia industrializada tinha ficado circunscrito a escassos pensadores. Entretanto, a filosofia alemã hegeliana e a economia nacional de List haviam se instalado no espaço universitário. No Brasil, houve a Escola de Recife; no Chile, com dois ou três anos de diferença, foi impresso o livro de List. Após a I Guerra Mundial, o romeno Manoilescu formulou a teoria da “indústria nascente” e de “sistema industrial”; seu livro foi impresso no Brasil em 1931 (dois anos após sua edição em romeno), por Roberto Simonsen, campeão do projeto de industrialização e liderança empresarial brasileira.

A filosofia positivista sublinhava a ideia da sociologia como o ápice da engenharia racional humana; teve enorme passagem pela América Latina, no final do século XIX e décadas iniciais do século XX. O sucesso do desenvolvimento decimonônico da economia norteamericana já havia gerado o discurso bolivariano, convocando a Iberoamérica a reproduzir a experiência das treze repúblicas.

Entretanto, foi a II Guerra Mundial que abriu caminho, na América Latina, para a ideia de planificação nacional como modo de operar a política econômica, segundo uma trajetória de crescimento e com vistas à transformação estrutural da economia nacional do país latinoamericano. Com temor da patrulha ideológica, a Cepal virou a referência crítica, a visão ricardiana do livre comércio liberal e da organização de um plano de investimentos público-privado, substituindo a expressão “planificação” pelo neologismo político-econômico “programação”.

O Brasil – que, com Getúlio Vargas, havia sido keynesiano antes de Keynes, que havia desenhado o sonho da industrialização desde matrizes positivistas até a literatura infantil de Monteiro Lobato foi quem apoiou, diplomaticamente, Prebisch e a Cepal. A frustração com a não-inclusão do país no Plano Marshall leva o Brasil, nos anos 1950, a praticar, pragmaticamente, infrações frontais ao neoliberalismo, ao adotar, explicitamente, o

Plano de Metas e consagrar a industrialização e a urbanização como núcleos estratégicos de um projeto nacional desenvolvimentista.

Da defesa varguista da economia do café no “terremoto” de 1929, até o projeto de Brasil-potência, o país fez crescer o PIB em torno de 7% ao ano.

Com a crise da dívida externa e a instalação do Estado de Direito da Constituição de 1988, houve um mergulho na hiperinflação e na desaceleração do crescimento. A partir de 1980, o Brasil mergulha na mediocridade macroeconômica. Há um repúdio ao sonho da industrialização nacional e incorporamos o neologismo “globalização”, como versão atualizada do neoliberalismo, agora sob hegemonia ideológica do epicentro dos EUA. O Brasil passou a não discutir projeto nacional e afirmou que, se integrando à economia mundial, chegaria, à la Pangloss, ao melhor dos mundos possíveis.

A vitória norteamericana na Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlin, marca a hegemonia e a superimposição político-econômica do Consenso de Washington. No Brasil, abandonamos a discussão de desenvolvimento alternativo apoiado no mercado interno e nos propusemos a ser “celeiro do mundo” (apesar da fome dos brasileiros) e fornecedores de matérias primas para as potências industrializadas e para a China em industrialização. No entanto, a crise mundial iniciada em 2008 promete vicissitudes que recolocarão o debate sobre o futuro brasileiro. Necessariamente, será a ideia de planejar a reativação de um projeto nacional brasileiro. O Estado terá de ser reformado e reequipado com instrumentos de ação discriminatória, muitos dos quais abriu mão em nome da “integração competitiva” à globalização e de uma privatização desnacionalizante do sistema produtivo.

\*\*\*

## **V -SÉRIE FIORI**

1. A miséria do “novo desenvolvimentismo” – 01 . 12.2011
2. Para reler o “velho desenvolvimentismo” – 29 .12.2011\
3. O “desenvolvimentismo asiático” – 26.01.2012
4. O “desenvolvimentismo de esquerda – 03 .03.2012
5. Desenvolvimentismo e dependência – 29 03 2012
6. Muito antes de Keynes
7. O capitalismo feliz – 01 .12.2012
8. O cismo do Pacífico – fev 2013

## 1 - A miséria do “novo desenvolvimentismo”

– 01/12/2011 **Posted in:** [Posts](#)



*Em busca de mais uma “terceira via”, corrente busca composições impossíveis e abandona debate sobre poder, classes e nações*

*“O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”  
–**Fernand Braudel**, *O Tempo do Mundo**

Por **José Luís Fiori** - – 01/12/2011

O “debate desenvolvimentista” latino-americano não teria nenhuma especificidade se tivesse se reduzido a uma discussão macro-econômica entre “ortodoxos”, neo-clássicos ou liberais, e “heterodoxos”, keynesianos ou estruturalistas. Na verdade, ele não teria existido se não fosse por causa do Estado e da discussão sobre a eficácia ou não da intervenção estatal para

acelerar o crescimento econômico, por cima das “leis do mercado”. Até porque, na América Latina como na Ásia, os governos desenvolvimentistas sempre utilizaram políticas ortodoxas, segundo a ocasião e as circunstâncias, e o inverso também se pode dizer de muitos governos europeus ou norte-americanos ultra-liberais ou conservadores, que utilizaram, em muitos casos, políticas econômicas de corte keynesiano ou heterodoxo. O pivô de toda a discussão e o grande pomo da discórdia sempre foi o Estado, e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico.

Apesar disso, depois de mais de meio século de discussão, o balanço teórico é decepcionante. De uma forma ou outra a “questão do Estado” sempre esteve presente, nos dois lados desta disputa, que acabou sendo mais ideológica do que teórica. Mas o seu conceito foi sempre impreciso, atemporal e a histórico, uma espécie de “ente” lógico e funcional criado intelectualmente para resolver problemas de crescimento ou de regulação econômica. Desenvolvimentistas e liberais sempre compartilharam a crença no poder demiúrgico do Estado como criador ou destruidor da boa ordem econômica, mas atuando, em todos os casos, como um agente externo à atividade econômica. Um agente racional, funcional e homogêneo, capaz de construir instituições e formular planos de curto e longo prazo orientados por uma idealização do modelo dos “capitalismos tardios” ou do Estado e desenvolvimento anglo-saxão. E todos olhavam negativamente para os processos de monopolização e de associação do poder com o capital, que eram vistos como desvios graves de um “tipo ideal” de mercado competitivo que estava por trás da visão teórica dos desenvolvimentistas tanto quando dos liberais.

Ademais, todos trataram os Estados latino-americanos como se fossem iguais e não fizessem parte de um sistema regional e internacional único, desigual, hierarquizado, competitivo e em permanente processo de transformação. E mesmo quando os desenvolvimentistas falaram de Estados centrais e periféricos, e de Estados dependentes, falavam sobretudo de sistema econômico mundial que tinha um formato bipolar relativamente estático, onde as lutas de poder entre os Estados e as nações ocupavam um lugar bastante secundário.

No final do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia. Como volta a acontecer com o chamado “neo-desenvolvimentismo” que se propõe inovar e construir (uma vez mais) uma terceira via “entre o populismo e a ortodoxia”. Como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o

fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do Estado. Na prática, o “neo-desenvolvimentista” acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o Estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E finalmente, com relação ao papel do Estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações.

Nesse sentido, fica ainda mais claro que o desenvolvimentismo latino-americano sempre teve um parentesco maior com o keynesianismo e com “economia do desenvolvimento” anglo-saxônica do que com o nacionalismo econômico e o anti-imperialismo, que são a mola mestra do desenvolvimento asiático. E que, além disso, os desenvolvimentistas latino-americanos sempre compartilharam com os liberais a concepção econômica do Estado do paradigma comum da economia política clássica, marxista e neo-clássica. Este paradoxo explica, aliás, a facilidade teórica com que se pode passar de um lado para o outro, dentro do paradigma líbero-desenvolvimentista, sem que de fato se tenha saído do mesmo lugar.

PDF

XML

Print

 Share / Save    

Leia também:

1. [Das emoções a um novo movimento](#)
2. [“Comuns”: novo projeto para a revolução?](#)
3. [Brasil Sem Miséria: desafios e contradições](#)
4. [Síria: novo revés para o ditador](#)
5. [Um novo conflito na África?](#)
6. [Educar para um novo poder](#)
7. [A Venezuela bolivariana em novo cenário](#)
8. [Em breve, novo Outras Palavras](#)
9. [Honduras de novo nas ruas](#)
10. [Biomassa: um novo olhar](#)

## 2 - Para reler o "velho desenvolvimentismo"

Ao longo do século XX, é possível identificar três grandes “matrizes teóricas” que organizaram o debate em torno ao “papel do estado” no desenvolvimento econômico, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia “nacional-desenvolvimentista” na América Latina.

**José Luís Fiori**

A hegemonia do pensamento desenvolvimentista, na América Latina, deita raízes na década de 30, se consolida nos anos 50, passa por uma auto-crítica nos anos 60, e perde seu vigor intelectual na década de 80. Nesse percurso é possível identificar três grandes “matrizes teóricas” que organizaram o debate em torno ao “papel do estado” no desenvolvimento econômico, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia “nacional-desenvolvimentista” :

i) a teoria weberiana da “modernização”, contemporânea da teoria das “etapas do desenvolvimento econômico”, de Walter Rostow. Sua proposta de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano;

ii) a teoria estruturalista do "centro-periferia" e do “intercâmbio desigual”, formulada pela CEPAL. Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico de Friedrich List e Alexander Hamilton, mas não dá a mesma importância destes autores, aos conceitos de nação, poder e guerra; e, finalmente,

iii) a teoria marxista da "revolução democrático-burguesa" que via no desenvolvimento e na industrialização o caminho necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista e da própria revolução socialista. Sua interpretação e estratégia traduziam de forma quase sempre mecânica experiências de outros países, sem maior consideração pela heterogeneidade interna da América Latina.

Estas três teorias consideravam que o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; se propunham construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; consideravam que a industrialização era o caminho necessário da autonomia e da modernidade, ou mesmo da construção socialista; e, finalmente, propunham que o estado cumprisse o papel estratégico de *condotieri* desta grande transformação.

Com o passar do tempo, entretanto, duas coisas chamam a atenção, nesta história desenvolvimentista. A primeira, é que apesar desta ampla convergência estratégica, as políticas desenvolvimentistas só tenham sido aplicadas de forma muito pontual, irregular e descoordenada. E em todo este período só se possa falar da existência de dois "estados desenvolvimentistas", na América Latina: o mexicano, com muitas reservas; e o brasileiro, que foi o mais bem sucedido, do ponto de vista do crescimento econômico.

brasileiros que tiveram um papel central na construção e no controle ou tutela do E a segunda coisa que chama muito a atenção é que exatamente no Brasil, a matriz teórica e estratégica que teve mais importância não foi nenhuma destas três, pelo contrário, foi a teoria da "segurança nacional" formulada pelos militares "estado desenvolvimentista", entre 1937 e 1985.

O "desenvolvimentismo militar" deu seus primeiros passos no Brasil, com a Revolução de 30 e com o Estado Novo, mas só nos anos 50, com a criação da ESG, se transformou numa ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização, com o objetivo prioritário da "defesa nacional".

Como contribuição ao debate contemporâneo, vale uma rápida anatomia deste projeto militar, que teve grande sucesso econômico, mas foi muito frágil do ponto de vista político e social:

- i. Os militares brasileiros propunham um projeto de expansão do poder nacional e uma visão competitiva do sistema mundial. Mas definiam sua estratégia de defesa a partir de um "inimigo externo" estritamente ideológico e longínquo, que nunca ameaçou nem desafiou efetivamente o país, e que foi importado da Guerra Fria.
- ii. A natureza exclusivamente ideológica deste "inimigo externo" permitiu aos militares transportá-lo para dentro do país, transformando todas as reivindicação e mobilizações sociais internas, em manifestações que ameaçavam sua paranóia anti-comunista. Daí veio o caráter conservador, autoritário e anti-popular deste projeto desenvolvimentista.
- iii. Por sua vez, a desmobilização ativa da grande maioria da sociedade explica a composição heterogênea, oligárquica e quase sempre liberal da coalizão de interesses que sustentou política e socialmente, o sucesso econômico do desenvolvimentismo militar brasileiro. Uma coalizão que se

manteve unida enquanto duraram as altas taxas de crescimento e se desfez rapidamente na hora da grande crise econômica internacional, do início dos anos 80.

iv. Por último, o projeto desenvolvimentista dos militares brasileiros utilizou a política macro-econômica como uma espécie de “variável de ajuste”. Ela nunca foi consistentemente ortodoxa nem heterodoxa, foi apenas a resultante possível, a cada momento, do grande paradoxo deste projeto: a necessidade de crescer e “fugir para frente, para manter unida uma coalizão de forças predominantemente anti-estatais e anti-desenvolvimentistas. \

### 3 - O “Desenvolvimentismo Asiático”

– 26/01/2012 **Posted in:** [Posts](#)



*Diversas teorias têm procurado explicar, há trinta anos, a emergência dos “outsiders” orientais. Suas conclusões costumam ser surpreendentes*

“The issue is not one of state intervention in the economy. All states intervene in their economies for various reasons... State’s first priority will define its essence.”

**Chalmers Johnson**, *MITI and the Japanese miracle, 1925-1975*  
Stanford University Press, 1982

Por **José Luís Fiori**

Salvo engano, foi Chalmers Johnson quem falou pela primeira vez do “desenvolvimentismo” asiático, no seu célebre livro sobre o “milagre econômico japonês”, publicado em 1982. Depois dele, transformou-se num lugar comum dizer que o “estado desenvolvimentista” foi ator central do crescimento econômico acelerado da Coreia, Taiwan e Singapura, entre os anos 1960 e 80; da China, a partir dos anos 1990 (na foto, Shangai); e do Vietnã, no início do século XXI. O próprio Johnson – que era economista, serviu na Guerra da Coreia, foi consultor da CIA para a Ásia, e lecionou nos Centros de Estudos do Japão e da China, da Universidade da Califórnia – voltou

muitas vezes ao tema e acabou transformando-se num dos grandes especialistas norte-americanos em economia política asiática. Foi um dos principais responsáveis pela difusão e aprofundamento acadêmico da pesquisa e do debate que ganhou ressonância internacional, com a publicação, pelo Banco Mundial, do *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy* [“O milagre da Ásia de Leste: Crescimento Econômico e Política Pública”], em 1993.

No seu tempo, o livro de Johnson surpreendeu o mundo acadêmico: segundo o autor, o “modelo econômico” japonês do pós-guerra não era original e vinha dos anos 1920; e sua característica fundamental não era econômica, tinha a ver com a “intensidade” com que a sociedade e o governo japonês se dedicavam ao estabelecimento e cumprimento dos seus objetivos estratégicos. Para Johnson esta “intensidade” se devia ao fato de que o “modelo” tinha sido concebido como um instrumento de guerra e de reconstrução, depois da guerra, e como instrumento de defesa da soberania japonesa, frente aos desafios do mundo e do contexto geopolítico asiático, na segunda metade do século XX.

Este contexto explicaria o nascimento e a força da ideologia nacionalista e das instituições japonesas responsáveis pela mobilização da sociedade e pela submissão do desenvolvimento econômico aos seus objetivos de longo prazo. Em 1989, a economista americana Alice Amsden publicou outra obra clássica – *Asia's Next Giant* [“O próximo gigante asiático”] sobre o “milagre econômico coreano”. Ela identificava características parecidas com o desenvolvimento japonês: o “modelo coreano” também vinha de antes da II Guerra e havia sido forjado na luta anti-colonialista, contra o próprio Japão. E depois de Johnson e Amsden, muitos outros pesquisadores e especialistas encontraram as mesmas características no desenvolvimento acelerado de Taiwan e Singapura e, de forma ainda mais gritante, no desenvolvimento da China e do Vietnã. O próprio Johnson identificou no nacionalismo camponês e revolucionário chinês, do início do século XX, a grande fonte originária da “energia desenvolvimentista” da China contemporânea.

Apressando o argumento, é possível extrair pelos menos quatro conclusões desta vasta literatura sobre o crescimento asiático:

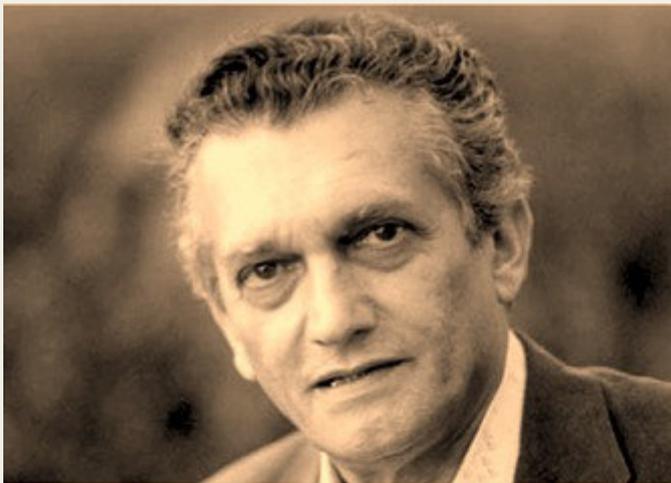
- i) a maioria dos estados nacionais asiáticos se constituiu na segunda metade do século XX, depois do fim do colonialismo europeu. Mas quase todos os novos estados mantiveram suas fronteiras tradicionais e civilizatórias, e sua relação milenar, dando origem, desde o início, a um sistema inter-estatal regional altamente competitivo.
- ii) em clave europeia, a estratégia econômica destes países asiáticos esteve sempre mais próxima do mercantilismo de William Petty do que da economia política de Smith ou Marx; e muito mais próxima do nacionalismo econômico do alemão Friederich List, do que do liberalismo heterodoxo do inglês John Keynes. Sua primeira prioridade foi sempre a construção do estado e a defesa da unidade territorial da sua sociedade e da sua civilização.
- iii) não há nenhuma instituição ou política que explique isoladamente o sucesso do crescimento asiático, e que possa ser transplantada para países que tenham se constituído ou estejam fora de sistemas de poder altamente competitivos. A simples condição de *latecomer* ou de “capitalismo tardio” não explica nada, nem é capaz de gerar um projeto e uma estratégia de alto crescimento.

vi) por fim, os asiáticos nunca se referiram a si mesmos como “desenvolvimentistas”, e sua estratégia econômica não tem nada a ver com o chamado “desenvolvimentismo latino-americano”. Sua política industrial, comercial e macro-econômica sempre esteve a serviço de sua “grande estratégia” social e nacional, e da sua luta pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e preeminente. Os asiáticos têm plena consciência de que a política econômica entregue a si mesma é cega e incapaz de gerar seus próprios objetivos. E muito menos ainda, de definir os objetivos de uma sociedade e de uma nação.

José Luís Fiori, cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### 4- O “desenvolvimentismo de esquerda”

– 02/03/2012 **Posted in:** [Brasil](#), [Destaques](#), [Economia](#), [Políticas](#)



Celso Furtado, que publicou seu último livro, "Em busca do novo modelo", em 2002

*Corrente estreitou tanto seu “horizonte utópico”, que se transformou numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social*

Por **José Luís Fiori** - – 02/03/2012

No Brasil, a relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo nunca foi simples nem linear. Sobretudo, depois do golpe militar de 1937, e do Estado Novo de Getúlio Vargas, que foi autoritário e anti-comunista, mas foi também responsável pelos primeiros passos do “desenvolvimentismo

militar e conservador”, que se manteve dominante, dentro do estado brasileiro, até 1985. Neste contexto, não é de estranhar que a esquerda em geral, e os comunistas em particular, só tenham mudado sua posição crítica com relação ao desenvolvimentismo depois da morte de Vargas.

Não é fácil classificar idéias e hierarquizar instituições. Mas mesmo assim, é possível identificar pelo menos três instituições que tiveram um papel central, nos anos 50, na formulação das principais idéias e teses do chamado “desenvolvimentismo de esquerda”. Em primeiro lugar, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoiou a eleição de JK, em 1955, mas só no seu V Congresso de 1958, conseguiu abandonar oficialmente a sua estratégia revolucionária, e assumir uma nova estratégia democrática de aliança de classes, a favor da “revolução burguesa” e da industrialização brasileira, que passam a ser classificadas como condição prévia e indispensável de uma futura revolução socialista. Em segundo lugar, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que foi criado em 1955, pelo governo Café Filho, e que reuniu um número expressivo e heterogêneo de intelectuais de esquerda que foram capazes de liderar uma ampla mobilização da intelectualidade, da juventude, e de amplos setores profissionais e tecnocráticos, em torno do seu projeto nacional-desenvolvimentista, para o Brasil. Por fim, desde 1949, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), produziu idéias, informações e projetos que influenciaram decisivamente o pensamento da esquerda desenvolvimentista brasileira. Mas apesar de sua importância para a esquerda, a CEPAL nunca foi uma instituição de esquerda.

Do ponto de vista político prático, no início da década de 60, a “esquerda desenvolvimentista” ocupou um lugar importante na luta pelas “reformas de base”, mas ao mesmo tempo, se dividiu inteiramente, na discussão pública do Plano Trienal proposto pelo ministro Celso Furtado, em 1963. Mas logo depois do golpe militar de 1964, a esquerda e o desenvolvimentismo voltaram a se divorciar, e sua distância aumentou depois que o regime militar retomou e aprofundou a estratégia desenvolvimentista do Estado Novo. Três dias depois do golpe, o ISEB foi fechado; o PCB voltou à ilegalidade e a própria CEPAL fez uma profunda auto-crítica de suas antigas teses desenvolvimentistas. Mesmo assim, apesar destas condições políticas e intelectuais adversas, formou-se na Universidade de Campinas, no final dos anos 60, um centro de estudos econômicos que foi capaz de renovar as idéias e as interpretações clássicas – marxistas e nacionalistas — do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A “escola campineira” partiu da crítica da economia política da CEPAL, e de uma releitura da teoria marxista da revolução burguesa, para postular a

existência de várias trajetórias possíveis de desenvolvimento para um mesmo capitalismo nacional. Por isso, a escola campineira fez sua própria leitura e reinterpretação do caminho específico e tardio do capitalismo brasileiro e dos seus ciclos econômicos. E posicionou-se favoravelmente a uma política desenvolvimentista capaz de levar a cabo os processos inacabados de centralização financeira e industrialização pesada da economia brasileira. Hoje, parece claro que a “época de ouro” da Escola de Campinas estendeu-se da década de 70 até sua participação decisiva na formulação do Plano Cruzado, que fracassa em 1987.

É verdade que logo depois do Cruzado, e durante a década de 90, a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista, independente do que passou em Campinas. Mas parece claro que a própria escola recuou, neste período. E dedicou-se cada vez mais ao estudo de políticas setoriais e específicas, e para a formação cada vez mais rigorosa de economistas heterodoxos, e de quadros de governo. Seja como for, a verdade é que – com raras exceções — depois do Plano Cruzado, a “escola campineira” perdeu sua capacidade de criação e inovação dos anos 70, e a maioria de suas idéias e intuições originárias acabaram se transformando em fórmulas escolásticas. Por isto, não é de estranhar que neste início do século XXI, quando o desenvolvimentismo e a escola campineira voltaram a ocupar um lugar de destaque no debate nacional, a sensação que fica da sua leitura, é que o “desenvolvimentismo de esquerda” estreitou tanto o seu “horizonte utópico”, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social. Como se a esquerda tivesse aprendido a navegar, mas ao mesmo tempo tivesse perdido a sua própria bússola.

PDF

XML

Print

Share / Save    

Leia também:

1. [O “Desenvolvimentismo Asiático”](#)
2. [Para reler o “velho desenvolvimentismo”](#)
3. [A esquerda mundial após 2011](#)
4. [A miséria do “novo desenvolvimentismo”](#)

**Comentário de Rodrigo Medeiros** - medrodrigo@gmail.com -28/12/11

Ok, o caráter democrático do processo é importante. Mas onde foi mesmo que as elites perguntaram ao povo o que "ele" desejava no momento da arrancada para o desenvolvimento?

Na Alemanha, nos EUA, no Japão, na Coreia do Sul ou mais recentemente na China?  
Convenhamos, a lista é longa.

Bem, e que tal no bloco articulado pela URSS?

Nosso problema é a mentalidade das elites. O Japão é um conjunto de ilhas pobre e sem recursos naturais, mas "deu certo". Nos EUA o caso é diferente, porém lá houve um grande divisor de águas: a Guerra de Secessão (1861-65). Perdeu o Sul escravocrata e pró-livre comércio. Já na Coreia do Sul, o presidente-general Park comandou com mãos de ferro o processo de desenvolvimento, direcionando inclusive recursos públicos para os chamados campeões nacionais (conglomerados). O sistema bancário sul-coreano era estatal. Semelhanças atuais com o caso chinês?

Enfim, o Fiori precisa ser mais claro se ele quer dizer que temos um problema de elites.

**Comentário de Flavio Lyra - [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)**

Desculpe-me o remetente, mas não vejo qualquer ofensa em caracterizar uma crença como ilusão. Alás, Freud em seu clássico texto " O Futuro de Uma Ilusão", caracteriza a religião como uma ilusão, considerando que se trata de proposições que não podem ser comprovadas nem pela experimentação, nem pela observação. Outras ilusões povoam a vida das pessoas. Por certo, que os crentes podem achar que se trata mais do que uma ilusão, mas isto é um critério subjetivo,cuja aplicação depende de cada um.

**Comentário de Rodrigo Medeiros - [medrodrigo@gmail.com](mailto:medrodrigo@gmail.com)**

A discussão é boa. Essas são questões importantes levantadas por você e outros colegas da lista. Celso Furtado, Darcy Ribeiro e outros grandes brasileiros já se perguntavam no passado se era viável reproduzir no Brasil, e também na AL, um padrão estrangeiro. A resposta você conhece muito bem.

Não desejamos ser apenas um "espelho de Próspero". Também acredito que possamos ainda fazer alguma diferença na América do Sul e no mundo.

O problema hoje é que até as classes C e D, mais de 50% dos brasileiros, querem consumir bens de média-alta e alta intensidades tecnológicas. Os asiáticos entraram no jogo das manufaturas e os preços foram para o chão. Produtos ficaram mais acessíveis, muito embora essa baixa nos preços provoque bloqueios ao desenvolvimento brasileiro. Apontamos para essa questão na Carta Desenvolventista

II.

A conta corrente deve fechar o ano com déficit acima de US\$50 bi e o resultado não é muito melhor para 2012. O governo do PT está retomando a infundável reforma da previdência em regime de urgência no Congresso e a corrupção é hoje o padrão de negociação no jogo político-partidário tupiniquim.

Enfim, um quadro bem preocupante.

\*\*\*

**Comentário de Rodrigo Medeiros** - medrodrigo@gmail.com

> Antes de tudo, parabéns pelo excelente texto, inclusive pelo esforço de trazer o pensamento estruturalista até o momento atual. Adianto-lhe que fui formado na escola cepalina e comecei minha vida profissional na equipe de Celso Furtado. Posteriormente, trabalhei no ILPES, no tempo de Prebish durante três anos, e dei aulas de política industrial em vários cursos na América Latina, durante mais de 10 anos.

> Acredito que compartilhamos o mesmo desejo de compreender o fenômeno do subdesenvolvimento e de encontrar o caminho para superá-lo. Em nenhum momento desconheço a grande contribuição do pensamento desenvolvimentista para entender nossa realidade. A questão que me coloco, agora, é a da necessidade de atualização desse pensamento com vistas a propor mudanças que não nos levem a reproduzir o padrão de desenvolvimento dos países industrializados, nem seus resultados negativos do ponto de vista dos interesses da maioria da população.

> Penso que o esforço dos desenvolvimentistas deveria orientar-se para dois campos: a) ideológico, no sentido de conscientizar a população em geral e os políticos para mudanças profundas no capitalismo, incluindo sua própria transcendência para outra forma de ordem econômica, política e social; e b) de apoiar à concepção de políticas econômicas que favoreçam o aperfeiçoamento material e institucional de nossa sociedade que apontem na direção dos objetivos de maior igualdade econômica, fortalecimento nacional, proteção do meio ambiente e aprofundamento da democracia.

> A tarefa é obviamente difícil, pois vivemos dentro de instituições capitalistas, nas quais fomos formados e cujos valores influenciam fortemente nossa atividade profissional e visão de mundo. Nossa Constituição, em que pesem os aspectos positivos que contem em matéria de proteção social, ainda é muito restritiva no que respeita à ordem econômica e social, incorporando uma visão de mundo essencialmente capitalista liberal.

> A meu ver, nós desenvolvimentistas, estamos aptos a encarar esse desafio, especialmente contando com gente com perfil técnico semelhante ao seu..

O problema do artigo do Fiori é que ele pretende "matar a cobra sem mostrar o pau". Não é a primeira vez e provavelmente não será a última. Já escrevi um artigo publicado em revista científica apontando isso.

[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311530390.R\\_MEDEIROS4.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311530390.R_MEDEIROS4.pdf)

Qual efetivamente a proposta? Diferenciar-se-ia tanto assim daquilo que aprendemos com os trabalhos de Prebisch, Furtado e Fajnzylber, por exemplo. Fala-se então em um modelo alemão e/ou asiático. Pois bem, temos essa mentalidade na nossa classe política?

Já andam dizendo por aí que o PT está se transformando de um partido para unidades de negócios. Quanto aos outras 28 legendas partidárias, melhor nem perder tempo.

**Comentário de Paulo Fernando** [pcavalcantifilho@hotmail.com](mailto:pcavalcantifilho@hotmail.com) - 2011/12/8

>>> creio que seu alerta vai na direção correta: não queremos uma "melhor gestão" do atual modelo, que é o que se propõe parte dos chamados 'novo-desenvolvimentistas'. Este país já teve 3 décadas de desenvolvimentismo com nenhuma questão estrutural transformada para o bem dos trabalhadores brasileiros, apesar de ter promovido nossa industrialização. O que queremos é a transformação social, em suas estruturas, e para tal, o projeto desenvolvimentista é limitado, apesar de superior ao neoliberal. Condições de vida digna não significa consumismo e endividamento familiar, crescimento do PIB não significa bem-estar social, grandes empresas brasileiras significarão para nós o mesmo que as grandes empresas americanas são para os trabalhadores americanos, internacionalizar nossas empresas é o que chama-se de imperialismo das transnacionais. Ou muda a lógica ou nosso 'futuro glorioso' será repetir o modelo americano de capitalismo.

## **5 - DESENVOLVIMENTISMO E “DEPENDÊNCIA”**

29 março 2012 –[www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)

**JOSÉ LUÍS FIORI**

-----

Na década de 60, do século passado, a crise econômica e política da América Latina provocou, em todo continente, uma onda de pessimismo, com relação ao desenvolvimento capitalista das nações atrasadas. A própria CEPAL fez auto-crítica, e colocou em dúvida a eficácia da sua estratégia de “substituição de importações”, propondo uma nova agenda de “reformas estruturais” indispensáveis à retomada do crescimento econômico

continental. Foi neste clima de estagnação e pessimismo que nasceram as “teorias da dependência”, cujas raízes remontam ao debate do marxismo clássico, e da teoria do imperialismo, sobre a viabilidade do capitalismo nos países coloniais ou dependentes.

Marx não deu quase nenhuma atenção ao problema específico do desenvolvimento dos países atrasados, porque supunha que a simples internacionalização do “regime de produção burguês” promoveria, no longo prazo, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, no mundo dominado pelas potências coloniais europeias. Mais tarde, no início do século XX, a teoria marxista do imperialismo manteve a mesma convicção de Marx, que só foi questionada radicalmente, depois do lançamento do livro do economista, Paul Baran, *“A Economia Política do Desenvolvimento”*, em 1957. Após sua publicação, a obra de Baran se transformou numa referência obrigatória do debate latino-americano dos anos 60. Para Paul Baran, o capitalismo era heterogêneo, desigual e hierárquico, e o subdesenvolvimento era causado pelo próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo. Além disto, segundo Baran, o capitalismo monopolista e imperialista teria bloqueado definitivamente o caminho do nos países atrasados.

As ideias de Baran casaram como luva com o pessimismo latino-americano dos anos 60, e suas teses se transformaram numa referência teórica fundamental das duas principais vertentes marxistas da “escola da dependência”: a teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, do economista americano A. G. Frank, que exerceu pessoalmente, uma forte influência no Brasil e no Chile; e a teoria do “desenvolvimento dependente e associado”, formulada por F. H. Cardoso, com o suporte intelectual de um grupo importante de professores marxistas da USP..

A tese central de Gunder Frank, vem diretamente de Paul Baran: segundo Frank, o imperialismo seria um bloqueio insuperável, mesmo com a intervenção do estado, e o desenvolvimento da maioria dos países atrasados só poderia se dar através de uma ruptura revolucionária e socialista. Esta tese de Frank, foi sendo matizada por seus discípulos, mas ainda é a verdadeira marca acadêmica internacional da teoria da dependência. Por outro lado, a tese central de F.H Cardoso já nasceu menos radical: segundo Cardoso, o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas seria possível mesmo quando não seguisse as previsões clássicas, mas seria quase sempre, um desenvolvimento dependente e associado com os países imperialistas.

O avanço da teoria do “desenvolvimento associado” foi interrompido pelo seu próprio sucesso político, ao se transformar no fundamento ideológico da experiência neo-liberal no Brasil, sob liderança do próprio F.H.Cardoso. Com relação a G.Frank e seus discípulos, ele mesmo “imigrou”, nos anos 80, para outros temas e discussões históricas, e sua teoria do subdesenvolvimento ficou paralisada no tempo, como se fosse apenas uma lista de características específicas, estáticas e intransponíveis, da periferia capitalista. Ou quem sabe, uma espécie de teoria dos “pequenos países”.

Apesar de tudo, a “escola da dependência” deixou plantadas quatro ideias seminais, que abalaram o fundamento teórico do “desenvolvimentismo de esquerda”, dos anos 50:

- i) o capital, a acumulação do capital e o desenvolvimento capitalista não tem uma lógica necessária, que aponte em todo lugar e de forma obrigatória, para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital;

- ii) a burguesia industrial não tem um “interesse estratégico” homogêneo que contenha “em si”, um projeto de desenvolvimento pleno das forças produtivas “propriamente capitalistas”;
- iii) não basta conscientizar e civilizar a burguesia industrial e financiar a centralização do seu capital, para que ela se transforme num verdadeiro *condotieri* desenvolvimentista.
- iv) por fim, a simples expansão quantitativa do estado não garante um desenvolvimento capitalista industrial, autônomo e auto-sustentado.

O que chama a atenção é que até hoje, o “desenvolvimentismo de esquerda” não tenha conseguido se refazer do golpe, nem tenha conseguido construir uma nova base teórica que possa dar um sentido de longo prazo à suas intermináveis e inconclusivas deblaterações macroeconômicas, e ao seu permanente entusiasmo pelo varejo keynesiano.

## 6 – Muito antes de Keynes

J.L.Fiori – 25 abril 2012

O "milagre econômico inglês", que deu origem ao capitalismo moderno, começou no século XVII, muito antes da chamada "revolução industrial". De forma aproximada, se pode dizer que seu início ocorreu entre a "República de Cromwell" (1649-1659) e o reinado de Guilherme III, o "rei holandês", que governou a Inglaterra entre 1689 e 1702. Cromwell aumentou o poder naval da Inglaterra, fez guerra e venceu a Holanda (1652-1654) e a Espanha (1654-1660), as duas grandes potências marítimas do século XVII, e conquistou a ilha da Jamaica, em 1655, criando a primeira colônia do futuro Império Britânico. Além disso, Cromwell editou, em 1651, o 1º Ato da Navegação, que fechou os portos ingleses aos navios estrangeiros e se transformou no primeiro ato mercantilista agressivo da Inglaterra, fechando as fronteiras de sua economia nacional.

Três décadas depois, Guilherme III enfrentou e venceu a França na Guerra dos 9 Anos (1688-1697), iniciou a Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1712) e conquistou e submeteu Irlanda e Escócia. Ao mesmo tempo, no campo econômico, promoveu uma "fusão revolucionária" das instituições financeiras holandesas - que eram mais avançadas - com as finanças inglesas, criando o Banco da Inglaterra e um novo sistema de financiamento da dívida pública inglesa, atrelado à bolsa de valores e ao sistema de crédito da banca privada. Uma "revolução financeira" que deu à Inglaterra um poder de fogo econômico e militar - em qualquer lugar do mundo - muito superior ao das demais potências europeias.

Foi nesse período que William Petty (1623-1687) - o pai da economia política clássica - escreveu dois ensaios que revolucionaram o pensamento econômico do século XVII: o "Tratado sobre Impostos e Contribuições", publicado em 1662, e a "Aritmética Política", publicado depois da sua morte, em 1690. No momento em que Petty publicou sua obra, a Inglaterra ainda era uma potência de segunda ordem e se sentia cercada pela Holanda, Espanha e França. Essa era sua preocupação fundamental, quando formulou o conceito de "excedente econômico", e estabeleceu uma relação direta entre o tamanho desse "excedente" e o poder internacional de cada país.

.....



## 7. CAPITALISMO FELIZ

---

### O capitalismo feliz

Por José Luís Fiori - 2012

A história do desenvolvimento capitalista dos séculos XIX e XX registra a existência de alguns países com altos níveis de desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida, e com baixa propensão nacional expansiva ou imperialista. Como é o caso das ex-colônias britânicas, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia.

Todos apresentam taxas de crescimento alta, constante e convergente, desde 1870, só inferior à da Argentina, até a Primeira Guerra Mundial. Hoje são economias industrializadas, especializadas e sofisticadas. A Noruega tem a 3ª maior renda per capita, e o maior índice IDH (0,943), do mundo; a Austrália tem a 5ª renda per capita, e o 2º melhor IDH do mundo (0,929); e quase todos têm uma renda média per capita entre US\$ 50 mil e US\$ 60 mil anuais. A Noruega é considerada hoje o país mais rico do mundo, em "reservas per capita", e foi considerada pela ONU, em 2009, como "o melhor país do mundo para se viver". A Dinamarca já foi classificada, entre 2006 e 2008, como "o lugar mais feliz do mundo", e o segundo país mais pacífico da terra, depois da Nova Zelândia, e ao lado da Noruega.

Canadá, Austrália e Nova Zelândia foram colônias de povoamento da Inglaterra, durante o século XIX, e depois se transformaram em domínios da coroa Britânica, até depois da Segunda Guerra Mundial. Mas até hoje são nações ou reinos independentes que fazem parte do Commonwealth e mantêm o monarca inglês como seu chefe de Estado. Como colônias e domínios funcionaram sempre como periferia da economia inglesa, mesmo depois de iniciado seu processo de industrialização, mantendo-se - em média - a participação do capital inglês, em até 2/3 da formação bruta de capital desses três países. E todos eles estabeleceram relações análogas com a economia americana, depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

### *Os países nórdicos se tornaram satélites especializados do sistema de produção e do poder europeu*

Neste século e meio de história, o Canadá - como caso exemplar - esteve ao lado da Grã Bretanha e dos EUA na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, além de participar Guerra dos Boers e da Guerra da Coreia e de ser um dos membros fundadores da OTAN, em 1949. Participou das guerras do Golfo, do Iraque, do Afeganistão e da Líbia, e participa diretamente do sistema de defesa aeroespacial americano. E o mesmo aconteceu, em quase todos os casos, com a Austrália e a Nova Zelândia.

Por outro lado, os países nórdicos foram expansivos, e a Suécia em particular foi um grande império dominante, dentro da Europa, até o Século XVIII. Mas depois de sua derrota para a Rússia, em 1720, e depois da sua submissão dentro da hierarquia de poder europeia, os estados nórdicos se transformaram em pequenos países, com baixa

densidade demográfica e alta dotação de recursos naturais, funcionando como pedaços especializados e cada vez mais sofisticados do sistema produtivo europeu.

A Suécia ficou famosa pelo "sucesso" de sua política econômica anticíclica ou "keynesianas", depois da crise de 1929, mas de fato logrou superar os efeitos da crise graças à suas condições de sócia econômica e fornecedora de aço e equipamentos para a máquina de guerra nazista, que também ocupou a Dinamarca e exerceu grande influência sobre a região, durante toda a Segunda Guerra Mundial.

Depois da guerra, a Dinamarca e a Noruega se tornaram membros da OTAN, e a Dinamarca segue sendo uma passagem estratégica para o controle do mar Báltico. Por sua vez, a Suécia participou das Guerras do Kosovo e do Afeganistão, e foi fornecedora de armamentos para as forças anglo-saxônicas, na Guerra do Iraque. Por último, a Finlândia, que fez parte da Suécia, até 1808, e da Rússia, até 1917, acabou ocupando um lugar fundamental dentro da Guerra Fria, até 1991, e ainda ocupa uma posição estratégica até hoje, no controle da Baía da Finlândia e da própria Rússia.

Por tudo isto, apesar de esses países terem origens e trajetórias diferentes, é possível identificar algumas coisas que eles têm em comum:

- 1) São pequenos ou têm uma densidade demográfica muito baixa.
- 2) Têm excelente dotação de recursos alimentares, minerais ou energéticos.
- 3) Todos ocupam posições decisivas no tabuleiro geopolítico mundial.
- 4) E todos se especializaram em serviços ou setores industriais de alta tecnologia, e em alguns casos, dentro da indústria militar.

Alguns diriam que se trata de um caso típico de "desenvolvimento a convite", mas isto quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo. O fundamental é que o sucesso econômico desses países não se explica por si mesmo, porque desde o século XIX, os "domínios" operaram como fronteiras de expansão do "território econômico" inglês, e como bases militares e navais do Império Britânico. E os países nórdicos, depois que foram submetidos, se transformaram em satélites especializados do sistema de produção e do poder expansivo europeu. E hoje, finalmente, todos esses sete países operam como pequenas "dobradiças felizes" da estrutura militar e do poder global dos Estados Unidos.

**José Luís Fiori professor titular de economia política internacional da UFRJ, é autor do livro "O Poder Global", da Editora Boitempo, e coordenador do grupo de pesquisa do CNPQ/UFRJ "O Poder Global e a Geopolítica do Capitalismo".  
Escreve mensalmente às quartas-feiras.**

[www.poderglobal.net](http://www.poderglobal.net)

## 8 "Milagres econômicos" da guerra fria

José Luís Fiori

Salvo engano, foi o jornal "The Times" que falou pela primeira vez - em 1950 - de "milagres econômicos", referindo-se a países com prolongados períodos de altas taxas de crescimento econômico sustentado. Depois, essa expressão foi utilizada para caracterizar o crescimento da Alemanha, Itália, Japão, Coreia e Brasil, entre as décadas de 50 e 80, período áureo da Guerra Fria. Entre 1950 e 1973, o produto nacional da República Federal Alemã, cresceu a uma taxa média anual de 5,05%; no mesmo período, a Itália cresceu 5,68%; o Japão, 9,29%; e a Coreia do Sul, 9,85%. No Brasil, as taxas foram mais altas e descontínuas, com uma média de 8%, entre 1955 e 1960, 11%, entre 67 e 73, e 6,4% entre 74 e 80, mas com uma queda significativa no período 61/67. Assim mesmo, depois de 1980, a taxa de crescimento de todos esses países caiu de forma desigual mas permanente.

Agora bem, a despeito de suas grandes diferenças históricas e políticas, Alemanha, Japão, Itália e Coreia foram derrotados e destruídos - na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra da Coreia - e depois foram ocupados e transformados em "protetorados militares" dos EUA. Logo depois da guerra, a ideia americana era desmontar as antigas estruturas econômicas desses países. Mas, com o começo da Guerra Fria e o fim da Guerra da Coreia, esse projeto inicial foi substituído por uma política diametralmente oposta, de estímulo ao crescimento econômico, com forte participação dos governos locais, e dos próprios agentes econômicos e instituições privadas do pré-guerra. Por isso se pode dizer com toda certeza que a lógica da Guerra Fria pesou decisivamente na origem dos "milagres econômicos", e na transformação posterior daqueles países em peças centrais da engrenagem econômica do poder global dos Estados Unidos, pelo menos até a década de 70.

No caso do Brasil - que foi aliado dos EUA na Segunda Guerra Mundial - o caminho foi diferente, mas também se pode falar de um "convite" que foi aceito - depois do Acordo Militar Brasil-EUA, de 1952 - e que transformou o Brasil no pivot central da estratégia desenvolvimentista americana, para a América Sul. A nova política foi experimentada primeiro com o governo JK - inteiramente alinhado com os EUA e com o colonialismo europeu - e só depois, a partir de 1964, sob comando direto do regime militar.

Estratégia americana permitiu o cerco e a desconstrução final da União Soviética e o fim da Guerra Fria

Depois de quase três décadas de "milagre econômico", entretanto, esse processo foi interrompido pela "crise americana" da década de 70, e pela nova mudança da política internacional dos EUA. Tudo começou com a reaproximação da China, no início da década de 70, que levou à derrota/saída americana do Vietnã, e ao redesenho do equilíbrio do poder no sudeste asiático. Foi nesse mesmo contexto que os EUA decidiram abandonar Bretton Woods, liberando sua moeda e iniciando a desregulação do seu mercado financeiro, com a lenta construção de um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar, mas sem base metálica. A nova estratégia permitiu o cerco e desconstrução final da URSS e o fim da Guerra Fria, mas, ao mesmo tempo, ela desativou ou esvaziou o papel econômico que fora ocupado pela Alemanha e pelo Japão, e secundariamente pelo Brasil, durante as primeiras décadas da Guerra Fria. O crescimento econômico médio anual da Alemanha caiu para 2,10%, entre 1973 e 1990;

o do Japão, caiu para 2,97%; o da Itália, para 1,76; o da Coreia, para 6,77; enquanto o Brasil entrava num longo período de estagnação.

Ao mesmo tempo em que a China se transformou no novo milagre econômico do sistema capitalista mundial, a Alemanha e o Japão seguiam na sua condição de gigantes industriais e tecnológicos, mas com "pés de barro", ainda na condição de protetorados militares dos EUA e sem dispor de recursos naturais essenciais, além de serem igualmente dependentes do ponto de vista alimentar e energético.

Assim mesmo, no início da segunda década do século XXI, pode ser que o Japão e a Alemanha venham a ser resgatados, uma vez mais, como caminho de saída da crise, para os EUA, e como instrumentos da nova doutrina Obama, que se propõe fazer - desta vez - o cerco econômico e militar da China. O Japão e a Coreia estão sendo pressionados para participar da Trans-Pacific Partnership - TPP, que é hoje a pedra angular da política comercial de Obama, e que se propõe reunir dos dois lados do Pacífico uma grande zona de livre comércio. Ao mesmo tempo em que a Alemanha vem sendo estimulada a liderar um grande pacto comercial transatlântico, entre a UE e os EUA, há quem proponha que o Brasil se junte à "aliança do pacífico". Neste novo xadrez, entretanto, o Brasil é muito menos desenvolvido que a Alemanha e o Japão, mas dispõe de recursos naturais e é autossuficiente, do ponto de vista alimentar e energético. Por isso, talvez só o Brasil tenha hoje condições reais de escolher um caminho que lhe dê maior grau de autonomia estratégica, e maior capacidade de projetar seus interesses e sua influência, numa escala global.

José Luís Fiori, professor titular de economia política internacional da UFRJ, é autor do livro "O Poder Global", da Editora Boitempo, e coordenador do grupo de pesquisa do CNPQ/UFRJ "O Poder Global e a Geopolítica do Capitalismo".

[www.poderglobal.net](http://www.poderglobal.net)

© 2000 – 2012. Todos os direitos reservados ao Valor Econômico S.A. . Verifique nossos Termos de Uso em <http://www.valor.com.br/termos-de-uso>. Este material não pode ser publicado, reescrito, redistribuído ou transmitido por broadcast sem autorização do Valor Econômico.

Leia mais em:

<http://www.valor.com.br/opiniao/2952724/milagres-economicos-da-guerra-fria#ixzz2GLuJ9gvm>

### **O “cisma do Pacífico”**

**Promovido por México, Chile, Peru e Colômbia, o “cisma do Pacífico” tem mais importância ideológica do que econômica dentro da América do Sul, e seria quase insignificante politicamente se não fosse por se tratar de uma pequena fatia do projeto Obama de criação de uma área de reafirmação do poder norte-americano no Pacífico.**

José Luís Fiori

- 
- 
- 

Enviar !Imprimir !

*"O Brasil era naturalmente líder, hoje a coisa é muito complicada. O continente se dividiu, há o "Arco do Pacífico"... Então de alguma maneira perdemos nossa relevância política no continente que era inconteste. Nunca chegamos a pensar uma negociação a fundo com os EUA, sempre tivemos medo". F.H. Cardoso, Valor Econômico, 30 de novembro de 2012*

Na história do desenvolvimento sul-americano – depois da II Guerra Mundial –, o projeto de integração do continente nunca foi uma política de Estado, indo e vindo através do tempo, como se fosse uma utopia "sazonal", que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo dentro da própria América do Sul. Durante a primeira década do século XX, os novos governos de esquerda do continente, somados ao crescimento generalizado da economia mundial – entre 2001 e 2008 – reavivaram e fortaleceram o projeto integracionista, em particular o Mercosul, liderado pelo Brasil e pela Argentina.

Depois da crise de 2008, entretanto, esse cenário mudou: a América do Sul recuperou-se rapidamente, puxada pelo crescimento chinês, mas este sucesso de curto prazo trouxe de volta e vem aprofundando algumas características seculares da economia sul-americana, que sempre obstaculizaram e dificultaram o projeto de integração, como seja, o fato de ser uma somatória de economias primário-exportadoras paralelas, e orientadas pelos mercados externos.

Esta situação de desaceleração ou impasse do "projeto brasileiro" de integração sul-americana explica, em parte, o entusiasmo da grande imprensa econômica internacional e o sucesso entre os ideólogos liberais latino-americanos da nova "Aliança do Pacífico", bloco comercial competidor do Mercosul inaugurado pela "Declaração de Lima", de abril de 2011, e sacramentado pelo "Acordo Marco de Antofagasta", assinado em junho de 2012 por Peru, Chile, Colômbia e México. Quatro países com economias exportadoras de petróleo ou minérios, e adeptos do livre-comércio e das políticas econômicas ortodoxas. O entusiasmo ideológico ou geopolítico, entretanto, encobre – às vezes – alguns fatos e dados elementares.

O primeiro é que os quatro membros da "nova aliança" já tinham assinado acordos prévios de livre-comércio com os EUA e com um grande número de países asiáticos. O segundo, e mais importante, é que o México pertence geograficamente à América do Norte, e desde sua incorporação ao Nafta, em 1994, se transformou num pedaço inseparável da economia americana e também no território ocupado pela guerra entre os grandes cartéis da droga que fornecem a cocaína da sociedade norte-americana, vinda, em boa parte, exatamente do Peru e da Colômbia. Em terceiro lugar, os três países sul-americanos que fazem parte do novo bloco têm territórios isolados por

montanhas e florestas tropicais, e são pequenas ou médias economias costeiras e de exportação, com escassíssimo relacionamento comercial entre si, ou com o México.

O Chile é o único destes três países que possui um clima temperado e terras produtivas, mas é um dos países mais isolados do mundo, e é quase irrelevante para a economia sul-americana. A soma do produto interno bruto dos três é de cerca de U\$ 800 bilhões, menos de 1/3 do produto interno bruto brasileiro, e menos de 1/4 do produto interno do Mercosul. Além disto, o crescimento econômico recente do Chile, Peru e Colômbia foi quase igual ao do Equador e Bolívia, que também são andinos, não pertencem ao novo bloco, se opõem às políticas e reformas neoliberais, e devem ingressar brevemente no Mercosul, como já passou com a Venezuela.

Concluindo, se pode dizer com toda certeza que este "cisma do Pacífico" tem mais importância ideológica do que econômica dentro da América do Sul, e seria quase insignificante politicamente se não fosse pelo fato de se tratar de uma pequena fatia do projeto Obama de criação da "Trans-Pacific Economic Partnership" (TPP), peça central da sua política de reafirmação do poder econômico e militar norte-americano, na região do Pacífico. Desde 2010, o presidente Barack Obama vem insistindo na tecla de que os EUA são uma "nação do Pacífico" que se propõe exercer um papel central e de longo prazo no controle geopolítico e econômico dos dois lados do Pacífico, no Oceano Índico, e no sul da Ásia.

Neste sentido, é preciso ter claro que a inclusão do Brasil neste novo "arco do Pacífico" implica numa opção pela condição de "periferia de luxo" do sistema econômico mundial, e também significa, em última instância, apoiar e participar da estratégia norte-americana de poder global, e ao mesmo tempo, de uma disputa regional, entre os EUA, o Japão e a China, pela hegemonia do leste asiático e do Pacífico Sul. Segundo o *Foreign Affairs*, "if the negotiations be fruit the TPP will add billions to the U.S. economy and solidify Washington's political, financial, and military commitment to the Pacific for decades to come." (july/august 2012; p. 22)

## **Desenvolvimento chinês: Tecnologia e Guerra**

**José Luís Fiori integra o grupo de pesquisa CNPq/UFRJ Poder Global**

**Agosto 2013**

**Os países que se propõe mudar sua posição dentro da hierarquia internacional também mudam seu sistema de pesquisa e inovação. É o que ocorre com a China, onde se deixa para trás a 'cópia tecnológica' por um modelo semelhante ao norte-americano, que conecta defesa e inovação.**

José Luís Fiori

- 
-

Enviar !Imprimir !

*“As happened with other great powers, China seems to be following a technological road where the search for modern defense systems constitutes a primum mobile for national scientific endeavors and modern technologies”.*

*N. Trebat e C. A. Medeiros, “Military modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation”, 2013, p: 25*

É visível, a olho nu, que a liderança da inovação tecnológica se concentra nos países com maior poder dentro do sistema internacional. E que os países que ocupam posições inferiores acessam as tecnologias de “ponta”, através da cópia, da importação ou de pequenas adaptações incrementais, mediante pagamento de “direitos de propriedade intelectual”. Por isto, invariavelmente, os países que se propõe mudar sua posição dentro da hierarquia internacional também mudam, em algum momento, seu sistema de pesquisa e inovação. Como vem acontecendo com a China, segundo estudo recente dos professores N. Trebat e C. Medeiros (*veja nota*), que demonstra que os chineses estão deixando para trás a “cópia tecnológica”, e estão se aproximando rapidamente do modelo norte-americano, onde o “sistema de defesa” do país ocupa um lugar central no seu “sistema de inovação”.

Nos EUA, a mudança se acelerou durante a II Guerra Mundial, com a criação do *National Defense Research Council* (NDRC), que foi responsável pelo projeto Manhattan e pela criação da primeira bomba atômica, e pela reorganização da pesquisa científica dentro das universidades e das empresas privadas reunidas dentro de um mesmo “complexo-militar-industrial-acadêmico” de pesquisa e inovação, orientado pela competição militar com a União Soviética. Donde se possa dizer, hoje, que a Guerra Fria foi responsável – em última instancia - pelos principais avanços tecnológicos norte-americanos, da segunda metade do século XX, no campo aeroespacial e da energia nuclear, da computação, das fibras óticas e dos transistores, assim como da química, da genética e da biotecnologia. Em todos estes setores, a estratégia de defesa americana funcionou como primeiro motor na criação das tecnologias “duais” que revolucionaram a economia mundial. Hoje, a “Agencia de Projetos Avançados de Pesquisa em Defesa” (DARPA) - que responde ao Departamento de Defesa dos EUA - conta com um orçamento de mais de 3 bilhões de dólares, e financia investigações em todo e qualquer setor considerado estratégico para a segurança americana, independente do seu objeto específico, bastando se propor “inovações radicais” na fronteira do conhecimento humano.

No caso chinês, a inflexão começou nos anos 90, depois da Guerra do Golfo, quando a China reconheceu a necessidade de modernizar seu sistema de defesa e mudou o rumo da sua pesquisa científica e tecnológica, adotando progressivamente o modelo americano de integração da academia com o setor público e privado, na produção de “tecnologias duais” capazes de dinamizar, ao mesmo tempo, a economia civil chinesa. O passo inicial foi dado, ainda na década de 80, com a criação da “Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria, para a Defesa Nacional”, mas o verdadeiro salto aconteceu depois de 1990, quando foi criado o “Programa 863” de financiamento à pesquisa de “ponta”, e depois de 2001, quando foi lançado o “Projeto de Segurança

Estatal 998”, com objetivo explícito de desenvolver a capacidade chinesa de contenção das forças norte-americanas no Mar do Sul da China. Entre 1991 e 2001, o gasto militar chinês cresceu 5% ao ano, e entre 2001 e 2010, 13%. Hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, neste caso, é que os gastos com a “defesa” já alcançam cerca de 30% de todo o gasto governamental com pesquisa e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses, nos últimos anos, na microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química, e no campo aeroespacial. Mais recentemente, o “Plano de Desenvolvimento Nacional Científico e Tecnológico de Médio e Longo Prazo”, para o período entre 2006 e 2020, aumentou a tônica no desenvolvimento das tecnologias “duais”, e na importância da conquista da autonomia militar da China. E apesar de que os chineses sigam utilizando tecnologias importadas, a verdade é que eles obtiveram avanços notáveis nestas últimas duas décadas. Neste sentido, o novo caminho tecnológico da China parece reforçar uma verdade antiga e obliterada sistematicamente, pela “ciência econômica”: que o ritmo e liderança da pesquisa e inovação de “ponta”, nos países que lideram a hierarquia internacional, não são determinados pelas forças de mercado. Nestes casos - e cada vez mais - as grandes inovações vieram de sua estratégia de defesa e de sua permanente “preparação para a guerra”. Goste-se ou não, foi sempre assim, e ainda mais, no caso dos estados nacionais que criaram e lideraram, ou lutaram pela liderança do sistema interestatal capitalista, através do séculos.

*Nota*

*N. Trebat e C. A. Medeiros, “Military modernization in Chinese Technical Progress and Industrial Innovation”, paper, “World Keynhes Conference”, Izmir Economics University, junho de 2013.*

(\*) José Luis Fiori é professor titular de Economia Política Internacional da UFRJ e coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPQ/UFRJ "O Poder Global e a Geopolítica do Capitalismo". ([www.poderglobal.net](http://www.poderglobal.net))

## **VI – Série Flavio Lyra**

### **1. POR QUE O DESENVOLVIMENTISMO NÃO É A RESPOSTA.**

**Flavio Lyra.** Brasília, 04 de Novembro de 2011

Defender a tese de que o desenvolvimentismo não representa uma resposta aos problemas dos países de menor desenvolvimento relativo é uma posição ingrata para quem dedicou a maior parte da vida a formular sugestões de política econômica nessa linha de pensamento. Na contramão do pensamento liberal (e neoliberal), na crença equivocada de que a simples mobilização do Estado para intervir na atividade econômica e estimular as mudanças na composição da produção, seja com o suporte político da democracia representativa, seja com governos autoritários, resolveria os problemas das desigualdades sociais, da concentração dos

poderes econômico e político nos âmbitos internacional e nacional e, mais recentemente, da destruição do meio ambiente.

É uma tarefa ingrata por que, depois de tantos anos de domínio quase completo do pensamento neoliberal, faz-se indispensável adotar uma atitude crítica quando surge agora a oportunidade de reafirmação de uma visão de política econômica menos submissa aos desígnios do mercado e com maior simpatia pela intervenção estatal. Não há, por certo, por que negar méritos à visão desenvolvimentista em sua fase inicial de existência, pois se contrapôs a uma visão liberal que defendia a especialização dos países atrasados na produção de produtos primários nos quais gozavam de vantagens comparativas.

Trata-se agora, porém, da necessidade de encarar realisticamente o novo contexto mundial. O capitalismo de livre mercado nos países ocidentais, depois dos trinta anos de neoliberalismo, gerou: desaceleração do crescimento da economia mundial; aumento da concentração da propriedade e renda pessoal no âmbito nacional e entre países; agravamento do problema de destruição do meio ambiente, e continuação das guerras por disputa de mercados e recursos naturais. No mesmo período, o capitalismo de estado na China foi muito bem sucedido em promover o desenvolvimento econômico, mas vem produzindo crescentes desigualdades sociais e destruição do meio ambiente, sob a tutela de um Estado autoritário.

Nesse contexto, é insuficiente, uma visão “economicista”, simplesmente centrada na disputa entre mercado e estado na promoção do desenvolvimento capitalista, visando apenas mudanças teóricas na estrutura produtiva em favor da industrialização, capacitação tecnológica, melhoria da competitividade, aumento no nível do emprego. Conforme menciona José Fiori (\*\*) em seu artigo, A Miséria do “Novo Desenvolvimentismo”. “E finalmente, com relação ao papel do estado, o neo-desenvolvimentismo propõem que seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central dos interesses contraditórios das classes e das nações -” (grifo meu F.L.)

Por outro lado, nós desenvolvimentistas, que compartilhamos a idéia de que o desenvolvimento econômico corresponde a mudanças estruturais, precisamos estar alertas para não desviarmos nosso foco para a discussão de questões conjunturais sem a perspectiva dos objetivos de longo prazo típicos do processo de desenvolvimento. A análise keynesiana, de curto-prazo, não obstante seus indiscutíveis méritos para o entendimento das flutuações do nível da renda e do emprego tende a empanar a visão as mudanças estruturais, quase nada dizendo sobre os rumos do processo de desenvolvimento.

É natural que haja resistências em pensar uma abordagem do desenvolvimento centrada em mudanças institucionais profundas no capitalismo vigente e, inclusive, aberta à transformações que transcendam a atual ordem econômica, política e social. Essa tem sido a posição, compreensível, dos formuladores de política econômica dos governos, que têm a necessidade de manter a governabilidade, buscando conciliar os interesses contraditórios de suas sociedades. Mas, paradoxalmente, é também a de muitos teóricos do desenvolvimento, que se impõem auto-restrições, de modo a não arcar com os inconvenientes que derivam da defesa de mudanças nas formas de propriedade e nas formas de estado, desconhecendo que todas essas formas são transitórias e que a história não chegou a seu fim, como pretendia demonstrar o norte-americano Francis Fukuyama, em seu pouco convincente livro apologético do capitalismo, “O Fim da História”.

José Fiori, em seu artigo anteriormente mencionado, desperta a atenção para o maior realismo dos asiáticos em sua visão de desenvolvimento, quando afirma: “Neste sentido fica ainda mais claro que o desenvolvimentismo latinoamericano sempre teve um parentesco maior com o keynesianismo e com a “economia do desenvolvimento anglo-saxônica” do que com o

nacionalismo econômico e o antiimperialismo que são a mola mestra do desenvolvimento asiático”

No caso do Brasil, há toda uma série de questões importantes que precisam ser tratadas como condição sine qua non para uma abordagem apropriada de suas possibilidades de enveredar por um estilo de desenvolvimento que não reproduza as estruturas (econômica, política e social) hoje vigentes aqui e nos países industrialmente avançados, de que derivam: elevada concentração da propriedade nas mãos de poucos grupos privados internacionais e nacionais; falta de controle nacional de atividades estratégicas; crescente concentração da renda pessoal; grande dependência de fontes de energia fóssil; elevada vulnerabilidade a crises econômicas e financeiras; altos níveis desemprego permanente; submissão do poder político ao poder econômico etc.

Resulta óbvio que o processo de desenvolvimento que a sociedade brasileira requer dificilmente será realizado com: manutenção do controle da propriedade das indústrias estratégicas ou de maior conteúdo tecnológico nas mãos das grandes corporações internacionais; concentração dos financiamentos oficiais na criação de “campeões” nacionais que se tornam grandes investidores nos países desenvolvidos em detrimento do investimento interno; com a carência de investimentos estatais na infraestrutura econômica e no fomento de P&D; com um sistema bancário privado que não se presta ao financiamento de longo prazo; com baixos investimentos nas universidades públicas; com um sistema de ensino de baixa qualidade; e com uma democracia representativa capturada pelos interesses econômicos privados.

Não parece crível que uma nova ordem econômica e social que venha a ocupar o lugar do capitalismo, em que pese o respeito que tenhamos pela visão marxista de Revolução, venha a significar uma transformação tão profunda que possa substituir inteiramente as bases materiais e institucionais do capitalismo. Se assim for, não há porque não concentrar o poder de criação da sociedade atual no fortalecimento das bases que deverão permanecer numa nova ordem e no desestímulo aos fatores que conduzem à manutenção e fortalecimento da ordem atual. Eis um desafio realista para os desenvolvimentistas.

(\*) Economista. cursou o doutorado de Economia da UNICAMP. Ex-técnico do IPEA.

(\*\*) Valor Econômico de 30 de Novembro de 2011

.....

**Comentário de Rodrigo Medeiros - medrodrigo@gmail.com**

O livro é muito bom e o autor muito respeitado na academia francesa. Furet defendeu "a república do centro" por compreender que os países desenvolvidos haviam atingido um estágio de maturidade em que era difícil se ter estabilidade política com extremismos ideológicos no governo.

*Le Passé d'une illusion, essai sur l'idée communiste au XXe siècle*, Laffont/Calmann-Lévy, Paris, 1995, 580p.

Se o autor estivesse vivo talvez ele pudesse analisar o tempo presente através dessa perspectiva. Enfim, é especular sobre algo que poderia ter sido. Desejei apenas mostrar que os autores do passado devem ser situados em seu tempo histórico, incluindo suas preocupações e méritos.

Sinceramente não sei o que o José L. Fiori tentou dizer. Ele precisa ser mais claro se deseja apontar "responsáveis" por algo. O difícil será fazer isso no jornal da elite sem perder a coluna e a remuneração pela mesma, honrando o passado de "ilusão" esquerdista dele.

Desculpe-me pela ironia, mas em alguns momentos é irresistível. Um abraço,

## **A CRISE MUNDIAL E A NECESSIDADE DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

**Flavio Lyra.** Brasília, 03 de Setembro de 2011.

Certamente um dos traços marcantes do pensamento neoliberal é o desprezo pelas preocupações de longo prazo do processo de desenvolvimento econômico. A ênfase colocada no papel da empresa privada e do mercado, típicas dessa visão, relega a plano secundário a utilização de qualquer visão integrada do futuro, para o conjunto do país, como orientadora das decisões mais imediatas no plano governamental.

Por certo, que as grandes corporações privadas não descartam a necessidade de pensar estrategicamente seu desenvolvimento futuro. O que realmente não é admitido é que o Estado adote uma visão semelhante, no suposto equivocado de que o todo é sempre o somatório do comportamento das partes, representados pelas empresas e pelos indivíduos.

Nessa concepção, cujos expoentes são Hayek e Popper, conhecida com individualismo metodológico, a explicação dos fenômenos deriva-se do que ocorre com os indivíduos, desconsiderando qualquer tratamento holístico da realidade.

Desde que o pensamento neoliberal iniciou sua penetração no país, no início dos anos 90, os governos abandonaram o planejamento econômico, que havia sido uma prática dominante nas décadas de 60 e 70, com papel importante nas transformações ocorridas vinculadas ao processo de industrialização.

Na interpretação da profunda crise que afeta já há vários anos afeta as economias mais avançadas e da culminância que assume no momento atual que necessariamente vai se propagar por todo o mundo, alguns pensadores, como os filósofos marxistas István Mészáros (1) e Slavov Žižek (2), colocam em tela de juízo a própria sobrevivência do sistema capitalista, ao menos em sua forma liberal, trazendo à ordem do dia a necessidade da sociedade brasileira retomar as preocupações com o desenvolvimento a longo prazo.

Se for certo, como dizia o grande filósofo húngaro, György Lukács, que “não pode haver tática sem estratégia”, num momento de crise como o atual essa afirmação assume ares de verdade quase absoluta para um país, pleno de potencialidades, que dependendo do encaminhamento que dê às questões econômicas, sociais e políticas, poderá sair fortalecido da crise ou, pelo contrário, perder o bonde da história mais uma vez e permanecer na situação de subdesenvolvimento em que ainda se encontra.

Como é fácil concluir, é nas decisões do dia-a-dia que é construído o longo prazo desejável, que depende das escolhas adotadas em relação às decisões de curto-prazo. Lamentavelmente, ainda sob a forte influência do pensamento neoliberal, a sociedade brasileira não tem se mostrado capaz de romper com a inércia da fase neoliberal, que limita fortemente as possibilidades de avançar na direção de mudanças estruturais.

A aparente despreocupação keynesiana com o futuro, pois em suas palavras “no longo prazo estaremos todos mortos”, a meu ver, mais uma frase de efeito, não parece condizente com o momento atual, pois à falta de uma visão estratégica que permita reorientar as decisões atuais, poderemos estar caminhando na direção do abismo, empurrados pela racionalidade microeconômica predominante.

No contexto atual uma decisão do COPON sobre a redução da taxa básica de juros de 0,5 % absorve, muitas vezes, mais energia dos dirigentes do país do que a discussão sobre a validade de seguir adotando o mesmo modelo de política macroeconômica, tendo em vista os interesses do país a longo prazo.

Em realidade, vive-se um período de grande inércia, que impede o aparecimento de alternativas para condução, não só do processo econômico, mas também do político, não obstante as deficiências notórias dos modelos atuais.

A política macroeconômica atual, concentrada em objetivos de curtíssimo prazo, acaba estabelecendo os limites para o desenvolvimento de outras ações que levariam às transformações estruturais desejáveis no longo prazo. Se o país adotasse uma estratégia de longo prazo, a consolidação do processo de industrialização e a melhoria na distribuição de renda seriam prioridades centrais para as decisões no curto-prazo.

Nesse caso, certamente não faria sentido manter elevado o superávit fiscal para pagar juros da dívida pública, em favor de uma suposta redução da taxa de juros e em detrimento dos investimentos na infraestrutura econômica e do gasto público na área social. Tampouco, faria sentido uma política cambial que mantem o real apreciado e estimula a desindustrialização.

O Brasil possui uma série de projetos importantes, alguns em execução, que precisam ser tratados de forma integrada no contexto de uma estratégia de longo prazo, que sirva de marco orientador, não só para as decisões da política macroeconômica, mas também para outras definições mais estruturais como o papel do Estado na economia, o papel do investimento estrangeiro, a política de defesa nacional, as relações internacionais, a reorganização do processo político etc. Todos esses elementos, decisivos para enfrentar o quadro de crise internacional, vencer as vulnerabilidades e aproveitar as potencialidades, de modo a solucionar os problemas internos e afirmar-se no contexto internacional.

Entre esses projetos, caberia mencionar: a exploração de petróleo e gás do Pré-sal, o desenvolvimento das indústrias e serviços de alta tecnologia, a integração dos países do continente sulamericano (UNASUL), o reaparelhamento das Forças Armadas, a construção de grandes hidroelétricas, o desenvolvimento da produção de etanol e o programa espacial.

Não cabe deixar de considerar as estreitas interrelações existentes entre os aspectos econômico, social e político de que dependerão o sucesso ou o fracasso do país diante dos grandes desafios que será necessário enfrentar, desde agora.

Sem o suporte político adequado da classe trabalhadora e de suas organizações, dificilmente o país conseguirá romper as amarras atuais da integração internacional.

dependente, que o subordinam ao processo de globalização comandado pelas grandes corporações privadas internacionais, especialmente, as financeiras. Isto, em função do funcionamento anárquico intimamente associado à natureza desarticulada e competitiva de seu funcionamento na atual etapa do desenvolvimento capitalista, exacerbados pela crise.

(\*) Economista. cursou doutorado de economia na UNICAMP. Ex-técnico do IPEA.

(1)“A Crise Estrutural do Capital”. Ed. Boitempo (2009-11), São Paulo, SP.

(2)“Primeiro como Tragédia, depois com Farsa”. Ed. Boitempo (2011). São Paulo, SP.

### **POR QUE O DESENVOLVIMENTISMO NÃO É A RESPOSTA.**

**Flavio Lyra.** Brasília, 04 de Novembro de 2011

Defender a tese de que o desenvolvimentismo não representa uma resposta aos problemas dos países de menor desenvolvimento relativo é uma posição ingrata para quem dedicou a maior parte da vida a formular sugestões de política econômica nessa linha de pensamento. Na contramão do pensamento liberal (e neoliberal), na crença equivocada de que a simples mobilização do Estado para intervir na atividade econômica e estimular as mudanças na composição da produção, seja com o suporte político da democracia representativa, seja com governos autoritários, resolveria os problemas das desigualdades sociais, da concentração dos poderes econômico e político nos âmbitos internacional e nacional e, mais recentemente, da destruição do meio ambiente.

É uma tarefa ingrata por que, depois de tantos anos de domínio quase completo do pensamento neoliberal, faz-se indispensável adotar uma atitude crítica quando surge agora a oportunidade de reafirmação de uma visão de política econômica menos submissa aos desígnios do mercado e com maior simpatia pela intervenção estatal. Não há, por certo, por que negar méritos à visão desenvolvimentista em sua fase inicial de existência, pois se contrapôs a uma visão liberal que defendia a especialização dos países atrasados na produção de produtos primários nos quais gozavam de vantagens comparativas.

Trata-se agora, porém, da necessidade de encarar realisticamente o novo contexto mundial. O capitalismo de livre mercado nos países ocidentais, depois dos trinta anos de neoliberalismo, gerou: desaceleração do crescimento da economia mundial; aumento da concentração da propriedade e renda pessoal no âmbito nacional e entre países; agravamento do problema de destruição do meio ambiente, e continuação das guerras por disputa de mercados e recursos naturais. No mesmo período, o capitalismo de estado na China foi muito bem sucedido em promover o desenvolvimento econômico, mas vem produzindo crescentes desigualdades sociais e destruição do meio ambiente, sob a tutela de um Estado autoritário.

Nesse contexto, é insuficiente, uma visão “economicista”, simplesmente centrada na disputa entre mercado e estado na promoção do desenvolvimento capitalista, visando

apenas mudanças teóricas na estrutura produtiva em favor da industrialização, capacitação tecnológica, melhoria da competitividade, aumento no nível do emprego. Conforme menciona José Fiori (\*\*) em seu artigo, A Miséria do “Novo Desenvolvimentismo”. “E finalmente, com relação ao papel do estado, o neo-desenvolvimentismo propõem que seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central dos interesses contraditórios das classes e das nações -” (grifo meu F.L.)

Por outro lado, nós desenvolvimentistas, que compartilhamos a idéia de que o desenvolvimento econômico corresponde a mudanças estruturais, precisamos estar alertas para não desviarmos nosso foco para a discussão de questões conjunturais sem a perspectiva dos objetivos de longo prazo típicos do processo de desenvolvimento. A análise keynesiana, de curto-prazo, não obstante seus indiscutíveis méritos para o entendimento das flutuações do nível da renda e do emprego tende a empanar a visão as mudanças estruturais, quase nada dizendo sobre os rumos do processo de desenvolvimento.

É natural que haja resistências em pensar uma abordagem do desenvolvimento centrada em mudanças institucionais profundas no capitalismo vigente e, inclusive, aberta à transformações que transcendam a atual ordem econômica, política e social. Essa tem sido a posição, compreensível, dos formuladores de política econômica dos governos, que têm a necessidade de manter a governabilidade, buscando conciliar os interesses contraditórios de suas sociedades. Mas, paradoxalmente, é também a de muitos teóricos do desenvolvimento, que se impõem auto-restrições, de modo a não arcar com os inconvenientes que derivam da defesa de mudanças nas formas de propriedade e nas formas de estado, desconhecendo que todas essas formas são transitórias e que a história não chegou a seu fim, como pretendia demonstrar o norteamericano Francis Fukuyama, em seu pouco convincente livro apologético do capitalismo, “O Fim da História”.

José Fiori, em seu artigo anteriormente mencionado, desperta a atenção para o maior realismo dos asiáticos em sua visão de desenvolvimento, quando afirma: “Neste sentido fica ainda mais claro que o desenvolvimentismo latinoamericano sempre teve um parentesco maior com o keynesianismo e com a “economia do desenvolvimento anglo-saxônica” do que com o nacionalismo econômico e o antiimperialismo que são a mola mestra do desenvolvimento asiático”

No caso do Brasil, há toda uma série de questões importantes que precisam ser tratadas como condição sine qua non para uma abordagem apropriada de suas possibilidades de enveredar por um estilo de desenvolvimento que não reproduza as estruturas (econômica, política e social) hoje vigentes aqui e nos países industrialmente avançados, de que derivam: elevada concentração da propriedade nas mãos de poucos grupos privados internacionais e nacionais; falta de controle nacional de atividades estratégicas; crescente concentração da renda pessoal; grande dependência de fontes de energia fóssil; elevada vulnerabilidade a crises econômicas e financeiras; altos níveis de desemprego permanente; submissão do poder político ao poder econômico etc.

Resulta óbvio que o processo de desenvolvimento que a sociedade brasileira requer dificilmente será realizado com: manutenção do controle da propriedade das indústrias estratégicas ou de maior conteúdo tecnológico nas mãos das grandes corporações

internacionais; concentração dos financiamentos oficiais na criação de “campeões” nacionais que se tornam grandes investidores nos países desenvolvidos em detrimento do investimento interno; com a carência de investimentos estatais na infraestrutura econômica e no fomento de P&D; com um sistema bancário privado que não se presta ao financiamento de longo prazo; com baixos investimentos nas universidades públicas; com um sistema de ensino de baixa qualidade; e com uma democracia representativa capturada pelos interesses econômicos privados.

Não parece crível que uma nova ordem econômica e social que venha a ocupar o lugar do capitalismo, em que pese o respeito que tenhamos pela visão marxista de Revolução, venha a significar uma transformação tão profunda que possa substituir inteiramente as bases materiais e institucionais do capitalismo. Se assim for, não há porque não concentrar o poder de criação da sociedade atual no fortalecimento das bases que deverão permanecer numa nova ordem e no desestímulo aos fatores que conduzem à manutenção e fortalecimento da ordem atual. Eis um desafio realista para os desenvolvimentistas.

(\*) Economista. cursou o doutorado de Economia da UNICAMP. Ex-técnico do IPEA.

(\*\*) Valor Econômico de 30 de Novembro de 2011

### **PODER E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL ATUAL**

Flavio Lyra. Brasília, 20 de Janeiro de 2012

*“As teorias econômicas usadas por aqueles que participam da luta social precisam ser julgadas não por seu valor objetivo, mas primordialmente por sua eficácia para despertar emoções”.* (Wilfredo Pareto -1917).

É muito freqüente que os textos que se propõem a tratar das questões concretas do processo de desenvolvimento concentrem-se na análise de variáveis macroeconômicas e de suas interrelações, como se elas tivessem vida própria e não fossem mais do que o reflexo das ações dos homens, que atuando através de organizações, cooperam entre si para a produção dos bens que atendem suas necessidades e disputam, de modos nem sempre pacíficos e quase nunca justos, os resultados dessa produção.

Dessa forma, as propostas para orientar o processo de desenvolvimento se restringem a indicar um conjunto “a priori” limitado de ferramentas, supostamente eficazes, para conduzir as variáveis examinadas na direção dos objetivos escolhidos e traduzidos quantitativamente em termos das já referidas variáveis. Com este tratamento oculta-se a questão verdadeiramente importante do desenvolvimento que é a de mobilizar os homens, os grupos sociais e as classes para transformarem as organizações em que atuam, de modo a

capacitá-las para impulsionar as realizações que constituem a essência do desenvolvimento. Ou seja, trata-se da questão do poder e das estruturas em que se originam, em suas dimensões econômica, ideológica e política, que é assim contornada.

São essas relações de poder que determinam o funcionamento das diferentes organizações que movimentam a sociedade. São elas que de fato, impulsionam as atividades humanas que conduzem ao desenvolvimento, compreendendo três tipos principais: as empresas e seus arranjos supraempresariais; os estados nacionais e seus arranjos internacionais e os organismos multinacionais.

Na atual etapa de desenvolvimento da humanidade, a concentração dos poderes nas mãos de uma oligarquia internacional, no comando de grandes corporações privadas, especialmente bancos, associadas a oligarquias locais, na medida em que em nome dos mercados que elas mesmas controlam, subordinam os estados nacionais e os organismos multinacionais, constituem o grande obstáculo ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Essas organizações privadas supraempresariais, comandadas por grandes bancos, através do processo de globalização dos últimos 30 anos, passaram a constituir monopólios globais que se especializaram na geração de lucros (rendas) a partir da realização de inversões financeiras, reforçando o poder de dominação econômica que os monopólios há muito existentes na área da produção já exerciam no controle dos recursos naturais e dos mercados de produtos em todo o mundo. Na fase atual, esses monopólios, voltados para a acumulação financeira, se assemelham a verdadeiros vampiros da atividade econômica tradicional, até mesmo nos países centrais, pois se alimentam diretamente do crescente endividamento, público, das famílias, e das empresas privadas de menor dimensão. Indiretamente, apropriam-se dos salários da classe trabalhadora. A existência desses monstros sem alma, verdadeiras máquinas parasitárias de produzir fortunas, está na raiz da atual crise mundial.

Essas grandes corporações não são, no entanto, excrescências no desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário elas são o resultado natural do avanço do processo de concentração da renda e da propriedade inerentes à organização capitalista de produção apoiada na propriedade privada, no lucro e no funcionamento dos mercados sem controle social.

Os estados nacionais nos países centrais, mas também nos países periféricos, e os organismos internacionais, transformaram-se, assim, em meros instrumentos para acumulação de capital desses monopólios, inclusive sendo mobilizados para realizar guerras de agressão e sanções econômicas contra países frágeis, destinadas ao controle de mercados e de fontes de recursos naturais e ao impedimento do

desenvolvimento tecnológico.

Mesmo nos países centrais, os estados estão cada vez mais incapacitados de por em prática políticas em favor do próprio desenvolvimento nacional e, menos ainda, da maioria da população. A grande concentração da renda pessoal que vem ocorrendo nos países centrais, em detrimento das classes média e baixa, é uma demonstração insofismável desse fato.

Falar de desenvolvimento no caso do Brasil, e de outros países em situação igual ou inferior, sem abordar as questões de mudança nas três dimensões do poder antes mencionadas e de suas interrelações é dizer muito pouco.

Para iniciar, não cabe desconhecer que o poder econômico das grandes corporações privadas internacionais e nacionais é de tal expressão que mantêm nossa economia submetida a relações econômicas e financeiras que nos impedem de aproveitar adequadamente o grande potencial de nossa dotação recursos humanos e materiais, nos condenando a baixas taxas de crescimento e ao crescente risco de perda da base industrial construída no passado com grandes sacrifícios.

Por certo, que as grandes empresas nacionais que nos restam, depois do intenso processo de privatização realizado entre 1990 e 2002, não têm o poder de mudar a situação, inclusive por que se comportam conforme a mesma lógica das corporações internacionais. Haja vista a Cia Vale do Rio Doce, a segunda maior exportadora de minério de ferro do mundo, uma das empresas privatizadas, que não revela qualquer interesse em avançar na industrialização do minério de ferro do país.

Por sua vez, o atraso em que nos encontramos em matéria de desenvolvimento tecnológico e inovação guarda estreita relação com o domínio de setores importantes de nosso parque industrial por empresas integralmente de capital estrangeiro, que além de serem responsáveis pela transferência de vultosas rendas para exterior não têm demonstrado maior interesse em desenvolver tecnologia no país.

Estamos presos, por outro lado, a acordos internacionais, como nos casos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Mundial da Propriedade (OMP) que limitam fortemente nossa capacidade de controlar os fluxos de comércio e o uso de patentes estrangeiras, constituindo uma verdadeira reserva de mercado para empresas internacionais.

No plano das relações financeiras, nos mantemos submetidos a regras não escritas de não exercermos maiores controles sob os fluxos de capital internacional, deixando as portas abertas para os capitais especulativos que em nada nos favorecem e nos forçam a manter uma taxa de câmbio sobre-valorizada que desestimula as exportações industriais e favorece a invasão de produtos estrangeiros, levando a destruição de nossa base industrial.

Por certo, que os monopólios internacionais e seus aliados nacionais, que controlam nossas exportações de produtos primários são favoráveis a atual política, pois dela se beneficiam mediante investimentos e importação de insumos e bens de capital a preços favorecidos.

É, pois, evidente que no plano econômico são indispensáveis mudanças fundamentais que nos permitam avançar no processo de construção de nosso sistema industrial em duas dimensões: constituição de uma base produtiva apta a abastecer a crescente demanda interna de produtos industriais e de participar em pé de igualdade no intercâmbio internacional; e criação de capacidade de geração e incorporação crescente de tecnologia à atividade econômica. Também é fundamental frear o processo de reprimarização da economia, impedindo o esgotamento prematuro de nossos recursos naturais e sua exploração predatória, sob a pressão da demanda internacional.

Desarticular os monopólios privados internos, muitos deles mera projeção dos monopólios internacionais, especialmente no âmbito do sistema bancário, é imprescindível para aumentar o poder do estado para o exercício de uma política econômica adequada a realização das transformações inerentes ao processo de desenvolvimento. O papel das empresas estatais é fundamental para essa finalidade. No Brasil atual, sob o pretexto de aumentar o poder de competição das empresas privadas nacionais, em total contradição com as necessidades do desenvolvimento, o BNDES destina parte importante de seus recursos de origem pública a financiar em condições vantajosas a constituição de grandes monopólios, os denominados “campeões”. A atual submissão da política econômica ao mercado é em grande medida fruto da ação desses monopólios sobre os políticos e o aparelho estatal.

É necessário avançar com o processo de redução das desigualdades sociais. Para tanto, é decisivo que os salários médios acompanhem o ritmo de avanço da produtividade e o crescimento econômico seja suficiente para reduzir de forma persistente o subemprego e impedir o crescimento do desemprego aberto. Os gastos públicos nas áreas de educação, saúde moradia e saneamento precisam acompanhar o crescimento da produção e melhorarem sua eficácia.

É ainda preciso reduzir substancialmente a sangria das receitas públicas com o pagamento de juros e liberar recursos para aumentar os investimentos na infraestrutura econômica e na área social.

Mas, para que tudo isto não seja mera declaração de intenções são cruciais mudanças fundamentais no controle das duas outras formas de poder a que estamos submetidos. Precisamos urgentemente de uma ideologia desenvolvimentista que liberte nossa população dos preconceitos liberais que tem servido de base à privatização de nossa atividade econômica e dos serviços sociais e a colocação da empresa privada e dos mercados como símbolos maiores da eficiência. O controle

social dos mercados deve fazer parte da nova ideologia.

O resgate do valor da noção de socialismo é indispensável para dar sentido ao pensamento desenvolvimentista, porquanto a forma capitalista de produção já encontrou seus limites e não oferece perspectivas para o avanço econômico e social dos países mais atrasados. O socialismo real que existiu na antiga União Soviética, com seus desvios e atrocidades, não deve servir de referência para demonizar a idéia de socialismo como forma avançada de organização social e para justificar a falta de alternativa ao capitalismo.

É preciso "dessacralizar" o capital estrangeiro e vê-lo apenas como um instrumento para apoiar nosso desenvolvimento, mas sempre que submetido aos controles da política interna, de modo a que não se transforme em peso para o avanço do desenvolvimento. Por último, é preciso reduzir as transferências indevidas de recursos para o exterior, sob as diferentes rubricas de que se vale o capital estrangeiro para repatriar empréstimos e investimentos financeiros e produtivos.

A classe trabalhadora precisa ser educada e conscientizada sobre o papel de suas organizações no processo de desenvolvimento. Vivemos numa sociedade em que a elite, por suas estreitas ligações com os interesses do capitalismo internacional, acha-se incapacitada de liderar um processo de mobilização nacional para afastar os obstáculos que o capitalismo internacional impõem ao desenvolvimento do país. Somente a classe trabalhadora tem condições de independência suficientes para liderar a sociedade brasileira para realização de uma efetiva política de desenvolvimento.

A necessidade de exercer controles sobre os meios de comunicação também é evidente. Esses meios acham-se há muito tempo capturados pelos interesses das oligarquias internas e do capital privado internacional.

A política econômica precisa quebrar os laços que a tornam dependente dos interesses das corporações privadas, especialmente os bancos.

É para essas tarefas que estão convocados os intelectuais bens intencionados e preocupados com o futuro. É hora desses intelectuais, especialmente economistas, usarem menos tempo em elucubrações econométricas e estudo e ensino de teorias econômicas vazias de significado para nossa realidade dedicando-se à formulação e difusão de um nova doutrina para o desenvolvimento do país.

Por último, vem a questão do poder político, ou do controle do estado pelas forças comprometidas com os interesses populares. Em nossa democracia, esse controle é quase inexistente, pois as forças sociais vinculadas aos interesses dos diferentes segmentos da classe dominante estão muito presentes e atuantes no aparelho estatal. É indispensável, porém que o grau de controle exercido pelos partidos políticos

comprometidos com o projeto desenvolvimentista seja suficiente grande para tornar possível a mobilização do aparelho do Estado, ainda que parcialmente, para os objetivos do desenvolvimento.

A democracia representativa existente no país em sua conformação atual não é suficiente para dar suporte as ações de política econômica requeridas. Daí a necessidade de mudanças na organização política e partidária que possibilitem maior influência da maioria da população sobre os quadros políticos, de modo a diminuir a influência relativa dos poderes econômico e ideológico da elite sobre o eleitorado, os movimentos sociais, as organizações de trabalhadores e os partidos políticos.

### **A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO, QUE NÃO ACONTECEU**

**Flávio Lyra.** Brasília, 27 de Janeiro de 2012.

Os dados das contas externas do país, examinados isoladamente dão margem tanto aos otimistas, quanto aos pessimistas, para sustentarem suas crenças no que respeita à evolução recente e as perspectivas futuras da economia brasileira.

Para os otimistas, estamos avançando em nosso processo de desenvolvimento, o que justifica a atitude dos investidores estrangeiros de estarem aumentando seus investimentos no país.

Estariam eles mais confiantes em nosso potencial de crescimento, sustentado por uma política econômica que tem conseguido combinar ações austeras e respeitadoras das regras do mercado e realizações bem sucedidas para a correção das injustiças sociais.

Contribuem, principalmente, para essa visão os fatos de ter havido razoável crescimento da produção e do emprego nos últimos anos e de ter sido acumulado um nível elevado de reservas internacionais, que funcionam como garantia de que o crescimento não será interrompido por insuficiência de recursos em moeda estrangeira, nem haverá perigo de calote nos financiamentos.

Para os pessimistas, o aumento acelerado do saldo negativo das transações correntes, reflexo do processo de desindustrialização que se acentuou nos últimos anos em decorrência da baixa competitividade da produção industrial, conduz o país para uma crise de graves proporções e, o que é mais grave, a uma involução no processo de desenvolvimento.

As estatísticas mostram que o saldo negativo das transações correntes do balanço de pagamentos partiu da cifra positiva, no quadriênio 2004-2007, de US\$ 40,2 bilhões para um valor negativo de US\$ 149,2 bilhões no último quadriênio, ou seja, uma perda de US\$ 189,4 bilhões. Os saldos negativos têm sido crescentes e não apresentam perspectiva de reversão nos próximos anos.

Formar um juízo equilibrado da situação requer, entretanto, um maior esforço analítico, que permita conhecer melhor os fatores que têm condicionado o desempenho da economia, separando-os em duas classes:

estruturais e conjunturais.

No primeiro grupo, situam-se três fatores que têm jogado papel decisivo no funcionamento da economia do país ao longo de vários anos; a) o caráter altamente oligopólico das empresas, intensificado ao longo do tempo; b) o controle expressivo e crescente de empresas pelo capital estrangeiro; e c) a baixa propensão da economia ao investimento produtivo, especialmente em infraestrutura e setores de alta tecnologia.

Estes fatores seriam indicadores do grau de autonomia da economia nacional para avançar em seu processo de desenvolvimento.

A estrutura oligopolizada das empresas, afigura-se fator decisivo na determinação da forte vulnerabilidade da economia a pressões inflacionárias. O poder dos bancos para manter altas taxas de juros e grandes margens de lucro é parte integrante deste quadro. A competição das importações ao lado da política monetária têm sido, assim, decisivos para manter a inflação sob controle.

O recurso à importações tem sido, provavelmente, o fator mais importante para conter o ímpeto inflacionário da ação dos oligopólios.

Salvo no período 2005-2009, quando o país acumulou superávits nas transações correntes, nos demais anos tem sido necessário recorrer integralmente a financiamento externo para complementar o abastecimento do mercado interno.

O predomínio crescente do capital estrangeiro em vários segmentos da indústria tem representado, por sua vez, um empecilho de grande monta à capacitação tecnológica das empresas e um estímulo permanente à desarticulação das cadeias produtivas, levando à importação de componentes do exterior, mormente de empresas coligadas.

A insuficiência de investimentos na infraestrutura econômica e em indústrias de alta tecnologia têm sido uma constante da realidade econômica do país. O setor privado não tem se mostrado interessado em realizar tais investimentos e a situação fiscal do setor público não tem permitido reservar mais do que um pequeno percentual do orçamento para essa finalidade. A realização de investimentos estatais em indústrias de alta tecnologia tem constituído um verdadeiro tabu, especialmente depois que da execução do amplo programa de privatização executado nos anos 90.

Esse quadro de baixa propensão ao investimento, em boa medida, explica-se pela preferência do sistema financeiro privado pela concessão de crédito de curto e médio prazo ao setor privado e aplicações em títulos do governo, evitando aplicações de menor liquidez e maior risco.

Os fatores assinalados, atuando conjuntamente, respondem pela situação de baixa competitividade do parque industrial no mercado internacional e geram uma situação de vulnerabilidade permanente da economia pelo lado da dependência de financiamento externo. A necessidade de manter uma política cambial que atraia financiamento externo agrava o problema da competitividade industrial, em função do barateamento das importações.

Durante o período 2004-2007, o aumento substancial das exportações, particularmente de produtos primários, em decorrência da demanda

chinesa, possibilitou a acumulação de saldos positivos na conta corrente do balanço de pagamentos e contribuiu para o aumento das reservas. Aumentou por isto o grau de autonomia da política econômica para estimular os investimentos produtivos e expandir o consumo interno, com destaque para a execução de ações de política social que melhoraram a distribuição da renda. Isto favoreceu o controle da inflação, pela pressão efetiva e potencial das importações sobre os oligopólios industriais. Não foi possível, entretanto, controlar a pressão altista do oligopólio bancário sobre as taxas de juros.

Foram, assim, criadas as condições para aumentar o crescimento da produção e do emprego estimulados pela ação do BNDES no financiamento de investimentos públicos e privados, a retomada dos investimentos das empresas estatais e a expansão da demanda de consumo, especialmente dos segmentos de mais baixa renda. Neste caso em decorrência de: aumentos reais do salário mínimo, adoção de uma política creditícia favorável à população mais pobre; aumento do gasto público na área social; e barateamento das importações, em consequência da valorização do real.

Gerou-se, dessa forma, a impressão de que o país havia ingressado em um ciclo de crescimento sustentável, apoiado na melhora na distribuição da renda e nos resultados positivos nas contas externas.

Foi como se o país houvesse retomado o processo de desenvolvimento, há muitos anos, interrompido.

Já em 2008, entretanto, ocorreu o primeiro déficit do período na conta corrente do balanço de pagamentos, da ordem de U\$\$ 25 bilhões, em grande medida explicado pelo baixo poder competitivo da indústria de transformação, configurando-se a continuidade do processo de desindustrialização que já vinha tomando forma desde alguns anos, em face da baixa competitividade das empresas industriais nos mercados interno e externo. Com o reaparecimento dos déficits foi ampliada a necessidade de recorrer a financiamento externo para cobri-los. O recebimento de crescente fluxo de capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, foi providencial para manter as importações e o consumo em expansão.

Nesse contexto, o crescimento tem dependido crescentemente da expansão do consumo, o que tem sido facilitado pela manutenção da inflação sob controle, em boa medida, graças à política cambial que tem levado à valorização do real. No primeiro caso, pela expansão das importações e, no segundo, pelo aumento do valor real do salário médio.

O quadro atual é de desaceleração do crescimento, mas sem repercussões ainda no nível de emprego. A política econômica acha-se mobilizada para dar continuidade aos investimentos públicos, porém num nível insuficiente para mudar o quadro de baixa competitividade industrial, do que decorre sensível agravamento do saldo negativo da conta corrente do Balanço de pagamentos.

No plano do controle inflacionário, e da redução dos custos do crédito, está em curso uma tentativa de combate ao oligopólio bancário, mediante a redução progressiva da taxa de juro básica (SELIC). Esse esforço, se bem sucedido, favorecerá o aumento da capacidade financeira do setor público para financiar investimentos em

infraestrutura e de gastos na área social. A política de salário mínimo vigente determinou forte aumento do salário real neste começo de ano. Se for possível manter sob controle a inflação, isto pode representar um estímulo importante ao aumento do consumo, assegurando a reativação da atividade econômica.

Por enquanto, a única política vigente que pode alterar significativamente os fatores estruturais inicialmente mencionados é a de realização de vultosos investimentos na exploração das reservas de gás e petróleo do Pre-sal, seja por impactar diretamente sobre as contas externas, com o aumento das exportações, seja por seus efeitos reestruturadores das cadeias produtivas na indústria, seja finalmente pelo que poderá acarretar em termos de maior capacitação tecnológica. Resta aguardar os resultados, que ainda demorarão dois ou três anos. Dá para concluir que a expansão econômica do período não chegou a representar o resultado de qualquer mudança importante nos fatores estruturais que condicionam o desenvolvimento do país. O ocorrido foi fruto, em grande medida, da ação de fatores conjunturais vinculados a: mudança favorável no comércio internacional a partir de 2004; maior disposição do capital estrangeiro para dirigir-se ao país; e aumento da ênfase nas políticas sociais. Todas elas sem maiores conseqüências sobre os fatores estruturais determinantes do processo de desenvolvimento. Daí a retórica de uma retomada do processo de desenvolvimento que, simplesmente, não aconteceu.

Enquanto isso, a crescente entrada de capital estrangeiro para financiar a conta corrente do balanço de pagamentos, dificilmente vai contribuir para o fortalecimento da competitividade industrial do país, pois falta política econômica direcionada para essa finalidade. Pelo contrário, poderá agravar o quadro, sem contar que representará um risco permanente de crise cambial futura, embora minorada pelo alto nível de reservas atualmente disponível. Não cabe esquecer, entretanto, que as altas reservas de US\$ 350 bilhões são financiadas com capital externo e têm um custo líquido elevado (é adquirida em reais) para as contas públicas, pois o país mantém uma dívida externa equivalente, em valor

Em síntese, a política econômica apresentou pequenas mudanças na direção da superação dos óbices estruturais que dificultam a competitividade da indústria. A exceção é o programa de exploração do Pre-sal, com seus vultosos investimentos diretos e indiretos, no que reside a esperança de mudança estrutural significativa.

Muito ainda restará fazer nos campos do maior controle dos oligopólios privados, incluindo o sistema financeiro privado, dos investimentos públicos na infraestrutura econômica, da participação de empresas estatais em setores estratégicos e do apoio e participação direta do estado no desenvolvimento tecnológico.

Somente com essas mudanças, cujos ingredientes são de difícil mobilização, teria sido válido admitir que o país teria avançado para um novo ciclo de desenvolvimento. Resta o conforto da realização de mudanças conjunturais no plano da correção das injustiças sociais, que infelizmente não estão asseguradas no futuro. Portanto, os pessimistas parecem mais realistas do que os que se situam na posição oposta.

## **A ANTIGA IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO.**

**Flavio Lyra.** Brasília, 25 de fevereiro de 2012.

O conceito marxista de ideologia é concebido em torno da idéia de “falsa consciência”, ou seja da noção de que conteúdo das ideologias reflete de forma distorcida a realidade, ocultando seu comprometimento com a defesa dos interesses da classe dominante.

O pensamento científico, no campo das ciências naturais, tem nos princípios da coerência interna, propiciado pelo uso da lógica, e na adequação à realidade, derivada do método experimental, os dois fatores primordiais que asseguram sua efetividade, na medida em que permitem um discurso de aceitação universal e eficácia na explicação e aplicação prática dos conhecimentos. Nas questões sociais ainda não foi possível avançar na mesma direção, dada a natureza imprevisível que o livre arbítrio introduz na conduta dos seres humanos e não seria exagero admitir que nunca seja possível atingir tal resultado. Resta, assim, conviver com as ideologias como substitutas do conhecimento “neutro”, propiciado pela ciência no caso dos fenômenos naturais.

Fica, assim, para o pensamento social a tarefa crítica de apontar as incoerências internas e os desvios em relação à realidade de que estão eivadas as ideologias que movem nossas condutas.

Na América Latina e no Brasil ainda prepondera uma ultrapassada ideologia de segurança nacional, muito enfatizada durante os anos da Guerra Fria, que coloca como inimigos potenciais da segurança nacional as organizações da classe trabalhadora e os chamados movimentos sociais. Tal concepção foi exacerbada durante os anos da Guerra-Fria, em função da influência da ideologia comunista nas organizações populares, consideradas a grande ameaça à soberania e à segurança nacionais. Com o desaparecimento do comunismo soviético e da Guerra-Fria, as grandes potências ainda não conseguiram inteiramente colocar em cena um novo inimigo externo. A “guerra ao terror” e a ameaça islâmica, proclamadas e difundidas como justificativa para a adoção de medidas contra a autodeterminação dos países economicamente mais frágeis, especialmente dos que têm a ousadia de tentar caminhos próprios para a exploração de suas riquezas, não têm conseguido granjear o apoio internacional necessário para ocupar o vazio deixado com o término da guerra-fria.

Não obstante, a idéia do “inimigo interno” continua muito viva na cabeça dos ideólogos da segurança nacional que, embora nem sempre o explicitem, continuam achando que as organizações populares são o grande inimigo da segurança nacional.

Falar de soberania nacional e de desenvolvimento nacional, sem ter em conta o alto grau de convergência existente entre os dois conceitos, é certamente cometer um erro interpretativo injustificável. O exercício da soberania na tomada de decisões no contexto internacional, arena da luta competitiva pelos interesses nacionais, é fundamental para dar sustentação ao processo de desenvolvimento nacional. Por conseguinte,

uma ideologia de segurança nacional que delegue a potências estrangeiras, a defesa de sua soberania no plano internacional, constitui um obstáculo de monta ao processo de desenvolvimento.

Caberia indagar, agora, por que o Brasil perdeu a capacidade de levar adiante seu processo de desenvolvimento, inclusive de formular um projeto com esse propósito, e como isto se relaciona com a antiga ideologia de segurança nacional.

A partir da Revolução de 30, com o Getulismo, o Brasil foi capaz de realizar um intenso processo de desenvolvimento, baseado na industrialização, que prosseguiu no pós-guerra até o final dos anos 70. As transformações econômicas realizadas no governo JK (1956-60), entretanto, estiveram associadas a grande penetração do capital estrangeiro na estrutura produtiva, além de ser altamente concentrador de seus benefícios nas mãos da elite latifundiário-empresarial, do capital estrangeiro, e da classe média alta que se formou nos grandes centros urbanos. Os inimigos comuns destes segmentos, por serem capazes de ameaçar seus privilégios, passaram a ser cada vez mais a classe trabalhadora e os movimentos sociais.

No contexto da Guerra-Fria, a antiga ideologia da segurança nacional, praticamente deixou de lado as preocupações com a segurança no plano externo, delegada aos Estados Unidos, e focalizou-se “no inimigo interno”, as organizações de trabalhadores, os intelectuais de esquerda e os movimentos sociais, os quais constituíam real ameaça aos interesses da elite latifundiário-empresarial, do capital estrangeiro e da classe média urbana. Os militares assumiram o poder em 1964, em estreita aliança com esses grupos sociais, e os políticos que passaram a conformar os quadros da ARENA, o partido político constituído pelos militares para apoiar o governo, eram representantes de tais grupos.

As Reformas de Base defendidas pelo governo de João Goulart, com forte apoio popular, consideradas fundamentais para impulsionar o processo de desenvolvimento eram vistas pela elite proprietária e pelo capital estrangeiro como uma ameaça fatal a seus interesses. Não sem razão, pois, foram relegadas ao esquecimento depois da chegada dos militares ao poder.

O processo de desenvolvimento sobreviveu, mesmo que crescentemente dependente do capital estrangeiro, durante a maior parte do tempo dos governos militares, e somente recebeu seu golpe mortal, no início dos anos 80, com a crise de endividamento externo gerada pela mudança na política econômica dos Estados Unidos, que elevou as taxas de juros a níveis desconhecidos na história econômica.

A antiga ideologia de segurança nacional adotada pelos militares era contraditória com os interesses do desenvolvimento nacional, pois não permitia desenvolver uma atuação soberana no plano internacional. Essa contradição ficaria inteiramente explícita com as mudanças introduzidas na política econômica dos Estados Unidos, que ao priorizarem seus interesses nacionais deixaram seus aliados fiéis na luta contra o comunismo, entregues à própria sorte. A chamada “década perdida”, 1980-90, em que o Brasil, sufocado pelo serviço da dívida externa, defrontou-se com a estagnação e o descontrole inflacionário, esteve intimamente associada às mudanças internas e no plano

internacional realizadas pelos Estados Unidos.

As realizações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND-1975-79) do governo Geisel, voltadas para sustentar o processo de desenvolvimento, tornaram-se na década de 80, um verdadeiro pesadelo, em face das dificuldades derivadas do alto endividamento externo em que foi preciso incorrer para materializá-las.

Não é de admirar, pois, a conduta ambígua dos militares no poder, sob a influência da antiga ideologia de segurança nacional. Por um lado, desfecharam uma guerra aberta contra as organizações de trabalhadores, os intelectuais e os movimentos sociais e, por outro, tentaram fortalecer o poder nacional com a execução dos planos nacionais de desenvolvimento. Acontece que seus aliados internos, pertencentes à elite latifundiário-empresarial, o capital estrangeiro, e a classe média, não constituíam uma base social suficientemente coesa, ampla e comprometida com os interesses nacionais, a ponto de poder dar sustentação política ao processo de desenvolvimento.

Diante da crise que impedia o avanço da acumulação interna de capital, os capitalistas nacionais e estrangeiros, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (influenciados pelo governo dos Estados Unidos) voltaram-se para privatização das empresas estatais e o desmonte do que restava do estado desenvolvimentista, no que foram muito bem sucedidos, a partir dos anos 90 com o Governo Collor e, em seguida, com os governos de FHC. Como a antiga ideologia da segurança nacional havia permitido destroçar as organizações trabalhistas e os movimentos sociais e contribuído para que a população visse a ação estatal como fator de opressão, a tarefa foi realizada sem maiores resistências.

A realidade mais recente do Brasil é o de uma sociedade que busca, sob a hegemonia da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, retomar o processo de desenvolvimento, num contexto de grave crise internacional e de fortes pressões competitivas no plano das relações econômicas e financeiras. Mas, ainda são fortes as resistências ao avanço desse processo, dada a influência da ideologia neoliberal dominante na classe proprietária, nos meios de comunicação, e em importantes segmentos da classe média, bem como do que restou da antiga ideologia de segurança nacional, especialmente entre os militares.

Muitos estrategistas militares continuam professando a ideologia herdada da guerra-fria, que os impede de perceber que os inimigos externos do desenvolvimento do Brasil são as nações centrais e suas corporações, muitas delas aqui instaladas, que através do controle que exercem sobre os mercados internacionais de bens, de tecnologia e de capitais, bloqueiam a projeção internacional de nossa atividade produtiva. Dita ideologia é prejudicial à constituição de uma base social suficientemente ampla, forte e coesa para dar sustentação a uma nova política de desenvolvimento nacional.

As ameaças à segurança nacional a que estamos sujeitos, já há bastante tempo, provêm das grandes potências do mundo, às quais não interessa um novo e poderoso participante no cenário internacional, e não dos fantasmas do passado. A nova base social para o fortalecimento da soberania nacional e a posta em prática de um projeto nacional de

desenvolvimento, reside nos trabalhadores e nos movimentos sociais, cujos interesses são eminentemente nacionais. As ameaças que rondam nosso território e apontam na direção da internacionalização da Amazônia e do aproveitamento das reservas de petróleo e gás do Pre-sal, por exemplo, são nitidamente de origem internacional e não provenientes das organizações populares.

Não cabe, entretanto, desconhecer que os partidos políticos de base popular que elegeram os últimos três governos padecem de insuficiente entendimento da realidade nacional e acusam desvios em suas condutas que os tornam antipáticos à população, dificultando a coesão nacional em favor de um projeto de desenvolvimento. Esses partidos, também sofrem a influência da ideologia dominante no plano internacional, que defende a entrega do destino dos países aos humores do mercado, atrás dos quais se escondem os interesses das grandes corporações privadas que dominam a economia internacional.

Faz-se, assim necessário criticar e denunciar as condutas inaceitáveis, porém não incorrer no erro de jogar fora a água do banho com a criança, pois a recuperação da soberania nacional e da capacidade do país para desenvolver-se reside, em última instância na massa trabalhadora e nos movimentos sociais, e não na classe proprietária desfigurada e descomprometida com os interesses nacionais que domina economicamente o país.

(\*) Economista. cursou doutorado de economia na Unicamp. Ex-técnico do IPEA.

## **OS GOVERNOS DO PT E O DESENVOLVIMENTO.**

**Flávio Lyra (\*)**. Brasília, 08 de Março de 2012.

As surpresas e decepções são fatos corriqueiros na vida dos que esperam que as organizações políticas, uma vez chegadas ao poder ponham em prática as idéias que constituem a visão dos intelectuais de seus quadros. Três ordens de razões combinam-se para impedir que assim seja. De uma parte, a realidade é muito mais complexa do que as interpretações que dela é possível fazer e as forças sociais que condicionam a conduta dos governos muito mais resistentes à mudança do que é possível supor *ex ante*. Em segundo lugar, o grau de compromisso efetivo que os políticos têm com as idéias é de muito difícil avaliação no calor da disputa política, em que pontificam diferenças acentuadas de posicionamento, como forma de granjear a simpatia da população. Por fim, a mobilização da sociedade para apoiar as transformações necessárias é uma tarefa difícil, custosa e arriscada para os políticos, pois implicam assumir posições definidas frente aos interesses sociais em disputa.

É inegável que os governos do PT conseguiram mudar a política econômica do país em vários aspectos, que têm produzidos algumas mudanças importantes na estrutura econômica do país, mormente no que respeita à incorporação de ampla faixa da população mais pobre aos mercados de consumo e de trabalho. Também foram iniciados e estão em andamento vários projetos estratégicos que, certamente, irão

impactar positivamente sobre os rumos do desenvolvimento, como são os casos da recuperação da indústria naval, da exploração das reservas de petróleo e gás do Pre-sal e da retomada dos investimentos na infraestrutura de transportes e de energia.

Essas mudanças estão intimamente associadas à retomada do papel do Estado como condutor do processo de desenvolvimento, com destaque para o fortalecimento das empresas estatais que restaram da sanha privatizante que prevaleceu em governos anteriores, como são os casos da Petrobras e da Eletrobras. No plano do financiamento ao investimento público e privado, não há como desconhecer o revigoramento da ação dos bancos oficiais: BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

No plano da estabilidade macroeconômica são inegáveis os méritos por manter inflação sob controle, conseguir acumular expressivo volume de reservas internacionais e manter o endividamento interno sob controle.

Em que pese esses bons resultados há evidências, cada vez mais eloqüentes, de que alguns problemas graves têm tomado forma e outros não conseguiram ser superados, conformando um quadro de ameaça à continuação do processo e, mesmo, de retrocesso em relação às conquistas já realizadas. Dois desses problemas, intimamente relacionados, destacam-se, por corresponderem a aspectos fundamentais do processo de desenvolvimento: a incapacidade do sistema industrial para se manter como centro dinâmico da atividade econômica, expressada na idéia de desindustrialização, e a tendência a acumular déficits crescentes nas transações correntes com o exterior.

No enfretamento desses problemas cruciais, aos governos do PT, inclusive o atual, tem faltado não apenas uma visão mais ampla da questão do desenvolvimento nacional, mas também uma atitude deliberada de realizar as mudanças institucionais e organizacionais que supostamente contribuirão para sua superação. À continuação, examino rapidamente algumas áreas e menciono outras, a título de exemplo, que precisam ser reorganizadas numa perspectiva desenvolvimentista: as instituições e organizações internacionais; o sistema de planejamento federal; o sistema bancário privado; as empresas privadas que atuam na infraestrutura econômica; as empresas privadas de capital estrangeiro na indústria e na infraestrutura; o sistema tributário; o sistema de saúde; o sistema educacional; o sistema de desenvolvimento científico e tecnológico; e os fundos de previdência.

Em todas essas áreas há fortes evidências de que sem mudanças importantes nas instituições (regras do jogo) e nas organizações (os sujeitos das ações econômicas, sociais e de orientação e coordenação geral) não haverá como fugir da armadilha que o neoliberalismo armou para o processo de desenvolvimento. Imaginar que os problemas vão ser superados somente com medidas pontuais e incrementais dirigidas a alterar diretamente os chamados preços macroeconômicos (salários, taxa câmbio e taxa de juros), atitude que tem prevalecido ao longo destes anos, é uma forma perversa de ilusão.

Tais ações pontuais e incrementais não produzem resultados expressivos nem mesmo nas economias cuja base econômica já foi consolidada, durante os períodos de crise, porquanto elas, por sua natureza pouco impactante, não vão a raiz dos problemas. Veja-se a experiência atual dos Estados Unidos e da União Européia que para encontrarem uma saída para a crise, estão adotando medidas de amplo espectro, como a destinação de volumosos recursos públicos para salvar os bancos da insolvência e a enorme expansão monetária, “quantitative easing”, que está afogando os países mais frágeis no mar revolto do excesso de liquidez internacional. A lição daí resultante é que grandes problemas requerem medidas de grande vulto e, mesmo, arriscadas.

Para países como o Brasil, retomar a capacidade de ditar os rumos de seu desenvolvimento pressupõe reconstruir as instituições e organizações já existentes e criar novas. Isto é necessário pelo fato de já haver sido atingido um estágio intermediário de construção de sua base produtiva, mas que foi submetido a mudanças profundas em suas instituições e organizações, dentro de uma concepção liberalizante, em que os mercados ditam as regras do jogo, numa situação de forte dependência da dinâmica das economias centrais, atualmente atravessando forte crise, e do surgimento de novos atores importantes na economia internacional.

Nesse aspecto, é preciso ter a humildade de reconhecer que tem faltado iniciativa e competência aos governos recentes para propor e mobilizar as organizações políticas e a população para dar sustentação às mudanças pertinentes. O bom gerenciamento das instituições e das organizações, em sua forma atual, não será suficiente para impulsionar o processo de desenvolvimento. Examinemos mais de perto, a título exemplificativo, a precariedade e ineficiência de algumas instituições e organizações.

As instituições e organizações internacionais das quais o país participa precisam ser vistos em sua real dimensão de entes em que predominam os interesses dos países centrais e que por essa razão têm forte propensão a não favorecer a ascensão de novos competidores ao cenário internacional. Neste caso, cabe desenvolver um trabalho permanente de crítica aos seus mecanismos e ações, de busca de aumento da participação em seu processo decisório, e de negociação, para o que são fundamentais as alianças com outros membros, especialmente os que se encontram em estágio semelhante de desenvolvimento, tendo em vista resistir sua utilização em desfavor dos interesses nacionais. É fundamental aproveitar algumas facilidades que eles oferecem em favor do desenvolvimento, mas não se submeter, a qualquer preço, a suas imposições. Acordos como o TRIP's (Trade, Investment and Intellectual Propriety) da Organização Mundial do Comércio, programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional, programas de financiamento do Banco Mundial e acordos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em sua orientação geral, são tendenciosos em favor do livre comércio, da liberdade de movimentos do capital estrangeiro e da criação de reservas de mercado para patentes e marcas, o que favorece freqüentemente os países centrais.

Até os anos 80, o Brasil destacava-se pela capacidade de planejar e coordenar ações de médio e longo prazo, tendo à frente o Ministério do Planejamento. Sob a influência do FMI, do Banco Mundial e do pensamento neoliberal essa capacidade, constituída pelo domínio de conhecimentos e existência de pessoal especializado, espalhada nas diversas esferas da administração pública, nas universidades e em cursos de capacitação em desenvolvimento econômico, foi progressivamente esfacelada e sucateada. A obsessão com os poderes orientadores do mercado na alocação de recursos tornou dispensáveis as preocupações com as mudanças estruturais da economia com vistas ao desenvolvimento.

As experiências do Plano de Metas no governo JK, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento nos governos militares, dos planos diretores da SUDENE etc., foi inteiramente destroçada. Na área agropecuária, o país chegou a contar com uma rede de organismos que cobria todo o território nacional, voltada para o planejamento. Quem não se recorda do GEIPOT, órgão técnico responsável pelo planejamento de longo prazo no setor de transportes? É certo que o planejamento exageradamente rígido, quantitativista e detalhado que então prevalecia, precisava ser adequado à realidade, com a adoção da visão mais flexível e mais seletiva do planejamento estratégico, mas de maneira nenhuma abandonado.

Nos governos do PT, o Ministério do Planejamento foi mantido apenas com a função de formulador do orçamento federal, dentro de uma concepção meramente operacional do curto-prazo. No atual governo, passou a coordenar as ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), vindo do segundo governo Lula. Mas esse plano, nada mais é do que um agregado de projetos de investimento, aos quais falta uma visão ampla e estratégica do desenvolvimento nacional. A administração pública federal, já há algum tempo, despense mais energia com as metas de inflação e a fixação da taxa Selic, do que com o desenvolvimento futuro do país.

É mais do que nunca necessário que seja afastada a ilusão de que atuando somente pelo lado do financiamento e dos preços, o país vai vencer as barreiras nos planos internacional e nacional que se interpõem ao processo desenvolvimento. Sem modificar as instituições e as organizações, que são os verdadeiros sujeitos do processo de desenvolvimento, nem os preços nem os incentivos financeiros propiciarão as mudanças necessárias.

O oligopólio que domina o sistema bancário brasileiro e para o qual a capacidade regulatória do Banco Central tem revelado-se impotente, impõem à economia do país modalidades creditícias exageradamente caras para os tomadores de recursos e concentradas no crédito ao consumo e o financiamento da dívida pública, praticamente não contribuindo para a formação de capital. Além disto, os bancos funcionam como beneficiários da entrada de capital estrangeiro especulativo, que aumenta a dívida interna e as reservas sem qualquer finalidade do ponto de vista do desenvolvimento nacional.

Segmentos importantes da infraestrutura econômica estão entregues através de concessão a empresas privadas, sujeitas a mecanismos de regulação (as agências reguladoras) que tem se revelado ineficientes no controle das condutas monopolísticas dessas empresas. Com isto, os preços dos serviços são elevados, os investimentos baixos e a inovação tecnológica não acompanha os padrões internacionais.

Para citar alguns exemplos, veja-se os casos: da velocidade da Internet no país, em que as empresas entregam aos consumidores um produto caro e muito aquém do padrão internacional; da falta de investimentos no transporte ferroviário; e da baixa qualidade e os altos preços dos serviços de distribuição de energia elétrica nas grandes cidades.

A forte presença de empresas estrangeiras no controle integral de importantes setores da indústria nacional e da infraestrutura, lhes permite adotar práticas monopolísticas que mantêm elevados preços no mercado interno, e geram altas taxas de lucro, servindo como meio para exageradas transferências de renda para o exterior e diminuição da capacidade de investimento no mercado interno. Elas, tampouco contribuem para o desenvolvimento tecnológico do país, porquanto, é mais barato e conveniente importar tecnologias de suas sedes, onde se localizam seus laboratórios.

O sistema tributário do país é reconhecidamente complicado, de alto custo de manutenção, altamente regressivo em termos da distribuição renda e de baixa eficiência do ponto de vista do estímulo e orientação da atividade econômica.

Nas outras áreas mencionadas não me deterei, mas são notórias as deficiências existentes do ponto de vista de sua contribuição para o processo de desenvolvimento do país, que não poderão ser superadas sem mudanças institucionais e organizacionais.

A ação governamental precisa certamente preocupar-se com a melhoria da gestão, mas somente isto é insuficiente para conduzir o país para alcançar novas etapas em seu processo de desenvolvimento. É indispensável mudar o marco institucional e as organizações para torná-las capazes de realizar as transformações requeridas pelo desenvolvimento. A identificação dessas mudanças e a mobilização social e política para torná-las realidade é o grande desafio que está por diante.

(\*) Economista. Cursou doutorado de economia na UNICAMP. Ex-técnico do IPEA

## **ALIENAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO**

- Publicado por [Flavio Tavares de Lyra](#) em 18 março 2012 às 0:45 em [Política](#)
- [Exibir tópicos](#)

**Flávio Lyra.** Brasília, 17 de Marco de 2012.

Por estranho que pareça, contrariando o que admitimos ocorrer com os filmes que procuram traduzir o comportamento das sociedades, é possível imaginar que a vida de algumas sociedades é que copiam os filmes. Como procuro mostrar nas linhas que se

seguem, a sociedade brasileira, em sua atual etapa estaria copiando, o filme satírico de Fellini “*E la nave va*”.

A sociedade brasileira vive uma etapa crucial de sua história na qual, a opção estratégica que seja escolhida será determinante para seu futuro como nação. Opção que tem a ver com a natureza da forma de sua integração no mercado internacional de produtos, capitais e tecnologia: aprofundando os laços de dependência externa, sob o comando do mercado internacional; ou, alternativamente, fortalecendo sua estrutura produtiva e tecnológica em função de objetivos nacionais, definidos politicamente, em termos de expansão do mercado interno e de aproveitamento de seu potencial produtivo.

Desde o final dos anos 80, com notável aprofundamento nos anos 90, com os governos Collor e FHC, o caminho seguido foi nitidamente o da primeira opção, alicerçada na submissão às regras do jogo estabelecidas por organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

De sua aplicação resultaram a privatização e desnacionalização de setores e indústrias estratégicas, a desproteção do mercado interno, a liberalização dos controles sobre o capital estrangeiro, a oligopolização do sistema financeiro, o desmantelamento do aparelho de estado e o aumento da dívida pública e do endividamento externo. Em consequência as taxas de crescimento econômico, de geração de empregos e capacitação tecnológica, e de diminuição das desigualdades sociais foram extremamente baixas frente ao potencial do país.

Principalmente, a partir do segundo governo Lula, foi deflagrado um esforço de mudança, dirigido ao fortalecimento do mercado interno e a recuperação dos instrumentos estatais voltados para o fortalecimento da base produtiva, em função de objetivos nacionais definidos politicamente, mesmo que não explicitados, e não em função dos interesses do mercado internacional.

Essa reorientação coincidiu com o fortalecimento da demanda internacional de produtos primários, especialmente a proveniente da China, criando um quadro favorável ao aumento do crescimento econômico e do emprego, redução das taxas de endividamento interno e externo e melhora na distribuição da renda.

As mudanças realizadas não foram, entretanto, suficientes para redirecionar as tendências debilitadoras da estrutura econômica, vindas do passado, como fica evidenciado com o processo de desindustrialização que vem se acentuando e o aumento do endividamento externo. Estão sendo necessárias novas mudanças estruturais que permitam reduzir as taxas de juros, corrigir a taxa de câmbio para evitar os efeitos nocivos da apreciação do real, manter a inflação sobre controle e aumentar os investimentos em setores estratégicos e em capacitação tecnológica.

A realização dessas mudanças requer da sociedade, dos partidos políticos e do governo a compreensão, da natureza do problema, do momento crítico atual para a adoção das medidas requeridas, e da necessidade de um mínimo de coesão interna para que tais medidas sejam aprovadas e levadas à prática. Lamentavelmente, há várias indicações de que não estão se dando essas condições, o que revela um estado de alienação preocupante do governo, dos partidos políticos e da sociedade em geral.

Nos partidos que conformam a coalizão que apóia o governo, as energias acham-se concentradas na disputa encarniçada por fatias do poder, que pouco ou nada têm a ver com a defesa dos interesses nacionais. Estes ficam em segundo plano e não raramente são deixados de lado e somente são considerados se atendidas as prioridades menores dos partidos políticos e de seus representantes. O poder executivo desenvolve uma luta diária para resistir às demandas, muitas vezes fisiológicas, desses grupos.

A grande imprensa e a classe média, com a miopia que lhes é própria para as questões sociais, mostra-se inconformada com os gastos que o governo realiza para tirar os mais pobres da miséria. Além disto, concentra suas energias em criticar e atribuir ao governo a responsabilidade total pelo clima de corrupção que domina o cenário político.

Deixa de ver, por certo, que a corrupção é um fenômeno generalizado, originado nas estranhas das oligarquias que sempre dominaram o país e que, mais recentemente, contaminou segmentos bem delimitados dentro do principal partido do governo. Em vez de apoiar as medidas saneadoras que o governo tem adotado, busca desestabilizá-lo atribuindo-lhe a responsabilidade total pelos casos não resolvidos. O alvo perseguido, muitas vezes, não é a eliminação da corrupção, mas o enfraquecimento do governo e de suas bases populares.

Os militares da reserva, supostamente, repercutindo o pensamento da caserna, divulgam manifestos de inconformidade com o quadro de corrupção existente e procuram sutilmente atribuí-lo inteiramente ao governo. Continuam, assim, na mesma linha de oposição aos movimentos populares, que adotaram durante a ditadura, acreditando que a maior ameaça ao desenvolvimento nacional tem ali suas raízes. Esquecem que a ameaça a nosso desenvolvimento vêm da falta de coesão interna e da arena internacional: da política predatória das grandes potências e de sua ponta de lança, as grandes corporações privadas e seus prolongamentos no país. Como o atual governo é de base popular, automaticamente colocam-se em oposição silenciosa, mas sempre ameaçadora, o que equivale a dar um tiro no próprio pé.

Os industriais nacionais revelam mais uma vez sua fragilidade do ponto de vista de defesa da indústria nacional. Suas organizações (sindicatos e federações patronais), nunca foram capazes de montar no Congresso uma bancada industrial, a exemplo do que fazem os proprietários agropecuários e os religiosos evangélicos, para defenderem seus interesses no Legislativo.

É verdade que a fratura do setor representada pelo controle de importantes segmentos industriais pelo capital estrangeiro, dificulta a aglutinação em torno de propostas que defendam os interesses nacionais, mas de maneira alguma justificam a passividade com que têm assistido a destruição da estrutura industrial.

O Partido dos Trabalhadores, principal sustentáculo do governo, revela-se cada vez menos capaz de defender o próprio governo e enreda-se na disputa inconseqüente de fatias do poder, deixando de lado as grandes questões nacionais e afastando-se do povo, tornando-se, cada vez mais, uma máquina essencialmente burocrática.

O Poder Executivo sofre naturalmente de falta de apoio para levar adiante medidas compatíveis com as necessidades do momento. Falha, porém ao não ter capacidade de trazer para seu partido e para sociedade os reais problemas que o país enfrenta. Esconde

sua fragilidade, sob uma falsa autosuficiência, ignorando a necessidade de mobilizar apoio partidário e popular para realizar as políticas necessitadas.

Para sintetizar, trata-se aqui da realidade de um país, cujo futuro depende essencialmente de decisões fundamentais que precisam ser adotadas pelo governo, mas que não se realizam por que os governantes se mostram incapazes de trazer a público a natureza e gravidade dos problemas existentes, nem de propor medidas para sua solução. Correm, assim, o risco de serem responsabilizados pela falta de solução dos problemas reais, que procuram esconder da população para transmitirem uma falsa mensagem de otimismo e força.

Tampouco, a sociedade e os partidos políticos são capazes de perceber ditos problemas e de se mobilizarem para dar o apoio político necessário ao governo para sua solução. Um verdadeiro impasse. *E la nave va*. Esperamos que com um destino diferente do ocorrido no filme de Fellini com dita denominação, que acabou levando para o fundo do mar sua tripulação, superficial e desligada da realidade.

### **AS TRÊS VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO.**

**Flavio Lyra (\*)**. Brasília, 25 de Março de 2012.

Certo clima de acomodação intelectual tomou conta dos pensadores brasileiros durante os anos de predomínio do pensamento neoliberal.

Felizmente, com a crise do capitalismo do início deste século e seu aprofundamento a partir 2008-9 nos países centrais, vem ocorrendo um despertar promissor. Desde então, instalou-se um debate muito ativo na sociedade sobre a questão dos rumos do desenvolvimento futuro do país.

Nesse debate o próprio conceito de desenvolvimento acha-se em discussão. Fala-se de novo desenvolvimentismo, versus velho desenvolvimentismo. De desenvolvimentismo de esquerda versus desenvolvimentismo de direita. Chega-se a aludir a um “desenvolvimentismo burocrático e acadêmico”.

Na expectativa de contribuir para aclarar as idéias, proponho-me aqui a examinar rapidamente o que imagino serem as três vias com que se defrontam os países em desenvolvimento.

Antes de tudo, é fundamental deixar claro que parto da noção de que, em sentido amplo, o conceito de desenvolvimento está vinculado à idéia de fortalecimento das forças produtivas no âmbito nacional, sob a forma de um processo de industrialização.

Esta condição, uns poucos países conseguiram alcançar, num longo processo histórico e outros não, em conseqüência do que se mantiveram atrasados e submetidos ao processo de acumulação de capital no âmbito internacional, ditado pelos primeiros, criando-se assim duas categorias de países: desenvolvidos e em desenvolvimento. Mais recentemente, criou-se o eufemismo “países emergentes” para designar

estes últimos.

**A primeira via a examinar é a neoliberal**, baseada fundamentalmente nas decisões econômicas dos capitais privados, no contexto das forças livres do mercado. Bresser Pereira (\*\*\*) refere-se a essa via como “ortodoxia convencional” Neste caso, tais forças é que ditam o ritmo e a forma do processo desenvolvimento, ajustando a estrutura produtiva interna dos países à divisão internacional do trabalho, comandada pelas grandes corporações privadas internacionais. Segundo esta concepção, o grau de intervenção da política estatal nas decisões econômicas funciona apenas como coadjuvante das forças do mercado, cabendo-lhe basicamente o papel de criar um ambiente favorável à acumulação do capital privado.

Esta via foi seguida pela maioria dos países latinoamericanos a partir dos anos 80 e intensificada no Brasil a partir dos anos 90. A concepção de política econômica em que se apóia é o chamado “Consenso de Washington”, utilizado por organismos internacionais, fortemente influenciados pelos países desenvolvidos. Com estes e outros meios os países centrais visam moldar a política econômica dos países em desenvolvimento para entregar ao mercado o ajuste de suas estruturas produtivas ao processo de acumulação de capital em nível global. A doutrina neoliberal adotada no Reino Unido com Margareth Thatcher e Ronald Reagan nos Estados Unidos, a partir dos anos 70, é a fonte na qual se alimentou o citado Consenso.

Os resultados alcançados com essa via foram em geral insatisfatórios.

Vários países, inclusive o Brasil, estiveram sujeitos a sérias crises cambiais, aumentou a desnacionalização das empresas, ocorreu forte crescimento do endividamento externo e interno como percentual do PIB, o tecido industrial se esgarçou, mediante a perda de importantes elos das cadeias produtivas, aumentaram substancialmente as transferências líquidas de renda para o exterior, e a capacitação tecnológica não avançou. Tomou forma, assim, um processo de desindustrialização precoce que ainda prossegue.

As baixas taxas de crescimento da produção e do emprego e o agravamento dos problemas sociais, até os anos iniciais da primeira década do atual século, levaram a mudanças na política econômica, que reforçaram o papel do estado no campo da realização e financiamento dos investimentos e a ênfase na execução de políticas de proteção social.

A isto, aliou-se forte expansão da demanda internacional de produtos primários, com a entrada da China como grande comprador, levando à aceleração do crescimento e da geração de empregos e melhoras na distribuição da renda e nos índices de endividamento externo e interno.

Com a persistência da crise nos países centrais, coloca-se agora com

toda ênfase a necessidade de avançar na transição desse modelo de grande dependência das forças do mercado para um menos submisso ao mercado e mais apoiado em decisões políticas.

**A segunda via é a desenvolvimentista**, que privilegia a autonomia relativa do poder político frente às forças do mercado no sentido de articular as ações da empresa privada nacional, da empresa privada estrangeira e da empresa estatal para expandir a formação de capital e avançar no processo de industrialização. Alguns denominam essa via de “capitalismo de estado”. Para outros, a preferência é pela denominação de “velho desenvolvimentismo”.

Nesta via, a liderança do processo cabe ao estado nacional, o que assegura um relativo grau de autonomia do país em relação ao mercado internacional, que é substituído pelo mercado interno como principal fonte de dinamismo, dando origem ao chamado processo de substituição de importações. Nela a política industrial é um fator fundamental para proteger o mercado interno frente à competição internacional, estimular o investimento privado e realizar investimento público em setores estratégicos.

Foi característico desta via a leniência com respeito ao desequilíbrio das contas fiscais e de transações correntes do balanço de pagamentos e com a inflação. A entrada de capital estrangeiro foi vista com bons olhos, como forma de complementar a poupança interna e incorporar novas tecnologias.

Este foi o caminho seguido pelo Brasil a partir dos anos 30, servindo para ilustrar duas vertentes estratégicas: o desenvolvimentismo de esquerda, que teria predominado nos governos de Getúlio, JK e Jango e o desenvolvimento de direita dos governos militares pós-golpe de 1964. O governo democrático e a maior preocupação com o social, em oposição à forma autocrática de governo e a política econômica concentradora da renda, distinguiram o desenvolvimentismo de esquerda do desenvolvimentismo de direita.

Nos anos mais recentes, começa a tomar forma uma nova modalidade de desenvolvimentismo, “o novo desenvolvimentismo” que aparece como resposta ao fracasso da via neoliberal. Segundo Bresser Pereira (\*\*), as principais distinções em relação ao velho desenvolvimentismo seriam: a) a industrialização orientada para as exportações, no lugar da substituição de importações; b) o papel do estado como criador de oportunidades de investimento e redutor de desigualdades econômicas, no lugar de gerador poupança forçada e realizador investimentos produtivos; c) a política industrial como subsidiária e estratégica e não como um aspecto-chave do desenvolvimento; d) o equilíbrio fiscal e na conta corrente do balanço de pagamentos e não uma atitude ambígua;

e e) a não complacência com a inflação, como no modelo anterior. O desenvolvimentismo Bressiano é enfático com respeito a orientação da industrialização para o mercado externo, e bastante complacente com a manutenção do papel dominante das forças do mercado, ao atribuir ao

Estado apenas a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento e a condução de uma política industrial de caráter meramente subsidiário e de regulação dos mercados. Demonstra, assim, sofrer uma forte influência do pensamento neoliberal. Mostra-se, entretanto, incisivo no que respeita à neutralização da tendência à apreciação da moeda e à condenação do uso da poupança externa.

É perfeitamente válido imaginar uma alternativa que seja mais intervencionista ou menos respeitosa dos mercados, com uma política industrial que se proponha a proteger o mercado interno frente à competição internacional com outros instrumentos além do controle da taxa de câmbio, realizar investimentos estatais em setores estratégicos e fortalecer o papel do estado no controle do crédito, na geração de poupança e no financiamento às atividades produtivas, bem como, no desenvolvimento tecnológico.

Países como a China, a Índia o Japão e a Coréia do Sul, são exemplo de países que adotaram a via desenvolvimentista, com a adoção de políticas industriais de alto grau de intervencionismo estatal, com excelentes resultados alcançados até agora.

**Por último, coloca-se a via socialista**, em que prevalece autonomia plena do poder político, frente às forças do mercado, no comando das decisões econômicas, apoiada na substituição das relações de propriedade privada dos meios de produção em favor, teoricamente, da propriedade social.

Neste caso, a autonomia do estado nacional é total na direção do processo econômico e de sua integração na economia internacional. É o caso da experiência da antiga União Soviética e dos países do Leste Europeu, que fracassou inteiramente, e de outros países como Cuba, Vietnam e Coréia do Norte que se mantêm dentro da via socialista.

O caso da China é especial, iniciou-se dentro da via socialista, e tem convergido progressivamente para um capitalismo de estado de cunho autoritário e, até agora, carente de grande preocupação social.

Os grandes perigos desta via estão na centralização do poder político nas mãos da burocracia estatal, a carência de instituições democráticas e de controle social, assim como, a baixa eficiência produtiva derivada da centralização das decisões econômicas.

Na América do Sul, os governos da Venezuela, Equador e Bolívia colocam-se como simpatizantes dessa via, ainda que de forma pouco clara e sem realizações que mereçam maior destaque. Fica evidente,

pois, que a via neoliberal não atende às necessidades de desenvolvimento dos países, mas também que as outras duas vias nas suas modalidades atuais deixam a desejar em vários aspectos para os quais a humanidade ainda não encontrou as respostas adequadas.

(\*) Economista. Cursou doutorado de economia na UNICAMP. Ex-técnico do IPEA

(\*\*) “Structuralist Macroeconomics and New Developmentalism”.

## **VII – Brasília Salum**

**BRÁSÍLIO SALUM FALA SOBRE OS DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO E DO DESENVOLVIMENTISMO NO PAÍS**

**Desenvolvimento e desenvolvimentismo:: Brasília Sallum Jr.**

FONTE: REVISTA FAAC & GRAMSCI E O BRASIL

**Professor titular de Sociologia da Universidade de São Paulo, Brasília Sallum Jr. é autor de uma das mais completas interpretações da transição para a democracia no Brasil: em uma palavra, Labirintos (Hucitec, 1996) é uma obra seminal. O brilhantismo usual para lidar com categorias da Sociologia, da Política ou da Economia reaparece nestas linhas, acrescentado ao desafio de se reportar ao tempo presente. Para Brasília, o binômio desenvolvimento/desenvolvimentismo ainda não assumiu uma formatação sólida e esbarra em obstáculos políticos, institucionais, sociais e econômicos, tanto de ordem doméstica como de domínio internacional. Esta entrevista foi concedida a Jefferson O. Goulart, em agosto de 2011, e publicada na Revista Faac (Bauru, v. 1, n. 2, p. 129-34, out. 2011/mar. 2012). - Maurício D. David RJ**

*Descontadas as estocadas de todos os lados nas disputas políticas e eleitorais, o que há efetivamente de continuidade e de ruptura na política macroeconômica e nas políticas de*

## *desenvolvimento da “Era Lula” em relação à “Era FHC”?*

Creio que os termos continuidade e ruptura são muito fortes para caracterizar as políticas das duas presidências. É preciso lembrar, antes de mais nada, que as políticas de Estado não são adotadas ou implementadas no vazio. Cada uma tenta lidar e, em geral, transformar condições domésticas e internacionais específicas. Sem a consideração dessas condições, a comparação entre políticas tem pouco sentido. O câmbio flutuante, por exemplo, certamente pode ser vinculado a uma concepção macroeconômica neoliberal, mas sua adoção foi um alívio para a indústria quando foi adotado em 1999. Mas hoje, em função das mudanças das condições internacionais e domésticas, a mesma política vem causando enorme constrangimento à expansão industrial e à sua competitividade internacional. Em segundo lugar, embora se possa comparar os períodos Lula e FHC, não podemos esquecer que cada um presidiu dois governos, havendo algumas diferenças importantes entre eles, inclusive no que diz respeito às políticas macroeconômicas. Acredito que temos que tomar isso em consideração, caso quisermos pensar as diferenças entre os dois períodos presidenciais.

Isso posto, creio que há entre as duas presidências muita continuidade, sim, mas no sentido de que elas dão sequência à construção — muito disputada, é verdade — de uma nova forma de Estado, moderadamente liberal e democrática, cujo alicerces são a Constituição de 1988 e as reformas liberalizantes que acompanharam o Plano Real. Os governos presididos por Lula não desfizeram estes alicerces, continuaram a construção, embora tenham feito muito pouco em termos institucionais. Os problemas centrais com que cada governo teve que lidar foram muito diferentes. O da estabilização dominou completamente o primeiro governo FHC. No segundo governo, FH tentou trocar o foco para o desenvolvimento, mas a crise cambial e política, as crises externas e a ameaça de apagão inviabilizaram aquele projeto inicial. No primeiro governo Lula, a questão da estabilidade ainda foi central, principalmente no começo quando ele teve que lidar tanto com a herança da crise externa (originada na Argentina)

quanto com a instabilidade decorrente do receio do “mercado” em relação à vitória da oposição.

O governo enfrentou muito bem estes desafios, mas ao “custo” de manter a nova ortodoxia legada pelo anterior. Tenho que usar aspas, pois acho que, para a maioria dos partidários do PT, a preservação das políticas macroeconômicas de FHC foi um custo. Mas, além disso, foi em minha opinião um ônus para o país, porque isso tornou aquela política um fetiche, intocável, não importam as circunstâncias. Esta herança não vinha só do governo FHC, mas também do período anterior a ele, derivada do passado que ele manteve. Parte deste legado funciona até hoje como uma canga que passou a nos oprimir, depois que a estabilização monetária deixou de ser o foco principal da política econômica do governo. A pressão bem-sucedida para manter depois aquela política acabou por enfraquecer, creio, o impulso para mexer, por exemplo, nas regras de mercado e na política de juros, desenhadas — como assegura o Nakano, da FGV — para enfrentar a instabilidade inerente a um ambiente inflacionário, mas mantida depois da estabilização. O bom senso interessado do “mercado” se impôs na gestão Meirelles, e o resultado é que, mesmo sem dívida externa significativa e com uma dívida interna palatável, continuamos a ter as mais altas taxas de juros do mundo. O pagamento destes juros absorve uma massa muito significativa de recursos públicos e tem consequências nefastas para a taxa de câmbio, desvalorizando o dólar de tal maneira que ameaça o desenvolvimento da indústria. Claro que minha opinião é de um não profissional da economia. Mas os profissionais não têm nos fornecido explicações muito convincentes sobre o nível de nossas taxas e, de forma geral, sobre nossos dilemas.

*Seria adequado inferir que, tendo em vista os termos em que transcorreu o debate eleitoral e programático das eleições de*

*2010, foi legitimada uma agenda desenvolvimentista para o país? Quais seriam as implicações e desafios desse novo padrão no plano doméstico?*

De fato, creio que o desenvolvimentismo está na agenda, mas tenho dúvidas de que predomine uma agenda desenvolvimentista. Mesmo no governo atual, em que a presidente é seguramente desenvolvimentista, não vejo que ele se mova segundo uma agenda deste tipo nem que procure construir um consenso político em torno disso. O desenvolvimentismo — em sua versão liberal — disputa, como tem feito desde os anos 1990, com neoliberais e estatal-distributivistas a prioridade na orientação do Estado. Mas disputa em desvantagem. Embora tenhamos hoje políticas sociais bastante razoáveis — particularmente as de garantir aumentos reais para o salário-mínimo e de transferência de renda —, há pressão distributiva muito grande especialmente para funcionários públicos (há projetos no Congresso que, em nome da justiça salarial para algumas categorias de servidores, ameaçam esgotar os recursos públicos).

Ora, isso compete com o “equilíbrio das finanças públicas”, mantra dos liberais, e com os “investimentos públicos”, mantra dos liberal-desenvolvimentistas. Uma agenda desenvolvimentista demanda produzir mais acordo sobre as prioridades, e isso é sempre difícil. O empresariado industrial, eventual suporte do desenvolvimentismo, é um ator coletivo cada vez mais fraco. A dinâmica eleitoral ajuda as políticas distributivas, e o “mercado” e seus porta-vozes espalhados na mídia ajudam a ortodoxia macroeconômica. Além disso, implantar uma política desenvolvimentista é difícil porque há, aparentemente, uma extraordinária ineficiência do Estado em realizar programas, coisa que nenhum governo gosta de reconhecer. Uma simples comparação entre as despesas orçadas e gastas efetivamente no PAC no segundo governo Lula já assusta. Mas não estou falando apenas do governo anterior. Creio que temos um problema político-administrativo no setor público que mais cedo ou mais

tarde teremos que identificar e enfrentar.

Apesar das dificuldades, que eu talvez tenha sublinhado demais, estamos nos aproximando talvez de uma conjuntura crítica que vai exigir de nós brasileiros a construção de mecanismos que permitam aumentar significativamente a taxa de investimento público e privado, sob pena de não conseguirmos construir o suporte material à altura de nossas ambições sociais e políticas.

A aspiração a um ciclo de desenvolvimentismo, qualquer que seja, esbarra em relações de interdependência com atores políticos e econômicos internacionais.

*Na sua avaliação, quais seriam os principais constrangimentos externos?*

De fato, há certos parâmetros internacionais que não temos como mudar. Não podemos impedir que os EUA inundem o mundo de dólares nem que a China mantenha uma taxa de câmbio muito desvalorizada. Ou que a fragilidade da economia argentina leve a políticas protecionistas que prejudicam nossas exportações para lá. Não podemos alterar o fato, também, de que nosso parque industrial é dominado por transnacionais. Entretanto, todos estes e outros parâmetros não podem ser vistos apenas como restrições, como elementos negativos. Por vezes, eles têm efeitos negativos e positivos. Eles exigem de nós políticas mais elaboradas que possam fazer com que funcionem mais em favor do nosso desenvolvimento. Ao invés de restringir a atuação das multinacionais, nosso interesse é que elas aumentem as plantas produtivas que mantêm aqui e, especialmente, sediadas no Brasil parte de seus centros de produção de tecnologia. Que as empresas nacionais não sejam apenas fornecedoras de produtos feitos com mão de obra barata ou meras maquiadoras, mas ganhem capacidade de competição pela inovação.

O ponto central aqui é sermos um polo relevante de crescimento

**do capitalismo** — que hoje não pode ser pensado em escala nacional. Desta expansão produtiva depende a incorporação em atividades econômicas regulares dos cerca de 25% de brasileiros que vivem de transferências de renda. Depende também a elevação do padrão de vida dos trabalhadores da base da pirâmide. Esta é a “distribuição” produzida pelo investimento que pode expandir para todos a possibilidade de uma vida decente. Esta é uma condição material fundamental para assegurar e expandir um modo democrático de vida. Da capacidade de inovação do sistema produtivo aqui instalado e dos centros de produção de ciência e tecnologia a ele conectados vai depender em que nicho da economia mundial do Brasil vai se situar. Creio que a preservação da ascensão brasileira no plano mundial dependerá, entre outros fatores, dessa expansão quantitativa e qualitativa de nossa base material. Infelizmente, ainda não encontramos o arranjo político-econômico que permita avançar nisso com velocidade.

*Seguindo a mesma linha, e considerando os embaraços e empecilhos da regulação do comércio internacional (vide os impasses da rodada Doha), as dificuldades de recuperação da economia norte-americana, o fluxo de capital externo, a crescente importância da China ou os impasses do Mercosul em sua institucionalização e na integração regional, quais os principais temas e dilemas da política externa brasileira?*

A política externa brasileira tem uma grande continuidade pelo menos desde o começo dos anos 1990. Ela se move em torno da diretriz da “integração competitiva”, procurando elevar o posicionamento do Brasil na construção e gestão da ordem mundial surgida a partir do fim do mundo soviético. Trata-se de uma estratégia difícil de implementar para uma potência média — econômica e militarmente — em um mundo de múltiplas potências de grande porte. Apesar dos percalços, ela parece estar sendo bem-sucedida. A exceção aqui é o Mercosul, cuja construção como união aduaneira e com maior abrangência tem sido talvez mais lenta do que o esperado. Mas não gostaria de ir muito além, porque não tenho acompanhado isso muito de perto e

não sou especialista no assunto.

*A transição para a democracia marca uma dupla mudança: de regime político e do modelo de Estado. A essa transformação também corresponde uma séria crise de hegemonia, só reconstruída tempos depois com o primeiro governo de FHC, uma nova maioria parlamentar, a agenda da estabilidade e uma orientação liberista. No período atual, que tipo de hegemonia temos?*

Como mencionei antes, o Estado que temos desde 1995 — para fixar uma data — é atravessado por três orientações distintas no que diz respeito à economia. Uma baseada no ideário neoliberal, mais elaborado intelectualmente e mais definido quanto às recomendações práticas, cuja principal demanda tem sido, além da ampliação do peso da iniciativa privada e da liberdade de mercado, a da estabilidade monetária. Uma segunda orientação baseada no ideário da “inserção competitiva” no capitalismo mundial (ou liberal-desenvolvimentista), que procura ajustar o velho nacional-desenvolvimentismo — constituir no Brasil um sistema econômico produtivo diversificado e integrado — ao novo contexto mundial em que predomina o liberalismo e a competição em escala global; sua demanda principal tem sido por investimento produtivo. Por último, uma terceira orientação baseia-se em um ideário que podemos denominar “estatismo distributivo”, que procura combinar presença forte do Estado, inclusive na produção, tendo em vista produzir uma “democracia substantiva” com repartição da renda para os assalariados e “excluídos”; sua demanda central é controle estatal para garantir a “distribuição”.

Cada governo desde 1995 tem dado maior ênfase a cada um desses ideários, mas eles sempre estiveram e estão presentes nos vários governos. Em nenhum momento, porém, alteramos o predomínio dos interesses financeiros na sociedade e nas políticas de Estado. As políticas liberal-desenvolvimentistas e estatal-

distributivas têm sido executadas sempre respeitando aquele predomínio. Examinando as coisas mais de perto, vê-se que nenhum dos governos desde 1995 sequer tocou no perfil da distribuição da propriedade existente no país. Esta questão sequer está na agenda; e, que eu saiba, nem as estatísticas que possam existir sobre isso são públicas. A esquerda vem se contentando com programas de transferência de renda, elevação real do salário-mínimo e políticas facilitadoras da mobilidade social. Elas nada mais são do que políticas tendentes a “civilizar” o capitalismo, que décadas atrás classificávamos como “selvagem”. Não há, porém, que minimizá-las, pois a miséria é tão grande e atinge tanta gente no Brasil que tais transferências são vitais, ao menos enquanto não conseguirmos encontrar um caminho para crescermos mais rápido de modo a pelo menos incorporar esta população, de forma regular, ao sistema produtivo.

*Em recente entrevista, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros afirma que o governo de Dilma estaria “à esquerda” em relação ao de Lula porque seria mais “ideológico” e “intervencionista”. Em que medida essa percepção está correta e quais seriam suas eventuais consequências?*

O que seria mais à esquerda hoje? Ser mais estatista? Não creio, pois boa parte das políticas de Estado — tributária, de regulação, alguns fundos, etc. — são extremamente onerosas para o conjunto dos assalariados. Mais Estado não significa sempre mais igualdade. Pode significar mais privilégio. Nossa história devia ter nos ensinado isso. Ou não tivemos taxas extraordinárias de crescimento — impulsionadas por grande intervencionismo estatal — com extrema concentração da renda? Esta combinação de Estado com privilégio se repete na política salarial e previdenciária para uma parte dos funcionários públicos. Em suma, ter a igualdade no horizonte, creio, está no cerne do que é ser “de esquerda”. Certas políticas “liberais” podem às vezes estar à esquerda, porque rompem com privilégios arraigados seja de segmentos do empresariado, seja de setores “especiais” da

administração pública.

***O professor Wanderley Guilherme dos Santos defende a tese de que, durante a “Era Lula”, tivemos uma ruptura definitiva com o populismo porque os padrões de inclusão tiveram um caráter mais universalista, diferente, portanto, da “cidadania regulada” própria dos tempos varguistas. O que pensa dessa proposição?***

Creio que foi a Constituição de 1988 que rompeu com a cidadania regulada – com o SUS, com a política de assistência social, regulamentada pelo governo Itamar Franco, etc. O que o governo Lula nos legou foi uma política formalizada de aumento real do salário-mínimo — a que existia antes, desde 1994, não era formalizada — e uma expansão extraordinária das políticas de transferências de renda, o que não é pouco, mas isso cumpriu de uma certa forma a decisão de 1988.

***O impeachment do presidente Collor revela um papel proeminente dos partidos políticos, também contrariando certas tendências da literatura política e sociológica de tratar nosso presidencialismo como um sistema frágil e intrinsecamente instável. Passados quase 20 anos daquele momento crítico, como o Sr. avalia o desempenho do nosso sistema decisório, em particular o papel desempenhado pelos partidos?***

De fato, o impeachment de Collor legou para o sistema político a “lição” da necessidade de compartilhar o Executivo com os partidos políticos que tenham bancadas significativas no Congresso. Este compartilhamento vem permitindo ao Executivo contornar o poder que a Constituição de 1988 deu ao Legislativo, impondo a ele sua agenda. Os governos que o sucederam têm seguido a lição de maneiras variadas. Nos governos FHC havia mais homogeneidade de orientação política na coalizão, pois a composição ia do centro para a direita. A esquerda ficou na oposição. Com a vitória de Lula, as coisas se embaralharam, pois sua eleição dependeu de alianças à direita, de modo que o governo tornou-se mais heterogêneo e, no segundo período Lula, bastante heterogêneo. Não creio que uma vitória da oposição nas

próprias eleições presidenciais possa mudar substancialmente isso. A oposição será obrigada a fazer alianças à esquerda, se quiser chegar à vitória.

Esta heterogeneidade das coalizões torna, como é óbvio, muito difícil dar direção ao governo. Ao contrário das esperanças desatadas pelo movimento de democratização, estamos muito longe de chegar a ter um Estado com uma burocracia eficiente que permita aos vitoriosos nos processos eleitorais imprimir eficazmente uma direção ao Estado. Temos um Estado com uma burocracia estável, mas, em muitas áreas, pouco eficiente e parcialmente dominada por “cliques” clientelistas — em que as clientelas são não apenas potenciais votantes, mas também financiadores de campanha e até simplesmente “enriquecedores” de segmentos da elite política. Sublinho, porém, de novo, que há vários ramos do Estado cuja burocracia é tecnicamente competente e protegida do clientelismo. Obviamente, a questão da eficiência e do caráter republicano da administração pública não é apenas uma “questão administrativa”. Ela tem que ser pensada no interior da dinâmica do sistema político, eleitoral e partidário.

*É correto afirmar que tivemos um processo de maturação das instituições políticas no período recente e que, de outro lado, temos a conformação de uma nova sociedade (urbana, mais escolarizada, com mais mobilidade e ascensão, etc.)? E sobre a relação entre sociedade e instituições políticas, é possível dizer que hoje há mais sintonia entre as demandas daquela e as respostas destas?*

Creio que vivemos um período de grande estabilidade política, e o crescimento econômico, ainda que limitado, a expansão do crédito e das oportunidades de educação (mesmo de baixa qualidade) vêm permitido maior afluência social. Mas creio que se faz demasiado alarde sobre a nossa mobilidade social; o que há mais é uma melhora das condições materiais de vida de uma faixa de assalariados e de pequenos empreendedores que antes não tinha acesso a certos itens de consumo — ao alcance apenas das classes médias e superiores. Isso “civiliza” uma parte dos

assalariados, mas não significa necessariamente mobilidade vertical. Em pouco tempo, creio, teremos os resultados de grande pesquisa sobre classes e mobilidade dirigida pelo Nelson do Valle, que permitirão avaliar melhor a quantas andamos em relação a isso.

De qualquer maneira, acho que o movimento pela democratização, cujo ápice foram os anos 1980, continua produzindo impactos benéficos até hoje, tanto no plano político como no social. Claro que estas realizações estão longe de realizar os sonhos democratizantes daquela década. Somos ainda uma sociedade extraordinariamente desigual, e a melhora das condições materiais de certa camada de assalariados e da massa que vive na extrema pobreza não alterou isso de forma substancial. No entanto, tenho a impressão — é mesmo ainda uma impressão — de que o regime que construímos já dá sinais de falta de vigor. Parece que o Estado que construímos começa a se mostrar incapaz de realizar os sonhos dos 1980, de conduzir a sociedade brasileira a um grau social e politicamente satisfatório de desenvolvimento.

*O ex-presidente FHC foi muito criticado por propor que a oposição esquecesse o “povão” e se preocupasse mais com segmentos intermediários emergentes. A esse entendimento subjaz a percepção de que a sociedade brasileira mudou bastante nas últimas décadas, mas, afinal, que tipo de sociedade emergiu após a década perdida, a transição democrática, a estabilização e os novos formatos da inclusão?*

Creio que se criticou muito sem ler o documento de FHC. Fazia muito tempo que eu não lia um documento político-estratégico como este. Creio que se pinçou no texto uma frase mal construída e se fez dela uma espécie de reconhecimento do senso comum, daquilo que usualmente se acusa os tucanos, de alheamento em relação ao “povão”, de elitismo, etc. Incrível que isso ocorreu mesmo entre alguns tucanos. Ora, o que se trata lá é da inserção social de um partido, de um partido cujo principal adversário, o

PT, tem inserção societária forte e tem a seu favor, hoje, o controle das políticas públicas e, portanto, a capacidade de atender em melhor medida as camadas mais pobres da população.

Isso me permite sublinhar algo que se tem enfatizado pouco, ou sequer apontado, a propósito nosso sistema partidário. Uma de suas características chave é que este sistema é totalmente desequilibrado, no sentido em que ele tem um partido, o PT, articulado com movimentos populares e organizações de trabalhadores, e os demais não têm esta inserção societária, embora conservem os vínculos clientelistas usuais na política brasileira. A coalizão lulista e a que sustenta a atual presidente está ancorada nesses dois pontos de apoio. O documento de FHC chama a atenção dos seus correligionários justamente para a pouca viabilidade de um partido que não tem inserção societária articulada; que confia em ganhar eleição apenas com base em uma retórica eleitoral com afinidade com os valores da classe média. O esquecimento a que foi relegado, aparentemente, o documento, depois das “repercussões” na imprensa, mostra a dificuldade de converter um partido de quadros em um partido socialmente articulado.

***Collor, Itamar, FHC e Lula (ambos duas vezes) tiveram que formar maiorias depois das eleições. Desde a democratização, agora, pela primeira vez um governo é eleito já com uma sólida e majoritária base de sustentação no Congresso. Essa nova situação altera substantivamente o sistema de barganhas políticas e aumenta a governabilidade, ou apenas amplia o poder de fogo do PMDB e de outros aliados?***

Você tem razão em relação às diferenças entre os governos anteriores e Dilma. Esta foi eleita pela própria coalizão que tem hoje responsabilidade de governo. O PMDB só participou da coalizão de governo e não da que elegeu FHC em 1994 e Lula em 2002. Essa participação na coalizão eleitoral dá mais autoridade aos partidos na hora de demandar posições no governo. Mas creio que a questão da “governabilidade” deve ser pensada, ao mesmo tempo, como sustentação parlamentar e como direção política. Às

vezes, a amplitude da sustentação vai em sentido inverso à capacidade de imprimir direção, da capacidade de definir um rumo que oriente o conjunto da coalizão. A base partidária do atual governo é muito grande, mas não é sólida. Sua solidez depende — no esquema clientelista que vivemos — da capacidade do governo articular sua coalizão. Isso é tanto mais necessário porque, à falta de um ideia-força que convença os aliados, fica-se reduzido ao atendimento maior ou menor, mais ou menos “justo”, das demandas da base. O tamanho da base parece dar ao governo mais capacidade de manobra, mas torna complicada a administração das demandas. Se não houver, além disso, vantagens eleitorais em aliar-se a um governo com prestígio popular, o tamanho não dará tranquilidade ao governo. Embora a trajetória do governo Dilma até agora tenha sido bastante acidentada, eu não arriscaria projetar isso para o futuro. **Os governos, como as pessoas, aprendem com as dificuldades.** Temo, apenas, que o aprendizado signifique aumento da tolerância com o malfeito.

*Alguns analistas ressaltam a “simplificação” do quadro partidário mediante um bipartidarismo informal entre PT e PSDB (sintetizado nas últimas cinco disputas presidenciais), que, inclusive, passou a reorientar a conduta destes e de seus aliados nas disputas estaduais. Em sua opinião, essa tendência deve continuar nas próximas eleições ou é possível projetar novas disputas com novos atores? O PSD pode alterar essa dinâmica?*

Tanto quanto eu possa prever, a tendência no futuro imediato é de manutenção da polarização. Além de quadros, o PSDB tem o controle de vários estados importantes da federação, o que faz dele um adversário relevante. Não creio, porém, que possa se sustentar a médio prazo apenas nisso. Terá que sair do canto do ringue, seja na direção da “sociedade organizada”, seja na direção de partidos à sua esquerda. Se não fizer isso, tenho a impressão de que terá poucas chances de sucesso ao enfrentar o PT. Mesmo se Lula não for o candidato em 2014.

Em relação ao PSD, não me parece que agregue muito. Deverá ser mais um partido clientelista entre outros. Aliás, esta polarização PT e PSDB pode organizar as alternativas disponíveis, mas enfraquece no plano político-institucional o impulso de mudança que vem da sociedade. Estes impulsos democratizantes e liberalizantes — que se expressam em doses diferentes naqueles partidos — têm sempre que se acomodar ao particularismo clientelista dominante nos demais partidos. Veja, não estou dizendo que PSDB e PT estão imunes ao clientelismo, mas que ainda têm capacidade de lutar por objetivos mais marcados pelo universalismo.

## **VIII – Série L.B. Beluzzo**

### **1. As refregas do desenvolvimentismo**

L.G. Beluzzo

A economia brasileira reagiu com vigor à Grande Depressão dos anos 1930 do século passado. Entre 1930 e 1945, o “fazendão” atrasado e melancólico do Jeca Tatu – a terra da hemoptise, do bicho-do-pé e da lombriga – cedia espaço para a economia urbano-industrial incipiente.

O governo brasileiro de Getúlio Vargas reagiu à derrocada dos preços do café, causada pela crise de 1929, com políticas de defesa da economia nacional: a compra dos estoques excedentes e a moratória para as dívidas dos cafeicultores. Essas medidas e a desorganização do mercado mundial – provocadas pela depressão e depois pela guerra – ensejaram um forte impulso à industrialização do País.

A industrialização era vista como a única resposta adequada aos inconvenientes da dependência da demanda externa. A renda nacional dependia da exportação de produtos sujeitos à tendência secular de queda de preços e flutuações cíclicas da demanda.

O segundo conflito mundial ampliou as oportunidades de crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis (têxteis, calçados, alimentos e bebidas) e de alguns insumos processados, como óleos e graxas vegetais e

ferro-gusa. Esses setores cresceram rapidamente não só para suprir a demanda doméstica, mas também para atender às exportações.

Ainda durante a guerra, o presidente Getúlio Vargas negociou com os americanos a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Esse empreendimento, crucial para as etapas subsequentes da industrialização brasileira, entrou em operação em 1946.

O projeto “desenvolvimentista” invadia o imaginário social. À revelia dos senhores da casa-grande, ele foi construído por uma singular articulação entre as camadas empresariais nascentes, a fração nacionalista do estamento burocrático-militar, as lideranças intelectuais e o proletariado em formação.

A economia dos socialites dos Tristes Trópicos deixou um legado de deficiências na infraestrutura (energia elétrica, petróleo, transportes, comunicações), para não falar das desigualdades regionais, da péssima distribuição de renda e da miséria absoluta. Eleito em 1950, Getúlio Vargas lançou, em 1951, o Plano de Eletrificação, criou o BNDE, em 1952, a Petrobras, em 1953. O avanço da industrialização, na concepção dos desenvolvimentistas daquela época, só poderia ocorrer com a modernização da infraestrutura e a constituição dos departamentos industriais que produzem equipamentos, insumos e bens duráveis de consumo.

Getúlio não teve vida boa. Desde a sua eleição, em 1950, até o suicídio, em 24 de agosto de 1954, enfrentou as manobras da oposição que urdia suas habituais e tediosas maquinações para “melar o jogo”, sempre, é claro, em nome da democracia. Primeiro, tentaram impedir sua posse com a tese esdrúxula e oportunista da maioria absoluta (Getúlio obteve 48% dos votos). Depois, -cuidaram de imobilizar o governo. A agressividade do establishment civil e militar – sempre turbinada pelos esgares da imprensa livre e independente – exacerbou-se no início de 1954: Vargas comunicou o envio da Lei de Lucros Extraordinários ao Congresso.

A pancadaria chegou ao paroxismo quando o ministro do Trabalho, João Goulart, anunciou o aumento de 100% do salário mínimo. Acuado, Vargas demitiu Jango e o ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso. Esse gesto não apaziguou a oposição que ameaçava o presidente com o

impeachment. Getúlio reagiu e retomou a escalada nacional-desenvolvimentista. No dia 1º de maio de 1954, Getúlio decretou o aumento do salário mínimo anunciado por Jango.

A fidelidade insensata de seu guarda-costas, Gregório Fortunato, autor do atentado da Rua Toneleros, deflagrou o tropel de ameaças que levaram Getúlio ao suicídio em 24 de agosto de 1954. Dias antes, o presidente escreveu seu derradeiro bilhete: “À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter feito pelos humildes tudo o que desejava”.

Vargas sabia que as conquistas trabalhistas impostas pela legislação social de 1942, não ensejavam ainda a almejada incorporação das massas aos padrões “modernos” de produção e de consumo, sobretudo em razão do secular atraso das relações de trabalho no campo e da completa exclusão política dessa camada social, mergulhada na miséria e na semiescraavidão.

Em sua carta-testamento ele denunciou: “...Contra a justiça do salário mínimo se me desencadearam os ódios... Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco... Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta sentireis em vosso peito a energia para a luta, por vós e por vossos filhos”. •

**\*Presto, aqui, uma homenagem a dois getulistas e desenvolvimentistas de quatro costados: Luiz Gonzaga de Mello, meu tio, e Luiz Gonzaga Belluzzo, meu pai.**

## 2. Como Recuperar o Vigor

Carta Capital – 07/03/2012

*A perda de competitividade industrial não é resultado apenas das mudanças estruturais da economia contemporânea*

**Luiz Gonzaga Belluzzo e Julio Gomes de Almeida**

O grande historiador Carlo Cipolla afirmou que a economia dos homens atravessou dois momentos cruciais: o Neolítico e a Revolução Industrial. No Neolítico, os povos abandonaram a condição de “bandos selvagens de caçadores” e estabeleceram as práticas da vida sedentária e da agricultura. Entre as incertezas e brutalidades da “vida natural”, tais práticas difundiram condições mais regulares de subsistência dos povos e assentaram as bases da convivência civilizada. Podemos afirmar que ao longo de milênios as sociedades avançaram lentamente nas técnicas de gestão da terra, desenvolvidas à sombra de distintos regimes sociais e políticos e, portanto, sob formas diversas de geração, apropriação e utilização dos excedentes.

Às vésperas da Revolução Industrial, os fisiocratas consideravam “produtiva” somente a classe de agricultores. A manufatura era a atividade da classe estéril, que conseguia apenas repor seus custos por meio das trocas e, assim, preparar-se para o período de produção seguinte. A agricultura era, nesse sentido, “produtiva”, ou seja, a única atividade capaz de gerar excedente.

“A Revolução Industrial”, escreveu Cipolla, “transformou o homem agricultor e pastor no manipulador de máquinas movidas por energia inanimada.” A ruptura radical no modo de produzir introduziu profundas alterações no sistema econômico e social. Aí nascem, de fato, o capitalismo, a sociabilidade, a urbe moderna e seus padrões culturais. A diferença entre a vida moderna e as anteriores decorre do surgimento do sistema industrial, que não só cria novos bens e os bens instrumentais para produzi-los, como suscita novos modos de convivência, de “estar no mundo”. Desse ponto de vista, a indústria não pode ser concebida como mais um setor ao lado da agricultura e dos serviços.

A ideia da Revolução Industrial como um momento crítico trata da constituição histórica de um sistema de produção e de relações sociais que subordinam o crescimento da economia a sua capacidade de gerar renda, empregos e criar novas atividades. O surgimento da indústria como sistema de produção apoiado na maquinaria “endogeiniza” o progresso técnico e impulsiona a divisão social do trabalho, engendrando diferenciações na estrutura produtiva e promovendo encadeamentos intra e intersetoriais.

Além de sua permanente autodiferenciação, o sistema industrial deflagra efeitos transformadores na agricultura e nos serviços. A agricultura contemporânea não é mais uma atividade “natural” e os serviços já não correspondem ao papel que cumpriam nas sociedades pré-industriais. O avanço da produtividade geral da economia não é imaginável sem a dominância do sistema industrial no desenvolvimento dos demais setores.

Os autores do século XIX anteciparam a “industrialização” do campo e perceberam a importância dos novos serviços gestados nas entranhas da expansão da indústria. Não há como ignorar, por exemplo, a revolução nos transportes e as transformações no sistema financeiro no período. São reconhecidas as interações entre a expansão da ferrovia e do navio a vapor e o desenvolvimento do setor de bens de capital apoiado no avanço da indústria metalúrgica e metalmeccânica e na concentração da capacidade de mobilização de recursos líquidos nos bancos de negócios.

A história dos séculos XIX e XX pode ser contada sob a ótica dos processos de integração dos países aos ditames do sistema mercantil-industrial originário da Inglaterra. Essa reordenação radical da economia exigiu uma resposta também radical dos países incorporados à nova divisão internacional do trabalho. Para os europeus retardatários, para os norte-americanos e japoneses e mais tarde para os brasileiros, coreanos, chineses, russos e outros, a luta pela industrialização não era uma questão de escolha, mas uma imposição de sobrevivência das nações, de seus povos e de suas identidades.

Paradoxalmente, a especialização de alguns países na produção de bens não industriais é fruto da própria diferenciação da estrutura produtiva capitalista à escala global comandada pela dominância do sistema industrial. Esse é o caso de países dotados de uma relação população/recursos humanos favorável, entre eles Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Chile. A especialização decorre da própria divisão de trabalho suscitada pela expansão do sistema industrial.

Mas a especialização ou reespecialização virtuosa dos produtores de commodities na economia atual nem legitima nem justifica o processo de desindustrialização em curso no Brasil. Ao longo de cinco décadas, até o início dos anos 1980 do século passado, o País empreendeu um ingente esforço para construir um sistema industrial relativamente avançado.

Concentrados na expansão dos setores pesados, os investimentos do II PND em meados dos anos 1970 deram impulso a um novo ciclo de exportação de manufaturados de tecnologia madura e de substituição de importações. Mas a estratégia escolhida não só provocou a crise da dívida do início dos anos 80 como descurou da incorporação dos setores da chamada Terceira Revolução Industrial, como a eletrônica de consumo, componentes eletrônicos, informatização dos processos produtivos, novos materiais e química fina.

A crise da dívida externa e as políticas liberais que se seguiram à estabilização dos anos 90 encerraram uma longa trajetória de crescimento industrial e criaram as bases para o retrocesso da indústria de transformação. A participação da indústria no PIB caiu de 35,8% em 1984 para 15,3% em 2011. O leitor poderá comparar o índice brasileiro com dados para 2010 da ONU para países como China (43,1%), Coreia (30,4%) ou mesmo Alemanha (20,8%). O padrão brasileiro é mais comparável ao país que mais se desindustrializou durante a chamada globalização, os EUA: 13,4%.

Essa queda seria natural se decorresse dos ganhos de produtividade obtidos ou difundidos pelo crescimento da indústria, como ocorreu em países de industrialização madura. Mas não foi isso que se observou no Brasil. No momento em que ocorria uma revolução tecnológica e a intensa redistribuição da capacidade produtiva manufatureira entre o centro e os emergentes, alterando o esquema tradicional centro-periferia, o Brasil foi empurrado para uma inserção desastrosa que culminou na desvalorização do real de 1999.

As políticas inspiradas no consenso neoliberal desataram a valorização da taxa de câmbio real (nesse caso, na contramão do Consenso de Washington), a privatização das empresas produtoras de insumos e serviços fundamentais e promoveram uma elevação da carga tributária, onerando sobretudo a indústria, o investimento e as exportações. As privatizações tinham como propósito de curto prazo aumentar a receita do governo. Na verdade, a receita fiscal foi tragada pela carga de juros, irmã siamesa do câmbio real valorizado. A suposta eficiência dos serviços privatizados escorreu pelo ralo do aumento real de tarifas.

O Brasil encerrou os anos 90 com uma regressão da estrutura industrial, ou seja, não acompanhou o avanço e a diferenciação setorial da indústria manufatureira global e, ademais, perdeu competitividade e elos nas cadeias que conservou. Contrariamente ao afirmado pela vulgata neoliberal a respeito da globalização, o movimento de realocização manufatureira foi determinado por duas forças complementares e, não raro, conflitantes: o movimento competitivo da grande empresa transnacional para ocupar espaços demográficos de mão de obra abundante e as políticas nacionais dos Estados soberanos nas áreas receptoras.

Nos anos 2000, a estrutura e a dinâmica da produção e do comércio globais, originada pela concomitância entre os movimentos da grande empresa e as políticas nacionais (particularmente as da China), colocou o Brasil, por conta de sua dotação de recursos naturais (água, energia, terras agriculturáveis, base mineral), em posição simultaneamente promissora e perigosa. Bafejado pela liquidez internacional, antes e depois do estouro da bolha imobiliária, e abalroado pela demanda chinesa de commodities, o País foi descendente com a ampliação e generalização do déficit comercial que afetou a maioria dos setores industriais, ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit global no comércio exterior.

Para ilustrar como os fatores assinalados teriam efeitos devastadores sobre o comércio exterior brasileiro de produtos da indústria de transformação, se em 2006 o saldo era positivo em 29,8 bilhões de dólares, em apenas cinco anos, vale dizer, em 2011, o resultado alcançaria valor negativo de 48,7 bilhões. Destaques para os déficits em produtos químicos (-22,4 bilhões), bens de capital mecânicos (-14,5 bilhões), equipamentos de rádio, tevê e comunicação (-11,4 bilhões) e veículos automotores (-7,4 bilhões). O resultado global do comércio exterior manteve-se superavitário em 29,8 bilhões de dólares em 2011 (40 bilhões em 2006), graças ao extraordinário saldo em commodities agrícolas e minerais de 78,5 bilhões de dólares (46,4 bilhões em 2006).

A abundância de divisas teve larga contribuição do fluxo de capitais, antes e depois da crise financeira. A situação benigna provocou o descuido com a persistência dos fatores que determinaram o encolhimento e a perda de dinamismo da indústria: câmbio valorizado, tarifas caras, em termos internacionais, dos insumos de uso geral e carga tributária onerosa. Na medida em que tivemos a ventura de ampliar o déficit financiável em conta corrente, o câmbio passou a apresentar uma tendência acentuada e contínua de valorização. A crise financeira internacional e as políticas monetárias utilizadas nos países desenvolvidos para conter seus efeitos só agravaram a situação.

Fica claro que a falsa inserção competitiva da economia brasileira está cobrando o seu preço. Falsa, porque as políticas dos anos 90 entendiam que bastava expor a economia à concorrência externa e privatizar para lograr ganhos de eficiência micro e macroeconômica. Percorremos o caminho inverso dos asiáticos que abriram a economia para as importações redutoras de custos.

A abertura estava, portanto, comprometida com os ganhos de produtividade voltados para o aumento das exportações. As relações importações/exportações faziam parte das políticas industriais, ou seja, do projeto que combinava o avanço das grandes empresas nacionais nos mercados globais e a proteção do mercado interno. As importações não tinham o objetivo de abastecer o consumo das populações. Estas se beneficiaram sim dos ganhos de produtividade e da diferenciação da estrutura produtiva assentada em elevadas taxas de investimento.

O crescimento brasileiro jamais se valeu de uma estratégia de crescimento puxada pelas exportações – *export led* – mas, a partir dos anos 1960, procurou estimular as vendas externas para ampliar a capacidade de importar e afastar o risco do estrangulamento externo. Nesse particular, o crescimento brasileiro tem

grande semelhança com aquele dos Estados Unidos, uma economia continental. Dotados de fartos recursos naturais, os EUA recorreram a políticas escancaradamente protecionistas para garantir o seu desenvolvimento industrial, voltado sobretudo para o mercado interno.

O Brasil incorporou 16 milhões de famílias ao mercado de consumo moderno por conta das políticas sociais e de elevação do salário mínimo, que habilitam esses novos cidadãos ao crédito (os resultados dessas políticas no comportamento das camadas beneficiárias são analisados por Walquiria Leão Rego em artigo à página 42).

Essa incorporação será limitada se não estiver apoiada na ampliação do espaço de criação da renda. Nas economias emergentes bem-sucedidas, a ampliação do espaço de criação da renda é fruto da articulação entre as políticas de desenvolvimento da indústria (incluindo a administração do comércio exterior e do movimento de capitais) e o investimento público em infraestrutura. Esse arranjo, ao promover o crescimento dos salários e dos empregos, gera, em sua mútua fecundação, estímulos às atividades complementares e efeitos de encadeamento para trás e para frente.

Não se trata de retornar às políticas dos anos 50, 60 e 70, mas de ajustar a estratégia nacional de desenvolvimento às oportunidades e restrições criadas pela nova configuração da economia mundial. O modelo adotado desde os anos 90, a pretexto de estimular a competitividade da indústria, realizou a operação contrária. Desalentou as exportações de manufaturados e favoreceu as importações predatórias, filhas diletas do câmbio valorizado, dos custos elevados dos insumos de uso generalizado e de um sistema tributário irracional.

Daí, uma nova etapa de crescimento industrial não deve contemplar – nem pode, nas condições atuais da economia mundial – uma estratégia *export led*. O Brasil está em condições de estabelecer uma macroeconomia da reindustrialização, usando de forma inteligente as vantagens que se revelaram recentemente.

Não se trata tão somente de concentrar os esforços na manutenção de um câmbio subvalorizado, mas de desenvolver um conjunto de políticas voltado para o objetivo de expansão do mercado interno sem incorrer nas restrições de balanço de pagamentos. Nessa estratégia, não cabe a determinação da taxa de câmbio como um ativo cujo “preço” é formado pelo movimento de capitais. A taxa de câmbio tem de ser administrada de modo a evitar valorizações bruscas como a observada nos últimos meses, em que o valor da moeda brasileira em relação ao dólar passou de 1,85 a 1,70 real.

Essa estratégia apoiada no mercado interno envolve, ademais, o equilíbrio do orçamento corrente e a rápida ampliação do orçamento de investimento e o prosseguimento do processo de inclusão e de distribuição de renda. Esse circuito virtuoso poderá ser construído com mais facilidade se os recursos oriundos do pré-sal forem destinados à correção das distorções da estrutura tributária e utilizados para reverter o encarecimento dos insumos fundamentais, além de gerar espaço e demanda para a reindustrialização.

A política industrial deve ser concebida no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento nacional que promova a reindustrialização. Esse arranjo deve estar apoiado no potencial do mercado interno brasileiro, nas vantagens competitivas do agronegócio e da mineração – agora acrescidas das perspectivas do pré-sal – e na preservação de seu sistema público de financiamento.

Comentário de Rodrigo Medeiros = [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br) 

Fica claro que a falsa inserção competitiva da economia brasileira está cobrando o seu preço. Falsa, porque as políticas dos anos 90 entendiam que bastava expor a economia à concorrência externa e privatizar para lograr ganhos de eficiência micro e macroeconômica. Percorremos o caminho inverso dos asiáticos que abriram a economia para as importações redutoras de custos.

O crescimento brasileiro jamais se valeu de uma estratégia de crescimento puxada pelas exportações –

export led – mas, a partir dos anos 1960, procurou estimular as vendas externas para ampliar a capacidade de importar e afastar o risco do estrangulamento externo. Nesse particular, o crescimento brasileiro tem grande semelhança com aquele dos Estados Unidos, uma economia continental. Dotados de fartos recursos naturais, os EUA recorreram a políticas escancaradamente protecionistas para garantir o seu desenvolvimento industrial, voltado sobretudo para o mercado interno.

Nas economias emergentes bem-sucedidas, a ampliação do espaço de criação da renda é fruto da articulação entre as políticas de desenvolvimento da indústria (incluindo a administração do comércio exterior e do movimento de capitais) e o investimento público em infraestrutura. Esse arranjo, ao promover o crescimento dos salários e dos empregos, gera, em sua mútua fecundação, estímulos às atividades complementares e efeitos de encadeamento para trás e para frente.

Não se trata de retornar às políticas dos anos 50, 60 e 70, mas de ajustar a estratégia nacional de desenvolvimento às oportunidades e restrições criadas pela nova configuração da economia mundial. O modelo adotado desde os anos 90, a pretexto de estimular a competitividade da indústria, realizou a operação contrária. Desalentou as exportações de manufaturados e favoreceu as importações predatórias, filhas diletas do câmbio valorizado, dos custos elevados dos insumos de uso generalizado e de um sistema tributário irracional.

\*\*\*

## **3.O desenvolvimentismo de direita**

### **Luiz Gonzaga Belluzzo**

EM UM DE SEUS DERRADEIROS artigos publicados na Folha de S.Paulo, Roberto Campos sentenciava que "os "desenvolvimentistas" não entendem nada de desenvolvimento". Nesse

momento, corria solto, no governo FHC, o conflito entre desenvolvimentistas e a turma do deixa disso.

Entre tantos talentos, Campos passou a vida aperfeiçoando o de espicaçar tudo o que se assemelhasse à heterodoxia. Ex-seminarista e conhecedor de grego, sabia da importância da palavra doxa.

Essa inclinação ao mot d'espirt, sempre beirando o sarcasmo, parece vicejar com mais força entre os conservadores que, num momento de irreflexão, flertaram como progressismo. Nesse mister, Campos chegou ao delírio, lançando boutades de grosso calibre contra todo tipo de socialismo, nacionalismo e outros partidarismos que considerava irracionais. Dizia, por exemplo, que, "no socialismo, as intenções são melhores que os resultados e, no capitalismo, os resultados são melhores que as intenções". Achincalhou a "bazófia nacionalista que substitui a organização pela emoção e confunde a energia intrínseca da onda com o farfalhar frívolo da escuma".

Em matéria de (mau) humor, exagerou na dose quando apoiou o golpe militar de 1964 e, no livro *Do Outro Lado da Cerca*, de 1967, escreveu: "Sobre as eleições diretas no Brasil, o melhor que se pode dizer é que funcionaram bem enquanto não existiram". Uma espécie de revanche do cinismo autoritário contra os exageros da sua razão democrática.

Ministro do governo Castelo Branco, foi protagonista, juntamente com Otávio Gouveia de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, das reformas econômicas e financeiras que prepararam o "Milagre Brasileiro" do fim dos anos 1960 e começo dos 1970.

Como M. Jourdain, personagem de Molière no *Bourgeois Gentilhomme*, Campos foi um desenvolvimentista sem saber. Isso é o que diz a sua biografia de homem de Estado, a despeito de suas preferências intelectuais e ideológicas. Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1950, participou de todos os empreendimentos e reconstruções institucionais que alicerçaram o surto desenvolvimentista. Depois de concluir o mestrado em Economia na Universidade George Washington, integrou a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, em 1944. Em 1950, participou da II Conferência da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), foi conselheiro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e teve papel preponderante na fundação do BNDE.

Ao assumir a direção do banco, ensejou a criação do grupo misto Cepal-BNDE, um valhacouto de desenvolvimentistas que espalharia (e continua espalhando) suas ideias malignas, por muito tempo, Brasil afora.

Campos, tal como outros que o sucederam na corrente conservadora, escrevia uma coisa e fazia outra. Sua vantagem é que amaré do capitalismo estava na enchente, enquanto os pósteros pegaram a vazante. O "desenvolvimentismo", enquanto projeto ideológico e prática política nos países da periferia, nasceu nos anos 30, no mesmo berço que produziu o keynesianismo nos países centrais. A onda desenvolvimentista e a experiência keynesiana tiveram o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial. O ambiente político e social estava saturado da ideia de que era possível adotar estratégias nacionais e intencionais de crescimento, industrialização e avanço social.

Os resultados, ainda que desiguais, não foram ruins. Comparada a qualquer outro período do capitalismo, anterior ou posterior, a era desenvolvimentista e keynesiana apresentou

desempenho muito superior em termos de taxas de crescimento do PIB, de criação de empregos, de aumentos dos salários reais e de ampliação dos direitos sociais e econômicos. A moda então entre os economistas, sociólogos e cientistas políticos, eram as teorias do desenvolvimento, os modelos de crescimento econômico e o estudo das técnicas de programação e de planejamento.

Não se trata, naturalmente, de reinventar nem de chorar o "desenvolvimentismo" perdido, de resto uma experiência histórica singular do capitalismo. Mas é possível concluir, ao menos, que os "desenvolvimentistas" entendiam bastante de desenvolvimento. Desconfio - sempre mergulhado na dúvida, mas apoiado nos acontecimentos recentes - que entendiam do assunto deles muito mais do que os assim chamados monetaristas imaginam saber dos mistérios da moeda.

Seja como for, o historiador Fernand Braudel, no primeiro volume de sua obra maior, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV a XVIII*, analisando os ciclos econômicos de longa duração, não perdeu a oportunidade de incomodar o leitor com uma frase terrível: "O homem só é feliz em breves intervalos e só se dá conta disso quando já é muito tarde".

\*Este artigo foi publicado por ocasião da morte do ex-ministro Roberto Campos. Diante da controvérsia sobre o desenvolvimentismo de esquerda, decidi republicar o texto, como um exemplo cabal dos ardis da razão.



China

## 4.Recorrência histórica

Luiz Gonzaga Belluzzo- 01.04.2012



O Tao. Os chineses combinam o máximo de competição com o máximo de controle. Foto: AFP

Há quase três décadas a China executa políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão da economia “global”. As lideranças chinesas perceberam que a constituição da “nova” economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global.

A experiência chinesa combina o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle. Entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington não deveriam ser “copiadas” pelos países emergentes. Também compreenderam que a “proposta” americana para a economia global incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento. Assim controlaram as instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito e a política de comércio exterior, aí incluída a administração da taxa de câmbio. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.

**Entre semelhanças** e diferenças, a nova configuração da economia internacional evoca a segunda metade do século XIX e os primórdios do século XX , a era da Segunda Revolução Industrial e da Primeira Globalização Financeira. As reviravoltas econômicas, tecnológicas e sociais da primeira globalização nasceram de um jogo peculiar entre o monopólio industrial e financeiro da Inglaterra, suas políticas de livre-comércio e a resposta dos países ameaçados em sua identidade nacional pela revolução sem precedentes nas forças produtivas e na finança capitalista.

A adoção generalizada do padrão-ouro a partir dos anos 70 do século XIX ensejou uma forte expansão das transações financeiras internacionais e engendrou um intenso processo de concentração bancária na Inglaterra. Em seu desenvolvimento, o sistema financeiro internacional liderado pela “pérfida Albion” sustentou a emissão e negociação de títulos de dívida estrangeira, soberanos ou privados, a concessão de avais e o recebimento de depósitos forâneos na praça de Londres.

A liderança do sistema financeiro inglês estava assentada no grande desenvolvimento dos bancos de depósito, o que havia permitido a Londres assegurar-se do financiamento do comércio de todo o mundo. A Inglaterra possuía então todos os requisitos para o exercício dessa função de “financiadora do mundo”: a moeda nacional, a libra, era reputada a mais sólida entre todas e por isso mantinha uma sobranceira liderança enquanto intermediária nas transações mercantis e como instrumento de denominação e liquidação de contratos financeiros. O rápido crescimento e a impressionante concentração dos bancos de depósito colocavam à disposição essa matéria-prima para o desconto de cambiais emitidas em vários países.

Impulso decisivo para o avanço da globalização financeira daqueles tempos foi dado, em boa medida, pelo crescente endividamento dos países da periferia latino-americana e da semiperiferia europeia, obrigados a tomar empréstimos com o propósito de sustentar a conversibilidade de suas moedas. Isso porque os problemas de balanço de pagamentos eram recorrentes, normalmente associados a perdas nas relações de troca ou às flutuações periódicas no nível de atividades nos países centrais. As economias periféricas funcionavam, na verdade, como áreas de expansão comercial e financeira do país hegemônico nas etapas expansivas do ciclo e como uma “válvula de segurança” para o ajustamento das economias desenvolvidas nas fases de contração.

Enquanto os bancos ingleses concentravam suas operações no financiamento do comércio internacional e na exportação de capitais, a estrutura empresarial do país permanecia “congelada” nas formas “competitivas”. À semelhança das relações sino-americanas, a Inglaterra monopolista, em seu movimento de expansão mercantil, industrial e financeiro, “produziu” a industrialização dos EUA e da Europa (leia-se, sobretudo Alemanha) concomitantemente à criação da periferia produtora de matérias-primas e alimentos.

A emergência dos novos protagonistas “industrializantes” foi acompanhada das inovações que trouxeram o aço, a eletricidade, o motor a combustão interna, a química da soda e do cloro, o desenvolvimento da farmacêutica. Tais inovações alteraram radicalmente o panorama da indústria, até então marcado pelo carvão, pelo ferro e pela máquina a vapor. A aplicação simples da mecânica cedeu lugar à utilização e integração sistemática da ciência nos processos produtivos.

**A segunda Revolução Industrial** carregou em suas entranhas a ampliação das escalas de produção. O crescimento do volume de capital requerido pelos novos investimentos impôs novas formas de organização à empresa capitalista. A sociedade por ações tornou-se a forma predominante de estruturação da propriedade. Na Alemanha e nos Estados Unidos, os bancos universais, os bancos de investimento e os *trusts funds* passaram a avançar recursos para novos empreendimentos (crédito de capital), e cuidaram de promover a fusão entre as

empresas existentes. As corporações financeiras organizaram a produção industrial nos setores de tecnologia avançada sob a forma de grandes empresas.

Estas, por sua vez, promoveram o surgimento de novos canais de distribuição no atacado e no varejo (as lojas de departamento) e fomentaram a constituição de redes de pequenas e médias empresas fornecedoras. O movimento de concentração do capital produtivo e de centralização do comando empresarial nas mãos dos capitalistas associados tornou obsoleta a figura do empresário típico da industrialização inglesa originária, que confundia o destino da empresa com sua própria biografia.

A Inglaterra pregou e adotou o livre-comércio enquanto desfrutava do monopólio concedido por seu pioneirismo industrial. Foi atropelada pelos novos “industrializados” que avançaram sob o patrocínio de estruturas empresariais monopolistas e ao abrigo de políticas desabridamente protecionistas. Os Estados Unidos e a Alemanha, como a China contemporânea, aceitaram as regras darwinistas da concorrência universal e impuseram a superioridade de suas respectivas estruturas capitalistas, ancoradas na capacidade de centralização e mobilização de recursos dos seus bancos e – escândalo! – na presença ativa, nem sempre visível, de seus respectivos Estados nacionais.

## Um intelectual em seu labirinto

### Ricardo Carneiro (\*)

[www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) | 30/03/2012 | Copyleft

Para Fiori, a escola da Unicamp teria tido relevância nos anos 1970, enquanto centro capaz de reinterpretar, a partir da herança cepalina, o desenvolvimento capitalista no Brasil. Mas teria perdido o fôlego após o Plano Cruzado. Para contestá-lo, é preciso evitar confundir estratégias de desenvolvimento, no caso o desenvolvimentismo, com as teorias variadas que lhes dão suporte.

Ricardo Carneiro

No último mês, os leitores do jornal *Valor* tomaram conhecimento, por meio da coluna Opinião, de dois artigos de José Luís Fiori - O desenvolvimentismo de esquerda de 29/02/2012 e Desenvolvimentismo e Dependência de 29/03/2012 - acerca de um tema cujo conteúdo costumava ser, no passado, bastante caro aos economistas progressistas: o desenvolvimentismo.

Ressuscitado contemporaneamente pela falência das políticas de inspiração liberal e pela retomada do crescimento no Brasil com base em outro perfil de políticas econômicas, o desenvolvimentismo desperta polêmicas como nos artigos apontados. Neles, Fiori busca criticar essas concepções referindo-se tanto ao seu conteúdo prático, enquanto estratégia de desenvolvimento, quanto às reflexões intelectuais que lhe dariam suporte, originadas em grande medida na escola de Economia da UNICAMP.

Seus argumentos poderiam ser resumidos da seguinte forma: a escola da UNICAMP teria tido relevância nos anos 1970, enquanto centro de pensamento capaz de reinterpretar, a partir da herança cepalina, o desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao longo do tempo, contudo, mormente após meados dos anos 1980, com o fracasso do plano Cruzado, teria perdido seu fôlego analítico. Hoje em dia, a sua produção seria marcada por análises setoriais e sua contribuição para o entendimento dos rumos do capitalismo brasileiro seria

acanhada. Na verdade a formação de economistas “heterodoxos” e quadros burocráticos teria se tornado a sua principal marca.

No artigo seguinte Fiori afirma que desde os anos 1960, quando o dinamismo do capitalismo brasileiro pôs por terra as teses estagnacionistas dos cepalinos - leia-se de Celso Furtado - o desenvolvimentismo de esquerda teria perdido a capacidade interpretativa dos rumos desse capitalismo. Sem uma base teórica consistente, teria se convertido ao varejo keynesiano e suas deblaterações (sic) macroeconômicas. Para ele, a melhor resposta a isto teria sido a teoria da dependência e não a revisão crítica das ideias da CEPAL cujo marco é o artigo clássico de Maria da Conceição Tavares e José Serra “Além da estagnação”. Este artigo, aliás, pode ser tomado como um embrião da escola de Campinas que ao longo dos anos 1970 criará um novo paradigma para a interpretação do desenvolvimento brasileiro, superando as ideias da CEPAL mas, partindo delas.

Para contestar as críticas de Fiori é preciso, desde logo, evitar confundir estratégias de desenvolvimento, no caso o desenvolvimentismo, com as teorias variadas que lhes dão suporte. Por sua vez, é imperativo ter em conta os momentos ou conjunturas históricas particulares nos quais essas estratégias e teorias ganharam momento. Isto é crucial para evitar o equívoco de atribuir o ascenso ou declínio histórico de ambas aos seus méritos puramente intelectuais. Certamente os trinta anos que se iniciam nos anos 1980 e que correspondem à ascensão do neoliberalismo teriam sido difíceis para o desenvolvimentismo e as teorias econômicas críticas que lhes dão suporte, independentemente dos seus méritos internos ou da qualidade dos economistas aos quais inspiraram.

No que tange ao espaço das ideias propriamente dito e às concepções teóricas cabe esclarecer que a escola de Economia da UNICAMP jamais abriu mão da sua formação crítica e de suas referências fundamentais como Marx, Schumpeter, Keynes, dentre outros clássicos que teorizaram sobre o capitalismo. Eles continuam a ser leitura obrigatória nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, constituindo uma marca peculiar e permanente dessa escola. Essa postura sempre se combinou com o estudo e discussão de economistas contemporâneos, heterodoxos e ortodoxos, afinal o objetivo sempre foi formar economistas críticos e não religiosos.

No plano da análise histórica é absolutamente incorreto e superficial afirmar que as preocupações recentes do IE/UNICAMP se centraram na discussão de questões setoriais ou macroeconômicas. Alguns temas de pesquisa que orientaram o esforço de grande parte do professorado e alunos de pós-graduação do IE nos últimos anos desmentem essa afirmação. Elas se guiaram pela agenda proposta pelo momento histórico caracterizado, desde os anos 1980, por um padrão de desenvolvimento capitalista dominado pelas finanças. Faz parte dessa agenda, por exemplo, as análises sobre a nova ordem econômica internacional, aliás, parte delas publicada em livros organizados por Fiori.

Outros temas têm concentrado o esforço de pesquisa e reflexão no IE tais como: a abertura financeira e suas implicações sobre a vulnerabilidade externa e o financiamento da acumulação de capital; a internacionalização e especialização da estrutura produtiva; a redefinição do papel do Estado na economia por meio das privatizações, e do perfil da receita e gasto públicos; a evolução da questão regional e urbana; as transformações do mercado de trabalho, a distribuição da renda e as políticas sociais. Claro que há também uma agenda de pesquisa relativa a temas macroeconômicos. Mais do que necessária ela é imprescindível num contexto econômico caracterizado pela liberalização financeira, no qual as taxas de câmbio e de juros assumem papel muito mais relevante do que no passado, nas economias reguladas do regime de Bretton Woods.

Essa agenda de pesquisa levada adiante pelos professores do IE motivou a criação, por uma parcela dos mesmos, da Rede Desenvolvimentista com o objetivo de abrigar o debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Por meio do documento “O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos” procurou-se sintetizar os resultados de reflexões realizadas nos últimos anos no IE propondo-os para uma discussão mais ampla com

professores e demais intelectuais das mais variadas instituições, o Fiori inclusive. Causa espécie, portanto, que não tenha havido por parte do Fiori nenhuma manifestação sobre o conteúdo desse documento. Atento apenas ao mundo das ideias do passado, ele emerge do seu labirinto tão-somente para adjetivar uma produção intelectual que desconhece.

Os professores do IE-UNICAMP possuem uma larga tradição de militância partidária e de participação em governos de diferentes orientações políticas. Isto deveria ser visto como um fato positivo, pois traz para a Universidade um conjunto de questões e informações que estão fora do seu alcance imediato. Essas atividades, mormente nas Ciências Sociais, criam um antídoto contra o escolasticismo que tanto desagrada Fiori e a todos nós. A despeito disso ele é incapaz de identificar não só a relevância do debate recente, que tem como pano de fundo o ressurgimento do desenvolvimentismo, como também de distinguir as diferentes correntes que dele participam.

Neste debate, de um lado está o novo-desenvolvimentismo, cujo centro de irradiação é a FGV-SP, que privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado. Esta corrente prioriza o desenvolvimento das forças produtivas e o mercado externo, entendendo que a distribuição da renda decorrerá da primeira, mas não automaticamente, sendo necessário a implementação de políticas que garantam a transferência de ganhos de produtividade aos salários.

De outro lado, coloca-se o social-desenvolvimentismo, com origem na UNICAMP e UFRJ. Como a qualificação sugere, o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do consumo – de bens públicos e privados - das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado. Imerso em seu labirinto intelectual, Fiori é incapaz de enxergar essas diferenças e põe todo mundo no mesmo saco.

Ricardo Carneiro é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**Comentário de Flavio Tavares de Lyra [lyra.flavio@gmail.com](mailto:lyra.flavio@gmail.com)**

Rodrigo: Eis dois bons textos para trazerem luz a questão do desenvolvimentismo em dois momentos cruciais para a existência dessas idéias: a) sua gênese durante os governos de Getúlio Vargas, quando foram lançadas as bases materiais de um projeto nacional de desenvolvimento, via industrialização; e b) o momento atual em que as idéias desenvolvimentistas reaparecem com toda força nos meios intelectual e político, como parte da busca para uma transição do país a uma nova fase de desenvolvimento, depois do atoleiro a que foi conduzido pela doutrina neoliberal;

É interessante notar que o liberalismo econômico serviu de suporte às campanhas contra o esforço industrializante dos governos Vargas e a mobilização dos segmentos latifundiário-empresarial e militar contra

seu governo, acabando por levá-lo ao suicídio.

Esses mesmo segmentos estiveram por trás do golpe militar de 1964 e deram origem ao chamado desenvolvimentismo de direita, de triste memória, que conduziu o país no plano econômico para o alto endividamento externo, determinante para estagnação dos anos 80 e a fragilização da vida política do país, o que possibilitou o domínio do neoliberalismo a partir dos anos 90. Os militares no poder foram determinantes para essa fragilização da vida política do país, através da destruição das organizações e partidos políticos mais próximos aos interesses populares e a repressão ao segmento progressista da classe média, constituído por estudantes, parte do clero, e parte dos intelectuais.

Um forte abraço.

Flavio

Nada mais útil, portanto, do que a contribuição que Ricardo Carneiro trás em seu artigo para o entendimento das diferenças no âmbito das idéias desenvolvimentistas neste momento em que o país tem urgência em discursos os rumos de desenvolvimento. Em meu recente artigo "As Tres Vias do Desenvolvimento" chamo atenção para o viés mercadista da visão Bressiana do desenvolvimentismo: "O desenvolvimentismo Bressiano é enfático com respeito a orientação da industrialização para o mercado externo, e bastante complacente com a manutenção do papel dominante das forças do mercado, ao atribuir ao Estado apenas a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento e a condução de uma política industrial de caráter meramente subsidiário e de regulação dos mercados. Demonstra, assim, sofrer uma forte influência do pensamento neoliberal. Mostra-se, entretanto, incisivo no que respeita à neutralização da tendência à apreciação da moeda e à condenação do uso da poupança externa.

A leitura serviu-me para reiterar minha visão Unicampiana da questão.

FlavioLyra

**Comentário de Adriano Benayon = abenayon.df@gmail.com**

Caro Flávio,

Grato a você, Rodrigo e demais colegas que estão animando o importante debate sobre as raízes do desenvolvimentismo.

De fato, devemos avaliá-las carinhosamente: pesando as lições que ainda valem, bem como os fatores que impediram o êxito do País para o desenvolvimento: a) inconsistências do lado dos que o queriam; b) o trabalho destrutivo do império global e de seus agentes locais - conscientes e inconscientes - estes talvez até mais numerosos que aqueles.

Primeiro, observações de Flávio, como esta:

"É interessante notar que o liberalismo econômico serviu de suporte às campanhas contra o esforço industrializante dos governos Vargas e a mobilização dos segmentos latifundiário-empresarial e militar contra seu governo, acabando por levá-lo ao suicídio."

AB. A propósito, essa mobilização foi feita principalmente contra Vargas e Goulart, mas também existia em favor deles. Boa parte dos industriais brasileiros tinha consciência de que a política de Estado era fundamental para que continuassem a crescer, inclusive protegendo-os da pressão das multinacionais. Em vez disso estas foram subsidiadas, desde o golpe de 1954, e essa política nada tinha liberal: deveria ser definido como entreguismo puro, pois se tratava de medidas protecionistas, só que para favorecer as transnacionais e inviabilizar o crescimento dos empresários nacionais.

Outro aspecto que já mencionei em outra correspondência, mas não é de mais repetir: aquela mobilização foi objeto de pesado investimento das agências norte-americanas. Correu muita grana e usou-se intensamente a mídia.

Entre os militares, o segmento nacionalista era importante, tanto que nesse setor foram muito numerosas as cassações e os afastamentos depois de 1964,

embora mais discretos. E, mesmo assim, ainda restaram importantes lideranças militares com essa atitude, às quais faltou decisão, em momentos críticos, para virar a mesa. Parece que ela só vira, quando há mobilização psicossocial na classe média, da qual saem, em geral, os militares, e, lógico, o império anglo-americano está de acordo.

Muitos, embora nacionalistas, foram envolvidos pelo falso discurso, de fértil penetração na classe média, cultivado pela mídia 5ª coluna: o da moralidade seletiva (ela só aponta corrupção - real ou falsa - por parte dos que não servem servilmente os interesses estrangeiros. Combinado esse discurso com a desinformação sobre o perigo comunista, bem orquestrada no calor da guerra fria (sem trocadilho), era de esperar que ele desse frutos entre toda a classe média e, em especial, entre os militares, ainda mais o grosso da Igreja Católica também brandindo o espantalho comunista.

Outro ponto. Bresser, realmente, não convence muito como mentor de um novo modelo capaz de pôr o Brasil na rota do desenvolvimento. De resto, qualquer modelo com essa intenção só tem chance de ser considerado no quadro de novas instituições políticas, quando isso for viável.

Finalmente, sobre Beluzzo, ele recorda algumas das medidas importantes de Vargas e, num passo, diz: >> A fidelidade insensata de seu guarda-costas,

Gregório Fortunato, autor do atentado da Rua Toneleros, deflagrou o tropel de ameaças que levaram Getúlio ao suicídio em 24 de agosto de 1954."

Ora, essa é a versão oficial, que oculta muita coisa importante. Para começar, nunca foi provado que Gregório Fortunato tenha sido o autor do atentado. Ele próprio confessara sob tortura e foi objeto de queima de arquivo na prisão. A versão bem mais verossímil e que conta em seu apoio com vários e fortes indícios, eu a resumi em artigo publicado, há alguns anos

(vai em anexo).

Em resumo, o atentado foi organizado sob a direção dos serviços secretos anglo-americanos, que contavam, inclusive, com o Delegado-Chefe da Delegacia de Ordem Política e Social, Cecil Borer, principal articulador do atentado com alcagüetes e pistoleiros. Estes, atiradores profissionais, não errariam o alvo de forma ridícula, matando o Major Vaz e falhando em relação ao suposto alvo, Carlos Lacerda. O tiro que este simulou ter recebido no pé, era falso, como foi demonstrado (pôs gesso e o prontuário sumiu). É evidente que o objetivo era o Major Vaz (casado, pai de filhos pequenos), para causar maior emoção entre seus companheiros, e ensejar a República do Galeão, que ocupou o Palácio do Catete.

Sobre as confusões fomentadas por Beluzzo, misturando a obra de Vargas com a de JK, há mais um artigo, também em anexo.

**Adriano Benayon**

## **IX – Rubens Ricúpero - Entrevista**

### **Crescimento baseado em consumo alimenta valorização cambial**

João Fellet

Da BBC Brasil em Brasília

Atualizado em 6 de março, 2012 - 09:23 (Brasília) 12:23 GMT



Ex-ministro Rubens Ricupero critica estratégia de crescimento econômico focada no consumo

**Ao basear o crescimento econômico no consumo, o governo brasileiro fica de mãos amarradas para combater um problema que tem prejudicado gravemente a indústria nacional e elevado o custo de vida no Brasil: a valorização do real. A opinião é do embaixador Rubens Ricupero, ex-secretário geral da Unctad (Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda no governo Itamar Franco (1992-1994).**

Em entrevista à BBC Brasil, Ricupero diz que, ao privilegiar o consumo, o governo dá margem para que haja déficit nas contas externas, uma vez que parte da demanda interna terá de ser atendida por produtos importados. Para cobrir o rombo na balança comercial, afirma ele, o país terá de recorrer à entrada de capital estrangeiro – o que por sua vez alimentará a valorização do real e reduzirá a competitividade dos produtos nacionais no exterior.

“Acho que é um dilema que o governo brasileiro não resolveu, e minha impressão é que sabe que não pode resolver, porque é contraditório com uma política econômica baseada no consumo”, diz.

Ricupero afirma ainda que, afóra reduzir a taxa básica de juros, o governo não tem atacado os principais problemas econômicos do país, como a infraestrutura falha e a alta carga tributária.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

**BBC Brasil – O que mudou na política externa brasileira desde o governo Dilma?**

**Rubens Ricupero** - Em termos políticos, houve retificações importantes em relação ao Irã, à postura geral sobre direitos humanos. Em consequência disso, a relação com os Estados Unidos foi mais valorizada. Também há menos personalismo. Antes a diplomacia estava muito

personalizada na figura do presidente (Luiz Inácio Lula da Silva). A presidente atual é mais sóbria em termos de iniciativas e gestos. Quanto a isso, há evolução considerável.

Quanto a aspectos econômicos e comerciais, a evolução ou não é tão nítida, ou não tão positiva. Em juízo geral, minha impressão é que a situação em relação a grandes problemas econômicos pode ser resumida naquela expressão inglesa “muddling through”. Ou seja, não estamos atacando problemas mais profundos, como competitividade, produtividade, custo Brasil, reforma tributária. E não estamos resolvendo o problema do câmbio. O Brasil é o país emergente que teve maior apreciação de moeda neste ano.

**BBC Brasil – As medidas que o governo tem tomado para conter a valorização do real, como elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos tomados no exterior, não surtem efeitos?**

**Ricupero** - Elas estão no caminho certo e fazem parte do arsenal de controle de capital, mas as medidas têm que ser reforçadas até começarem a dar certo. O problema é que o governo brasileiro não tem condição de ir muito longe, porque estamos com uma política econômica de garantir crescimento exclusivamente através do consumo e do crédito. Essa política gera inelutavelmente déficit em conta corrente, porque parte da demanda não vai ser atendida pela indústria nacional, mas sim por importações.

Isso causa um rombo nas contas externas, e a única forma de cobri-lo é deixar entrar capital. O governo brasileiro de vez em quando controla capital, de vez em quando reduz o controle: fica negociando. E no fundo também usa a taxa de câmbio para controlar inflação, como fazia (o ex-presidente do Banco Central, Henrique) Meirelles. Uma das razões da redução do ritmo inflacionário nos últimos meses foi sem dúvida a taxa de câmbio, porque a moeda brasileira voltou a se apreciar.

Acho que é um dilema que o governo brasileiro não resolveu, e minha impressão é que sabe que não pode resolver, porque é contraditório com uma política econômica baseada no consumo. O consumo representa no Brasil hoje 66% do PIB, quase como estava nos Estados Unidos, onde representava 70%. Os Estados Unidos viveram assim além dos meios, durante anos e anos, mas com deficits colossais em conta corrente, cobertos pela China. O caso brasileiro, *mutatis mutandis*, é parecido.

"Os investimentos de infraestrutura continuam muito modestos. Não vejo mudança em nenhum desses fatores que condicionam competitividade."

Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda

Está se falando que o consumo privado aumentará 13% neste ano.

**BBC Brasil – À parte o câmbio, o governo tem combatido a falta de competitividade em outras frentes?**

**Ricupero** - Tirando (a redução da) taxa de juros, que é um passo na direção certa, o resto são medidas de curto prazo, que não resolvem o problema.

Na questão tributária, da carga dos impostos, o superávit primário do começo de ano se deveu em grande parte à arrecadação maior. Aquilo que se anunciou que se procuraria fazer, melhorar a folha de pagamentos, o que torna caro contratar empregado no Brasil, não foi feito.

Fora a área das commodities, em que o país tem competitividade, o Brasil tem adotado posturas que o colocam numa saia justa na OMC (Organização Mundial do Comércio), como as medidas anunciadas tempos atrás no setor de automóveis.

### **BBC Brasil – Essas medidas não protegem a indústria nacional?**

**Ricupero** - A curto prazo, ajudam. Mas as medidas tomadas aqui, como aquelas obrigando fabricantes a usarem conteúdo local na produção de automóveis, por exemplo, são ilegais pela OMC. São medidas toscas, primitivas. Se alguém contestar e abrir um painel, o Brasil terá problemas. O caminho certo é melhorar a competitividade. A defesa apenas ganha tempo.

### **BBC Brasil - O senhor escreveu que o novo porte da economia brasileira exige que se reforce a área internacional do ministério da Fazenda e do Banco Central, assim como a área econômica do Itamaraty. Qual a importância desse reforço?**

**Ricupero** - É muito grande, porque como o Brasil faz parte do G20 (grupo que reúne as vinte maiores economias globais), tem que participar de um número enorme de comissões e grupos e, por isso, tem que preparar quadros. Até o governo passado, nossos quadros eram muito modestos, eram gente de qualidade, mas muito poucos.



Ex-ministro diz que atual modelo faz o custo de vida subir e mantém o real valorizado

No Itamaraty, houve um reforço no setor de contenciosos. Nos outros (ministérios), tenho a sensação de que não houve grande coisa. Um indício indireto é a má qualidade das medidas de política comercial. São medidas tomadas por gente que não é do ramo. Me parece que o pessoal do Itamaraty que conhece o tema nem foi consultado.

### **BBC Brasil – De onde vêm essas decisões?**

**Ricupero** - Tenho impressão de que muita coisa vem da Fazenda. Não é questão de defender ou não defender (a indústria nacional), mas de defender bem. Defendemos de maneira muito galega, muito aberta à contestação.

### **BBC Brasil - O país deveria privilegiar setores industriais mais competitivos?**

**Ricupero** - Não acredito nisso. Esse negócio já tentamos, com a Lei de Informática (1984), mas não deu certo. Temos que melhorar condições gerais de competitividade da economia, o que depende dos problemas estruturais. Mas não vejo nenhum apetite do governo para enfrentar isso.

Muitas das reformas que o Brasil tem que fazer seriam difíceis, exigiriam grandes embates no Congresso. Mas há um exemplo escandaloso: alguns Estados, sobretudo Espírito Santo e Santa Catarina, dão incentivos a importador que importa por portos naqueles Estados. No porto de Itajaí (SC), quem importa produtos da China ou de outros países tem uma série de isenções de taxas estaduais. Isso faz com que vivamos uma situação kafkiana, porque produtor brasileiro daquele mesmo produto tem que pagar aqueles impostos quando vende para Santa Catarina.

Antigamente a guerra fiscal era para atrair investimentos. Essa guerra é para atrair importação, ou seja, tirar empregos do Brasil. Esse problema, que numa escala de um a mil de dificuldade tem grau um, o governo não consegue resolver. Como vai resolver os outros? Sou extremamente pessimista.

### **BBC Brasil – Apesar disso, a economia brasileira tem crescido num momento de grave crise na Europa e nos Estados Unidos. A que se deve esse desempenho?**

"Se aumenta consumo, mas não aumenta a poupança nem o investimento, qualquer sujeito no primeiro mês da faculdade de economia sabe que isso gera rombos na balança de conta corrente."

Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda

**Ricupero** - Isso está se mantendo porque as commodities (matérias-primas) conseguem bons preços. Mesmo assim, o Brasil está com deficit em conta corrente no melhor momento que as commodities tiveram nos últimos 25 anos. Os países que dependem de commodities em geral estão bem. Se tiverem deficit, como a Argentina, é minúsculo. O Brasil, não: embora preços das commodities estejam muito altos, o Brasil tem deficit, o que é alarmante.

Ninguém se dá conta porque está entrando dinheiro, mas no dia em que houver movimento qualquer de não entrar dinheiro, será um deus nos acuda. Vai repetir o que aconteceu em 1998 e 1999, com a diferença de que hoje temos mais reservas. Mas não é uma situação tranquila.

### **BBC Brasil - O Brasil tem se queixado do desequilíbrio em sua relação comercial com a China, por exportar quase exclusivamente matérias-primas enquanto importa sobretudo produtos industrializados dos chineses. Há margem para reduzir essa assimetria?**

**Ricupero** - O Brasil tem razão em reclamar, mas tem que procurar melhorar condições de competitividade. Os custos aqui estão muito altos. Grande parte disso é causada pelo câmbio, mas há outras razões. Até poucos anos atrás, o Brasil era imbatível em açúcar e álcool. Hoje não é mais, nosso custo de produção nesses produtos é superado por vários países. O câmbio afeta não só produtos industriais, mas também produtos primários.

Qualquer um que viaja notará que o Brasil é um dos países mais caros do mundo. O fato de o país ser caro significa que a produção aqui é cara, e se é cara como vai vender no exterior? Não se pode esquecer nunca a frase luminosa do ex-ministro Mario Henrique Simonsen (1935-1997): os juros aleijam, mas o câmbio mata a economia.

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120305\\_entrevista\\_ricupero\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120305_entrevista_ricupero_jf.shtml)

## **X – J.R. Mendonça de Barros**

### **O Brasil no início de 2012**

**José Roberto Mendonça de Barros**

**Os dados referentes ao crescimento da economia brasileira em 2011 foram recentemente liberados. Embora o número de 2,7% fosse esperado por todos os analistas, o quadro que emerge deve ser analisado com cuidado.**

**Do lado positivo, creio que o ponto a ser destacado é que, apesar da crise global, nossa economia ultrapassou a da Inglaterra e é agora a sexta do mundo, quando medida a preços de mercado e utilizando a taxa corrente média de câmbio. Por outro lado, os números também mostram uma forte desaceleração no segundo semestre do ano, bem maior do que a esperada. Por exemplo, o consumo das famílias mostrou queda no terceiro trimestre e, embora tenha se recuperado razoavelmente bem na última parte do ano (levando a uma expansão de 4,1% em 2011), a economia iniciou 2012 bem lenta.**

**A pior notícia apresentada pelos dados, entretanto, foi a forte desaceleração dos investimentos ao longo do ano. Já havíamos chamado a atenção neste espaço para este ponto, em novembro passado ("O investimento perde o vigor"). Com expansão nula no segundo semestre, a taxa de investimento (ou Formação Bruta de Capital Fixo, na terminologia do IBGE) se manteve teimosamente abaixo dos 20% do PIB, ao contrário do esperado pelas autoridades. Pior que isso, a taxa de**

poupança recuou para 17,2% do PIB. Esses números sugerem, pelo menos, três observações.

Em primeiro lugar, é preciso ter muito cuidado com a torrente de anúncios de investimentos que as autoridades e bancos públicos colocam nos meios de comunicação. Se os trilhões que se anunciam se materializassem de fato, nossa taxa de investimentos já deveria estar acima de 23% e o País deveria estar crescendo muito rápido. Entretanto, no mundo real, muitos anúncios não se materializam, quer por causa de alguma crise ou, no caso do investimento público, porque as coisas simplesmente não acontecem. É o caso do PAC, local por excelência de muito palanque, muita fumaça e pouco fogo, como tem reiteradamente sido mostrado pelo Estado, desde há muito tempo. Os dados mostram que os investimentos do PAC continuam inferiores a 4% da despesa primária do governo central e equivalem a apenas 1% do PIB, sem tendência de alta.

Em segundo lugar, uma taxa de investimento relativamente modesta, acompanhada de baixo crescimento da produtividade (resultado que decorre, em parte, de nossas mazelas educacionais) e forte elevação de custos, só pode resultar numa evolução do PIB também modesta. Em 2012, nenhum analista do setor privado prevê muito mais que 3,5%. Voltamos a isso mais adiante.

Finalmente, com uma taxa de poupança relativamente baixa precisamos da poupança externa, mesmo para crescer relativamente pouco. O forte estímulo para a expansão do consumo das famílias e a notável evolução dos gastos correntes do governo certamente não contribuem para melhorar a situação.

**Indústria.** Do lado da oferta, a agricultura (3,9%) e os serviços mais modernos, de informação e financeiros (4,9%), previdência complementar e outros relacionados (3,9%), foram bastante bem. Também foram bem os setores industriais de eletricidade, gás e água (3,8%), construção civil (3,6%) e extrativa mineral (3,2%).

Entretanto, a indústria de transformação teve, mais uma vez, um comportamento decepcionante: foi o pior desempenho entre todos os grandes setores, de 0,1%, e a maior razão para os 2,7% do PIB total.

Consolida-se a ideia de que temos um problema na economia brasileira. Existe uma demanda que evolui de forma rápida, como consequência dos aumentos da renda das famílias, do crédito e do gasto público, especialmente. Do lado da oferta, o que se observa nos últimos anos é uma boa resposta do agronegócio que cresce a produção e a produtividade de forma a atender tanto o mercado interno quanto o externo. Os bons preços internacionais dos últimos anos permitiram ao setor administrar as recentes elevações de custos.

Ao mesmo tempo, os serviços também se expandem, mesmo onde a produtividade não cresce muito. A impossibilidade de importar a maior parte destes itens

permite, junto com a demanda crescente, que as margens sejam mantidas via elevação de preços. É por isso que a inflação de serviços está hoje na faixa de 8-9%, sem a menor perspectiva de redução.

Entretanto, existe uma séria dificuldade em parte da área industrial. O setor como um todo manteve sua participação no PIB: 27,8% na média 2010/2011, contra 27,3% na média 2000/2001. Neste período expandiram-se a indústria extrativa mineral (de 1,5% para 3,5%) e a construção civil (de 5,4% para 5,8%), enquanto os serviços de utilidade pública se mantiveram constantes. A indústria de transformação é que teve sua participação diminuída, de 17,1% no início da década para 15,4% agora.

É seguro dizer que temos um problema na indústria, algo que, desde o início de minha participação neste espaço, venho colocando de forma enfática. Embora o governo afirme modestamente que encontrou um novo modelo de crescimento por meio do forte estímulo da demanda, é evidente que temos um sério problema na oferta, cujo resultado é um crescente vazamento da demanda para o exterior. O problema é grande, porque decorre de causas de difícil alteração no curto prazo. A valorização do câmbio tem muito a ver com a redução de nossa vulnerabilidade externa, com as elevadas taxas de juros e com o crescimento das oportunidades de investimento no País, e menos com a "guerra cambial"; ao mesmo tempo, os estudos empíricos revelam uma modestíssima elevação da produtividade, quando existente e, finalmente, uma elevação persistente dos custos de produção que, embora afete todos os setores, machuca mais a indústria, pois a competição com os bens importados impede o repasse via alta de preços. A indústria na realidade tem na importação de partes, peças, componentes e matérias-primas sua única válvula de escape na redução de custos. Daí porque cresce a venda final de produtos industriais, mas não sua produção local.

**Restrições.** Finalmente, as restrições na oferta e a pressão de custos vão, na situação atual, continuar. Falamos aqui da questão tributária, do custo da energia, do custo da infraestrutura e, em parte, da própria escassez da mão de obra. Pretendo desenvolver essas questões com mais detalhe proximamente; entretanto, hoje gostaria de colocar os seguintes pontos:

- A carga tributária vai continuar a crescer mais do que o PIB, como já ocorre há vários anos. Nosso sistema arrecadador é progressivo nos impostos diretos, e tributa mais os bens cujo consumo cresce mais rápido que a renda, como telecomunicações e energia. Além disso, a formalização em larga escala de trabalhadores e empresas produz um salto na arrecadação.
- O custo da energia elétrica continuará se elevando no futuro porque os novos aproveitamentos hídricos são muito distantes dos centros consumidores e as fontes térmicas são mais caras do que as hídricas. Além disso, a confiabilidade do sistema é cada vez menor, dados os frequentes apagões e seus efeitos danosos sobre os equipamentos.

**- A infraestrutura é cada dia mais precária. O seu custo vai continuar subindo, tendo em vista a expansão mais rápida da demanda.**

**- A mão de obra continuará escassa, especialmente em termos das qualificações necessárias, ainda por muitos anos.**

**Nenhum desses pontos está sendo enfrentado de um ponto de vista estrutural, assim como outras reformas microeconômicas. O que vemos mais são ações típicas, desconectadas, pouco elaboradas e que sinalizam apenas um protecionismo mais tosco, ao lado de uma tentativa de desvalorizar o real, via intervenções no mercado de câmbio e uma política monetária que talvez acabe trombando com uma inflação mais elevada.**

**Fonte : O Estado de São Paulo, 18/03/2012**

## **XI -Em SP, economistas discutem crise global e o novo desenvolvimentismo para o Brasil e o mundo**

Economia | 23/03/2012 | Copyleft ✉

Envie para um amigo Versão para Impressão

Grupo de economistas brasileiros e estrangeiros participa de projeto coordenado pelo professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, da Fundação Getúlio Vargas. Novo encontro realizado em São Paulo discute as marcas que serão deixadas pela crise global, o que as turbulências do passado ensinam sobre o futuro, e quais relações há entre instabilidade financeira, câmbio e desindustrialização no Brasil

Marcel Gomes

São Paulo - Diante de uma crise financeira gestada pela desregulamentação neoliberal, que idéias podem oferecer os economistas heterodoxos aos países que sofrem com instabilidade cambial, desemprego, estagnação e desindustrialização?

A busca por respostas a essa questão é o principal objetivo da nova etapa de um ciclo de seminários que reúne economistas, brasileiros e estrangeiros, nesta quinta e sexta-feira na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

A coordenação dos trabalhos é feita por Luiz Carlos Bresser-Pereira, há anos um crítico da ortodoxia neoliberal e que propõe um novo desenvolvimentismo para o Brasil.

Segundo o economista, coordenador do Centro de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento da FGV, essa nova etapa desenvolvimentista não deve mais estar baseada na substituição das importações, como ocorreu no início da segunda metade do século XX.

A estratégia de agora seriam taxas moderadas de juros, equilíbrio nas contas externas, abertura comercial com política industrial e crescimento baseado na poupança interna - este último ponto de fundamental diferença em relação à ortodoxia neoliberal, que prega expansão econômica através de poupança externa.

No primeiro encontro já realizado pelos pesquisadores, dez reflexões foram apresentadas sobre o conceito de novo desenvolvimentismo. No segundo, o objetivo era a análise do papel da governança e da regulação financeira para a promoção de uma taxa de câmbio competitiva no Brasil. O terceiro seminário, que acontece agora, concentra-se em três metas.

Primeiro, quais efeitos perenes deixará a crise financeira internacional nas economias global e da América Latina; segundo, o que as crises financeiras do passado vividas pelos latino-americanos ensinam sobre o futuro; terceiro, quais relações existem entre instabilidade financeira, taxa de câmbio e desindustrialização no Brasil.

Toda a complexidade desse debate teórico já pode ser conhecida em artigos escritos pelos economistas, e que podem ser acessados na [página do projeto](#) na internet.

### **Debates do dia**

O economista norte-americano Thomas Palley, que assessorou a central sindical AFL-CIO e hoje conduz em Washington o projeto Economia para Sociedades Democráticas e Abertas, defendeu nesta quinta-feira que a crise global tem sido potencializada por uma falha na "arquitetura do euro".

O problema, segundo ele, estaria na inexistência de uma coordenação européia das finanças do bloco, que relega a cada um dos países boa parte da gestão de suas políticas monetárias e fiscais.

Diante da crise de confiança nos títulos da dívida nacionais, o Banco Central Europeu (BCE) pouco pode fazer. Por isso, Palley defende a criação de uma Autoridade para as Finanças Públicas Européias, que atuaria junto ao BCE na governança bancária do bloco.

Isso seria possível, entre outros pontos, através do impulso a um mercado de títulos públicos europeus, "nos quais não haveria traço da nacionalidade dos países". O BCE atuaria comprando e vendendo esses países, de modo a garantir confiança e liquidez.

Palley criticou medidas contracionistas adotadas pelos países europeus para combater a crise. "Essa esquizofrenia dos policymakers europeus, de combater a crise com austeridade, apenas gera mais turbulências", diz ele. Isso ocorreria por uma razão elementar: com a economia mais fraca, a receita do governo cai, ampliando o déficit.

Concordando com Palley sobre os problemas de governança financeira, sobretudo quanto ao excesso de risco assumido pelo setor bancário, o economista Randall Wray, da Universidade Missouri-Kansas City, alertou que a ajuda financeira dada pelo Tesouro dos Estados Unidos ao mercado financeiro não tem sido feita com nova pactuação sobre governança.

"O sistema continua guiado pelo curto prazo, e a ajuda financeira mantém, senão aumentou, os rendimentos dos altos executivos do setor bancário", afirma ele, nominando empresas como Goldman, Bank of America, Citigroup, and JPMorgan-Chase.

Diante disso, Wray defende que a ajuda esteja condicionada à supervisão plena da autoridade monetária no banco que receber os recursos, além de que empréstimos públicos sejam vinculados "às melhores garantias".

Wray e Palley foram apenas dois dos economistas que têm traçado novas rotas para as finanças globais. O grupo ao qual eles pertencem aposta no aprofundamento da produção teórica como forma de combate à ortodoxia - para eles, frágil na teoria e cada vez mais ineficiente na prática.

## **XII = O DEBATE ENTRE OS DESENVOLVIMENTISTAS.COM**

### **Comentário de Flávio Lyra -**

Perdoem-me a franqueza, mas acho que o emocional está inflamando a discussão. Não vejo da parte de Fiori nenhuma intensão destrutiva. Ele contribui para o debate de uma questão que a meu ver não está muito clara para nenhum dos envolvidos.

Em meu modesto entender o que está em discussão é que tipo de desenvolvimentismo se está defendendo, o que fortalece o capitalismo ou o que conduz ao socialismo. Serão a mesma coisa, ou estou vendo miragens?

### **Comentário de Ceci Juruá <ceci.jurua@terra.com.br> - 23 de março 2012**

- > Gostei da resposta de Ricardo Carneiro, Rodrigo. Também fiquei em dúvida
- > sobre as intenções do Fiori com aqueles artigos. Não sei onde ele quis
- > chegar. Fiquei com a impressão de que ele fala sobre algo que não conhece
- > bem. R Carneiro explicita corretamente - desenvolvimentismo não é concepção
- > teórica. É estratégia de desenvolvimento. E eu acrescentaria: como toda
- > estratégia precisa de bases econômicas, mas também políticas e sociais.

### **> Comentário de Rodrigo Medeiros - medrodrigo@gmail.com**

>> Destaco da controvérsia:

>> (...) o economista Ricardo Carneiro, professor do IE/Unicamp, ao

>> ler o trecho final do artigo de Fiori, enviou seu e-mail de protesto  
>> ao autor. "Eu disse a ele que se o debate relevante ao País não  
>> está no desenvolvimentismo, onde está então? Quem está fazendo  
>> isso? É o PSOL? É alguma ONG? Não é na UFRJ, que na verdade tem  
>> menos expressão do que aqui. E se ele acha que não está em nenhum  
>> lugar, então vá pra casa, se aposente. Para mim existe e está nesse  
>> burburinho desenvolvimentista que junta contribuições de governos,  
>> universidades e da sociedade civil. Propusemos trazer essa discussão  
>> para dentro da universidade, mas ele não quis participar (...) O  
>> desenvolvimentismo não é uma concepção teórica. É uma  
>> estratégia de desenvolvimento. E claro que é possível dar ao  
>> desenvolvimentismo um conteúdo na direção do socialismo, mas para  
>> isso é preciso ampliar a oferta de bens públicos para reduzir as  
>> desigualdades no longo prazo".  
>> Procurado por CartaCapital, Fiori respondeu que preferia não se  
>> manifestar. Deve estar cheio de argumentos que nós, meros mortais,  
>> não temos ainda condições de entender. Precisa-se dizer mais  
>> alguma coisa?

### **FAÍSCA HETERODOXA**

Luiz Antonio Cintra - 22 março 2012

>> Tivesse vindo ao mundo por obra e arte de Alexandre Schwartzman, o  
>> ex-diretor do BC, baluarte da old fashioned ortodoxia, seria o caso  
>> de dizer como o poeta que não havia nada de novo sob o sol. Mas não  
>> foi assim, e daí a origem da polêmica que há algumas semanas agita,

>> discretamente é verdade, os corredores do Instituto de Economia da  
>> Unicamp, berço da chamada escola campineira de pensamento econômico.  
>>  
>>  
>> O combustível da fogueira, para surpresa e mal-estar de  
>> “campineiros” ilustres, foi um artigo publicado há algumas  
>> semanas pelo sociólogo e economista José Luís Fiori, parceiro de  
>> longa data de Maria da Conceição Tavares, com quem divide espaço na  
>> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o outro polo da mesma  
>> matriz heterodoxa, contrária à ortodoxia monetarista e ao  
>> liberalismo, que caracteriza a turma paulista de João Manuel Cardoso  
>> de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano e Luciano Coutinho.  
>>  
>> Publicado originalmente no jornal Valor, o artigo de Fiori causou  
>> estranheza. Intitulado O “desenvolvimentismo de esquerda”, com  
>> aspas, o texto volta aos anos 1930 de Getúlio Vargas, onde localiza  
>> as raízes de um programa desenvolvimentista “militar e  
>> conservador”. A partir dos anos 1950, teria nascido sua versão  
>> “de esquerda”, segundo Fiori, no momento em que as ideias  
>> desenvolvimentistas foram encampadas pelo Partido Comunista  
>> Brasileiro, que apoiou Juscelino Kubitschek e seu projeto dos 50 anos  
>> em cinco. A genealogia inclui o Instituto Superior de Estudos  
>> Brasileiros (Iseb), criado em 1955 para projetar uma saída  
>> “nacional-desenvolvimentista” para o País. E ainda a Comissão  
>> Econômica para a América Latina (Cepal), sediada no Chile.

>>

>> A "Escola de Campinas" reage à provocação de ter se tornado

>> tecnocrática e obtusa.

>>

>> A ruptura política de 1964, contudo, mudaria o rumo dessa

>> história, como é sabido. “Três dias depois do golpe, o Iseb foi

>> fechado; o PCB voltou à ilegalidade e a própria Cepal fez uma

>> profunda autocrítica de suas antigas teses desenvolvimentistas. Mesmo

>> assim, apesar dessas condições políticas e intelectuais adversas,

>> formou-se na Universidade de Campinas, no final dos anos 1960, um

>> centro de estudos econômicos capaz de renovar as ideias e as

>> interpretações clássicas – marxistas e nacionalistas – do

>> desenvolvimento capitalista brasileiro”, anota Fiori. “Hoje parece

>> claro que a ‘época de ouro’ da Escola de Campinas foi da década

>> de 1970 até a sua participação decisiva na formulação do Plano

>> Cruzado, que fracassa em 1987. É verdade que logo depois do Cruzado,

>> e durante toda a década de 1990, a crise socialista e a avalanche

>> neoliberal arquivaram todo e qualquer debate desenvolvimentista. (...)

>> Mas parece claro que a própria escola recuou, nesse período. E

>> dedicou-se cada vez mais ao estudo de políticas setoriais e

>> específicas, e para a formação cada vez mais rigorosa de

>> economistas heterodoxos e de quadros de governo”.

>> Leia também:

>> Editorial: A TV Cultura não é pública. Ela é tucana

>> Ditadura: À caça dos militares

>> Fogo na base aliada: O alerta de Collor não vale para Dilma

>> Em seguida o sociólogo ajusta a sua pontaria. “Com raras

>> exceções, depois do Cruzado, a ‘escola campineira’ perdeu sua

>> capacidade de criação e inovação dos anos 1970, e a maioria das

>> suas ideias e intuições originárias acabaram se transformando em

>> fórmulas escolásticas. Por isso, não é de estranhar que neste

>> início de século XXI, quando o desenvolvimentismo e a escola

>> campineira voltaram a ocupar- um lugar de destaque no debate nacional,

>> a sensação que fica da sua leitura é que o ‘desenvolvimentismo de

>> esquerda’ estreitou tanto o seu ‘horizonte utópico’ que acabou

>> se transformando numa ideologia- tecnocrática, sem mais nenhuma

>> capacidade de mobilização social. Como se a esquerda tivesse

>> aprendido a navegar, mas ao mesmo tempo tivesse perdido a sua própria

>> bússola”, provoca Fiori.

>>

>> Coordenador da Rede Desenvolvimentista e representante ativo da

>> “nova geração campineira”, o economista Ricardo Carneiro,

>> professor do IE/Unicamp, ao ler o trecho final do artigo de Fiori,

>> enviou seu e-mail de protesto ao autor. “Eu disse a ele que se o

>> debate relevante ao País não está no desenvolvimentismo, onde está

>> então? Quem está fazendo isso? É o PSOL? É alguma ONG? Não é na

>> UFRJ, que na verdade tem menos expressão do que aqui. E se ele acha

>> que não está em nenhum lugar, então vá pra casa, se aposente. Para

>> mim existe e está nesse burburinho desenvolvimentista que junta

>> contribuições de governos, universidades e da sociedade civil.

>> Propusemos trazer essa discussão para dentro da universidade, mas ele  
>> não quis participar.”

>>

>> Um fórum adequado seria a Rede Desenvolvimentista, criada em  
>> dezembro passado, hoje com 52 participantes, a maioria da Unicamp e  
>> UFRJ, entre os quais o próprio Fiori, mas também outros  
>> “medalhões” associados ao pensamento heterodoxo, como Carlos  
>> Lessa e Luiz Carlos Bresser-Pereira.

>>

>> “Concordo com a crítica da fragmentação das análises mais  
>> recentes, mas esta é uma constatação que não dependeu das pessoas,  
>> mas das conjunturas. Curioso é que o Fiori não vê que o próprio  
>> desenvolvimento recente do País favorece uma retomada da discussão  
>> mais ampla”, acrescenta Carneiro. “E não vejo qual o problema de  
>> ter um pensamento que resulte em quadros para trabalhar no governo,  
>> apesar de eu e vários outros terem preferido permanecer na academia.  
>> O desenvolvimentismo não é uma concepção teórica. É uma  
>> estratégia de desenvolvimento. E claro que é possível dar ao  
>> desenvolvimentismo um conteúdo na direção do socialismo, mas para  
>> isso é preciso ampliar a oferta de bens públicos para reduzir as  
>> desigualdades no longo prazo. A história nova foi colocar o social no  
>> eixo do desenvolvimentismo.”

>> Fernando Nogueira da Costa, colega de Carneiro na Unicamp, segue a  
>> mesma linha de análise: “Podemos dizer que a tradição aqui é,

>> sim, desenvolvimentista, ao contrário da USP de Fernando Henrique  
>> Cardoso, que sempre foi anti-Vargas. E hoje, participando dos governos  
>> de Lula e Dilma, estamos seguindo essa tradição”. E acrescenta:  
>> “A crítica do Fiori é válida, provocadora de todo um debate e  
>> não deve ser descartada. Mas ele atacou quem ele não leu, já que a  
>> minha geração pôde publicar pouco, mas tem produção eletrônica e  
>> de pesquisa muito relevante. O IE começou com nove professores, nos  
>> anos 1960, mas já teve 110 no total. E ganhou escala com centros de  
>> pesquisa especializados, núcleos de excelência em várias áreas. É  
>> uma geração especialista porque aquela visão sistêmica já tinha  
>> sido feita, o diagnóstico geral, então precisávamos aprofundar as  
>> análises.”  
>> Procurado por CartaCapital, Fiori respondeu que preferia não se  
manifestar.

Concordo que o emocional está falando alto, principalmente quando os militantes keynesianos se sentem ofendidos se questionados politicamente. Quando se assume que desenvolvimentismo é uma estratégia econômica (keynesiana), com eficiência comprovada empiricamente, interdita-se o debate político. Quem não milita nesses termos simplesmente se retira.

Fiori apenas externaliza o sentimento de que faria bem à escola de campinas se renovar um pouco, respirar outros ares. A resposta do Ricardo Carneiro me pareceu infeliz por voltar a essa coisa competitiva, comparativa, de ranqueamento de quem produz mais e melhor. Como se aceitação na academia, mídia e governos conferisse aos militantes keynesianos a prerrogativa de empunhar a bandeira do bem (da razão) contra as trevas da ignorância. O apelo de Fiori é simples: se querem falar seriamente em desenvolvimento não se limitem a modelos economicistas. Existem aspirações humanas que vão muito além da macroeconomia. Claro que todos keynesianos sabem disso. Mas na hora de agir acabam passando o rolo compressor. Se Fiori não animou de fazer parte dessa rede é por perceber que não haveria debate para além dos termos que estão colocados de partida.

Muito antes de Keynes nascer os Estados nacionais funcionavam como economias nacionais desenvolvimentistas, se quisermos usar esse termo. Com foco na segurança/defesa nacional organizavam o sistema de produção interno, as relações

sociais e de poder. O mundo não se divide em antes de Keynes e depois de Keynes, por mais que o lorde britânico tenha ainda hoje prestígio na academia e mídia. Dizer isso não deveria ser confundido com uma ofensa ou chamado pra briga entre torcidas organizadas. Muito menos para uma comparação de currículos, citações ou seja lá o que for em termos de prestígio em um sistema capitalista que se renovado e superado nas últimas décadas muito em função da aguerrida militância keynesiana.

### **Comentário Gustavo – 23 março 2012**

um debate muito interessante.

Na minha opinião, uma das coisas mais interessantes que ele diz é explicitamente: não basta discutir macroeconomia, tem que discutir também estratégia militar e geopolítica.

e de fato isso está totalmente fora do debate atual do desenvolvimento que está muito preso às questões econômicas.

e pior, o Fiori não sabe, mas o debate econômico liderado por Campinas também é muito pobre e medíocre

e a falta de coragem política nas conclusões do debate atual decorre não do enfoque econômico simplesmente,

mas principalmente dos equívocos teóricos, da rendição de Campinas ao diálogo ortodoxia econômica nos termos da ortodoxia econômica a partir do governo FHC e da incrível elevação de status de economistas muito medíocres pelo governo Lula e Dilma, desde que esses corroborassem tudo ou praticamente que o governo fez, faz e fará (mesmo que fossem contrários a isso até 1 minuto antes).

No mais não tem haver com keynesianismo ou desenvolvimentismo, porque

Fiori foi, é e sempre será keynesiano e desenvolvimentista. Fiori está criticando a falta de coragem, a mediocridade, o academicismo, o servilismo às grandes potências e ao capital (travestidos de economicismo) do debate estratégico nacional por não focar estratégia geopolítica, militar, de povo, de cultura, de matriz energética, de matriz de transporte, de matriz alimentar etc. coisas que os caras que estão aí no debate econômico, os executivos em geral do governo, incluindo até mesmo o Ministério do Planejamento não tem a mínima noção de como deveria ser. Por exemplo, vc conhece alguém que discute que ao menos sabe porque se discute estratégia de matriz alimentar para o povo? nos países que querem ser nações soberanas é uma questão muito importante.

Nesse caso, ele está certo, porém, ele erra, na minha opinião, ao relacionar a mediocridade com o peso econômico do debate e em especial por não criticar o quanto é hostil o ambiente político e cultural brasileiro para quem quer assumir o debate da forma em que ele está se propondo. Quem faz isso é considerado pela imprensa, pelo partidos políticos e pelo governo como um maluquinho (só porque não é um carreirista...)

por exemplo, ele erra ao fazer essa crítica ao Bresser e Nakano, que apesar de não serem keynesianos ou no máximo semi-keynesianos (certamente muito menos keynesianos do que o próprio Fiori e muito mais à esquerda do que governo Lula e Dilma) , assumem e compreendem

as questões geopolíticas e estratégicas envolvidas no debate, porém, sabem que serão bombardeados pela imprensa e até pelos seus pares se entrarem em questões mais sensíveis. Tanto é assim, que o Nakano escreveu recentemente esse ótimo texto sobre economia política e geopolítica que a Ceci mandou para o nosso grupo esta semana.

O Fiori deveria ter feito uma ressalva, que seria o seguinte, sei que o ambiente é e sempre foi hostil no Brasil ao debate estratégico nacional, e isso explica em parte o que vou criticar a seguir...

Ao não fazer isso, ele dá a entender que só ele sabe que essas questões são importantes.

porém, acho em termos de conteúdo, a grande maioria das coisas que ele falou são corretas, importantes e urgentes.

#### **Comentário de Márcio Oliveira <gimen...@gmail.com>**

Concordo que o emocional está falando alto, principalmente quando

- > os militantes keynesianos se sentem ofendidos se questionados
- > politicamente. Quando se assume que desenvolvimentismo é uma estratégia
- > econômica (keynesiana), com eficiência comprovada empiricamente,
- > interdita-se o debate político. Quem não milita nesses termos simplesmente
- > se retira.
- > Fiori apenas externaliza o sentimento de que faria bem à escola de Campinas
- > se renovar um pouco, respirar outros ares. A resposta do Ricardo Carneiro
- > me pareceu infeliz por voltar a essa coisa competitiva, comparativa, de
- > ranqueamento de quem produz mais e melhor. Como se aceitação na academia,
- > mídia e governos conferisse aos militantes keynesianos a prerrogativa de

- > empunhar a bandeira do bem (da razão) contra as trevas da ignorância. O
- > apelo de Fiori é simples: se querem falar seriamente em desenvolvimento não
- > se limitem a modelos economicistas. Existem aspirações humanas que vão
- > muito além da macroeconomia. Claro que todos keynesianos sabem disso. Mas
- > na hora de agir acabam passando o rolo compressor. Se Fiori não animou de
- > fazer parte dessa rede é por perceber que não haveria debate para além dos
- > termos que estão colocados de partida.
- > Muito antes de Keynes nascer os Estados nacionais funcionavam como
- > economias nacionais desenvolvimentistas, se quisermos usar esse termo. Com
- > foco na segurança/defesa nacional organizavam o sistema de produção
- > interno, as relações sociais e de poder. O mundo não se divide em antes de
- > Keynes e depois de Keynes, por mais que o lorde britânico tenha ainda hoje
- > prestígio na academia e mídia. Dizer isso não deveria ser confundido com
- > uma ofensa ou chamado pra briga entre torcidas organizadas. Muito menos
- > para uma comparação de currículos, citações ou seja lá o que for em termos
- > de prestígio em um sistema capitalista que se renovado e superado nas
- > últimas décadas muito em função da aguerrida militância keynesiana.

> Em 23/03/2012 12:48, "Flavio Tavares de Lyra" <lyra fla...@gmail.com>

O debate desenvolvimentista vai além do keynesianismo, é claro. No campo macroeconômico, precisa-se passar por ele, invariavelmente. Há alternativas? Bem, que tal Hjalmar Schacht e o Terceiro Reich? O próprio Fiori reconheceu no passado que o prussianismo não se adequaria ao ambiente político-institucional brasileiro: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/743/997>

Keynes foi objeto da atenção de Prebisch em "Keynes, uma introdução" (Editora Brasiliense, 1998). A apresentação dessa edição foi redigida pelo Francisco de

Oliveira, contextualizando inclusive como a Cepal combinaria Keynes e Marx no estruturalismo. Bem, ele passa por List...

Penso que o problema nessa discussão foi que o Fiori atacou a escola campineira, como se ele estivesse vendo algo que ela simplesmente não enxerga. Sinceramente, discordo do Ricardo Carneiro de que a Unicamp seja mais relevante do que a UFRJ nesse debate.

Compreendo que no calor do ataque ele tenha reagido dessa forma. Afinal, somos humanos e existem vaidades na academia. Isso não é algo exclusivamente brasileiro. Penso que quando o indivíduo lança publicamente um debate ele precisa estar disposto a encarar o contraditório. Talvez esse seja o maior problema nessa questão dos artigos do Valor escritos pelo Fiori.

As duas escolas econômicas são relevantes, Unicamp e UFRJ. Há divergências? Então que sejam objeto de debates... De qualquer forma, acredito que esse episódio possa ser aproveitado positivamente pelos dois lados da questão.

### **Comentário de Márcio Oliveira <gimene12@gmail.com>**

Flavio, concordo que o emocional está falando alto, principalmente quando os militantes keynesianos se sentem ofendidos se questionados politicamente. Quando se assume que desenvolvimentismo é uma estratégia econômica (keynesiana), com eficiência comprovada empiricamente, interdita-se o debate político. Quem não milita nesses termos simplesmente se retira.

Fiori apenas externaliza o sentimento de que faria bem à escola de Campinas se renovar um pouco, respirar outros ares. A resposta do Ricardo Carneiro me pareceu infeliz por voltar a essa coisa competitiva, comparativa, de ranqueamento de quem produz mais e melhor. Como se aceitação na academia, mídia e governos conferisse aos militantes keynesianos a prerrogativa de empunhar a bandeira do bem (da razão) contra as trevas da ignorância. O apelo de Fiori é simples: se querem falar seriamente em desenvolvimento não se limitem a modelos economicistas. Existem aspirações humanas que vão muito além da macroeconomia. Claro que todos keynesianos sabem disso. Mas na hora de agir acabam passando o rolo compressor. Se Fiori não animou de fazer parte dessa rede é por perceber que não haveria debate para além dos termos que estão colocados de partida.

Muito antes de Keynes nascer os Estados nacionais funcionavam como economias nacionais desenvolvimentistas, se quisermos usar esse termo. Com foco na segurança/defesa nacional organizavam o sistema de produção interno, as relações sociais e de poder. O mundo não se divide em antes de Keynes e depois de Keynes, por mais que o lorde britânico tenha ainda hoje prestígio na academia e mídia. Dizer isso não deveria ser confundido com uma ofensa ou chamado pra briga entre torcidas organizadas. Muito menos para uma comparação de currículos, citações ou

seja lá o que for em termos de prestígio em um sistema capitalista que se renovado e superado nas últimas décadas muito em função da aguerrida militância keynesiana.

### **Comentário de Gustavo 23 março 2012**

o próprio Fiori criticou a chamada "Via Prussiana" no Brasil, que seria a opção do Geisel, ou seja, um desenvolvimentismo radical.

se não é a via prussiana e não é o desenvolvimentismo picolé de chuchu de campinas e FGV de São Paulo, é o que?

Fiori precisa ainda dizer qual é a posição e a visão dele para o Brasil.

Quando disser, é bem provável que seja uma posição muito interessante, porém, ele ainda não disse.

Talvez ele não diz porque a Mestre dele, Dona Maria da Conceição Tavares, já assinou embaixo do desenvolvimentismo picolé de chuchu dos campineiros.

ps.: quando eu critico campinas não estão criticando todos os campineiros, acho que o Wilson Cano, Paulo Baltar, Marcio Pocchman, entre muitos outros são sérios e tem ótimos trabalhos na FGV de São Paulo tem uns caras muito bons como Bresser e Nakano.

qual a posição do Fiori?

### **Comentário Rodrigo Medeiros 24 março 2012**

> O debate desenvolvimentista vai além do keynesianismo, é claro. No campo

> macroeconômico, precisa-se passar por ele, invariavelmente. Há

> alternativas? Bem, que tal Hjalmar Schacht e o Terceiro Reich? O próprio

> Fiori reconheceu no passado que o prussianismo não se adequaria ao ambiente

> político-institucional brasileiro:>

> <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/743/997>

Keynes foi objeto da atenção de Prebisch em "Keynes, uma introdução"

> (Editora Brasiliense, 1998). A apresentação dessa edição foi redigida pelo

> Francisco de Oliveira, contextualizando inclusive como a Cepal combinaria

> Keynes e Marx no estruturalismo. Bem, ele passa por List...

>

> Penso que o problema nessa discussão foi que o Fiori atacou a escola

> campineira, como se ele estivesse vendo algo que ela simplesmente não

> enxerga. Sinceramente, discordo do Ricardo Carneiro de que a Unicamp seja

> mais relevante do que a UFRJ nesse debate.

>

> Compreendo que no calor do ataque ele tenha reagido dessa forma. Afinal,

> somos humanos e existem vaidades na academia. Isso não é algo

> exclusivamente brasileiro. Penso que quando o indivíduo lança publicamente

> um debate ele precisa estar disposto a encarar o contraditório. Talvez esse

> seja o maior problema nessa questão dos artigos do Valor escritos pelo

> Fiori.

> As duas escolas econômicas são relevantes, Unicamp e UFRJ. Há divergências?

> Então que sejam objeto de debates... De qualquer forma, acredito que esse

> episódio possa ser aproveitado positivamente pelos dois lados da questão.

**Comentário de Márcio Oliveira <gimen...@gmail.com>**

Concordo que o emocional está falando alto, principalmente quando

>> os militantes keynesianos se sentem ofendidos se questionados

>> politicamente. Quando se assume que desenvolvimentismo é uma estratégia

>> econômica (keynesiana), com eficiência comprovada empiricamente,

>> interdita-se o debate político. Quem não milita nesses termos simplesmente

>> se retira.

>> Fiori apenas externaliza o sentimento de que faria bem à escola de

>> Campinas se renovar um pouco, respirar outros ares. A resposta do Ricardo

>> Carneiro me pareceu infeliz por voltar a essa coisa competitiva,

>> comparativa, de ranqueamento de quem produz mais e melhor. Como se

aceitação

>> na academia, mídia e governos conferisse aos militantes keynesianos a

>> prerrogativa de empunhar a bandeira do bem (da razão) contra as trevas da

>> ignorância. O apelo de Fiori é simples: se querem falar seriamente em

>> desenvolvimento não se limitem a modelos economicistas. Existem aspirações

>> humanas que vão muito além da macroeconomia. Claro que todos keynesianos

>> sabem disso. Mas na hora de agir acabam passando o rolo compressor. Se

>> Fiori não animou de fazer parte dessa rede é por perceber que não haveria

>> debate para além dos termos que estão colocados de partida.

>> Muito antes de Keynes nascer os Estados nacionais funcionavam como

>> economias nacionais desenvolvimentistas, se quisermos usar esse termo. Com

>> foco na segurança/defesa nacional organizavam o sistema de produção

>> interno, as relações sociais e de poder. O mundo não se divide em antes de

>> Keynes e depois de Keynes, por mais que o lorde britânico tenha ainda hoje

>> prestígio na academia e mídia. Dizer isso não deveria ser confundido com

>> uma ofensa ou chamado pra briga entre torcidas organizadas. Muito menos

- >> para uma comparação de currículos, citações ou seja lá o que for em termos
- >> de prestígio em um sistema capitalista que se renovado e superado nas
- >> últimas décadas muito em função da aguerrida militância keynesiana.

### **Comentário de Rodrigo Medeiros**

Essa é a questão! Qual a posição do Fiori? O que ele propõe efetivamente para o País? Já disse em 1990 que o prussianismo não é a via para o Brasil e agora critica o que ele entende por keynesianismo de corte novo desenvolvimentista.

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/743/997>

Enfim, o que ele propõe? Tenho interesse em ler... Estou lendo uma matéria bem interessante sobre o legado do Pierre Bourdieu na revista Cult, n.166. Fala entre tantas coisas sobre o papel do intelectual no engajamento de lutas sociais.

## **XIII - André Lara Resende**

# **André Lara Resende: ‘Temos que rever o que consideramos progresso’**

Um dos criadores do real, economista diz que mundo não pode voltar a crescer para sair da crise porque atingiu limite do planeta

LIANE THEDIM

Publicado: 5/02/12 - 11h51

Atualizado: 5/02/12 - 12h24

- 
- 
- 

• Envios por mail: 110



RIO - Enquanto a evolução da crise mundial polariza o debate em torno de uma solução — entre os que defendem que os governos aumentem seus gastos para estimular o crescimento e os que sustentam que somente a adoção de planos de austeridade será capaz de acalmar os mercados —, o economista André Lara Resende analisa a questão sobre um novo ângulo. Um dos pais do Plano Real, ele diz que existe uma nova restrição: o fato de que atingimos os limites do planeta e, por isso, não podemos mais contar com a expansão da economia como um antídoto contra a crise.

— A capacidade de continuar a crescer nos padrões a que estamos acostumados esbarra nos limites físicos do planeta — afirma André Lara, hoje sócio da Lanx Capital, uma das maiores gestoras de recursos do país.

Recentemente, o economista jogou luz sobre o assunto ao escrever um artigo no jornal “Valor Econômico”, em que recomendava o livro de Paul Gilding, “A Grande Ruptura”, que também aborda o problema. Segundo André Lara, será preciso rever o que consideramos progresso, mas a sociedade não parece caminhar neste sentido:

— Infelizmente, a recusa de ver e agir em relação aos limites ecológicos vai nos levar a uma transição muito mais desordenada e onerosa do que se nos tivéssemos sido capazes de nos programar para ela — diz, em entrevista por e-mail ao GLOBO.

**O GLOBO: O senhor diz que o remédio keynesiano (economista John Maynard Keynes, que defendia a retomada do crescimento, através de gastos públicos e estímulos ao consumo) para superar a crise e o elevado endividamento público não pode mais ser aplicado hoje e diz que a insistência nesse modelo "pode ser uma**

**ortodoxia anacrônica". Mas como sair da crise, já que só crescendo resolveríamos o problema econômico?**

ANDRÉ LARA RESENDE: O crescimento reduz o tamanho relativo das dívidas, tanto privadas como públicas. É a forma menos onerosa e mais eficaz de resolver o problema da indigestão do endividamento excessivo, que ocorre após as grandes crises. Nos anos 30 do século passado, Keynes, com seu talento, sua capacidade de pensar de forma independente e imaginativa, mostrou como é possível usar os gastos públicos para reanimar uma economia estagnada. A situação dos anos 30 era diferente da atual em dois aspectos. Primeiro, porque a depressão levou a uma quebra generalizada, que eliminou o excesso de endividamento. O gasto público funciona como motor de arranque numa economia devastada, mas onde não há mais excesso de endividamento. Não é o caso hoje, porque a ação preventiva dos governos e dos bancos centrais evitou o colapso depressivo, mas em contrapartida, transferiu dívidas do setor privado para o setor público, que já está excessivamente endividado. Segundo — e esta é a restrição nova — porque a capacidade de continuar a crescer nos padrões a que estamos acostumados, por meio do aumento da produção e do consumo de bens materiais, para uma população mundial 40 vezes superior ao que sempre foi até a Revolução Industrial, esbarra nos limites físicos do planeta.

**A teoria econômica sempre associou o crescimento ao bem-estar. Há ganho de renda, consumo... É possível ter um sem o outro?**

ANDRÉ LARA: Para a teoria econômica, crescimento e bem-estar sempre estiveram associados. Enquanto o nível de consumo é muito baixo, a correlação entre os dois é muito alta. Faz então sentido usar crescimento do produto, uma medida relativamente fácil de ser observada, como indicador de bem-estar. Sabe-se hoje, que a partir do momento em que as necessidades básicas estão superadas, o aumento da renda e da disponibilidade de bens materiais tem muito pouca correlação com o bem estar. Muito mais do que ao aumento do consumo material, o bem-estar passa então a estar associado à coesão social, à qualidade da vida comunitária e a uma menor desigualdade. Pode-se, com certeza, ter aumento de bem estar sem crescimento do consumo material. Para isso, é preciso romper com o equívoco mais agressivamente promovido na modernidade: o de que para ser feliz é preciso consumir, ainda que coisas cada vez mais desnecessárias.

**O que dizer aos milhões que vivem na miséria no mundo hoje? Como eles sairão da pobreza se precisaremos parar de crescer?**

ANDRÉ LARA: A questão da pobreza, da miséria em que vive ainda grande parte da população mundial, é séria e precisa ser atacada com urgência, mas, se o extraordinário crescimento material dos últimos séculos não resolveu o problema da miséria até hoje, é porque nunca irá resolver. Levantar a bandeira do crescimento material, baseado no consumo de bens cada vez mais supérfluos, em nome do combate à miséria no mundo, é profundamente desonesto.

**E para os que estão saindo agora da pobreza e finalmente podendo comprar, caso da classe C no Brasil? Como dizer a eles que não podem consumir porque chegamos ao limite do planeta?**

ANDRÉ LARA: A solução não é produzir e consumir mais bens materiais, mas sim reduzir a desigualdade de padrões de consumo. Não é preciso impedir que os mais pobres tenham acesso a um padrão de vida decente, mas sim interromper a espiral de aspirações consumistas estapafúrdias de toda sociedade. Aspirações alimentadas pela propaganda, tanto explícita, como subliminar, mas, sobretudo, enganosa, de que quem mais consome é mais feliz.

**Essa ruptura seria o enterro formal do capitalismo como conhecemos hoje?**

ANDRÉ LARA: Ao esbarrarmos nos limites físicos do planeta, teremos necessariamente que rever o que consideramos progresso, o que exige rever nossa visão de mundo. O sistema de preços competitivos, como sinalizadores da produção e do consumo, será sempre uma ferramenta fundamental para a organização da economia. Não me parece possível, nem desejável, prescindir do sistema de preços, sobretudo, no momento em que a economia precisa passar por uma reorganização profunda. É preciso, isto sim, ter consciência das suas limitações. No caso dos bens públicos, para os quais o consumo não tem custo individual, mas há custo coletivo, o sistema de preços não cumpre seu papel.

**O Japão não cresce há quase 20 anos e tem elevado nível de qualidade de vida. O país pode ser um modelo a ser adotado neste novo padrão que a sociedade precisará ter?**

ANDRÉ LARA: A estagnação da economia japonesa, que já dura mais de 15 anos, desde o estouro da bolha imobiliária por lá, pode ser vista como precursora das dificuldades que as demais economias avançadas enfrentam, desde a crise de 2008. A homogeneidade cultural e social do Japão é, sem dúvida, fator importante para que o país tenha resistido relativamente bem à economia estagnada.

**Alguns críticos dizem que a tese da ruptura brusca e traumática, e até com racionamento, surge da incapacidade de os economistas explicarem como se sai da crise. O que o senhor acha disso?**

ANDRÉ LARA: Compreender as dificuldades e pensar como superá-las é responsabilidade coletiva. Não é atribuição exclusiva de economistas.

**Ao mesmo tempo em que o planeta dá sinais de esgotamento, os governos não parecem sensíveis ao tema. Como resolver o problema sem uma política pública clara e direcionada?**

ANDRÉ LARA: Apesar de muito barulho, parece não haver ainda uma verdadeira consciência de que os limites físicos do planeta foram ou estão prestes a serem atingidos. Temos grande dificuldade de ver e aceitar o que nos obrigaria a mudar nossa visão de mundo. Infelizmente, a recusa de ver e agir em relação os limites ecológicos, vai nos levar a

uma transição muito mais desordenada e onerosa do que se nos tivéssemos sido capazes de nos programar para ela.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/economia/andre-lara-resende-temos-que-rever-que-consideramos-progesso-3884967#ixzz1s5Y2HjAi>

© 1996 - 2012. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

### **XIII – Paulo Timm**

#### **DESENVOLVIMENTISMO: BALANÇO E PERSPECTIVAS**

*“Assim como não veio substituir homens a revolução não veio também substituir partidos. O seu programa é substituir princípios e normas para evitar o regresso à política dos antigos donos da República , dos senhores absolutos do regime.”*

(Entrevista de Osvaldo Aranha ao *Correio do Povo*, edição de 14/06/1931).

**Paulo Timm** – Especial para [www.wul21.com.br](http://www.wul21.com.br) – 20 abril 2012

O desenvolvimentismo, como um conjunto de prescrições substantivas para modernizar dinamicamente o país, voltou à tona com a publicação de um conjunto de artigos de José Luis Fiori no Portal Carta Maior e Valor, nos últimos quatro meses , retomando um estilo muito próprio da Sociologia do Desenvolvimento, de Rodolfo Stavenhagen. Mais dois artigos – cinco vieram a público - e a contribuição de Fiori consagrar-se-á como a nova versão dos “Sete Ensaio”, inaugurada por José Carlos Mariátegui, seguida pelo citado Stavenhagen e perseguida incansavelmente pelo saudoso Antonio de Barros Castro... Suas análises, sempre louváveis – Ai de mim...! -, não acrescentam, porém, grande coisa ao tema, objeto de inúmeros livros e teses acadêmicas nos anos 70/ Séc.XX. Mas tem o mérito de trazer a questão do desenvolvimentismo à tona num momento em que aumentam as preocupações com a desindustrialização da economia brasileira, ora objeto de vigorosa ação protecionista com vistas à sustentação de sua presença no mercado interno.

**Miriam Limoeiro** merece destaque, já naquela época, com o que viria a ser o clássico do assunto : *“A Ideologia do desenvolvimento, Anos JK”* ( [Abooks.google.com/books/about/Ideologia\\_do\\_desenvolvimento\\_Brasil.html?id=m0g-AAAYAAJ](http://Abooks.google.com/books/about/Ideologia_do_desenvolvimento_Brasil.html?id=m0g-AAAYAAJ) - -). E antes mesmo, em 1968, **Gabriel Cohn** já

nos brindava com sua excelente tese mostrando a importância dos militares na montagem dos grandes projetos de siderurgia e petróleo, aos quais eu acrescentaria a decisão da construção de Brasília no Planalto Central, sempre sob o imperativo da segurança nacional. (*Petroleo E Nacionalismo*. Difusão Europeia do Livro, 1968.) **Luciano Martins**, completaria o ciclo ,à exaustão, de análise do processo que acompanhou o desenvolvimentismo brasileiro na sua tese de doutorado na U. Paris, em 1978 ( *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976) , publicada como *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64*. Paz e Terra, 1985.

Mas Fiori tem o mérito de reatualizar o assunto, destacando as forças políticas, sociais e ideológicas que moveram o desenvolvimentismo, desde a Era Vargas, com suas projeções, no período 1930/64, passando daí pelo regime militar e introduzindo o caso dos países asiáticos. O ímpeto desenvolvimentista fez do Brasil um modelo mundial de transformação estrutural da economia e da vida social, mediante forte intervenção do Estado, assegurando o impressionante salto de uma população rarefeita sobre o vasto território de pouco mais de 30 milhões de pessoas, de habitat rural, em 1930, para 130 milhões em meados de 1980, vivendo, em sua grande maioria em grandes metrópoles modernas , de cultura secular.

### Crescimento populacional

Censo	Pop.	%±
1872	9 930 478	
1890	14 333 915	44,3%
1900	17 438 434	21,7%
1920	30 635 605	75,7%
1940	41 236 315	34,6%
1950	51 944 397	26,0%
1960	70 992 343	36,7%
1970	94 508 583	33,1%

1980	121 150 573	28,2%
1991	146 917 459	21,3%
2000	169 590 693	15,4%
2010	190 755 799	12,5%

---

Fonte:<sup>[1]</sup>

**Fiori** traz à borda dos acontecimentos históricos contemporâneos um tema importante. Ele é oportuno. E não está sozinho nesta empreitada. Quase ao mesmo tempo, outro sociólogo, **Brasílio Sallum**, outro emigrado gaúcho com carreira acadêmica de sucesso na USP, deu uma longa entrevista publicada na Revista Faac (Bauru, v. 1, n. 2, p. 129-34, out. 2011/mar. 2012), tratando também das questões implícitas no desenvolvimentismo e contribuindo para o destaque que o tema vem assumindo. E alguns economistas se apressam em dar conta e razão dos novos desafios para que a economia brasileira, mais além da honrosa, porém pouco consistente posição como sexta maior economia do mundo. Antônio de Barros Castro, recentemente falecido, um dos mais brilhantes economistas da geração 60, olhava, nos seus últimos trabalhos para a China, afirmando ser sua presença no mercado mundial um novo marco. Afirmava que tínhamos que inovar e fortalecer a indústria para competir com suficiência nesta nova era. Carlos Lessa, seu companheiro de geração e formação, co-autor com Castro do famoso “Introdução à Economia- Uma Abordagem Estruturalista”, tem reiterado em seus últimos artigos a mesma linha de raciocínio, mas com uma visão mais protecionista da economia nacional. “*A timidez não é sábia em momentos de crise mundial*”, diz ele em seu artigo “A Presidente Sabe”. Luiz Gonzaga Beluzzo, um pouco mais jovem e principal expoente da geração “campineira” (Unicamp0 SP), também se considera desenvolvimentista e chegou a escrever, há pouco, dentre vários artigos e uma vasta produção dedicada ao tema, um belo texto, em homenagem ao pai e um tio, elogiando a estratégia de desenvolvimento de Getúlio Vargas, ao longo de seus dois Governos: “*As refregas do desenvolvimentismo*”. Em outro interessante artigo Beluzzo destaca um fato óbvio, mas que provoca frissons nos jovens desenvolvimentistas de esquerda que se supõem senhores da causa: “*O desenvolvimentismo de direita*”. A favor de Beluzzo vale lembrar a

diferença entre o tradicional e o conservador, clássica em Karl Manheim em “Ideologia e Utopia”, mas advertida por Marx, no Manifesto Comunista, em 1848, quando assinalou o caráter revolucionário da burguesia, aqui oportunamente tratada por uma historiadora :

*“Através da prática política de oposição ao progressismo e as transformações por ele engendradas, os conservadores perceberam que sua luta estaria fadada à derrota se estivesse caracterizada pela radicalização, ou seja, se não houvesse a admissão de nenhum tipo de mudança. Ao longo do século XIX os conservadores construíram uma estratégia de ação que tinha a particularidade de se apropriar do novo para continuar detendo poder. Um exemplo interessante é a apropriação da teoria do constante desenvolvimento da humanidade,*

*(...) mas, para contrariar os propósitos do progressismo, entendeu esse desenvolvimento como progresso evolutivo, mediante a acumulação de conhecimentos e experiências – e não como a superação dialética do passado - , ou então como o resultado de um sistema comunitário onde a sociedade, fonte da existência individual, daria ao poder político o direito de conduzir os indivíduos pelas vias do progresso. Em ambos os casos se nega o ponto mais essencial do progressismo, que é a autonomia histórica do indivíduo, e se tenta estabilizar o universo moral de cada um, subtraindo-lhe a responsabilidade e o poder de o desenvolver e nele influir. (BOBBIO, 1992: 245)*

*Assim, o **conservador** enfrenta a transformação com a **ordem**. Não há a negação do movimento constante das sociedades humanas; ao contrário, ele é naturalizado, as sociedades humanas naturalmente caminham para o progresso, logo não há necessidade do rompimento da ordem estabelecida, até porque ela assegura completamente o progresso.”*

(MARIA BERNARDETE OLIVEIRA DE CARVALHO em “Ser Conservador” – Revista Espaço Acadêmico n. 50 , julho 2005)

E até José Serra, inquestionável pesquisador da economia brasileira, associa-se ao debate clamando em seu artigo ESP - “A nova vanguarda do atraso”: “O Brasil tem 190 milhões de habitantes, a 77.<sup>a</sup> renda per capita e o 84.<sup>o</sup> IDH do mundo. É preciso ter claro: sua economia continental não proporcionará a renda e os milhões de empregos de qualidade que o progresso social requer tendo como eixo dinâmico o consumo das receitas de exportação de commodities.” Poucos sabem – eu o sei por obrigação porque

era *ayudante* dele à época, na FLACSO, Santiago do Chile, 1970 -, mas Serra é co-autor, com Maria de Conceição, de um marco do pensamento desenvolvimentista latinoamericano, que o arrancou definitivamente do estancacionismo predominante: “Mais Além do Estancamento”. **Bresser Pereira**, tucano redimido, também organizou um “Rede Desenvolvimentista”, com epicentro no Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp, o qual vem intensificando prescrições no sentido da retomada de um papel mais ativo do Estado no planejamento da economia brasileiro. Este Centro em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, patrocinaram o Workshop da Rede Desenvolvimentista, realizado no dia 29 de novembro de 2011 com foco em “O desenvolvimento brasileiro \_temas\_ estratégicos”.

E, finalmente, mas não sem importância, outro conjunto de economistas e engenheiros, mais centrados no Rio de Janeiro, organizou uma entidade de caráter desenvolvimentista, responsável pelo portal [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br), à qual pertence, que vem publicando, com alguma repercussão, sua CARTA DESENVOLVIMENTISTA.

Ou seja, o desenvolvimentismo está na passarela da Academia. E já repercute nos Partidos Políticos, principalmente no PT, que procuram, não sem algum atraso, acompanhar o debate (vide [http://www.ptdf.org.br/arquivos/2012-04-13\\_18-18-57Resolucao\\_Politica...](http://www.ptdf.org.br/arquivos/2012-04-13_18-18-57Resolucao_Politica...)). E reverbera em inflamados discursos no Congresso Nacional, como o discurso nesta sexta-feira, 13 de abril, do Senador Roberto Requião:

*“O senador Roberto Requião disse nesta sexta-feira (13), no plenário do Senado, que, novamente, o Governo Federal opta por remendos, ao editar pacotes de incentivos à indústria, em vez de tomar medidas que reestruturem a economia, livrando o país da dependência do capital financeiro global. “Continuamos a receitar aspirina para uma crise que é estrutural, de fundamentos. Precisamos de uma revolução, que nos liberte da sangria financeira internacional e não de remendos que só adiam a crise”, disse o senador.*

*Os últimos pacotes (ou “embrulhos”, como ele classificou) emitidos pelo Governo para fazer compensações à desindustrialização do país, afirmou Requião não vão impedir que mais fábricas fechem e mais empregos industriais desapareçam. Segundo ele, a opção do Governo de ancorar a*

*economia nas exportações de commodities e na abertura irrestritas às importações jamais permitirão a recuperação da produção industrial.*

*O senador lembrou um discurso que ele fez no plenário do Senado, em 1998, e mostrou que, em substância, a política econômica do atual governo não difere dos princípios-guia neoliberais adotados pelo governo de FHC. Embora reconheça avanços na política social desde o governo de Lula, Requião afirmou que essas conquistas correm sérios riscos se os fundamentos da economia não mudarem radicalmente.*

*Ouçá o discurso do senador Roberto Requião nesta sexta-feira (13) e leia parte do TEXTO de seu pronunciamento.” ( Agência Senado)*

Em seu primeiro, de uma série de artigos sobre o desenvolvimentismo – “A miséria do *novo desenvolvimentismo*”, postado no Portal Carta Maior em 01 de dezembro passado, Fiori é desafiador e afirma que o balanço teórico do velho e novo pensamento desenvolvimentista é decepcionante: *O pivô de toda a discussão e o grande pomo da discórdia sempre foi o Estado, e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico ... (no qual) os desenvolvimentistas latino-americanos sempre compartilharam com os liberais a concepção econômica do Estado do paradigma comum da economia política clássica, marxista e neo-clássica.* Para ele, dentro do paradigma libero-desenvolvimentista ninguém saiu do “*mesmo lugar*”.

Pouco depois, no dia 29, no mesmo Portal, outro artigo do Fiori - “ Para reler o ‘velho desenvolvimentismo’ ” – identifica “*as três grandes ‘matrizes teóricas’ que organizaram o debate em torno ao ‘papel do estado’ no desenvolvimento econômico, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia ‘nacional-desenvolvimentista’ na América Latina*”: a teoria weberiana da modernização, o modelo centro-periferia do estruturalismo cepalino e a teorização marxista da revolução burguesa. Curiosamente, diz Fiori, o Brasil, onde mais longe o modelo desenvolvimentista chegou, nenhuma destas inspirações se compara ao que verdadeiramente impulsionou sua economia: o pensamento militar: “*a segunda coisa que chama muito a atenção é que exatamente no Brasil, a matriz teórica e estratégica que teve mais importância não foi nenhuma destas três, pelo contrário, foi a teoria da ‘segurança nacional’ formulada pelos militares ‘estado desenvolvimentista’, entre 1937 e 1985.*

*O “desenvolvimentismo militar” deu seus primeiros passos no Brasil, com a Revolução de 30 e com o Estado Novo, mas só nos anos 50, com a criação da ESG, se transformou numa ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização, com o objetivo prioritário da “defesa nacional”.*

A seguir, em 26 de janeiro, Fiori publica “O desenvolvimentismo asiático”, chamando a atenção para os modelos asiáticos: *“Foi Chalmers Johnson quem falou pela primeira vez do “desenvolvimentismo” asiático, no seu célebre livro sobre o “milagre econômico japonês”, publicado em 1982. Depois dele, transformou-se num lugar comum dizer que o “estado desenvolvimentista” foi ator central do crescimento econômico acelerado da Coreia, Taiwan e Singapura, entre os anos 1960 e 80; da China, a partir dos anos 1990 (na foto, Shanghai); e do Vietnã, no início do século XXI.”* O objetivo maior do autor neste artigo é mostrar que muito embora percebidos por vários analistas como desenvolvimentistas os Estados asiáticos nem se assumiram com tal denominação, num equivalente oriental da América Latina, nem lhe seguiram os passos teóricos, ficando muito mais com as prescrições tradicionais do mercantilismo ou do protecionista F.Lizt. *Por fim, os asiáticos nunca se referiram a si mesmos como “desenvolvimentistas”, e sua estratégia econômica não tem nada a ver com o chamado “desenvolvimentismo latino-americano”. Sua política industrial, comercial e macro-econômica sempre esteve a serviço de sua “grande estratégia” social e nacional, e da sua luta pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e preeminente*

Em “O desenvolvimentismo de esquerda”, em 02 de março passado, Fiori continua sua peregrinação sobre o significado e raízes deste processo: *“A relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo nunca foi simples nem linear. Sobretudo, depois do golpe militar de 1937, e do Estado Novo de Getúlio Vargas, que foi autoritário e anti-comunista, mas foi também responsável pelos primeiros passos do “desenvolvimentismo militar e conservador”, que se manteve dominante, dentro do estado brasileiro, até 1985.”* Mesmo argumentando, neste artigo, a essência autoritária da ideologia desenvolvimentista, Fiori aponta três instituições que se distinguiram na tentativa de pensar o processo de forma a formular

prescrições para sua efetivação. Em primeiro lugar, diz ele o Partido Comunista Brasileiro, que apoiou JK, em 1955 mas que só no seu V Congresso, em 1958, abandonaria sua estratégia revolucionária em favor da revolução democrático-burguesa. Em segundo lugar, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, criado por Café Filho, e, finalmente, desde 1949, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Sem dizê-lo explicitamente, Fiori sugere que só no intervalo 54-64 a esquerda esteve reconciliada, embora com atritos internos, com o desenvolvimentismo, vindo a cindir-se este idílio com o golpe militar, depois do qual suas sucessivas administrações não fizeram senão mantê-lo, mas sob inspiração da segurança nacional. Só com a criação da Universidade de Campinas e com a montagem, ali, de um grupo de pensadores que procuraram repensar as questões do desenvolvimento, cuja trajetória se estende do final dos anos 60 até o fracasso do Plano Cruzado, em 1985, a esquerda viria a se reconciliar com a temática do desenvolvimentismo. A partir daí Fiori afirma que a “escola campineira” perdeu-se em formulações escolásticas e já não consegue nenhum papel mobilizador.

O último artigo de Fiori foi publicado no Valor, de 28 de março passado – “Desenvolvimento e Dependência” – e destaca a importância de obra do marxista Paulo Baran – “A Economia Política do Desenvolvimento”, de 1957 – sobre o depressivo estado de espírito no pensamento latinoamericano na década de 1960, a qual teria gerado duas escolas : *“a teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, do economista americano A. G. Frank, que exerceu pessoalmente, uma forte influencia no Brasil e no Chile; e a teoria do “desenvolvimento dependente e associado”, formulada por F. H. Cardoso, com o suporte intelectual de um grupo importante de professores marxistas da USP.* As duas ramificações ficaram associadas a uma suposta Teoria da Dependência, embora tenham tido expressões e destinos diferenciados. Para Fiori, a primeira ficou estagnada no tempo como uma lista de obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento capitalista no continente. A segunda, sob a condução de seu principal intérprete, o próprio F.H.Cardoso, desdobrou-se de uma Teoria do Desenvolvimento Associado para uma vertente da globalização nos anos 90 , **ao se transformar no fundamento ideológico da experiência neo-liberal no Brasil.** De qualquer forma, Fiori conclui elencando quatro idéias fundamentais dos “dependentistas” que

teriam abalado os fundamentos do velho pensamento desenvolvimentista de esquerda dos anos 50:

- i) *o capital, a acumulação do capital e o desenvolvimento capitalista não tem uma lógica necessária, que aponte em todo lugar e de forma obrigatória, para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital;*
- ii) *a burguesia industrial não tem um “interesse estratégico” homogêneo que contenha “em si”, um projeto de desenvolvimento pleno das forças produtivas “propriamente capitalistas”;*
- iii) *não basta conscientizar e civilizar a burguesia industrial e financiar a centralização do seu capital, para que ela se transforme num verdadeiro condotieri desenvolvimentista.*
- iv) *por fim, a simples expansão quantitativa do estado não garante um desenvolvimento capitalista industrial, autônomo e auto-sustentado.*

De todos os artigos publicados na Série este último foi, sem dúvida, o que mais incompreensões suscitou. Talvez pela pouca familiaridade dos economistas com a questão da “dependência”. Apenas para aclarar dúvidas, Fiori traz à baila da discussão sobre o desenvolvimentismo uma das correntes de pensamento na América Latina que emergiu no exato momento da grande crise do desenvolvimentismo de esquerda, em meados dos anos 60, quando os sucessivos golpes no cone sul frustraram as tentativas de reformas sociais, que acabariam caracterizando aquela escola como “estruturalista”: a Teoria da Dependência. Esta é percebida em suas duas vertentes, ambas, segundo Fiori, derivadas da leitura de Paul Baran, sendo uma, mais radicalmente estagnacionista, vinculada à obra de Andrew Gunther Franck; a outra, mais historicista, liderada por Fernando Henrique Cardoso e que se perderia em meio à sua adesão ao neo-liberalismo. Ambas as tendências emergem justamente no momento em que o desenvolvimentismo de esquerda emparedava-se na tese da inevitabilidade do estancamento das economias latinoamericanas, sob os argumentos de Furtado, Prebisch e, talvez, Anibal Pinto. Só que a “dependência” desenvolvida por Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos hipostasia os obstáculos à recuperação capitalista a ponto de animar, com tal pessimismo catastrofista, um otimismo político que animaria, na época a ofensiva

armada contra dos regimes ditatoriais. Ao contrário, a “dependência” percebida por Fernando Henrique Cardoso, ao se deter na análise de situações concretas e distintas de articulação das economias e elites regionais ao capitalismo mundial acaba apontando para a percepção de oportunidades exclusivas de aprofundamento da experiência capitalista. (Inaugura o “possibilismo” político que se tornará moda na esquerda depois do fim do bloco soviético.) Esta, não por acaso, acaba na conversão do acadêmico Fernando Henrique no promissor político F.H.C. que conduzirá a reorganização da economia brasileira ao centro do capitalismo financeiro internacional.

De qualquer forma, os artigos de Fiori, inseridos num *momentum* precioso da discussão sobre as potencialidades e riscos da economia brasileira na conjuntura atual, contribuíram decisivamente para a eclosão de um intenso debate nacional sobre a matéria e que acabou abrindo novas percepções sobre a recente experiência do desenvolvimento nacional. Há seis meses era impensável o que se percebe hoje: que nosso modelo tem severas vulnerabilidades estruturais, um alto custo em termos financeiros, e um grande risco de depender excessivamente da exportação de commodities, sob a maldição da dependência de recursos naturais, mesmo abundantes.

Mas se hoje o Governo Dilma abre os olhos para estas questões, adverte Fiori em seus artigos, que não basta fazê-lo sob o imperativo do Pleno Emprego Keynesiano, ou da garantia de inserção mais competitiva na globalização. Este seria o caminho do velho desenvolvimentismo de esquerda, já esgotado. Tratar-se-ia, agora, de ultrapassar os marcos estritamente economicistas no sentido de se repensar o desenvolvimento não só como experiência conduzida pelo Estado, mas de um processo, talvez, de mudança estrutural, com ampla e ativa participação da Sociedade. Ou como propõe, o Governador Tarso Genro em seu recente artigo publicado na Zero Hora - “*É preciso tratar da democracia socialista*”:

*“Mesmo as democracias consolidadas são ameaçadas, hoje, pela crise do sistema financeiro global. É clara a incompatibilidade objetiva entre o processo de enriquecimento sem trabalho, da atual fase do capitalismo global, com os sistemas social-democráticos estabelecidos, responsabilizados falsamente pela crise.*”

*Nesse contexto, pergunto: não se deve abrir um debate honesto sobre democracia e a ideia do socialismo, tomando este não mais como modo de produção "pré-configurado", mas como ideia reguladora?"*

Para complicar este cenário, outro autor, estranho no ninho desenvolvimentista, o tucano André Lara Rezende, um dos pais do Plano Real, fez sua *reentré* na mídia com grande alarido, com base num artigo publicado no Valor, em 20 de janeiro deste ano: “Os novos limites do possível”. No texto Lara Rezende incorpora academicamente as restrições ambientais ao desenvolvimento, com a indicação de que o instrumental keynesiano já nem será capaz, nem suficiente, para assegurar a retomada do pleno emprego em escala mundial. O interregno tecnológico, para ele, é inevitável:

*“O crescimento reduz o tamanho relativo das dívidas, tanto privadas como públicas. É a forma menos onerosa e mais eficaz de resolver o problema da indigestão do endividamento excessivo, que ocorre após as grandes crises. Nos anos 30 do século passado, Keynes, com seu talento, sua capacidade de pensar de forma independente e imaginativa, mostrou como é possível usar os gastos públicos para reanimar uma economia estagnada. A situação dos anos 30 era diferente da atual em dois aspectos. Primeiro, porque a depressão levou a uma quebra generalizada, que eliminou o excesso de endividamento. O gasto público funciona como motor de arranque numa economia devastada, mas onde não há mais excesso de endividamento. Não é o caso hoje, porque a ação preventiva dos governos e dos bancos centrais evitou o colapso depressivo, mas em contrapartida, transferiu dívidas do setor privado para o setor público, que já está excessivamente endividado. Segundo — e esta é a restrição nova — porque a capacidade de continuar a crescer nos padrões a que estamos acostumados, por meio do aumento da produção e do consumo de bens materiais, para uma população mundial 40 vezes superior ao que sempre foi até a Revolução Industrial, esbarra nos limites físicos do planeta.”*  
(<http://oglobo.globo.com/economia/andre-lara-resende-temos-que-rever-que-consideramos-progresso-3884967>)

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/economia/andre-lara-resende-temos-que-rever-que-consideramos-progresso-3884967#ixzz1s5XFsk6C>

© 1996 - 2012. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Desnecessário lembrar que este tipo de percepção sobre os limites do desenvolvimento é severamente criticada por todas as variantes atuais do desenvolvimentismo, qualificadas como neo-malthusianas.

Assim, pois, descobre-se, como no velho provérbio, que o diabo está nos detalhes. O diabo do desenvolvimentismo, enfim, não está simplesmente onde o Governo pensa que ele está. Está escondido em meandros imperceptíveis para quem olha o mundo desde a perspectiva do Poder. Está na questão do aprofundamento da democracia, está na preservação da paz na conquista de um novo balanço internacional de poderes, está no abandono das fórmulas fáceis de expansão da economia com base no crescimento do consumo, tanto externo como interno, com vistas ao salto tecnológico, já à vista, em termos de produtos, como o grafeno e uso da energia solar, e de novos processos de produção.

Mas estas são, como diria Osvaldo Aranha ao Correio do Povo, pouco depois da Revolução de 30, tarefas verdadeiramente revolucionárias que ultrapassam os limites da mera mudança de homens e partidos no Governo. Exigiria mudança de paradigma com substituição de princípios e normas que impeçam os donos de mundo de se manterem confortavelmente nas suas poltronas...

## **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000100003&script=sci_arttext&tlng=pt)

### **Revista de Economia Política**

**Print version ISSN 0101-3157**

**Rev. Econ. Polit. vol.33 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2013**

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572013000100003>

**Origin and agenda of Brazilian new developmentalism**

## Lauro Mattei

Especialista em políticas públicas pela Universidade do Texas (EUA), doutor em Economia pela Unicamp e pós-doutorado pela Universidade de Oxford. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia e de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do OPPA-CPDA-UFRRJ. E-mail: [l.mattei@ufsc.br](mailto:l.mattei@ufsc.br)

---

### ABSTRACT

The debate regarding Brazil's development model returned again to the public arena in the first decade of 21<sup>st</sup> century after two decades of orthodox economic policies which encouraged non-developed countries to adopt liberal economic policies as their preferred growth strategies. As Brazil achieved neither economic stability nor development, the discussion of new development strategies returned as a popular research topic. It is in this context that a new development theory — New Developmentalism — emerges. The objective of this article is to review the origins of this debate and the main propositions defended by the group aiming to implement a new development model policy in the country. The main conclusions are that this group has had an important contribution in maintaining the development debate in the public agenda as well as proposing a new theoretical approach called "structuralist macroeconomic development".

**Keywords:** development; New Developmentalism; economic policy.

**JEL Classification:** O10.

---

### INTRODUÇÃO

Passada mais de uma década, é possível analisar os anos 1990 com maior clareza e consistência, especialmente do ponto de vista das escolhas econômicas e políticas feitas pelo Brasil. Buscando enfrentar a grave crise que afetava o país desde o início dos anos 1980, adotou-se naquele momento um conjunto de políticas macroeconômicas com o objetivo de estabilizar a economia e recuperar o crescimento.

Em grande medida, pode-se afirmar que essas políticas estavam fortemente influenciadas pelo ideário político emanado dos países centrais e consubstanciadas no chamado "Consenso de Washington". Em linhas gerais, esse consenso definiu que a melhor estratégia de enfrentamento da crise, por parte dos países

periféricos, seria desregular suas economias como forma de atrair novos investimentos externos e possibilitar a livre mobilidade dos capitais.

Além disso, definiu-se como essencial a liberalização econômica, de modo a possibilitar uma ampliação do comércio internacional, bem como o estímulo de programas de privatizações de empresas estatais, como forma de atacar os problemas fiscais dos estados nacionais. Dessa forma, acreditava-se que o tripé básico "liberalização comercial", "desregulamentação financeira" e "privatização das empresas estatais" seria capaz de levar automaticamente os sistemas econômicos a um patamar de crescimento superior aos níveis verificados durante o período das crises.

O Brasil adotou essa estratégia mais explicitamente e de forma articulada a partir de 1994 com o Plano Real, cujo principal objetivo era debelar o processo inflacionário e garantir a estabilidade macroeconômica através da estabilidade dos preços. Embora esse último aspecto tenha sido atingido, as contradições presentes na política econômica adotada a partir de então colocaram em questão a opção entre recompor simplesmente o crescimento econômico ou retomar o desenvolvimento do país. Este último caminho exigia a construção de estruturas sustentáveis de expansão das atividades econômicas, bem como o fim da exclusão social com eliminação da pobreza e da miséria que afetava quase metade da população brasileira naquela época.

Sabe-se que o caminho escolhido pelo país entre 1995 e 2002 (Governo FHC) foi o de estabilizar a economia, através da adoção de uma política de juros extremamente elevada, comparativamente a outros países em situação idêntica. Com isso, segundo Bresser-Pereira & Nakano (2002), construiu-se a armadilha dos juros que levou a um equilíbrio perverso em que a política econômica tornou-se incapaz de estimular a retomada do desenvolvimento. Em grande medida, esse problema foi se agravando diante da escolha do país de tentar recuperar o crescimento econômico via poupança externa.

Essa estratégia proposta pelos países desenvolvidos e pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e aceita servilmente pelos países periféricos foi um dos principais impeditivos para que não tivesse sido viabilizada a retomada do desenvolvimento ainda na década de 1990. Com isso, "o plano econômico brasileiro fracassou não apenas porque não logrou retomar o desenvolvimento: na verdade, não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixa uma herança pesada para o futuro governo em termos de altas dívidas — interna, ou do Estado, e externa, ou do país — e de altos déficits — público ou do Estado, e externo, ou da nação. Dívidas e déficits que se espelham nas mais altas taxas de desemprego que o país já teve" (Bresser-Pereira, 2002, p. 364).

Dessa maneira, observa-se que ao final do século XX o Brasil não conseguiu atingir, simultaneamente, a estabilidade macroeconômica e retomar o desenvolvimento. Em grande parte, é sobre essa agenda que as discussões definidas como "Novo Desenvolvimentismo" foram sendo realizadas na primeira década do século XXI. Para tanto, o principal objetivo deste estudo é recuperar a gênese desse debate. Além dessa breve introdução, o artigo contém mais três seções. A primeira delas busca mapear a gênese do "novo desenvolvimentismo", identificando personalidades e/ou escolas de pensamento econômico envolvidas nesse processo. A segunda seção destaca as principais questões teóricas em debate e as proposições de política econômica do grupo de pesquisadores autodenominados de "novos desenvolvimentistas". Nas considerações finais — terceira seção — sistematizam-se os principais pontos desse debate, ressaltando-se a emergência

recente de uma nova abordagem teórica denominada de "macroeconomia estruturalista do desenvolvimento".

## **GÊNESE DO DEBATE SOBRE O NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO**

Esta seção tem por objetivo identificar os principais locais onde o debate sobre o "Novo Desenvolvimentismo" vem ocorrendo com maior consistência, bem como sistematizar as principais questões em discussão. Após organizar e sistematizar um conjunto de textos, artigos e livros produzidos, chegamos à conclusão de que atualmente existem três grupos de pesquisadores, basicamente, que alimentam esse debate de forma mais organizada, procurando influenciar as decisões econômicas do país. Registre-se que muitos dos integrantes desses grupos acabam tendo participações sobrepostas, conforme explicaremos mais adiante.

Um primeiro grupo identificado de "novos desenvolvimentistas" encontra-se na Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira. Embora no início das discussões o professor Bresser-Pereira tenha focado suas análises nas inconsistências da política econômica, atualmente se transformou em um dos principais nomes nos debates sobre "novo desenvolvimentismo", inclusive apresentando recentemente uma matriz teórica para a interpretação da temática<sup>1</sup>.

A trajetória da produção acadêmica desse grupo pode ser dividida em três momentos distintos, muito embora o próprio professor Bresser-Pereira goste de afirmar que há mais de trinta anos está estudando o assunto. No primeiro momento destacamos alguns textos<sup>2</sup>, cujo foco diz respeito à análise da política econômica adotada após a estabilização econômica (Plano Real). Partindo do pressuposto de que os oito anos do Governo FHC (1995-2002) foram frustrantes no plano econômico, afirma-se que a causa desse mau desempenho se deve "ao erro de agenda, pois ao invés de definir o desequilíbrio externo como o principal problema a ser enfrentado, o governo continuou a dar prioridade a um problema já basicamente equacionado — o da inflação" (Bresser-Pereira, 2002, p. 360).

Em grande medida, o autor explica essa opção a partir de dois elementos: por um lado, o país seguiu acriticamente a receita de subdesenvolvimento do Segundo Consenso de Washington<sup>3</sup> e, por outro, a alienação das elites que, da mesma forma que reproduzem os padrões de consumo do centro, reproduzem também suas ideias. No primeiro caso, estimulou-se como estratégia de desenvolvimento que países altamente endividados, como era o caso do Brasil, deveriam se endividar ainda mais. Para tal, foi necessário realizar um forte ajuste estrutural das economias, orientando-as para o mercado (ajuste fiscal rigoroso; abertura comercial e financeira; privatização de empresas estatais etc.). Assim, ao contrário dos anos 1970, quando o Brasil se desenvolveu com dívida, agora deveria se desenvolver com poupança externa e, se possível, com investimentos diretos externos<sup>4</sup>.

O segundo elemento diz respeito ao comportamento das elites que, segundo o autor, demonstraram-se incapazes de definir e defender o interesse nacional. Isto ocorreu porque as elites brasileiras continuam incapazes de se identificar com a nação. Por isso, o autor concluiu que, enquanto a população mais pobre avançou em sua compreensão do mundo atual, as elites retrocederam fortemente nos últimos 20 anos. Essa perda de rumo das elites foi fortemente potencializada após a crise do Estado desenvolvimentista na década de 1980.

A adoção dessa política econômica interessava, segundo o autor, aos países ricos (justificavam seus superávits comerciais); aos bancos internacionais (que podiam emprestar grandes quantidades de recursos a elevadas taxas de juros); e a alguns segmentos locais (que se beneficiavam da própria política econômica).

A partir dessa interpretação o autor avança no sentido de mostrar que essa estratégia de política econômica levou à "armadilha da taxa de juros e da taxa de câmbio". Tal armadilha consiste no fato de que toda vez que o Banco Central (BC) baixa os juros, a taxa de câmbio aumenta, fazendo com que a inflação retome a trajetória ascendente<sup>5</sup>. Da mesma forma, quando reduções nas taxas de juros induzem a novas expansões do crescimento, cresce o déficit em conta-corrente. Como esses déficits são financiados por capitais especulativos atraídos por elevadas taxas de juros, a armadilha torna-se ainda mais perigosa. Finalmente, as taxas de juros elevadas também atuam desfavoravelmente aumentando a dívida pública de um Estado normalmente bastante endividado.

Esses mecanismos de política econômica (altas taxas de juros e elevado endividamento público) promovem uma brutal transferência monetária para os setores rentistas, além de impedir o pleno emprego e inviabilizar a retomada do desenvolvimento.

A partir dessas interpretações da política econômica, o momento seguinte dos trabalhos desse grupo de pesquisadores passou a ser a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento para o país<sup>6</sup>. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico relacionado com a formação dos Estados-nação e com os mercados, uma estratégia nacional desenvolvimentista deve combinar o uso dos recursos disponíveis com as instituições existentes no sentido de promover uma concertação de interesse dos agentes socioeconômicos visando atingir o objetivo geral, ou seja, a melhoria do padrão de vida de toda a população.

Para tanto, rejeita-se o reducionismo ideológico que frequentemente é utilizado pelo saber convencional para opor o "desenvolvimentismo" (por ser inflacionário) ao pragmatismo ortodoxo (defensor da estabilidade macroeconômica). Esta é uma falsa contradição, uma vez que a defesa da estabilidade macroeconômica também é uma das condições básicas para a construção de uma estratégia nacional desenvolvimentista.

Assim, uma agenda desenvolvimentista pressupõe Estado e mercado fortes. Um Estado forte pressupõe a adoção de um conjunto de políticas (industrial, tecnológica, reforma agrária, crédito, emprego etc.), além de um sistema de proteção social capaz de diminuir as distâncias entre o povo e as elites, ao mesmo tempo em que sejam criadas as condições para que os mercados funcionem. Porém, como alertam diversos estudos desse grupo, essa agenda desenvolvimentista continuará bloqueada enquanto o principal obstáculo da política econômica não for removido: a armadilha da taxa de juros e do câmbio, ou seja, a política de desenvolvimento baseada na poupança externa e na abertura da conta capital, que leva o país a perder o controle sobre o mais importante preço macroeconômico da economia (taxa de câmbio). Para que ocorra a retomada do desenvolvimento, "será preciso coragem para enfrentar os interesses dos rentistas e do mercado financeiro e a ortodoxia convencional em que se apoiam" (Bresser-Pereira, 2004, p. 630).

A partir do diagnóstico dos problemas da política econômica e da interdição da agenda desenvolvimentista, o grupo liderado pelo professor Bresser-Pereira passou a defender um novo projeto desenvolvimentista para o país<sup>7</sup>. Registre-se que é

neste momento que as questões teóricas e de escolha de política econômica passaram a ficar mais claras. Grande parte dos artigos citados na nota número 6 faz uma oposição entre as proposições da chamada Ortodoxia Convencional<sup>8</sup> e as propostas defendidas pelos "novos desenvolvimentistas".

Num primeiro plano, mostra-se que toda estratégia emanada da escola convencional pressupõe que a retomada do desenvolvimento se dê apenas pelo caminho do crescimento com poupança externa e pela abertura da conta capital. Em termos ideológicos, a ortodoxia convencional "quer fortalecer o mercado pelo enfraquecimento do Estado, como se houvesse um jogo de soma zero entre as duas instituições [...] na verdade é a reação prática contra o crescimento do aparelho do Estado [...] é a ideologia de direita, dos mais poderosos, da alta burguesia e da alta tecnoburocracia" (Bresser-Pereira, 2006, p. 17).

Além disso, considera-se também que a ortodoxia convencional só recentemente passou a considerar as instituições como relevantes. Todavia, essas instituições adquirem valor apenas na perspectiva de que sejam garantidos os contratos e o bom funcionamento dos mercados. Na verdade, a ortodoxia apresenta uma proposta bem simplista: "basta que as instituições garantam a propriedade e os contratos, ou mais amplamente, o bom funcionamento dos mercados, que estes promoverão automaticamente o desenvolvimento" (Bresser-Pereira, 2006, p. 18).

Somam-se aos dois aspectos anteriores outros fatores essenciais. Por exemplo, na questão da reforma do Estado, a ortodoxia vê nela a oportunidade de reduzir seu papel junto à sociedade. Já no âmbito do mercado de trabalho, essa escola de pensamento econômico defende a flexibilidade das relações trabalhistas como tática para retirar direitos dos trabalhadores e, com isso, precarizar a força de trabalho, pagando baixos salários. Finalmente, no âmbito das políticas econômicas é que grandes diferenças aparecem entre a sabedoria convencional e os "novos desenvolvimentistas", especialmente nos instrumentos promotores da estabilidade macroeconômica, que para os últimos vão muito além da garantia de superávits primários de um papel único do Banco Central de controlar a inflação, via mecanismo da taxa de juros.

A partir dessa contraposição, passou-se a definir uma agenda desenvolvimentista para o país, tendo dois horizontes de ação. Por um lado, altera-se a concepção de estabilidade macroeconômica, destinando outras funções às políticas econômicas e às próprias instituições e, por outro, propõe-se uma nova agenda de desenvolvimento, elencando elementos do "antigo desenvolvimentismo" e adicionando-se a ele elementos do "novo desenvolvimentismo".

Nos últimos anos esse grupo liderado pelo professor Bresser-Pereira passou a enfrentar o debate também no campo teórico, chegando à proposição e formulação de uma nova teoria macroeconômica<sup>9</sup> denominada de "macroeconomia estruturalista do desenvolvimento". Na essência, essa proposição teórica coloca a taxa de câmbio no centro das preocupações sobre desenvolvimento, procurando explicar as relações existentes entre desenvolvimento econômico e taxa de câmbio. O autor acima citado explica essa relação através da metáfora do interruptor de luz, o qual liga ou desliga as empresas competentes da demanda internacional.

Em linhas gerais esse novo arcabouço teórico caracteriza-se, segundo Bresser-Pereira, por duas tendências estruturais que limitam as oportunidades de investimento: a tendência da taxa de salários a crescer menos do que a produtividade e a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio. Além disso, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento está baseada na oportunidade de investimentos voltados para a exportação e na oportunidade de investimentos

voltado para o mercado interno. Este último tema já foi amplamente discutido pela maioria dos autores estruturalistas, especialmente Celso Furtado. Já "a primeira tendência e a manobra intelectual correlata de 'libertar' a taxa de câmbio do nicho da teoria monetária na qual estava escondida ou presa e colocá-la no centro do processo do desenvolvimento econômico são partes essenciais da nova macroeconomia estruturalista do desenvolvimento" (Bresser-Pereira, 2010, p. 8).

Além disso, esse autor afirma também que a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento parte do pressuposto keynesiano de que os principais estrangulamentos ao crescimento e ao pleno emprego localizam-se no lado da demanda, mesmo reconhecendo-se a importância do lado da oferta. Por isso, o fator-chave é saber aproveitar os recursos disponíveis no sentido de aumentar a capacidade de oferta do país.

Esta evolução teórica pode ser sintetizada nas palavras do próprio líder desse grupo explicitadas em seu último artigo: "over the past ten year, in cooperation with a skilled group of Keynesian and structuralist economists, I have been developing a structuralist macroeconomic of development, that is, a demand-side theory of development based on structural tendencies that constrain investment opportunities and limit the rate of growth of developing countries. On the other hand, based on the Latin American experience with national developmentalism (1930-1980) and the past 20 years' growth experience of dynamic Asian countries, we have been drafting a national development strategy: new developmentalism" (Bresser-Pereira, 2011, pp. 493-494).

Por fim, a definição conceitual do tema: "new developmentalism is a third discourse an alternative, on one side, to the Washington Consensus for which the solution of all problems lies in reducing the public deficit, and, on the other side, to the populist approach that views fiscal expansion as such magic solution and is not responsible in Exchange rate terms as it proposes growth with foreign savings. Instead, new developmentism proposes a strategy based on fiscal responsibility and principally foreign exchange responsibility" (idem, p. 494). Esses aspectos serão retomados na segunda seção do presente ensaio.

O segundo grupo de "Novos Desenvolvimentistas" localiza-se no estado do Rio de Janeiro, liderado pelos componentes do grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, do Instituto de Economia da UFRJ<sup>10</sup>. Diversos integrantes desse grupo têm interferido diretamente no debate sobre a política econômica do país e os rumos do desenvolvimento brasileiro, especialmente após o ano de 2002, quando uma nova crise econômica tomou conta da economia e, mais recentemente, na crise global iniciada após o ano de 2008.

Da mesma forma que o grupo anterior, os trabalhos e estudos desses "novos desenvolvimentistas" iniciaram pela questão da política econômica<sup>11</sup>. O ponto de partida desse grupo foi a vulnerabilidade da economia brasileira diante da política econômica adotada pelo Governo FHC (1995-2002), a qual expôs o país a diversas crises, sobretudo na segunda metade dos anos de 1990 e nos anos de 2001-2002. Por um lado, mencionavam-se os problemas decorrentes da vulnerabilidade externa, especialmente os desequilíbrios no balanço de pagamentos e, por outro, destacava-se a estratégia de adoção de taxas de juros elevadas, a qual provocava aumentos da dívida pública e estagnação das atividades econômicas.

O cenário a partir do ano de 2003 mostrou que desde o início o Governo Lula, além de dar seguimento ao modelo de política econômica herdado de seu antecessor e baseado nas teorias ortodoxas, não demonstrou "nenhum interesse em erguer uma arquitetura de instrumentos anti-inflacionários que garantam a estabilidade e, ao

mesmo tempo, não utilizem o desemprego e a produção como metas intermediárias para manter os preços sob controle" (Sicsú, Oreiro e Paula, 2003, p. xx).

Da mesma forma, a política econômica do Governo Lula não dava atenção adequada aos graves problemas com as transações correntes, deixando o país sempre dependente de financiamentos internacionais para equilibrar o balanço de pagamentos, nem aos problemas da volatilidade cambial, uma vez que não existiam controles sobre o movimento de capitais de curto prazo.

Com isso, os autores acima citados alertavam que "a estratégia de continuidade da política econômica não está isenta de riscos, considerando-se a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos e a mudanças nos humores dos investidores externos e domésticos. Do ponto de vista social, significa a submissão das políticas sociais em relação aos ditames de uma política econômica conservadora" (Sicsú, Oreiro e Paula, 2003, p. xxiii).

Essas análises aparecem mais articuladamente no livro *Agenda Brasil*, momento em que se apresentou um conjunto de diagnósticos e propostas com a finalidade de modificar a realidade econômica brasileira, buscando tornar compatível o crescimento econômico e a estabilidade financeira. Observa-se que nesta obra são apresentadas diversas opções de política econômica, todas de cunho eminentemente keynesiano, visando combater a agenda política liberal e ortodoxa. Registre-se que até aquele momento (2003) praticamente não aparecem nos debates a denominação de um modelo "novo desenvolvimentista", apenas a ideia da retomada de crescimento com estabilidade de preços.

A temática "novo desenvolvimentista" só iria aparecer mais claramente nos estudos e trabalhos posteriores desse grupo, especialmente a partir do ano de 2005. Neste caso, destaca-se a publicação do livro *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*, obra organizada por Sicsú, Paula e Michel, e que contou com a participação de diversos pesquisadores, para além do grupo específico do IE/UFRJ, anteriormente mencionado.

Esta obra, prefaciada pelo Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República, apresenta algumas características relevantes. Em termos teóricos, busca-se aliar as concepções keynesianas (e pós-keynesianas) com as concepções (neo) estruturalistas defendidas pela Cepal. Neste caso, os temas das relações entre Estado e mercados e os temas do crescimento e da distribuição mais equitativa do produto aparecem como centrais para um novo projeto de desenvolvimento.

Para tanto, os organizadores do livro definem como centrais para esse projeto as seguintes teses: 1) a existência de um Estado forte e de um mercado forte também; 2) a implementação de políticas macroeconômicas que fortaleçam essas duas instituições; 3) a adoção de uma estratégia nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social; e 4) a manutenção de taxas de crescimento em patamares elevados para reduzir as desigualdades sociais.

Além disso, os autores chamam a atenção de que suas propostas concordam com os pontos levantados pelo grupo paulista de novos desenvolvimentistas, mas que suas preocupações ultrapassam as barreiras da questão da estabilidade macroeconômica, indo em direção a outros pontos igualmente essenciais no debate sobre o projeto de desenvolvimento. Dentre estes, destacam as relações entre as esferas pública e privada; as relações entre economia e a vida social; e as relações entre as dimensões nacional e internacional, considerando-se que propostas específicas em diversas áreas faziam parte do conjunto da obra.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o "Novo Desenvolvimentismo" até aqui discutido pretende ser a construção de um "terceiro discurso" entre a ortodoxia neoliberal e o populismo, com o objetivo de implementar um conjunto de reformas das políticas macroeconômicas e das instituições, visando fortalecer tanto o Estado como o mercado e, com isso, tornar o país mais competitivo no cenário internacional. Trata-se, portanto, de um novo projeto que busca transformar o Brasil em um país desenvolvido no longo prazo. As características desse projeto defendidas por esse grupo também serão discutidas na seção seguinte.

Finalmente, podemos dizer que existe um terceiro grupo de "Novos Desenvolvimentistas" ligado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cuja inserção nesse debate passou a ocorrer mais sistematicamente a partir de 2006-2007, sob a liderança do professor Marcio Pochmann, seu presidente. Desde então essa instituição vem produzindo diversos textos, estudos e livros<sup>12</sup> sobre os diversos problemas envolvidos com a temática do desenvolvimento.

Partindo do pressuposto de que a avalanche neoliberal das décadas de 1980 e 1990 se esgotou, embora ainda prevaleçam políticas econômicas preocupadas apenas com controle da inflação e do orçamento, acredita-se que "começa a haver algum espaço para ações mais abrangentes e ativas dos Estados visando tanto à recuperação do crescimento econômico como ao combate à degradação das condições de vida, ações estas que dizem respeito à viabilidade e à sustentabilidade dos sistemas ambientais, de produção e de proteção social em geral" (Cardoso Jr., 2009, p. 09).

Segundo esse mesmo autor, as questões anteriores recolocam o papel do Estado no centro das discussões sobre os rumos do desenvolvimento, tanto na esfera global como nacional, isso porque o Estado, sendo parte constituinte do sistema social e econômico das nações, é ator decisivo na definição e condução de estratégias de desenvolvimento.

Diante disso, o IPEA conduziu nos últimos anos um grande projeto de estudo envolvendo suas equipes técnicas e pesquisadores de diversas universidades denominado de "Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro". Nestes estudos, procurou-se estruturar as propostas de um projeto de desenvolvimento para o país a partir de sete eixos básicos: 1) inserção internacional soberana; 2) macroeconomia para o pleno emprego; 3) infraestrutura econômica, social e urbana; 4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; 5) sustentabilidade ambiental; 6) proteção social, direitos e oportunidades; 7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

## **A AGENDA "NOVO-DESENVOLVIMENTISTA"**

O debate sobre desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento.

No caso brasileiro, esse debate é retomado considerando-se alguns aspectos fundamentais que deveriam fazer parte de um novo projeto nacional desenvolvimentista, tendo em vista que o modelo que vigorou no pós-guerra visava

industrializar o país de forma protecionista e reservando um papel expressivo ao Estado, o qual não atuou apenas como indutor do desenvolvimento, mas, sobretudo, como investidor e produtor de mercadorias. Os tempos mudaram e os desafios atuais são de natureza distinta. É sobre eles que os "novos desenvolvimentistas" estão construindo uma agenda de debates e um conjunto de proposições, visando apresentar uma estratégia alternativa, tanto à ortodoxia convencional como ao antigo nacional-desenvolvimentismo. Alguns elementos dessa agenda e de sua respectiva estratégia serão discutidos na sequência.

### **Antigo Desenvolvimentismo versus Novo Desenvolvimentismo**

A partir dos anos de 1940-1950 os problemas do desenvolvimento, impulsionados por situações históricas (guerra fria, fim das colônias etc.), ganham espaço nos debates acadêmicos e na própria agenda política. Diante de inúmeros problemas de ordem econômica e social nos continentes asiático, africano e latino-americano, estabeleceram-se medidas que fossem capazes de promover um crescimento mais rápido. Com isso, forma-se um consenso desenvolvimentista que recebeu apoio, inclusive, das políticas implementadas pelos organismos internacionais, como foi o caso da ONU e de seus diversos órgãos internos.

Na América Latina e, em particular no Brasil, adotou-se um modelo de desenvolvimento conhecido como Modelo de Substituição de Importações (MSI), que tinha a finalidade básica de industrializar a região, livrando-a de sua dependência histórica em relação aos países centrais. Para tanto, o Estado foi o grande incentivador desse modelo, ao disponibilizar a rede de infraestrutura básica, bem como viabilizar os financiamentos necessários ao processo de industrialização. Além disso, o próprio Estado participou como produtor industrial em alguns ramos de atividade, especialmente naqueles que possuíam riscos elevados e exigiam quantidades enormes de recursos financeiros.

Esse modelo ficou conhecido como "nacional-desenvolvimentismo", uma vez que buscava promover o desenvolvimento econômico e a consolidação da nação, sendo o Estado o elemento catalisador desse processo. Dessa forma, "o nacional-desenvolvimentismo era uma estratégia patrocinada, de um modo ou de outro, pelos industriais, pelas burocracias públicas e pelos trabalhadores urbanos. Sofreu oposição intelectual dos economistas neoclássicos e oposição política das classes médias liberais e da velha oligarquia, cujos interesses se baseavam na exportação de bens primários" (Bresser-Pereira, 2010, p. 08).

A seguir destacam-se algumas características centrais desse modelo, as quais estão sendo rejeitadas por alguns grupos de "novos desenvolvimentistas". A primeira delas diz respeito ao protecionismo tarifário generalizado destinado ao setor industrial durante a vigência do MSI que "não requereu a absorção e o desenvolvimento tecnológico, contribuindo para incutir no empresariado industrial brasileiro uma *mentalidade protecionista*, que encarava o protecionismo como um fim e não como um meio para que, num determinado horizonte de tempo, se implantasse uma indústria eficiente e competitiva, voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado internacional" (Paula & Oreiro, 2009, p. 06).

O Novo Desenvolvimentismo, ao contrário, entende que a indústria brasileira já está "madura" e, portanto, não faz mais sentido no estágio atual manter um protecionismo indiscriminado que já deveria ter sido eliminado a partir dos anos 1960-1970, período em que a combinação de um modelo exportador com o desenvolvimento do mercado interno deveria ter sido a estratégia que agora está sendo proposta<sup>13</sup>.

A segunda característica diz respeito ao papel do Estado nos dois modelos em debate. Como vimos anteriormente, o Estado foi decisivo na implantação do "antigo desenvolvimentismo" assumindo para si, simultaneamente, as tarefas de planejamento, financiamento e produção de insumos básicos, além da infraestrutura necessária, particularmente nas áreas de energia, transportes e comunicações. Isso exigiu grandes somas de capital, levando à deterioração financeira do mesmo nos anos 1980, quando eclodiu a crise da dívida externa.

Para o Novo Desenvolvimentismo, no atual estágio produtivo não faz mais sentido a existência de um "Estado-empresário". Isto não quer dizer que esteja sendo defendida por esse grupo a ideologia do "Estado Mínimo", ao contrário propõe-se o seu fortalecimento nos campos político, regulatório e administrativo. Maiores detalhes sobre as proposições relativas ao Estado serão desenvolvidos em um item específico.

A terceira característica diz respeito ao papel desempenhado pela política industrial durante a vigência do "antigo desenvolvimentismo". Como vimos anteriormente, apesar do impulso dado pelo Estado, as empresas privadas nacionais praticamente tiveram um papel secundário na industrialização do país, fato que levou a desequilíbrios setoriais importantes, particularmente no setor de bens de capital, além de defasagens tecnológicas e baixa competitividade internacional.

O Novo Desenvolvimentismo entende a importância da adoção de uma política industrial, porém esta deve estar situada no âmbito da política macroeconômica do país com o objetivo de "estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção internacional do país no comércio internacional" (Paula & Oreiro, 2009, p. 07). Outros detalhes sobre este ponto serão discutidos no item relativo à política econômica.

Finalmente, a quarta característica diz respeito ao controle inflacionário e dos déficits fiscais. Durante a vigência do "antigo desenvolvimentismo" houve certa complacência com a inflação, ao mesmo tempo em que se procurou crescer com déficits públicos, os quais causaram graves distorções já na década de 1980. O novo desenvolvimentismo defende tanto o equilíbrio fiscal quanto o controle rigoroso da inflação, porém "não em nome da ortodoxia, mas porque entende que o Estado é o instrumento de ação coletiva da nação por excelência. E se o Estado é tão estratégico, seu aparelho precisa ser forte, sólido e grande; e, por essa mesma razão, suas finanças precisam estar equilibradas" (Bresser-Pereira, 2010, p. 24).

Existem diversas explicações sobre a queda do "antigo desenvolvimentismo", porém duas delas são consideradas como sendo decisivas. Por um lado, a exaustão da estratégia de substituição das importações, uma vez que a excessiva proteção industrial e o baixo grau de inserção no comércio internacional limitaram o crescimento econômico. Por outro, a crise da dívida externa, que contribuiu decisivamente para deteriorar a situação financeira do setor público, limitando suas condições de financiamento, bem como para acelerar o processo inflacionário que tomou conta da economia por quase duas décadas.

## **O papel do Estado**

Vimos anteriormente que sob o antigo desenvolvimentismo o Estado foi o protagonista central, com o empresariado nacional desempenhando um papel secundário na industrialização do país<sup>14</sup>. Ao Estado-nação coube o papel de liderar o processo de desenvolvimento, numa clara oposição em relação à ideologia do *laissez-faire*.

Na estratégia "novo desenvolvimentista" o Estado continua tendo papel de destaque, porém com funções distintas daquelas exercidas no período anterior. Dentre suas principais funções, destacam-se: a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento<sup>15</sup>; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda.

Além disso, a estratégia "novo desenvolvimentista" prevê uma ação forte do Estado na área social com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades. Para tanto, devem ser fortalecidos os programas sociais universais, sobretudo nas áreas de saúde, educação, nutrição e assistência social, combinados com ações focalizadas, como o programa de renda mínima. Todavia, programas de transferência de renda devem ser vistos como ações emergenciais e complementares e não como soluções permanentes. Paralelamente a isso, também devem ser fortalecidos os programas de estímulo à geração de empregos e de qualificação da mão de obra, como forma de inclusão social de importantes segmentos da população que estão à margem da sociedade brasileira<sup>16</sup>.

Finalmente, o novo desenvolvimentismo entende também que o Estado ainda pode investir em alguns setores estratégicos, porém não com base nos endividamentos do passado recente. Isto porque os tempos atuais mostram que também o setor privado nacional deve disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos. Neste caso, caberia ao Estado ser o defensor e garantidor da concorrência capitalista.

### **A concepção de estabilidade macroeconômica**

O ponto de partida nesta questão é estabelecer a diferença entre as proposições da "ortodoxia convencional" e a agenda "novo desenvolvimentista". Segundo Bresser-Pereira (2010b), a ortodoxia restringe o conceito de estabilidade macroeconômica apenas ao controle das despesas públicas e da inflação, ou seja, a uma mera estabilidade de preços.

Através desse fundamentalismo de mercado, a garantia da estabilidade macroeconômica, segundo esse autor, ocorreria da seguinte maneira: o país deve adotar uma meta de superávit primário que mantenha a relação dívida pública/PIB em patamares baixos; a função do Banco Central é controlar a inflação, sendo que para isso dispõe exclusivamente da taxa de juros, que deverá ser alta para debelar a inflação; e o equilíbrio da taxa de câmbio será garantido pelo mercado.

Já o "Novo Desenvolvimentismo" apresenta uma concepção bem distinta que leva à formulação de propostas totalmente diferentes. Para este grupo, a estabilidade macroeconômica deve reduzir as incertezas relativas à demanda futura, bem como fazer utilizar os diversos instrumentos de política econômica de formas múltiplas e coordenadas (Sicsú et al., 2005). Por exemplo, a política monetária não pode ficar restrita apenas ao controle da inflação, enquanto a política fiscal não pode ficar presa exclusivamente à questão do controle do déficit público.

De modo geral, pode-se dizer que os novos desenvolvimentistas defendem ajustes fiscais não como superávit, mas como uma poupança pública que seja capaz de induzir uma redução das taxas de juros e não apenas as despesas correntes. Além disso, ao Banco Central cabem mais duas funções, além do controle da inflação:

manter uma taxa de câmbio compatível com a estabilidade do balanço de pagamentos e estimular e assegurar o pleno emprego (Bresser-Pereira, 2010b).

Uma taxa de câmbio competitiva é essencial para garantir a sustentabilidade do balanço de pagamentos via geração de superávits na conta-corrente, fator que atua positivamente no sentido de expandir as reservas internacionais do país, reduzindo a vulnerabilidade externa e a dependência crescente da poupança externa. Isso porque "o uso da poupança externa como suporte a uma estratégia de crescimento deve ser limitado, uma vez que as evidências recentes de países em desenvolvimento mostram que a longo prazo não há correlação clara entre poupança externa e aumento na taxa de investimento, já que a maior parte da poupança externa é canalizada para o consumo, não resultando num aumento da capacidade produtiva em setores tradables" (Paula & Oreiro, 2009, p. 11).

Neste caso, o equilíbrio do balanço de pagamentos deveria advir da obtenção de saldos comerciais crescentes, o que significa a administração de uma taxa de câmbio capaz de atuar no ajuste da conta-corrente, bem como a adoção de políticas industriais e tecnológicas capazes de, ao mesmo tempo, estimular as exportações e induzir a substituição de importações, sobretudo naqueles setores cuja importação afeta o nível de preços internos.

Além disso, a estabilidade macroeconômica do país requer, ainda, a conformação de um novo desenho no âmbito regulatório do sistema financeiro, visando fortalecer a supervisão e regulação do setor para evitar a volatilidade dos fluxos de capitais. Para tanto, medidas de controle dos fluxos de entrada e de saídas de capitais e de formação de reservas cambiais são decisivas para se garantir a estabilidade.

Essas diferentes estratégias de desenvolvimento se explicitam nos instrumentos de política econômica que cada grupo define como essencial. São exatamente essas diferenças que serão discutidas no item seguinte.

### **Os instrumentos de política econômica**

Partindo do pressuposto de que é necessária uma maior coordenação das políticas para se atingir a estabilidade macroeconômica, o "Novo Desenvolvimentismo" propõe uma agenda de políticas, tendo como foco central a manutenção do controle inflacionário, a administração das taxas de juros e de câmbio e o equilíbrio fiscal, através de um rigoroso controle da dívida pública. Além disso, propõe também a adoção de outras políticas econômicas com o intuito de romper com a estagnação do país, creditando esse problema às políticas oriundas da ortodoxia convencional.

Os pressupostos são de que não haverá crescimento sustentado sem estabilidade macroeconômica e que a raiz da estagnação da economia do país está nas políticas adotadas durante a hegemonia do pensamento neoliberal. Para tanto, é necessário mudar esse modelo de política econômica que, mesmo conseguindo manter a taxa de inflação em patamares baixos, inibe o crescimento do produto, gera desemprego e impede a retomada do desenvolvimento do país.

No primeiro plano, aparece a questão da taxa de juros e suas implicações em relação ao equilíbrio das contas públicas e ao comportamento da taxa de câmbio, conforme já tratamos anteriormente. Criticando o Regime de Metas Inflacionárias (RMI) adotado a partir de 1999, devido à sua rigidez que leva à manutenção da taxa de juros em patamares elevados, bem como o processo de indexação de títulos públicos a taxa básica de juros e a indexação dos preços administrados ao IGP-M, os "Novos Desenvolvimentistas" propõem a flexibilização do RMI a partir de

um arranjo institucional "no qual (1) a meta de inflação seja definida com base no *core inflation*, de forma a expurgar os efeitos de aumentos dos preços de energia e dos alimentos, que são mais suscetíveis a choques de oferta; (2) o prazo de convergência para a meta da inflação seja estendido para 24 meses, de maneira a permitir um ajuste mais suave da taxa de juros nos casos em que pressões inflacionárias do lado da demanda agregada exijam um aumento dos juros; e (3) adoção de cláusulas de escape que permitam à autoridade monetária se desviar da meta inflacionária quando e se certas circunstâncias se fizerem presentes (como, por exemplo, uma queda muito acentuada do PIB devido a um choque de demanda)" (Paula & Oreiro, 2009, p. 19).

Segundo esses mesmos autores, a essa medida devem se somar as seguintes ações: eliminar os títulos públicos pós-fixados por intermédio de uma operação voluntária de *swap*, substituindo esses títulos por títulos prefixados; reformar o sistema financeiro visando extinguir a garantia legal de remuneração dos depósitos em caderneta de poupança, com adoção de um sistema de remuneração flutuante para esse tipo de depósito; e substituir o IGP-M pelo IPCA como indexador dos contratos com preços administrados. Com esse conjunto de medidas os autores acima entendem que estaria aberto o caminho para a redução da taxa de juros doméstica.

O padrão fiscal baseado no superávit primário também é rejeitado pelos "novos desenvolvimentistas", sendo que em seu lugar propõe-se a adoção de um novo regime fiscal<sup>17</sup> que considera, dentre os gastos correntes do governo, o pagamento dos juros relativo à dívida do setor público. Neste caso, são os objetivos da política fiscal que irão determinar a estratégia a ser seguida. Caso se deseje que a política fiscal atue apenas no sentido de reduzir a relação Dívida/PIB, a conta-corrente então será positiva, uma vez que os investimentos públicos serão inferiores à poupança do governo. Ao contrário, quando a política fiscal atuar no sentido de estimular a demanda ou manter o crescimento no longo prazo, os investimentos superarão a poupança e a conta ficará negativa. Essa diferença seria então coberta pela emissão de títulos da dívida pública.

Essa proposta implica a existência de uma coordenação efetiva entre as políticas fiscal e monetária. Este papel deveria ser exercido pelo Comitê Monetário Nacional (CMN), o qual iria estipular tanto a meta de inflação como a meta de superávit em conta-corrente.

Paralelamente a isso, os "novos desenvolvimentistas" propõem, ainda, um regime cambial flutuante administrado, em que o Banco Central (BC) atue no sentido de evitar volatilidades excessivas na taxa de câmbio no curto prazo. Para tanto, sugerem a criação de um Fundo de Estabilização Cambial com recursos do Tesouro Nacional para dar condições às autoridades monetárias de atuar comprando e vendendo moeda quando isso for necessário para manter a taxa de câmbio em equilíbrio.

Isso permitiria que a economia brasileira tivesse uma política cambial competitiva que, além de manter a conta-corrente equilibrada, ajudaria a ampliar a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externos e estimular os investimentos e a própria poupança. Essa política cambial competitiva associada a uma política industrial e tecnológica permitiria ao Brasil ingressar no grupo dos países com exportações de maior conteúdo tecnológico.

Como medida secundária de apoio a esta estratégia de regime cambial foi sugerida a adoção de políticas de controle da entrada de capitais no país, as quais seriam definidas a partir do nível de liquidez na economia mundial. Esta tarefa, para além

da função de controle da taxa de juros, caberia ao BC, que deveria atuar também no sentido de garantir um câmbio competitivo e compatível com o saldo em conta corrente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste texto vimos que o "Novo Desenvolvimentismo" é uma proposta de retomada do desenvolvimento, porém em patamar distinto daquele modelo implantado no passado recente. Embora essa proposta tenha vínculos com o modelo anterior, alguns aspectos são discutidos à luz da realidade brasileira atual. Isso porque o termo "desenvolvimentismo", devido às transformações econômicas e sociais que ocorreram no sistema capitalista nas últimas décadas, tornou-se ultrapassado para alguns autores, sendo necessário dar um sentido novo e inovador ao mesmo.

Neste caso, um dos primeiros aspectos a ser ressaltado é que essas proposições situam-se nas esferas política e filosófica, uma vez que pretendem resgatar o sentimento nacionalista como instrumento de força do projeto desenvolvimentista. Tal sentimento diz respeito a um conjunto de ações de governos, empresários e trabalhadores visando defender seus próprios interesses diante de um cenário global em que empresas industriais e capital financeiro se confrontam ferreamente em busca de maiores taxas de lucros.

Portanto, pode-se dizer que o "novo desenvolvimentismo" nada mais é que um conjunto de ideias que buscam valorizar a política e as instituições enquanto estratégia de construção de um projeto de nação. No plano prático, tais ideias se materializam na conformação de diversas iniciativas de política econômica com a finalidade de romper com o pensamento único emanado a partir da ortodoxia convencional. Por isso, esse grupo autodenominado de "novos desenvolvimentistas" abriga em seu interior pesquisadores de diferentes matrizes do pensamento econômico e social brasileiro.

Outro aspecto que fica evidente neste debate situa-se no campo teórico, onde os novos desenvolvimentistas partem para uma ofensiva em relação à teoria ortodoxa convencional que foi hegemônica no Brasil e em praticamente todos os países da América Latina. Diante da crise que se abateu sobre a região a partir dos anos 1980, tal teoria propôs um receituário para a retomada do crescimento, que foi incorporado acriticamente por praticamente todos os governos dos países da região. Neste caso, destacaram-se as reformas estruturais como instrumento de reencontro com o desenvolvimento. Passadas mais de duas décadas de implementação desse receituário, o continente latino-americano conheceu claramente as dolorosas consequências desse modelo, que tinha o mercado como agente regulador das relações sociais.

Rejeitando o diagnóstico realizado pela teoria convencional sobre os problemas econômicos e sociais, os "novos desenvolvimentistas" apresentam um conjunto de proposições embasadas na teoria econômica keynesiana e na própria síntese estruturalista latino-americana. Tais instrumentos teóricos rejeitam as oposições simplistas da ordem ideológica anterior, destacando que uma nova estratégia desenvolvimentista não pode prescindir, por um lado, de Estado e mercado fortes e, de outro, de um conjunto coordenado de políticas necessárias à efetivação de um verdadeiro programa nacional de desenvolvimento. Estas proposições estão sendo denominadas de teoria macroeconômica do desenvolvimento.

Para tanto, o campo predileto de intervenção ocorre no âmbito da política econômica, momento em que os "novos desenvolvimentistas" apresentam um conjunto de propostas para superar a chamada "macroeconomia da estagnação", representada pela ortodoxia convencional. Neste caso, destacam-se ações no âmbito das políticas fiscal, monetária e cambial, bem como ações na esfera da política industrial, com o objetivo de estabilizar a economia e criar as condições para um crescimento econômico sustentável.

Desta forma, percebe-se que na essência os novos desenvolvimentistas estão propondo a junção de uma filosofia (recuperar o conceito de nação) com uma fundamentação teórica (keynesiana e estruturalista) com o objetivo de construir um novo projeto nacional de desenvolvimento com equidade e justiça social.

Mesmo que muitas dessas questões ainda precisam ser mais bem discutidas com o conjunto de atores sociais a ser envolvido na construção desse "novo projeto nacional de desenvolvimento", ressalta-se a importância da contribuição desempenhada pelo grupo "Novo Desenvolvimentismo" no sentido de reacender o debate sobre o desenvolvimento no Brasil. Resta saber quais as possibilidades e forças que suas concepções teóricas e de política macroeconômica têm para responder aos dilemas históricos do Brasil, tanto em termos de afirmação política enquanto nação autônoma como em termos ideológicos diante da força do pensamento econômico conservador que foi dominante ao longo das últimas décadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, C. P. & D'AVILA, J. G. (2009) "O debate do desenvolvimento na tradição da heterodoxia brasileira", *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro v. 13. n. 2. p. 173-199. [ [Links](#) ]

BENECKE, D. (2003) "Uma economia social de mercado: uma orientação para o Brasil?", in BENECKE, D.; NASCIMENTO, R. *Opções de Política Econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer. [ [Links](#) ]

BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C., orgs. (2002) *Políticas para a Retomada do Crescimento: Reflexões de Economistas Brasileiros*. Brasília: Ipea/Cepal. [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L.C. & NAKANO, Y. (2002) "Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3. [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2003) "Macroeconomia do Brasil Pós-1994". *Análise Econômica*, v. 21, n. 40. [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2004) "Propostas de desenvolvimento para o Brasil", *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, outubro a dezembro. [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006) "O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional", *São Paulo em Perspectiva*. v. 20. n. 3, julho a setembro. [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L. C. 2010) "Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina". FGV-SP (Texto para Discussão n. 274, novembro). [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L. C. & GALA, P. S. (2010) "Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento". FGV-SP (Texto para Discussão n.275, Novembro). [ [Links](#) ]

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2011) "An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics", *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 31, n. 3 (123), p. 493-502. [ [Links](#) ]

CARDOSO JR., J. C., org. (2009). *Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro: Contribuições do Conselho de Orientação do IPEA*. Livro I. Brasília: IPEA. [ [Links](#) ]

CASTELO BRANCO, R., org. (2010) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. [ [Links](#) ]

FERRARI FILHO, F. (2003) "Uma agenda econômica pós-keynesiana para a economia brasileira: da tríade mobilidade de capital, flexibilidade cambial e metas de inflação à proposição de uma estratégia econômica alternativa", in BENECKE, D.; NASCIMENTO, R. *Opções de Política Econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer. [ [Links](#) ]

FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. (2003) *Liberalização Econômica e Desenvolvimento: Modelos, Políticas e Restrições*. São Paulo: Futura. [ [Links](#) ]

JUNGSMANN, R.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. (2010) "O que é o novo-desenvolvimentismo?" Blog de José Luis Oreiro. acessado em agosto de 2010. [ [Links](#) ]

NAKANO, Y. (2010) "O que falta para sustentar o crescimento", *Jornal Valor Econômico*, março. [ [Links](#) ]

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F.; SOBREIRA, R., orgs. (2009) *Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação: Teoria e Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV. [ [Links](#) ]

PAULA, L. F. "Uma alternativa de política econômica para o Brasil", in Cadernos Adenauer. IV (2003) n. 2. *Reformas das Políticas Econômicas: Experiências e Alternativas*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer. [ [Links](#) ]

PAULA, J. A. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica (2005). [ [Links](#) ]

POCHMANN, M. (2010) *Desenvolvimento e Perspectivas para o Brasil*. Brasília: Ipea. [ [Links](#) ]

SICSU, J.; OREIRO, J. L.; PAULA, L. F., orgs. (2003) *Agenda Brasil: Políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*. Barueri: Manole. [ [Links](#) ]

SICSU, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (2005) *Novo-Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Rio de Janeiro: Manole. [ [Links](#) ]

SICSU, J. & CASTELAR, A., orgs. (2009) *Sociedade e Economia: Estratégias de crescimento e Desenvolvimento*. Brasília: Ipea. [ [Links](#) ]

SICSU, J. & VIDOTTO, C., orgs. (2008) *Economia do Desenvolvimento: Teoria e Políticas Keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier. [ [Links](#) ]

1 Uma resenha da produção sobre essa temática encontra-se em Bresser-Pereira (2011).

2 Destacam-se os textos *Macroeconomia do Brasil pós-1994* (2003); *Macroeconomia Pós-Plano Real: as relações básicas* (2005); e *Financiamento para o subdesenvolvimento* (2002).

3 O autor considera "Consenso de Washington" a política norte-americana da década de 1980 em relação aos países altamente endividados (crises das dívidas externas). Para ele, o Segundo Consenso de Washington é a dimensão internacional do primeiro.

4 Bresser-Pereira mostra a existência de um mecanismo perverso no desenvolvimento com poupança externa: quanto maiores os financiamentos externos (IDE), mais apreciada se torna a taxa de câmbio, menos estimulantes são as exportações, com mais incentivos ao consumo doméstico, que reduz a poupança interna. Com isso, mantém o nível do déficit em conta-corrente, exigindo-se novos financiamentos. Isso levou a duas crises no balanço de pagamentos: em 1998 e em 2002. Esse mecanismo é perverso justamente porque há limites para um país se endividar.

5 Isso ocorre para acomodar mudanças nos preços relativos derivadas das desvalorizações.

6 Neste caso, destacam-se dois artigos de Bresser-Pereira: *Proposta de Desenvolvimento para o Brasil* (2004 e 2005) e *Estratégia Nacional e Desenvolvimento* (2006).

7 Neste caso, destacam-se os seguintes estudos: *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional* (Bresser-Pereira, 2006); *O Brasil e o novo desenvolvimentismo* (Bresser-Pereira, 2010); *Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina* (Bresser-Pereira, 2010).

8 "A Ortodoxia Convencional é constituída pelo conjunto de teorias, diagnósticos e propostas de políticas que os países ricos oferecem aos países em desenvolvimento, tendo como base a teoria econômica neoclássica, mas não se confundindo com ela porque não é teórica, mas abertamente ideológica e voltada para as propostas de reformas institucionais e políticas econômicas. Sua origem está em Washington onde estão o Tesouro dos EUA e as duas agências subordinadas a este: o FMI e o Banco Mundial" (Bresser-Pereira, 2006, pp. 16,17).

9 Neste caso, destacam-se os artigos: *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento* (Bresser-Pereira, 2010); *Macroeconomia estruturalista e o Novo Desenvolvimentismo* (Bresser-Pereira, 2010); *Structuralist macroeconomics and the new developmentalism* (Bresser-Pereira, 2011).

10 Registre-se que também fazem parte do referido grupo professores da UERJ, UFRGS e UNB. O que os une, na verdade, é que ambos seguem as orientações teóricas keynesianas e pós-keynesianas.

11 Neste caso, destacam-se o livro intitulado *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*, organizado por Sicsú, Oreira, Paula (2003); além de capítulo de Paula (2003) no livro *Reforma das políticas econômicas: experiências e alternativas*, publicado pela Fundação Konrad Adenauer.

12 Neste caso, registre-se os 10 livros (15 volumes) produzidos até o momento no

âmbito do projeto "Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro".

13 A Coreia do Sul, diferentemente do Brasil, adotou como estratégia nacional de desenvolvimento estimular a criação de um empresariado forte e competitivo (Paula & Oreiro, 2009), enquanto outros países asiáticos passaram rapidamente do MSI para um modelo exportador (Bresser-Pereira, 2010).

14 Para Paula & Oreiro (2009), a ausência de uma burguesia nacional forte foi um dos aspectos críticos da estratégia nacional-desenvolvimentista.

15 Segundo Paula & Oreiro (2009), políticas de caráter defensivo incluem aquelas que reduzem a sensibilidade do país às crises cambiais, enquanto políticas pró-crescimento dizem respeito às medidas de promoção do pleno emprego, especialmente nos períodos recessivos.

16 Os dois últimos parágrafos foram sistematizados a partir de Paula & Oreiro (2009).

17 Os novos desenvolvimentistas chamam esse regime de "meta de superávit em conta-corrente do governo".

### **Centro de Economia Política**

**Rua Araripina, 106  
CEP 05603-030 São Paulo - SP  
Tel. (55 11) 3816 6020**



ceciliaheise46@gmail.com

## **XXV - J.SACHS**

### **Taxar os ricos é crucial para modelo de desenvolvimento sustentável'**

**Jeffrey Sachs acha que Rio+20 será 'histórica' se nações adotarem Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Flávia Barbosa - Publicado: 18/04/12 - 22h01

RIO — Aos 58 anos, o economista Jeffrey Sachs é uma referência internacional quando o assunto é desenvolvimento. Há mais de 20 anos dedicado à construção de políticas de combate à pobreza, ele dirigiu por quatro anos o projeto das Nações Unidas "Objetivos do Milênio". Na última década, Sachs mergulhou no tema dos efeitos das mudanças climáticas sobre o desenvolvimento. Diretor do Earth Institute da Universidade Columbia, em Nova York, e conselheiro especial do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, o economista advoga que o nível e o padrão atuais de consumo são incompatíveis com o bem-estar no longo prazo e que são necessárias mudanças imediatas.

Sugere taxar ricos e grandes corporações e eliminar subsídios ao petróleo. Sachs vê na Rio+20 a oportunidade única de os líderes globais darem o primeiro passo, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em quatro vertentes: erradicação da pobreza extrema, sustentabilidade ambiental (nas áreas de energia, produção agrícola e urbanização), sociedades inclusivas e boa governança.

— Se isso for acordado, a Rio+20 será histórica. Se não tivermos nem os objetivos, continuaremos no caminho ruim — diz Sachs em entrevista ao GLOBO.

## **O GLOBO: O senhor defende que estamos à beira do colapso do nosso ecossistema. Por que isto ocorre e quais consequências já enfrentamos?**

**JEFFREY SACHS:** A ideia-chave que todos devem entender é que entramos no Antropoceno. A atividade humana no planeta exige tanto do ambiente natural que alterou dramaticamente os principais sistemas da Terra. Fizemos isso inadvertidamente, como subproduto do crescimento da economia e da população. Temos sete bilhões de pessoas, e outro bilhão chegando até 2024, produzindo, em média, US\$ 10 mil, uma atividade econômica global de US\$ 70 trilhões. Isso é tão grande que está desordenando o clima, acabando com a reserva de água, destruindo habitats, poluindo grandes cidades. O mundo está avançando na agenda do crescimento, o que é compreensível, mas sem prestar atenção à ameaça que isso representa. Por isso a Rio+20 é tão essencial.

## **Por que é tão difícil para os governos e a sociedade reconhecerem que vivemos uma crise e trabalharem em soluções? Falta liderança?**

**SACHS:** Todo mundo vê sua situação econômica, olha para o grupo que está logo acima e pensa: por que não posso ser assim? Isso leva a uma cadeia de desejo e pressão global, e é o impulso mais profundo à política em todos os lugares, que é aumentar as condições materiais. E, incrivelmente, até as pessoas mais ricas estão desesperadas para ficarem mais ricas. Isso parece estar estruturalmente enrustado em nossa mentalidade e na dos políticos. Não conheço um sistema político que não coloque a expansão do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e riquezas produzidas em um país) no centro dos objetivos da nação.

## **Temos o Botão.**

**SACHS:** É extraordinário que um país tenha parado e dito: vamos pensar no real objetivo do nosso desenvolvimento; não é dinheiro, é o bem-estar do ser humano, vamos pensar em como maximizar a Felicidade Nacional Bruta. Mas o Botão está sozinho, os únicos outros países que caminham nesta direção de alguma forma são as socialdemocracias escandinavas. Para todo o resto, o objetivo central recai sobre crescimento econômico.

## **E há interesses corporativos.**

**SACHS:** Muitas das maiores empresas fazem extração de recursos naturais. As petrolíferas são as companhias mais poderosas do mundo e gastaram muito dinheiro e esforço para minimizar as ameaças das mudanças climáticas. Os políticos ficam divididos entre as pressões da população, que quer mais regulação, e das corporações, que pressionam por menos. Então temos um sério déficit global de consciência e política nesses assuntos (de sustentabilidade).

## **Como mudar os valores da sociedade?**

**SACHS:** Estou tentando começar com o topo da cadeia, os mais ricos. Porque se você começa pelos pobres, dizendo “ah, não queira tanto”, é injusto e indesculpável. Mas se milionários e bilionários agem de forma usurpadora (de recursos), não há desculpa. Estudos mostram que diretores-executivos de grandes companhias costumam não ter os valores sociais que se esperaria deles, como responsabilidade e honestidade. Há muito narcisismo e ganância, e isso polui os valores da sociedade como um todo. Por isso eu apoiei o movimento Ocupe Wall Street, porque ele aponta para a questão certa. Terá um grande efeito se os ricos começarem a dizer: “temos corresponsabilidade com o resto da sociedade, temos que liderar a promoção de métodos sustentáveis de consumo e produção.”

## **O que é preciso para interrompermos o curso atual e entrarmos em uma era de desenvolvimento sustentável?**

**SACHS:** Energia é o sangue de uma economia, sem o qual ela não funciona. Mas se a energia está sendo obtida do petróleo, do carvão e do gás natural, estamos arruinando o planeta. Então precisamos de uma transição global para um sistema energético de baixo carbono. Isso levará entre 40 a 50 anos provavelmente, mas é algo que requer ação imediata. A segunda tarefa é o fornecimento sustentável de

comida. A produção atual de comida não é sustentável nem suficiente para alimentar mais um bilhão de pessoas. Se pudermos solucionar esses dois problemas, solucionaremos grande parte do desafio da sustentabilidade. Um terceiro desafio é ter sistemas urbanos sustentáveis. O Brasil tem grandes cidades, como São Paulo e Rio, e a China tem mais de cem cidades com um milhão ou mais de pessoas. Essas megacidades são os centros da nossa produtividade, do nosso conhecimento. Mas muitas são profundamente poluídas, com grandes favelas e condições precárias de vida. Felizmente, quando se analisa o que pode ser feito — energia solar e eólica, uso de sementes mais eficazes por agricultores pobres —, há muitas soluções. Não nos falta tecnologia. Uma vez que os valores e a objetividade política existam, podemos usar ciência e boa administração para alcançar resultados.

**Apesar de existir a tecnologia, não nos falta dinheiro para implementar planos como esse, sobretudo após a crise?**

**SACHS:** Eu começaria com a taxação dos ricos e das grandes corporações — lembre-se que grande parte dos ganhos de renda nos últimos 25 anos foi apropriada pelos muito ricos. Nos EUA, o 1% no topo leva para casa hoje o equivalente a 23% da renda domiciliar do país. Eles estão vivendo em mansões e têm frequentemente duas, três, quatro casas. Muitos vivem num padrão ostensivo de consumo. Também há muitos subsídios à indústria petrolífera, em comparação ao que há para energia renovável, se é que há algum neste caso. Não é uma surpresa, porque a nova economia não tem poder político.

**O senhor é otimista com a possibilidade de fazermos a transição para esse novo modelo de desenvolvimento?**

**SACHS:** A indústria petrolífera é o mais poderoso lobby nos EUA e no mundo. Trata-se de uma dura batalha, e não estamos ganhando. Não acho que haja alguém muito otimista, pois as coisas não vão bem. O clima já está mudando e já perdemos muitas oportunidades. Temos algumas iniciativas, mas frágeis. A Rio 92 foi um grande sucesso do ponto de vista da legislação internacional, com três tratados sensacionais em mudança climática, biodiversidade e desertificação, mas nenhum dos acordos foi posto em prática.

**Por que é tão difícil colocar os acordos em prática?**

**SACHS:** A legislação internacional é um instrumento muito fraco, mas é o único que temos. Não temos um regime de sanções. Tratados são obrigações que os Estados Unidos, por exemplo, simplesmente ignoram quase completamente. Desde a Rio 92, que aconteceu há duas décadas, (os tratados) estiveram nas mãos de advogados, que argumentam sobre o significado de cada palavra. Não estiveram nas mãos de engenheiros, que realmente fazem algo sobre essas questões. Uma das maneiras pelas quais eu espero acabar com este gargalo é tirar esse assunto, na próxima fase (de mudança de padrões), das mãos dos advogados e tentar colocá-lo nas mãos de uma rede global de cientistas e institutos que proponham soluções práticas para o que Brasil e EUA devem fazer. Se a opinião pública se animar com essa abordagem prática, talvez possamos fazer os políticos assumirem responsabilidade. Esta é uma área na qual vou trabalhar nos próximos três anos quase em tempo integral.

**O senhor acredita que podem sair acordos concretos da Rio+20?**

**SACHS:** Eu espero que os líderes firmem acordo em um grande tema: o mundo precisa de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Eles seriam implementados a partir do fim dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs, em 2015). Se isso for acordado, a Rio+20 será histórica. Se não tivermos nem os objetivos, continuaremos no caminho ruim.

**Quais seriam os principais ODSs?**

**SACHS:** Provavelmente, os líderes mundiais vão, na Rio+20, celebrar acordo sobre a necessidade dos objetivos. Depois disso teremos um ano de discussões para estabelecer quais são os objetivos, e a adoção das metas seria ratificada no âmbito das Nações Unidas em 2013. Na minha opinião, os ODSs deveriam ter quatro pilares. O primeiro seria concluir a erradicação da pobreza extrema. Diríamos que os ODMs foram tão bem-sucedidos que devemos ir até o final, para garantir que todos no mundo tenham uma vida

decente. O segundo seria um conjunto de metas para sustentabilidade ambiental: um sistema energético de baixo carbono, fornecimento sustentável de comida e urbanização sustentável. O terceiro pilar seria sociedades inclusivas, mais igualitárias, sem deixar mulheres, pobres, minorias e regiões para trás. O quarto seria boa governança. Governos de todos os níveis, das comunidades locais à comunidade global, na ONU, devem se comprometer com o alcance do desenvolvimento sustentável. Muitas pessoas sentem que é um pouco ingênuo apenas declarar esses objetivos. Mas a minha experiência diz que declará-los já faz diferença. Vejo os ODSs como complementares aos tratados. Os objetivos são para a sociedade, não para os advogados. Isso é importante porque a sociedade pode se mobilizar e dizer “não gostamos muito dos nossos políticos, não somos advogados, não sabemos o que esta ou aquela palavra significa, mas nos importamos com as vidas de todos e queremos que esses objetivos se concretizem”. E esta é uma força muito mais poderosa do que fazer valer tratados. Por isso precisamos engajar a sociedade civil global nos ODSs.

**O senhor crê que a Rio+20 é uma boa oportunidade para esta mobilização?**

**SACHS:** Acredito, pois é a única oportunidade que teremos de sermos bem-sucedidos!

**E o Brasil, com sua nova classe média consumindo cada vez mais e suas vastas fontes de recursos naturais, qual contribuição pode dar para mudarmos o padrão atual de desenvolvimento?**

**SACHS:** O Brasil tem essa imensa realidade, que é ser uma crescente potência da economia mundial, ter larga participação em assuntos como comida, minerais e energia e liderança em tecnologias de ponta, como a fabricação de aeronaves. O Brasil é, inevitavelmente, um ator importante. E tem uma característica única de ter tudo isso acontecendo em um lugar único em nosso planeta, de incrível biodiversidade, belezas naturais e vulnerabilidades. De uma certa forma, o Brasil é a epítome do desafio do desenvolvimento sustentável. Isso é inescapável para o país, que cada vez mais entende que, se o mundo não fizer sua parte, nem o trabalho interno poderá salvar o Brasil. Por ser esse país tão grande, importante e único, o Brasil tem a responsabilidade da liderança (global). Ao ser anfitrião das duas conferências ambientais mais importantes em duas gerações, a oportunidade está dada e é agora.

**\* Esta entrevista foi antecipada no vespertino para tablet Globo a Mais**

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/rio20/taxar-os-ricos-crucial-para-modelo-de-desenvolvimento-sustentavel-afirma-economista-4683736#ixzz1sRo3F5jw>

© 1996 - 2012. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

**XVI – Gustavo Capdevila**

**La suerte de la Unctad se juega en Doha**

**'Other news' es una iniciativa personal, que tiene el fin de proporcionar material que tendria que estar en los medios, y no esta por los criterios comerciales de la informacion. Esta abierta a recibir contribuciones de todos. Su area de trabajo es informar sobre temas globales, relaciones norte-sur, y gobernabilidad de la globalizacion.**  
**Roberto Savio**

**//Reproducción prohibida, nota enviada a título informativo//**

GINEBRA, 23 abr (IPS) - Una disensión profunda entre países industrializados y en desarrollo amenaza con malograr las sesiones de la Unctad, que se realizan esta semana en Doha, y pone en peligro inclusive la supervivencia de ese organismo de la ONU dedicado a la defensa de las naciones del Sur.

Si fracasamos en la consecución de un acuerdo se percibirá como el cierre del debate sobre el desarrollo y también como el fin de la propia entidad, advirtió el secretario general de la Unctad, el economista y dirigente político tailandés Supachai Panitchpakdi.

Las diferencias entre los bloques, que a grandes rasgos se identifican como países del Norte y del Sur, giran en torno a la misión que le corresponde a la Unctad (Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo) y se concentran en la visión del desarrollo y de su relación con variables sociales, ambientales, económicas y financieras, entre otras.

Por ejemplo, la atribución a la Unctad de un mandato para que investigue la actual crisis financiera global y sus efectos sobre la economía real ha sido rechazada de plano por las naciones industrializadas, dijeron desde la capital de Qatar a IPS fuentes diplomáticas que pidieron reserva de su identidad.

Al respecto, 37 organizaciones no gubernamentales internacionales y 137 nacionales dirigieron el sábado 21, cuando se inauguró la conferencia, un mensaje <http://ourworldisnotforsale.org/es/signon/fortalecer-no-debilitar-papel-unctad-en-gobernanza-mundial-en-pos-desarrollo-sustentable-e-in> a los gobiernos participantes donde resaltan el importante papel desempeñado por la Unctad desde la instalación de la crisis, en 2008 en Estados Unidos, "en la identificación de sus causas principales".

La Unctad asistió a las naciones en desarrollo en la búsqueda de soluciones a los efectos de la crisis y abogó por la reforma de las políticas económicas y financieras mundiales para prevenir nuevos fenómenos similares, dijeron las organizaciones no gubernamentales.

La Unctad es reconocida por haber pronosticado la crisis con suficiente antelación, un hecho elogiado en particular por su escasez de recursos, comparados con otras instituciones multilaterales como el Fondo Monetario Internacional, la Organización Mundial del Comercio y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, que "fracasaron en hacerlo", agregó el mensaje.

Entre las organizaciones de la sociedad civil que hicieron el llamado a los gobiernos en la reunión de la Unctad figuran ActionAid International, la Red Africana de Comercio, la Red Árabe de ONG de Desarrollo, la alianza internacional de 16 agencias católicas de desarrollo conocida como CIDSE, la Red Europea sobre Deuda y Desarrollo, y Amigos de la Tierra Internacional.

También suscribieron la declaración la Alianza Social Continental, la Confederación Sindical Internacional, Oxfam Internacional, Public Services International, la Red del Tercer Mundo, el Instituto Transnacional y el Consejo Mundial de Iglesias.

Durante las negociaciones del texto final de la Conferencia de Doha, la defensa del papel de la Unctad es asumida por China y el Grupo de los 77 (G-77), el bloque del mundo en desarrollo surgido precisamente como consecuencia de la creación del organismo, en 1964 en Ginebra, y que hoy conforman 132 naciones.

El G-77 sostuvo que la Unctad fue establecida para responder a los desafíos actuales y emergentes que afrontan los países en desarrollo y subrayó la necesidad de fortalecer el papel de la ONU (Organización de las Naciones Unidas) en la gobernanza económica y financiera internacional.

En contraste, la Unión Europea (UE) pretende eliminar de la declaración un párrafo que alude a la función de la Unctad para contribuir a las investigaciones de la ONU dedicadas a las causas y efectos de la crisis económica.

Además de la UE, los países industrializados actúan en la Conferencia de Doha representados por el grupo identificado como Juscanz (JZ), que integran Japón, Estados Unidos, Suiza, Corea del Sur, Canadá, Australia, Noruega, Nueva Zelanda y Liechtenstein.

Los dos grupos, UE y JZ, coincidieron en reclamar la eliminación del texto de dos párrafos, uno referido a la crisis global y el otro a la vinculación entre las finanzas y la economía real.

También se oponen a una referencia a la necesidad de regular los mercados financieros y de introducir mecanismos para prevenir y resolver las crisis.

Supachai evidenció criterios discordantes a los de esos grupos, pues su informe presentado el sábado a la conferencia tuvo como eje central la advertencia de los peligros de un proceso de globalización y desarrollo conducido por las fuerzas financieras internacionales.

Las diferencias entre los países en desarrollo y los industrializados aparecen más nítidas cuando se debate sobre los acuerdos alcanzados en la anterior conferencia cuatrienal de la Unctad, celebrada en 2008 en Accra, Ghana.

El G-77 propone ratificar y fortalecer esos acuerdos, de manera que la Unctad pueda continuar con sus actuales trabajos y con la orientación que le imprime su secretaría.

En cambio, el grupo JZ reclama que se elimine toda referencia a la ratificación de Accra y que se decida una revisión del acuerdo.

También los países industrializados rechazan los párrafos sobre manejo y solución de las deudas de países, sobre responsabilidad de los prestamistas y prestatarios, y sobre una salida ordenada de las crisis de esta materia.

El grupo JZ se opuso a la inclusión de un texto que ratificaba la continuidad de los servicios que la Unctad presta al primer esquema de comercio preferencial entre naciones del Sur, a través del Sistema Global de Preferencias Comerciales entre Países en Desarrollo (SGPC).

Creado en 1960, el SGPC está integrado por 42 países y una zona aduanera, el Mercado Común del Sur (Mercosur), formado por Argentina, Brasil,

Paraguay y Uruguay, que, a su vez, son miembros singulares del esquema global.

De la misma manera, los países industrializados cuestionan que la Unctad prosiga prestando asistencia a naciones en desarrollo sobre negociaciones y consecuencias de los acuerdos de comercio regionales.

El grupo JZ demanda la eliminación en la declaración del papel de las políticas de industrialización en los procesos de desarrollo.

También pretende corregir una mención a que las inversiones extranjeras directas contribuyan al desarrollo atendiendo a las prioridades y las normas jurídicas de los países pobres. Intentan que, sobre eso, solo se diga que las naciones en desarrollo tienen que atraer esos capitales.

Las mismas fuentes dijeron que la iniciativa del mundo industrializado privaría a la Unctad de toda participación en temas de comercio y ambiente, como también en el seguimiento de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible, de junio en Río de Janeiro, de trabajos en el área de la economía verde y de investigaciones sobre el clima y el desarrollo.

Respecto de los derechos de propiedad intelectual y el desarrollo, la UE y el grupo JZ pidieron eliminar una referencia al papel de la Unctad en las investigaciones sobre beneficios compartidos en las áreas de conocimientos tradicionales y de recursos genéticos.

Las exigencias de los países industrializados son sumamente altas, y no se conformarán con abandonar Doha con las manos vacías cuando este jueves 26 concluya el XIII período de sesiones de la institución, estimaron las fuentes.

Por eso, los temores de Supachai sobre la suerte de la Unctad no parecen desmedidos, agregó la fuente consultada.(FIN/2012)

---

Este artículo y todos los otros envíos de "other news" están disponibles en <http://www.other-news.info/noticias/>

<http://www.cartacapital.com.br/economia/retomar-a-construcao-interrompida/>

\*\*\*

\*\*\*

**XVII - Discussões recentes – maio/junho 2012-06-16**

**Desenvolvimento x Crescimento, memórias\***

**Ceci Juruá RJ – [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)**

Na linha dos economistas cepalinos, historiadores e sociólogos de vários países latino-americanos aprofundaram a reflexão sobre a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, durante as três décadas que sucederam ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Dentre os sociólogos, um dos nomes mais prestigiados, na época, foi o argentino Jorge Graciarena. É dele que retiro o parágrafo abaixo, que me parece refletir o consenso daqueles tempos e das primeiras décadas em que o desenvolvimento foi objetivo explícito de organizações internacionais e dos governos nacionais latino-americanos.

<<<< Es generalmente admitido que el desarrollo es, a la vez que un crecimiento del sector económico, un cambio en la naturaleza de la sociedad, que supone una nueva y diferente estructura social y un tipo diferente estructura de poder, difícilmente conciliable a largo plazo con un liderazgo más bien tradicional basado en la gran propiedad de la tierra y en

la producción primaria. Es cierto que las oligarquias pueden adaptar-se, pero estas adaptaciones hasta ahora han sido parciales. Las normas de que las élites tradicionales desaparecen con el desarrollo y son remplazadas por élites modernas reclutadas con otros procedimientos y en otros sectores de la sociedad, és válida incuestionablemente a largo plazo. Pero quando se trata de plazos cortos y medios la maleabilidad de las oligarquias y su capacidad de adaptación pueden ser grandes. El desarrollo supone una ampliación en las bases de reclutamiento de la estructura de poder que traciende los límites tradicionales y que se efectúa por medio de mecanismos institucionales que están parcialmente fuera de su control. ... >>> (in Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina, JORGE GRACIARENA).

Minha percepção é que o parágrafo acima reflete, de fato, o que foi o desenvolvimento latino-americano, sobretudo nos grandes países da região, a tríade Argentina-Brasil-México, na passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial centrada na expansão do mercado interno.

Nas décadas de 1960 e 1970, as sociedades dos tres países citados, e o Brasil particularmente, eram qualitativamente distintas do modelo vigente ao longo do século 19, de cunho liberal-dependente e baseado na agricultura de exportação. As mudanças na base econômica foram acompanhadas por mudanças na estratificação social e nos mecanismos de acesso ao poder político. Este foi o nosso desenvolvimento, real e concreto. No Brasil a participação do Estado foi fundamental para a montagem de um novo modelo de organização social, apta ao desenvolvimento, a partir da Revolução de 1930 e até a década de 1990.

Não dispomos ainda, creio, de uma análise bem fundamentada, sobre o caráter reacionário, ou regressivo, das reformas neoliberais, que interromperam o curso daquele modelo de desenvolvimento e visaram, na prática, à reintrodução do modelo primário-exportador, inevitavelmente acompanhado da reorganização das elites oligárquicas e de uma nova

estratificação social, polarizada por milionários e recém-incluídos ou em fase de inclusão (milionários x pobres/miseráveis) e caracterizada por grande mutação nos estratos que formaram historicamente as classes médias.

Qualquer que seja a utopia que venha a prevalecer em nossos países, o esboço de uma nova fase de desenvolvimento deverá incluir não apenas uma certa visão ou cenário de expansão e de diversificação do sistema produtivo, mas também da reorganização dos estratos sociais e de novas formas de organização e exercício do poder político. Não dispomos ainda, coletivamente, sequer da utopia. Cresce no entanto o número de pessoas e de grupos sociais que simpatizam com a idéia de uma integração latino ou sul-americana, horizonte que parece adequado à nossa herança cultural comum e à nossa fraternidade histórica.

\*Anotações sobre o desenvolvimentismo latino-americano, Ceci Juruá.

PAULOTIMM - [www.paulotimm.com.br](http://www.paulotimm.com.br)

Perfeita a lembrança que relembra a divergência, já nos anos 50/60

entre sociólogos e economistas sobre

o caráter do DESENVOLVIMENTO e que acabou se constituindo numa

disciplina : SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO. Rodolfo Stavenhagen,

sociólogo mexicano, na época, foi o grande nome dessa disciplina ,

tendo, inclusive, escrito um célebre ensaio sobre AS SETE TESES

EQUIVOCADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA A.LATINA, inserido no livro

publicado àquela época pela ZAHAR. Este artigo foi extremamente

importante nas "rupturas" da esquerda com a ortodoxia comunista.

Castro, velho professor e amigo, me chamou a atenção sobre esse artigo e o autor me indicando, inclusive, a homenagem ali prestado - no título - ao grande marxista peruano J.C. Mariátegui. Pouco depois, o próprio Castro o homenagearia com os SETE ENSAIOS SOBRE AGRICULTURA

BRASILEIRA. E eu, modesta e provincianamente, tenho mantido tal nomenclatura, hoje em homenagem ao próprio Castro em alguns dos meus artigos, o primeiro deles sobre OS SETE EQUÍVOCOS SOBRE BRASÍLIA, no começo dos anos 70.

Quanto à virada NEOLIBERAL, ainda acho cedo para uma avaliação teórica definitiva. De qualquer forma, uma coisa é certa. Ela não é um fenômeno restrito à América Latina. Tanto que todos os Partidos de esquerda na Europa, coincidindo com a crise no mundo do socialismo real, que não foi apenas POLÍTICA, mas com profundas repercussões no marxismo, acabaram chafurdando no mesmo pântano. De qualquer forma, cumprimentos pela análise.

\*\*\*

Excelente contribuição a sua, Timm, querido amigo.

Sobre os economistas, eu excetuaria Furtado e seus discípulos, que jamais acataram a idéia de que crescimento e desenvolvimento coincidem. Furtado, e outros provavelmente, adotaram a denominação modernização dependente para os períodos em que o progresso tecnológico foi introduzido via importação, como ocorreu na década de 1990. Furtado

particularmente associou o desenvolvimento real à ampliação da democracia e dos graus de soberania. E privilegiou o político, sobretudo o Estado, como vetor social de promoção do desenvolvimento.

Luciano Martins completa a análise de Furtado analisando a anemia da burguesia nacional e sua incapacidade histórica de liderar o desenvolvimento burguês. Ele enfatiza os tempos históricos distintos do centro e da periferia, que <<<< torna difícil a sedimentação de classes dominantes em burguesia>>>> , o traço estrutural representado pela dependência, sobretudo em momentos de internacionalização do capital, e a autonomia da dimensão política, uma conquista histórica nossa, face a dimensão econômica e à dimensão social. Diz Luciano Martins:

<<<<Esse conjunto de características faz com que o Estado não apenas tenda a desempenhar uma função estruturante nessas sociedades em permanente e tumultuada transformação, como passe a desempenhar papel proeminente e decisivo nessas economias, seja enquanto gestor do desenvolvimento, seja enquanto promotor direto. >>>>

Wanderley Guilherme também contribui para essa análise, acrescentando que a anemia e a incapacidade histórica dos segmentos que poderiam constituir a nossa burguesia, são os fatores aos quais se pode imputar a não realização de tres tarefas essenciais ao desenvolvimento capitalista liberal : a educação do povo, a constituição de forças armadas responsáveis pela defesa nacional e de uma burocracia pública (Ver Décadas de espanho e uma apologia democrática).

Não por acaso certamente, o império cortou 'as pernas' do Estado brasileiro através do golpe (midiático, liderado por segmentos das comunicações, aliados a interesses financeiros e minerais ) da eleição de Collor e da decretação, por medida provisória, do programa de desestatização. Cooptou lideranças políticas, corrompendo-as muitas vezes. Todos os partidos políticos - que atuam como filtros para a ocupação de postos no

Estado - se deterioraram, o que torna difícil qualquer reversão pela via democrática. Tratam igualmente de desmoralizar dois importantes segmentos sociais - as Forças Armadas e a Igreja. E ocupam plenamente o controle das comunicações, a mídia falada e impressa. A classe industrial, que poderia ou deveria ser a fração dominante das classes dirigentes, é majoritariamente estrangeira e alinhada com a internacionalização e com a dependência. Alinhou-se também com o rentismo, dirigindo para o setor financeiro parte dos excedentes gerados na produção.

Estudos que tenho feito indicam que a década de 1850 foi aquela em que foi inviabilizada a formação de grupos sociais que poderiam aspirar à liderança burguesa do desenvolvimento capitalista brasileiro. A derrota de Mauá e de seu projeto desenvolvimentista, inspirado acredito no modelo norteamericano, não foram fruto do acaso nem dos mercados, foram uma estratégia bem formulada e bem sucedida para impor à economia brasileira uma trajetória de dependência ditada pelos financistas britânicos. Estratégia formulada em Londres, mas desenvolvida também internamente com o apoio de burocratas do primeiro escalão e de empreiteiros, a nova classe emergente financiada com recursos da dívida externa. Dívida repassada ao Estado e à nação, que acabou levando à bancarrota de 1898.

Ceci Juruá

## **XVIII – RAQUEL LANDIM - O Estado de S.Paulo**

### **A COREIA DO SUL**

As diferentes fases do Cheong-gye, um canal no centro de Seul, capital da Coreia do Sul, são um retrato fiel da revolução vivida pelo país nos últimos 60 anos. Os coreanos deixaram de ser um dos povos mais pobres do mundo depois de o país se tornar o nono maior exportador e o 12.º em poder aquisitivo.

Na década de 50, Cheonh-gye era uma favela ocupada por famílias que fugiam da guerra que dividiu a península coreana. Anos mais tarde, o córrego foi aterrado e deu lugar a uma autopista elevada, que se tornou um símbolo do progresso. Hoje, depois de

uma restauração que consumiu US\$ 900 milhões, o canal se transformou num aprazível parque para a população.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Coreia do Sul saltou de US\$ 70 na década de 60 para mais de US\$ 20 mil hoje. Para explicar o fenômeno e entender se a experiência pode ser repetida no Brasil, especialistas coreanos e brasileiros se reuniram na semana passada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP).

O crescimento coreano é considerado pelos especialistas como um milagre, já que se trata de um país praticamente sem recursos naturais (importa todo o petróleo que utiliza), com alta densidade populacional (20 vezes maior que a brasileira), apenas um quarto das terras agricultáveis (o restante são montanhas pedregosas), que sofreu várias ocupações ao longo de sua história e foi arrasado pela Guerra da Coreia (1950-53).

Para reverter a sorte, os governos coreanos usaram a receita desenvolvimentista completa: escolha de campeões nacionais, financiamento governamental, subsídios bilionários e protecionismo. "Política industrial significa intervenção do governo e seu objetivo é corrigir as falhas do mercado", diz Seung Won Jung, diretor do Banco de Desenvolvimento da Coreia do Sul no Brasil. "Mas é necessário dar subsídios aos candidatos certos, com metas e mecanismos para evitar que se acomodem."

Foram sete planos quinquenais de desenvolvimento entre 1962 e 1996. O governo interferia diretamente, escolhendo setores e fornecendo financiamento e incentivos fiscais, mas fixava metas de crescimento e de exportação. Boa parte dos incentivos fiscais, que permitiam deduzir do imposto de renda gastos com promoção de exportações e investimentos em máquinas, só desapareceu em 1995, quando o país entrou na Organização Mundial de Comércio.

Virada. A reviravolta coreana começou na década de 60, quando o país era uma ditadura, com uma agressiva política de promoção de exportações para bens de consumo leves e intensivos em mão de obra como o setor têxtil. Com a ajuda da desvalorização da moeda, os generais coreanos estabeleciam metas de exportação por empresa. Em reuniões mensais, o próprio presidente cobrava os empresários. Quem exportasse tudo o que havia prometido, recebia reconhecimento público.

Em 1973, o governo anunciou um plano para o desenvolvimento da indústria pesada e do setor químico, com foco em máquinas, navios, eletrônicos, petroquímica e metais não ferrosos. Foram criadas também as ferramentas de apoio: o Banco de Desenvolvimento da Coreia, o Fundo de Investimento Nacional e o Banco de Exportação e Importação da Coreia.

A estratégia deu resultados, com o surgimento de empresas conhecidas mundialmente como Samsung, LG, Daewoo e Hyundai. A participação da indústria nas exportações coreanas saiu de 27% em 1962 para impressionantes 89,1% em 1979. No PIB, a fatia da manufatura subiu de 14,4% para 24,3% no período. Mas também houve aspectos negativos: alta capacidade ociosa, inflação, deslocamento de recursos públicos para a especulação financeira.

Abertura. A partir de 1986, a política industrial coreana sofreu uma mudança importante. Em vez de eleger setores, o governo passou a apoiar atividades que beneficiam toda a economia como pesquisa e desenvolvimento, inovação, automação. O país foi gradativamente aberto às importações e ao investimento estrangeiro. Na década de 90, começa o período de "segyehwa", palavra coreana que significa abertura econômica e cultural e marca o início da internacionalização das empresas do país.

A crise asiática em 1997 pegou a Coreia ainda em um momento delicado. Grandes empresas quebraram, a moeda se desvalorizou e o país foi obrigado a firmar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em nome do bem-estar coletivo, toda a população coreana aceitou uma redução de 10% dos salários e grandes corporações realinharam operações e se submeteram as fiscalizações mais rígidas.

De acordo com a professora da Faculdade de Letras da USP, especialista em língua e cultura coreanas, Yun Jung Im, é relativamente fácil na Coreia do Sul conseguir o apoio popular para uma causa coletiva por causa da história do país, que é marcada por invasões, e das difíceis condições geográficas e de clima. "Existe um grande espírito de coletividade."

Em um texto recente sobre o desenvolvimentismo na Ásia, José Luís Fiori, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que a política industrial asiática, incluindo a coreana, esteve a serviço de uma grande estratégia social e nacional pela conquista ou reconquista de uma posição internacional autônoma e proeminente. "A estratégia econômica asiática não tem nada a ver com o chamado

desenvolvimentismo latino-americano", escreve Fiori. Como todo milagre, a revolução coreana não é simples de copiar.

<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,avanco-coreano-e-visto-como-milagre-918963,0.htm>

## **XIX – Ricardo Carneiro**

### **Desenvolvimentismos**

"Comparar os resultados históricos do período desenvolvimentista com as utopias é um exercício útil, mas parcial", escreve Ricardo Carneiro, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador da Rede Desenvolvimentista, em artigo publicado no jornal Valor, 04-04-2012, debatendo os recentes artigos de José Luís Fiori, economista, sobre o desenvolvimentismo.

**Eis o artigo.**

Ressuscitado contemporaneamente pela incompetência das políticas de inspiração liberal em estimular o desenvolvimento no Brasil, o desenvolvimentismo desperta polêmicas, como na série de artigos de **José Luís Fiori** publicados na editoria de Opinião do Valor.

Neles, **Fiori** busca criticar essa concepção referindo-se tanto ao seu caráter de estratégia de desenvolvimento quanto às reflexões intelectuais da esquerda que lhe deram suporte, originadas no **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, no **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)**, na **Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)** e, após 1970, na **escola de Economia da Unicamp**.

Nesses textos, **Fiori** sugere reiteradamente o caráter conservador e, atualmente, ultrapassado do desenvolvimentismo. Assim, propõe que este só se concretizou no Brasil como uma estratégia fundada numa ideologia de direita, a da segurança nacional. A sua vertente de esquerda seria menos relevante e teria perdido importância desde os anos 1960, pela sua incapacidade de explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil e pela sua cisão política durante o **Plano Trienal**.

No plano das ideias, a despeito da sua simpatia pelas teorias da dependência, **Fiori**

admite a centralidade da escola da Unicamp, que partiu da escola cepalina para reinterpretar o capitalismo brasileiro e fundamentar o desenvolvimentismo após 1970. Já nos anos recentes isto não mais ocorreria, dentre outras razões, porque essa escola teria se dedicado às análises setoriais ou macroeconômicas restritas, orientando-se para formar quadros burocráticos para o governo, sacrificando assim sua capacidade interpretativa. Em [um de seus artigos](#), chega a afirmar que a **Unicamp** se converteu ao "varejo keynesiano e suas deblaterações macroeconômicas".

Para contestar **Fiori** é preciso ter em conta as conjunturas históricas particulares nas quais essas estratégias e teorias ganharam momento. Os anos que vão de 1930 a 1980 expressam uma condição particular do capitalismo que permite, por várias razões, um grau elevado de autonomia do desenvolvimento nacional. No caso brasileiro, isso abriu a possibilidade para a hegemonia das correntes desenvolvimentistas, à direita e à esquerda. A correlação de forças sociais e políticas conformaram, em momentos distintos, os diversos padrões do desenvolvimento do período, nos quais seus diversos matizes tiveram influência variada.

Já os 30 anos que se iniciam nos anos 1980, e que correspondem à ascensão do neoliberalismo, teriam sido difíceis para o desenvolvimentismo e as teorias econômicas que lhes dão suporte, independentemente das suas correntes. Do mesmo modo, o seu ressurgimento atual deve-se menos às ações de economistas e intelectuais e mais à incapacidade do neoliberalismo e de sua política econômica em promover o desenvolvimento.

Hoje, à esquerda ou à direita, as várias correntes desenvolvimentistas que **Fiori** é incapaz de identificar ou distinguir comungam, como no passado, do antiliberalismo econômico. Mas há diferenças relevantes entre elas.

De um lado está o novo desenvolvimentismo, cujo centro de irradiação é a **FGV-SP**, que privilegia as dimensões macroeconômicas das políticas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento e dando maior peso ao papel do mercado. Esta corrente prioriza o desenvolvimento das forças produtivas e o mercado externo, entendendo que a distribuição da renda decorrerá, mas não automaticamente, da primeira, sendo necessário a implementação de políticas que garantam a transferência de ganhos de produtividade aos salários.

Em outro plano, coloca-se o social-desenvolvimentismo, com origem na **Unicamp** e na **UFRJ**. Como a qualificação sugere, nessa estratégia o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do

consumo - de bens públicos e privados - das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado. Em nenhum momento **Fiori** é capaz de enxergar essas diferenças e põe todo mundo no mesmo saco.

A afirmativa de **Fiori** de o que desenvolvimentismo de esquerda teria se convertido ao "keynesianismo de varejo" revela desconhecimento dessa corrente. Tome-se, por exemplo, o documento de fundação da **Rede Desenvolvimentista, "Desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos"**. Nele, estão propostos para discussão temas considerados essenciais para o desenvolvimento brasileiro. No plano internacional são destacados: a reformulação da ordem econômica internacional após a crise financeira, abarcando o futuro do sistema monetário internacional e do padrão-dólar, a organização e a evolução do mercado de matérias-primas, a influência da China na configuração de nova divisão internacional do trabalho e, ainda, a consolidação dos blocos regionais com ênfase na América do Sul.

No âmbito da economia brasileira são postos em relevo temas como: o setor produtor de commodities no desenvolvimento nacional, as possibilidades da industrialização brasileira face à nova divisão internacional do trabalho, e a necessidade de recuperação da infraestrutura nacional e o desenvolvimento regional. Considera-se também o financiamento externo da economia brasileira, o financiamento interno em longo prazo, e os perfis de intervenção do Estado na economia pela ótica da carga tributária, transferências e gastos. Por fim, mas não por último, a estrutura de emprego e mercado de trabalho e as políticas sociais ativas para obter crescimento com distribuição da renda. Tudo isso em um contexto da formulação das estratégias de desenvolvimento, contrapondo Estado e mercado.

Comparar os resultados históricos do período desenvolvimentista com as utopias, como faz **Fiori**, é um exercício útil, mas parcial. Outra tarefa igualmente relevante é avaliar os resultados obtidos, à luz das possibilidades concretas ou alternativas de desenvolvimento colocadas pela história do país. Isto certamente permite enxergar melhor as opções que se colocam em cada conjuntura.

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo discutir a seguinte hipótese: no Governo Lula há o que se pode denominar Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. Portanto, este trabalho é uma crítica aos analistas que identificam três traços distintivos do Governo Lula: (i) grandes transformações (Sader e Garcia, 2010); (ii) reversão de tendências estruturais (Mercadante, 2006); e (iii) predominância da visão desenvolvimentista nas políticas do governo a partir de 2005 (Barbosa e Dias, 2010).

O Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O ND é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; ou seja, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente, no período 1930-80.<sup>2</sup> Na perspectiva da Economia Política, o ND significa deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais (Oliveira, 1981, p. 38).

No plano estratégico o ND tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último aspecto está assentado nos

<sup>1</sup> Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. reinaldogoncalves1@gmail.com.

<http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77>

<sup>2</sup> Entretanto, o pensamento desenvolvimentista pode ser encontrado no Brasil no período colonial, na época do Império e no período republicano que antecede a revolução de 1930 (Fonseca, 2004, p. 226; Luz, 1975; Lima, 1976). Para ilustrar, Alves Branco está associado à industrialização em meados do século XIX, Amaro Cavalcante ao nacionalismo e Rui Barbosa ao intervencionismo no final do século XIX. Pilares do desenvolvimentismo aparecem, por exemplo, no nacionalismo agrário e no intervencionismo antiindustrialista em defesa do café. A análise da gênese e evolução do ND não pode também negligenciar a história intelectual nem as experiências de industrialização e desenvolvimento econômico no mundo. As raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil (nacionalismo, intervencionismo e defesa da indústria) estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico, por exemplo, na Grã-Bretanha nos séculos XVI (Henrique XVII e Elizabeth I) e XVII (Robert Walpole), França no século XVII (Jean-Baptiste Colbert), Estados Unidos no final do século XVIII (Alexander Hamilton) e na primeira metade do século XIX (Henry C. Carey) e na Alemanha no século XIX (Friedrich List).

2

seguintes pilares: (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de *commodities*, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações), e; (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais). Vale notar que o ND reserva papel protagônico para o capital nacional industrial e para o investimento estatal, ainda que conte com suporte do financiamento e investimento externos. Ou seja, em termos estratégicos, o ND envolve mudanças nas estruturas de produção, comércio exterior e propriedade.<sup>3</sup>

No plano da política econômica o ND implica, antes de tudo, planejamento econômico, política comercial protecionista, política industrial pró-ativa (incentivos ao investimento privado na indústria de transformação), investimento estatal nos setores básicos, preferência revelada pelo capital privado nacional e subordinação da política de

estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento.<sup>4</sup> Esta subordinação pode se expressar em política fiscal expansionista, juro real negativo, expansão de crédito seletivo e câmbio diferenciado.<sup>5</sup>

O objetivo central deste texto é demonstrar empiricamente que as estratégias e políticas no Governo Lula têm resultados que são consistentes com o que se pode chamar de Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. Ou seja, no Governo Lula ocorre o “nacional-desenvolvimentismo com sinal trocado” visto que a conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao que seria o projeto nacional-desenvolvimentista. A

<sup>3</sup> Na tradição desenvolvimentista o pensamento da CEPAL dos anos 1950-60 não se posiciona claramente em relação ao papel do capital estrangeiro na industrialização substitutiva de importações (Gonçalves, 1984, p. 349). Neste período, os eixos estruturantes do pensamento cepalino são: desemprego estrutural, deterioração dos termos de troca e desequilíbrio externo.

<sup>4</sup> Ver Bielschowsky (1988, p. 155). No entanto, além de haver controvérsia a respeito do próprio conceito de nacional-desenvolvimentismo, não é evidente o papel secundário da política de estabilização macroeconômica no pensamento desenvolvimentista no Brasil tanto no século XIX como no século XX (Fonseca, 2004, p. 225-226).

<sup>5</sup> No debate atual, no conjunto das 5 principais diferenças entre o antigo Nacional-desenvolvimentismo e o Novo-desenvolvimentismo há duas que se referem à questão da estabilização macroeconômica (Bresser Pereira, 2011, p. 14). Para uma crítica do Novo-desenvolvimentismo, ver Castelo (2010). Na América Latina o neoestruturalismo da CEPAL – transformação produtiva com equidade –, com traços desenvolvimentistas, recebe crítica de Carcanholo (2010.a).

3

análise empírica está dividida em oito partes: estrutura produtiva; padrão de comércio; progresso técnico; origem de propriedade; competitividade internacional; vulnerabilidade externa; concentração de capital; e dinâmica financeira.

### **1. Estrutura produtiva: Desindustrialização e dessubstituição de importações**

A desindustrialização pode ser definida como a tendência de queda da relação entre o valor adicionado na indústria de transformação e o PIB.<sup>6</sup> Nos países em desenvolvimento a desindustrialização é prematura e resulta do viés de deslocamento da fronteira de produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais. Este deslocamento ocorre, principalmente, na fase ascendente dos preços das *commodities* no mercado mundial.<sup>7</sup>

A participação da indústria de transformação no PIB no Brasil reduz-se de 18% em 2002 para 16% em 2010 (IEDI, 2011). A taxa média anual de crescimento do PIB real é de 4,0% no período 2003-10. Neste período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da agropecuária é 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%. Os diferenciais entre estas taxas de crescimento informam, de fato, um processo de desindustrialização da economia brasileira no Governo Lula (Tabela 1, cols. 2-5).

Vale destacar que a participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação mundial caiu de 2,5% no período 1990-99 para 2,3% em 2000-07 (CNI, 2011, p. 15). E, ademais, nestes períodos a participação do Brasil no PIB mundial se mantém estável, enquanto aumentam as participações dos setores de mineração e agropecuária do país nos respectivos valores adicionados nestes setores em escala mundial. Ou seja, em termos comparativos, a fronteira de produção do Brasil tem viés pró-mineração e pró-agropecuária e anti-indústria de transformação.

<sup>6</sup> Este é o conceito predominante no debate (Shafaeddin, 2005, p. 17); ou seja, a questão central é a perda de peso relativo da indústria de transformação. Entretanto, a simples caracterização da desindustrialização como perda de participação da indústria de transformação no PIB é equivocada. Há o processo secular de terciarização das economias ao longo do processo de desenvolvimento decorrente dos diferenciais de elasticidade-renda da demanda. Ademais, desenvolvimento econômico implica *upgrade* da estrutura produtiva via aumento da produção de serviços com alto valor agregado. Portanto, há tendência de redução das participações dos setores primário e secundário no PIB e a elevação da participação do setor

terciário no longo prazo. A discussão sobre mudanças na estrutura produtiva deve levar em conta estas tendências.

<sup>7</sup>No caso de países com nível baixo ou médio de desenvolvimento e com baixa produtividade no setor de serviços (como o Brasil), na análise da evolução da estrutura produtiva cabe confrontar o desempenho da produção na indústria de transformação com o da produção dos segmentos do setor primário. Rowthorn e Coutts (2004) já haviam chamado atenção para a “desindustrialização prematura” na América Latina.

4

No Governo Lula o processo de desindustrialização é acompanhado pela dessubstituição de importações. Um dos fatores que contribui para isto é a liberalização comercial. Para ilustrar, a tarifa média aplicada caiu de 10,9% em 2002 para 9,2% em 2010 (Tabela 1, col. 6). E, há tendência de contribuição cada vez mais negativa das importações (vazamento de renda) para o crescimento do PIB: -1,1% em 2003-06 e -1,6% em 2007-10 (Tabela 1, col. 7).

Os dados para a indústria de transformação também mostram claramente o processo de dessubstituição de importações. O coeficiente de penetração das importações (importações / consumo aparente) aumenta, de forma praticamente contínua, de 11,0% em 2002 para 11,5% em 2003 e 16,4% em 2010 (média móvel 4 anos, Tabela 1, col. 8).<sup>8</sup>

## **Tabela 1**

### **Desindustrialização e dessubstituição de importações: Indicadores, 2002-10**

Valor adicionado real índice Coeficientes (%)

PIB Agropecuária Mineração

Ind.

Transformação

Tarifa média

aplicada

Contribuição

das

importações

para o PIB

Coeficiente de

penetração

das

importações

Ind.

transformação

2002 100,0 100,0 100,0 100,0 10,9 0,4 11,0

2003 101,1 105,8 104,7 101,9 10,5 0,1 10,9

2004 106,9 108,3 109,2 110,5 9,3 0,0 10,8

2005 110,3 108,6 119,3 111,9 8,8 -0,2 10,8

2006 114,7 113,8 124,6 112,9 8,5 -1,1 11,5

2007 121,7 119,3 129,1 119,3 8,4 -1,8 12,6

2008 127,9 126,6 133,7 122,8 8,5 -1,8 14,1

2009 127,1 120,8 132,3 112,7 8,8 -1,2 15,0

2010 136,6 128,6 153,0 123,6 9,2 -1,6 16,4

Fontes e notas: Elaboração do autor.

Cols. 2-5: IBGE.

Cols. 6-7: IPEADATA.

Col. 8: FUNCEX, Coeficiente de penetração das importações = importações / consumo aparente. Consumo aparente = valor bruto da produção + importações – exportações. Valores constantes de 2008.

Cols. 6-8: Média móvel 4 anos.

## **2. Padrão de comércio: Reprimarização das exportações**

No ND a mudança do padrão de comércio significa menor dependência em relação às exportações de *commodities*. No debate sobre comércio e desenvolvimento há destaque para o conjunto de problemas que são próprios as *commodities*: baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção

<sup>8</sup> Vale notar que até na indústria extrativa há aumento do coeficiente de penetração das importações.

Somente na indústria de extração de carvão mineral há queda do coeficiente de penetração das importações. Nos outros segmentos (extração de petróleo, extração de minerais metálicos e extração de minerais não-metálicos) há elevação deste coeficiente.

5

retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa visto que *commodities* se caracterizam por alta volatilidade de preços e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; *dumping* ambiental com redução do nível de bem-estar social; e, *dumping* social com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais.

A participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (média móvel 4 anos) mostra clara e forte tendência de queda (56,8% em 2002 para 45,6% em 2010) (Tabela 2, col. 4). Por outro lado, há tendência igualmente clara e forte de aumento da participação dos produtos básicos (25,5% em 2002 para 38,5% em 2010). A reprimarização é determinada, em boa medida, pelo *boom* de preços das *commodities* na maior parte do período em análise. Entretanto, a tendência de deterioração do padrão de comércio exterior (exportação) é reforçada pela análise da estrutura das exportações de produtos industriais segundo a intensidade tecnológica (Tabela 2, cols. 6-10). A participação (média móvel 4 anos) dos produtos altamente intensivos em tecnologia reduz-se 13,1% em 2002 para 8,8% em 2006 e 8,1% em 2010 enquanto a participação de produtos das indústrias de médio-baixa tecnologia aumenta de 21,7% em 2002 para 24,2% em 2006 e 25,1% em 2010.

## **Tabela 2**

### **Reprimarização das exportações: Indicadores, 2002-10**

#### **(Distribuição % do valor das exportações)**

Produtos segundo o fator agregado Produtos industriais segundo a intensidade tecnológica

Básicos

Semimanufat

urados

Manufaturad

os

Total

Ind. alta

tecnologia

Ind.

médiaalta

tecnologia

Ind.

médiobaixa

tecnologia

Ind. baixa

tecnologia

Produtos

industriai

s total

2002 25,5 15,3 56,8 100 13,1 27,0 21,7 38,3 100

2003 26,6 14,9 56,1 100 12,7 27,2 22,0 38,2 100

2004 28,2 14,5 55,1 100 11,1 27,4 22,5 39,0 100

2005 29,0 14,3 54,7 100 9,7 28,7 23,3 38,2 100

2006 29,3 14,1 54,7 100 8,8 29,6 24,2 37,3 100

2007 30,1 13,8 54,2 100 8,8 29,9 25,0 36,3 100

2008 31,9 13,7 52,1 100 8,7 29,8 25,7 35,8 100

2009 34,7 13,7 49,4 100 8,5 28,7 25,6 37,2 100

2010 38,5 13,7 45,6 100 8,1 28,2 25,1 38,6 100

Fonte e nota: Elaboração do autor. Dados do MDIC. Média móvel 4 anos.

6

### **3. Progresso técnico: Dependência tecnológica**

O ND procura a ruptura com o modelo Centro-Periferia na esfera comercial (novo padrão de comércio via menor dependência em relação as *commodities*), na esfera produtiva (substituição de importações e *upgrade* permanente da estrutura produtiva) e na esfera tecnológica (crescente capacidade de incorporação de tecnologias importadas e de inovação própria). De fato, no ND objetiva-se a industrialização com substituição

de importações e o aperfeiçoamento da estrutura industrial (na direção de produtos de maior valor agregado e maior elasticidade-renda da demanda). Estes resultados dependem, entre outros fatores, do processo de desenvolvimento tecnológico do país. Este processo é determinado por inúmeros fatores como acumulação de capital, investimentos em educação, qualificação da mão-de-obra e investimentos no sistema nacional de inovações. Instala-se, assim, o círculo virtuoso de obtenção de economias de escala e aprendizado e ganhos de produtividade e competitividade. No Governo Lula, além da desindustrialização, dessubstituição de importações e reprimarização, há também o processo de maior dependência tecnológica. O indicador usado é a relação entre as despesas com importações de bens e serviços intensivos em tecnologia e os gastos com ciência e tecnologia no país (Tabela 3, col. 4). Esta relação (média móvel 4 anos) aumenta de 2,4 em 2002 para 2,6 em 2006 e 3,7 em 2010. Ou seja, há duplicação do grau de dependência tecnológica. Este fenômeno se aplica tanto a produtos das indústrias de média e alta tecnologia como a serviços tecnológicos. Na realidade, desindustrialização, dessubstituição de importações e reprimarização podem ser vistos como determinantes da maior dependência tecnológica ou do retrocesso relativo do sistema nacional de inovações.

Vale também notar o extraordinário aumento do déficit tecnológico, definido como a diferença entre o valor das importações de bens altamente intensivos em tecnologia e maior valor agregado e dos serviços tecnológicos (computação, *royalties* e aluguel de equipamentos) e o valor das exportações destes bens e serviços. Este déficit (média móvel 4 anos) aumenta significativamente de US\$ 19,3 bilhões em 2002 para US\$ 60,7 bilhões em 2010 (Tabela 3, col. 7). Em 2010 o déficit tecnológico atinge US\$ 85 bilhões (PROTEC, 2011).

7

### **Tabela 3** **Dependência tecnológica: Indicadores, 2002-10**

Importação de bens da indústria de alta e médiaalta tecnologia / Gastos de P&D						
Total despesa - serviços tecnológicos / Gastos de P&D						
Importação tecnologia (bens e serviços) / Gastos de P&D						
Saldo (exportação menos importação) de produtos da indústria de alta e média-alta tecnologia	US\$ milhões					
Saldo - serviços tecnológicos	US\$ milhões					
Déficit tecnológico	US\$ milhões					
correntes						
2002	2,2	0,2	2,4	-15.674	-3.624	19.298
2003	2,1	0,3	2,3	-13.412	-4.051	17.462
2004	2,0	0,3	2,3	-11.901	-4.169	16.070
2005	2,1	0,3	2,3	-9.482	-4.907	14.389

2006 2,2 0,3 2,6 -9.804 -6.003 15.807  
2007 2,5 0,4 2,9 -13.949 -7.343 21.291  
2008 2,9 0,4 3,3 -24.225 -9.456 33.681  
2009 3,0 0,4 3,4 -33.485 -11.205 44.690  
2010 3,2 0,5 3,7 -46.669 -14.004 60.673

Fonte e nota: Elaboração do autor. Dados do PROTEC. Média móvel 4 anos.

As despesas de importação de bens e serviços tecnológicos (cols. 2-4) usados para os cálculos dos coeficientes são em US\$ constantes de 2010.

#### **4. Origem de propriedade: Desnacionalização**

No ND há preferência revelada pelo capital nacional, público ou privado. O objetivo é reduzir a vulnerabilidade externa estrutural do país na esfera produtivo-real, ou seja, menor dependência em relação às matrizes de empresas estrangeiras no que se refere ao nível dos investimentos, conduta de mercado, estratégias empresariais, desenvolvimento tecnológico, comércio exterior, etc. Neste sentido é que o nacionalismo econômico se manifesta de forma mais evidente. Portanto, no ND procura-se mudar a estrutura de propriedade dos meios de produção via redução da importância relativa das empresas estrangeiras no valor da produção.

No Governo Lula constata-se claramente a ausência deste processo. Há clara tendência da elevação da relação entre as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o PIB (Tabela 4, col. 2). Esta relação (média móvel 4 anos) aumenta 1,9% em 2002 para 2,1% em 2010.

Ainda como indicador da desnacionalização da economia brasileira pode-se usar a distribuição das vendas das 500 maiores empresas segundo a origem da propriedade. Os dados mostram que a participação das empresas estrangeiras cai de 43,6% em 2002 para 41,0% em 2010.<sup>9</sup> Estes números apontam para redução do elevado grau de desnacionalização da economia brasileira. Entretanto, deve-se levar em conta,

<sup>9</sup> A fonte é Revista *Exame. Melhores e Maiores*. Disponível:

<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/maiores/7/2010/vendas>.

8

conforme visto acima, que há desindustrialização e reprimarização no Governo Lula. Estes processos envolvem, na realidade, o maior crescimento de empresas do setor primário da economia. Ademais, cabe destacar que as 3 maiores empresas do país (Petrobrás, BR Distribuidora e Vale) têm peso elevado na economia brasileira. No conjunto, estas 3 empresas representam 13,3% e 16,1% das vendas das 500 maiores empresas em 2002 e 2010 respectivamente. Estas empresas têm suas principais atividades nos segmentos de energia, comércio e mineração, respectivamente. Ou seja, têm forte relação direta ou indireta com o setor primário da economia. As duas primeiras são controladas pelo governo e a última também tem participação estatal e sofre influência governamental. O fato é que estas empresas (Petrobrás e Vale, em particular) são atores protagônicos dos processos de desindustrialização e reprimarização. Cabe, então, descontar a grande influência destas empresas no valor das vendas das 500 maiores empresas do país para se ter melhor aproximação a respeito da evolução efetiva do grau de desnacionalização da economia brasileira.

Em conseqüência, verifica-se que há aumento da participação das empresas estrangeiras no valor das vendas das 497 maiores empresas no país (média móvel 4 anos): 47,8% em 2002 e 48,5% em 2010 (Tabela 1, col. 4). Esta elevação é acompanhada pelas quedas de participação das empresas estatais e das empresas de capital nacional. Na realidade, estas mudanças podem ser vistas como pouco expressivas quando se considera o período de 8 anos do Governo Lula. Portanto, o registro mais apropriado é a ausência de mudanças na estrutura de propriedade das grandes empresas ou, então, a desnacionalização marginal quando se isola a influência das 3 grandes empresas.

Não obstante, a desnacionalização é evidenciada no caso das 50 maiores

empresas brasileiras que constituem o “núcleo central” do capitalismo no Brasil.<sup>10</sup> Neste conjunto há 26 empresas estrangeiras. A participação das vendas destas 26 empresas estrangeiras no valor total das vendas das 500 empresas do núcleo central é 40,0% em 2002, 38,4% em 2005-06 e 41,9% em 2009-10 (Tabela 4, col. 7). O aumento entre 2003 e 2010 ocorre em decorrência da queda da participação relativa das empresas estatais visto que as empresas privadas nacionais mantêm sua participação (25%) relativamente estável no período em análise. Ademais, a participação das vendas das 26 empresas

<sup>10</sup> Este núcleo de 500 empresas inclui as que estão nas listas das 500 maiores empresas (por vendas) em todos os anos do período 2002-2010. A fonte é Revista *Exame. Melhores e Maiores*. Disponível: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/maiores/7/2010/vendas>.

9

estrangeiras do núcleo central no valor total das vendas das 500 maiores empresas aumenta de 17,6% em 2002 para 20,3% em 2010 (Tabela 4, col. 8). Em síntese, no Governo Lula a predominância das empresas estrangeiras no núcleo central do capitalismo no Brasil é evidente e aumenta e, ademais, cresce a importância destas empresas no núcleo moderno (500 maiores empresas).

Há ainda evidência sobre o aumento expressivo do investimento estrangeiro direto (IED) no agronegócio, mineração e, principalmente, extração de petróleo no Brasil no passado recente. No Censo de Capital Estrangeiro de 2000 o setor primário responde por 2,3% do estoque de IED no país. No período 2003-09 o setor primário representa 15,4% do fluxo acumulado de IED neste período.<sup>11</sup> Na medida em que este processo seja mantido, os avanços da desindustrialização e reprimarização são reforçados pela maior desnacionalização da economia brasileira.

Conforme visto mais adiante (seção 7), o processo de desnacionalização está associado ao processo de concentração de capital no Brasil.

#### **Tabela 4**

##### **Desnacionalização: Indicadores, 2002-10**

Distribuição % das vendas das 500 (quinhentas) maiores empresas segundo a origem da propriedade (exclusive Petrobrás, BR Distribuidora e Vale)

Remessas totais de lucros / PIB	Estatal	Estrangeira	Privada nacional	Total
Participação % das vendas das 26 empresas estrangeiras no valor total das vendas das 500 empresas do núcleo central				
Participação % das vendas das 26 empresas estrangeiras do núcleo central no valor total das vendas das 500 maiores empresas				
2002	1,9	8,9	47,8	43,3
2003	1,8	8,4	48,1	43,5
2004	1,7	8,4	48,1	43,4
2005	1,7	8,1	48,4	43,5
2006	1,8	8,2	48,4	43,4
2007	2,0	8,5	48,3	43,2
2008	2,0	8,3	48,5	43,2
	100	40,0	17,6	
	100	39,2	17,3	
	100	38,6	16,9	
	100	38,0	16,7	
	100	38,4	17,5	
	100	41,1	19,2	
	100	42,7	20,2	

2009 2,1 8,4 48,5 43,1 100 43,2 20,8

2010 2,1 8,6 48,5 42,8 100 41,9 20,3

Fontes e notas: Elaboração do autor. Cols. 2-4: média móvel 4 anos; cols. 6-7: média móvel 2 anos (exceto 2002).

Col. 2: BACEN e IBGE (US\$ constante 2010). Cols. 3-6: Revista *Exame Melhores e Maiores*, anual. Cols. 7-10: Inclui 50 empresas que estão nas listas das maiores empresas (por vendas) em todos os anos do período 2002-2010. Revista *Exame. Melhores e Maiores*. Disponível: <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/maiores/7/2010/vendas>.

11 Ver dados em BACEN. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>.

10

## 5. Competitividade internacional: perda

No ND a ruptura com o modelo Centro-Periferia implica substituição de importações, mudança no padrão de comércio na direção de produtos manufaturados e ganhos de competitividade internacional. Este último deriva da industrialização, progresso técnico, ganhos de economias de escala e aprendizado e integração regional no caso de mercados nacionais de pequeno porte. O comércio internacional é visto, também, como canal de transmissão do progresso tecnológico (Furtado, 1967, caps. 15 e 22).

No Governo Lula, constata-se, de um lado, ganhos de competitividade internacional nos produtos primários e, de outro, perda de competitividade nos manufaturados. Para ilustrar este argumento, faz-se análise comparativa entre a evolução do comércio exterior do Brasil na indústria extrativa mineral e na indústria de transformação. O coeficiente de exportações (exportações / valor bruto da produção) aumenta (média móvel 4 anos) continuamente e significativamente na indústria extrativa mineral de 42,3% em 2002 para 68,9% em 2010, enquanto o coeficiente correspondente da indústria de transformação sobe no período 2002-07 e cai em seguida (Tabela 5, cols. 3-4).

### Tabela 5

#### Coeficiente de exportações da indústria (%): 2002-10

Indústria brasileira Ind. de transformação setores segundo a intensidade fatorial

Indústria

Total

Ind.

Extrativa

Ind. de

transformação

total

Escala Mão-deobra

Recursos

naturais

Tecnologia

2002 12,9 42,3 11,6 7,5 5,5 5,1 15,0

2003 14,3 46,1 12,8 8,2 6,2 5,8 15,0

2004 16,0 50,4 14,2 9,1 6,9 6,6 15,0

2005 17,7 53,1 15,7 10,1 7,5 7,3 16,5

2006 19,0 55,4 17,0 11,1 8,1 8,0 18,0

2007 19,7 58,7 17,5 11,5 8,1 8,4 18,9

2008 19,8 60,8 17,4 11,6 7,7 8,4 18,6

2009 19,3 64,8 16,6 11,3 7,0 8,2 16,8

2010 18,7 68,9 15,7 11,0 6,3 7,7 15,3

Fonte: Elaboração do autor. Dados da FUNCEX, valores constantes de 2008.

Notas: Coeficiente de exportações = exportações / valor bruto da produção (%). A classificação das atividades segundo a intensidade fatorial é baseada em Ribeiro *et al* (2008).

As médias dos coeficientes segundo a intensidade fatorial são geométricas. Média móvel 4 anos.

Quando se analisa a evolução do coeficiente de exportação segundo a intensidade fatorial dos produtos, verifica-se que na indústria de transformação as atividades intensivas em recursos naturais experimentam maior elevação relativa (Tabela 5, col. 7). Por outro lado, o coeficiente médio das atividades intensivas em tecnologia sobe no período 2002-08 e, em seguida, retorna aos níveis de 2002-04.

11

A análise da evolução dos coeficientes de importação (importações / valor bruto da produção) mostra a queda praticamente contínua deste coeficiente na indústria extrativa e aumento contínuo e significativo na indústria de transformação a partir de

2006 (Tabela 6, col. 4). De fato, há evidente dessubstituição de importações visto que o coeficiente médio de importações na indústria de transformação (média móvel 4 anos) salta de 10,9% em 2002 para 16,5% em 2010.

Quando se analisa a evolução do coeficiente de importação segundo a intensidade fatorial dos produtos, verifica-se elevação deste coeficiente em todos os grupos. Há incremento, inclusive, nas atividades intensivas em recursos naturais e intensivas em mão-de-obra (Tabela 6, cols. 7-8). Nas indústrias intensivas em tecnologia o coeficiente de importação aumenta 35,2% em 2002 para 48,27% em 2010. Este resultado é convergente com a maior dependência tecnológica do país.

### **Tabela 6**

#### **Coeficiente de importações da indústria (%): 2002-10**

Indústria brasileira Ind. de transformação setores segundo a intensidade fatorial

Indústria

Total

Ind.

Extrativa

Ind. de

transformação

total

Escala Mão-deobra

Recursos

naturais

Tecnologia

2002 13,1 61,1 10,9 10,1 3,1 1,5 35,2

2003 12,8 56,2 10,6 10,2 2,9 1,5 32,1

2004 12,7 57,9 10,4 10,3 2,8 1,5 29,8

2005 12,5 54,6 10,2 10,2 2,8 1,5 28,7

2006 12,9 52,1 10,7 10,7 3,2 1,6 30,5

2007 14,1 51,8 11,8 11,7 3,8 1,8 34,3

2008 15,4 48,0 13,5 13,0 4,7 2,0 39,3

2009 16,5 47,1 14,7 14,1 5,4 2,1 43,3

010 18,2 45,8 16,5 15,9 6,2 2,4 48,2

Fonte: Elaboração do autor. Dados da FUNCEX, valores constantes de 2008.

Notas: Coeficiente de importações = importações / valor bruto da produção (%). Este coeficiente foi calculado indiretamente a partir dos coeficientes de penetração de importações e de exportações. A classificação das atividades segundo a intensidade fatorial é baseada em Ribeiro *et al* (2008).

As médias dos coeficientes segundo a intensidade fatorial são geométricas. Média móvel 4 anos.

A relação entre o coeficiente de exportação e o coeficiente de importação pode ser vista como *proxy* para a competitividade internacional do país. No período em análise esta relação sobe extraordinária e continuamente para a indústria extrativa. Para a indústria de transformação este coeficiente aumenta até 2006 e cai a partir deste ano (Tabela 7, cols. 3-4). Vale notar que o índice de competitividade da indústria de transformação em 2010 é inferior ao de 2002. Este fenômeno abarca todos os grupos de atividades da indústria de transformação segundo a intensidade fatorial, com exceção das atividades manufatureiras intensivas em recursos naturais. Mesmo neste caso há perda de competitividade internacional a partir de 2006. De fato, a perda de competitividade internacional na indústria de transformação ocorre em todos os grupos

12 segundo a intensidade fatorial (Tabela 7, cols. 5-8). A maior perda de competitividade internacional é no grupo de produtos intensivos em mão-de-obra. A partir de 2008 a queda de competitividade também é marcante nos ramos da indústria de transformação que são intensivos em recursos naturais.<sup>12</sup> Ou seja, constata-se perda generalizada da competitividade na indústria de transformação brasileira independentemente da característica quanto à intensidade fatorial.<sup>13</sup>

### **Tabela 7**

#### **Competitividade internacional da indústria brasileira (índice): 2002-10**

Indústria brasileira Ind. de transformação setores segundo a intensidade fatorial

Indústria

Total

Ind.

**Extrativa  
Ind. de  
transformação  
total  
Escala Mão-deobra  
Recursos  
naturais  
Tecnologia**

2002	100	100	100	100	100	100	100	100
2003	113	119	113	108	121	117	108	
2004	127	126	129	119	140	139	118	
2005	144	141	146	133	150	152	134	
2006	149	155	150	140	146	158	138	
2007	143	165	140	134	121	149	129	
2008	131	184	123	121	94	134	111	
2009	119	200	107	109	74	122	91	
2010	105	219	90	94	57	103	74	

Memo: Relação entre o coeficiente de exportação e o coeficiente de importação

2002 0,98 0,69 1,05 0,73 1,74 2,99 0,42

Fonte: Elaboração do autor. Dados da FUNCEX, valores constantes de 2008.

Notas: Coeficiente de competitividade = coeficiente de exportação / coeficiente de importação. A classificação das atividades segundo a intensidade fatorial é baseada em Ribeiro *et al* (2008). As médias dos coeficientes segundo a intensidade fatorial são geométricas (média móvel 4 anos). Índice 2002 = 100.

Outro indicador de competitividade internacional é a participação relativa das exportações de produtos brasileiros no total das importações de produtos manufaturados nos países desenvolvidos. A perda de competitividade internacional é evidente nos produtos manufaturados, com exceção dos produtos com intensidade média em mão-deobra

qualificada e tecnologia (Tabela 8, col. 5). Neste caso a participação média (móvel 4 anos) aumenta de 0,42% em 2002 para 0,44% em 2010. Mesmo neste caso, há perdas significativas no final do período em análise. É interessante observar que a maior queda relativa de competitividade ao longo do período analisado ocorre nos produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra e recursos naturais. Ou seja, a reprimarização das exportações envolve, por um lado, maior competitividade

<sup>12</sup> Estes ramos são: alimentos, bebidas, produtos do fumo, produtos de madeira, celulose, papel e produtos de papel, coque, refino de petróleo e combustíveis e produtos de minerais não-metálicos.

<sup>13</sup> A perda de competitividade internacional do Brasil é explicada pela interação de tendências estruturais (desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização e atraso tecnológico) e políticas macroeconômicas (cambial, tributária e monetária). Com relação aos determinantes macroeconômicos, ver FIESP (2011).

13

internacional em *commodities* (produtos agrícolas, matérias-primas e minerais) e, por outro, menor competitividade em produtos manufaturados intensivos em recursos naturais.<sup>14</sup> Esta divergência implica menor capacidade de geração de renda e emprego no país.

### **Tabela 8**

#### **Competitividade da indústria brasileira nos países desenvolvidos (índice): 2002-10**

**Manufaturados,  
total  
Prods. intensivos  
em mão-de-obra e  
recursos naturais  
Prods. com baixa  
intensidade de  
mão-de-obra  
qualificada e  
tecnologia  
Prods. com  
intensidade média  
em mão-de-obra  
qualificada e  
tecnologia  
Prods. com  
intensidade alta em  
mão-de-obra**

**qualificada e tecnologia**

2002 100 100 100 100 100  
2003 100 102 99 102 97  
2004 104 108 105 107 97  
2005 109 113 114 115 93  
2006 111 114 119 121 91  
2007 112 111 124 123 91  
2008 110 101 118 124 92  
2009 101 88 104 116 91  
2010 94 78 96 106 88

Memo: participação relativa (%) nos mercados dos países desenvolvidos

2002 0,53 0,79 1,03 0,42 0,44

Fonte: Elaboração do autor. Dados da UNCTAD, valores correntes.

Disponível: [http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_referer=&sCS\\_ChosenLang=en](http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en).

Notas: Manufaturados corresponde a SITC 5 a 8 menos 667 e 68. Coeficiente de competitividade = participação das exportações brasileiras no total das importações dos países desenvolvidos. As médias dos coeficientes segundo a intensidade fatorial são geométricas (média móvel 4 anos), exceto 2002 (3 anos). Índice 2002 = 100.

## **6. Vulnerabilidade externa estrutural: Passivo externo crescente**

No pensamento desenvolvimentista a questão central é a relação do país com o resto do mundo. A elevação da capacidade do país de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos é condição necessária para o desenvolvimento. Trata-se do afrouxamento da restrição externa ou, de outra forma, da redução da vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural. No plano estrutural, a redução da vulnerabilidade externa ocorre na esfera comercial com a mudança no padrão de comércio, na esfera tecnológica com o avanço do sistema nacional de inovações e na esfera produtivo-real com a redução do grau de desnacionalização da economia. Resta a esfera financeira internacional. Neste caso, a menor dependência em relação aos fluxos financeiros internacionais torna-se fundamental. Aqui a questão é não somente do

<sup>14</sup> No conjunto do mercado mundial não se constata perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros no período 2002-07. A perda é evidente somente a partir de 2008 ainda que os níveis de competitividade internacional em 2010 continuem, de modo geral, mais elevados do que em 2002. Para ilustrar, a participação dos produtos manufaturados brasileiros no mercado mundial é 0,65% em 2002, 0,84% em 2008 e 0,77% em 2010. Ver UNCTAD, UNCTADstat. Disponível:

[http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_referer=&sCS\\_ChosenLang=en](http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en).

14

desequilíbrio de fluxos (financiamento das transações correntes - vulnerabilidade externa conjuntural), mas principalmente do desequilíbrio de estoques (vulnerabilidade externa estrutural).<sup>15</sup>

No Governo Lula há aumento significativo do passivo externo total do país, que passa de US\$ 343 bilhões no final de 2002 para US\$ 1294 bilhões no final de 2010 (Tabela 9). O passivo externo financeiro – passivo externo menos o valor do investimento estrangeiro direto (participação no capital) – aumenta de US\$ 260 bilhões em 2002 para US\$ 916 bilhões em 2010. Considerando as reservas internacionais da ordem de US\$ 300 bilhões, verifica-se que o passivo externo financeiro do país é 3 vezes o valor das reservas no final de 2010.

O indicador relevante é o passivo externo financeiro líquido, que é igual ao passivo externo financeiro menos as reservas internacionais.<sup>16</sup> Há significativo aumento do passivo externo financeiro líquido, que aumenta de US\$ 222 bilhões em 2002 para US\$ 628 bilhões no final de 2010 (Tabela 9, col. 5). Ou seja, no final do Governo Lula o país estaria “a descoberto” em mais de US\$ 600 bilhões.

Em conseqüência do crescente desequilíbrio de estoque e no contexto do término da fase ascendente da economia mundial em 2008, a economia brasileira experimenta piora significativa e crescente dos desequilíbrios de fluxos do balanço de pagamentos. O saldo da conta de transações correntes em relação ao PIB mostra nítida tendência de queda a partir de 2005 (Tabela 9, col. 7). Este saldo torna-se negativo a partir de 2008.

Um indicador relevante de vulnerabilidade externa financeira é o peso relativo

das remessas de juros, lucros e dividendos – que expressam a magnitude do passivo externo (desequilíbrio de estoque) e a taxa de retorno referente a este passivo.

Considerando que na conta de serviços (não relativos a fatores) o país tem déficit

<sup>15</sup> Não é por outra razão que o tema do endividamento externo é recorrente nos momentos críticos da evolução das economias latino-americanas. No plano da política econômica vale notar que o regime e a política cambial são elementos centrais do desenvolvimentismo. Por exemplo, no século XIX os papelistas eram contrários ao sistema do padrão-ouro que inibia a expansão autônoma da base monetária e do crédito. No século XX os desenvolvimentistas fizeram uso recorrente da política cambial para estimular a acumulação de capital e a industrialização substitutiva de importações. O melhor exemplo é o câmbio múltiplo que abarca processo de via dupla: depreciação cambial para setores que eram foco da substituição de importações e apreciação cambial para bens de capitais e componentes usados nestes setores.

<sup>16</sup> A posição de investimento internacional deduz do passivo externo o total dos ativos externos. Entretanto, do ponto de vista de análise de vulnerabilidade externa financeira não se deve considerar os ativos de brasileiros no exterior, exceto, naturalmente as reservas internacionais do banco central. Em situações de crise, os residentes agem da mesma forma que os não-residentes: além de não trazer, enviam recursos para o exterior.

15

estrutural, a conta geradora de superávits é a balança comercial de bens. Portanto, a relação entre remessas de juros, lucros e dividendos e o superávit da balança comercial revela a dinâmica entre desequilíbrios de estoque e fluxo. Esta relação cai de 162,0% em 2002 para 101,8% em 2007 e sobe para 231,1% em 2010 (Tabela 9, col. 6). O resultado é a crescente hiposuficiência do superávit comercial para cobrir as despesas com o passivo externo. Ou seja, o crescente desequilíbrio de estoque gera crescente desequilíbrio de fluxo de renda de fatores no Governo Lula.

Vale notar que as projeções do FMI são que o Brasil deverá experimentar recorrentes déficits de transações correntes do balanço de pagamentos – de 3,0% a 3,5% – no horizonte 2016. Estes déficits crescem de US\$ 60 bilhões em 2011 a US\$ 120 bilhões em 2016. Isto significa, na prática, expressivo crescimento do passivo externo do país que, provavelmente, superará US\$ 2 trilhões em 2016.<sup>17</sup> Naturalmente, estes indicadores colocam o país em trajetória de risco crescente de crise cambial, financeira, fiscal e real no futuro próximo.

## **Tabela 9**

### **Vulnerabilidade externa: Desequilíbrios de fluxos e estoques, 2002-10**

Passivo  
externo bruto  
(PEB) (US\$  
bilhões)  
Passivo  
externo  
financeiro  
(PEF = PEB -  
PIED) (US\$  
bilhões)  
Ativos de  
reservas  
internacionais  
(RSI) (US\$  
bilhões)  
Passivo  
externo  
financeiro  
líquido (PEL  
= PEF - RSI)  
(US\$  
bilhões)  
Transações  
correntes do  
balanço de  
pagamentos

como % PIB  
Remessas juros,  
lucros e  
dividendos  
como % do  
superávit da  
balança  
comercial

2002 343 260 38 222 - 1,67 162,0

2003 407 294 49 245 0,79 87,6

2004 446 304 53 251 1,76 69,9

2005 499 322 54 268 1,58 64,9

2006 620 411 86 325 1,25 72,6

2007 920 658 180 478 0,12 101,8

2008 692 468 194 275 -1,79 144,1

2009 1080 758 239 520 - 1,54 167,5

2010 1294 916 289 628 - 2,27 231,1

Fonte e notas: Elaboração do autor. Dados do BACEN.

PIED = Posição do investimento estrangeiro direto (participação no capital). Dados final do período (US\$ bilhões correntes).

## 7. Concentração de capital

Na perspectiva da Economia Política o ND implica, antes de tudo, a substituição da classe dos grandes proprietários rurais, como setor dominante, pela burguesia industrial (Oliveira, 1981, 38). Este processo de luta política e de apropriação do excedente econômico dentro do bloco capitalista – ruptura do modelo primário-

<sup>17</sup> Ver FMI, World Economic Outlook Database. Acesso: 3 de agosto de 2011. Disponível:

[http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=56&pr.y=12&sy=2009&ey=2016&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=223&s=BCA%2CBCA\\_NGDPD&grp=0](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=56&pr.y=12&sy=2009&ey=2016&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=223&s=BCA%2CBCA_NGDPD&grp=0)

16

exportador – resulta em desconcentração do capital com o avanço da industrialização substitutiva de importações e a ascensão da burguesia industrial.<sup>18</sup> Por outro lado, representantes do ND reconhecem que a concentração de capital industrial (ou seja, o controle crescente do estoque de capital pelas grandes empresas) deve ser evitado pois isto gera ineficiência econômica e maior concentração do poder econômico e político.<sup>19</sup> No período 2003-10 há evidência a respeito da concentração de capital no conjunto das 500 maiores empresas do país.<sup>20</sup> O núcleo central de 50 maiores empresas experimenta crescente participação no valor das vendas totais das 500 maiores empresas ao longo deste período. Verifica-se, na realidade, a tendência de aumento de todos dos coeficientes de concentração. Por exemplo, a relação percentual entre o valor total das vendas das 5 maiores empresas e o valor total das vendas do conjunto das 500 maiores empresas (CR-5) aumenta de 15,7% em 2002 para 19,3% em 2010 (Tabela 10, col. 2). O núcleo central das 50 maiores empresas controla 44,0% das vendas das 500 maiores empresas do país em 2002 e 48,6% em 2010 (Tabela 10, col. 7).<sup>21</sup>

Além de ocorrer concentração de capital, há processo de desnacionalização da economia brasileira, principalmente, no núcleo central das 50 maiores empresas como visto acima. De fato, este aumento da concentração (CR-50) é decorrência, em grande medida, da elevação da participação relativa das empresas estrangeiras nas vendas totais das 500 maiores empresas (Tabela 10, col. 10). A participação das empresas estrangeiras no núcleo central do capitalismo brasileiro aumenta de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010. Ou seja, no núcleo central do capitalismo no Brasil há dois processos simultâneos: concentração e desnacionalização.

<sup>18</sup> Dentre os principais instrumentos de transferência de renda dos proprietários rurais para a burguesia no ND, cabe destacar a política comercial (protecionismo e imposto de exportação), a política cambial (desvalorização cambial e câmbio múltiplo), política tributária (incentivos e subsídios) e a política creditícia (taxa de juro e prazo).

<sup>19</sup> Destacado empresário e líder do pensamento nacional-desenvolvimentista no Brasil, Roberto Simonsen, argumentou que a “livre proliferação de colossais empresas ... pode ocasionar, além do desemprego e do esmagamento de capitais e atividades na média e pequena indústria, uma indêbita interferência na política das nações.” *Apud* Lima (1976, p. 164).

<sup>20</sup> Os dados de vendas para o cálculo dos coeficientes de concentração são das 50 maiores empresas no

período 2002-10. Este núcleo central inclui as 50 maiores empresas que, em todos os anos deste período, estão entre as 70 maiores da lista da *Revista Exame. Melhores e Maiores*.

<sup>21</sup> Mesmo quando se desconta o efeito das três maiores empresas do país em 2010 (Petrobrás, BR Distribuidora e Vale) verifica-se a elevação dos coeficientes de concentração visto que a participação destas 3 empresas no conjunto das 50 maiores eleva-se de 30,3% em 2002 para 33,0% em 2010 enquanto os incrementos do CR-5 e do CR-10 são 3,6 p. p. e 5,5 p.p. (CR-10) respectivamente.

17

## Tabela 10

### Concentração de capital: Indicadores 2002-10

Participação % das vendas das maiores empresas nas vendas das 500 maiores empresas

Participação % das vendas das 50 maiores empresas nas vendas das 500 maiores segundo

a origem

CR-5 CR-10 CR-20 CR-30 CR-40 CR-50 Estatal Estrangeiro

Privado

nacional

Total

2002	15,7	19,9	29,2	35,6	39,7	44,0	15,6	17,6	10,7	44,0
2003	16,7	21,2	30,5	36,8	41,0	44,1	15,9	16,9	11,3	44,1
2004	15,9	20,5	29,9	36,1	40,0	43,2	14,9	16,8	11,5	43,2
2005	17,6	21,9	30,7	37,0	41,2	44,6	16,3	16,6	11,7	44,6
2006	18,2	23,4	32,3	38,6	43,0	46,4	16,9	18,4	11,1	46,4
2007	17,5	23,7	32,5	38,8	43,2	46,8	16,0	19,9	10,8	46,8
2008	18,5	24,3	33,4	40,1	44,4	48,0	16,6	20,6	10,8	48,0
2009	17,2	23,5	32,3	39,4	44,2	48,1	15,9	21,0	11,2	48,1
2010	19,3	25,4	33,5	40,0	44,9	48,6	16,0	19,6	13,1	48,6

Fonte e nota: Elaboração do autor. *Revista Exame. Melhores e Maiores*, diversos números.

Os coeficientes de concentração referem-se ao peso relativo das 50 maiores empresas (núcleo central do capitalismo brasileiro) que têm dados (vendas) para todos os anos do período 2002-10.

O processo de concentração do capital é ainda mais pronunciado no sistema financeiro. O CR-5 (ativos) aumenta de 56,8% em 2002 para 68,0% em 2010 (Tabela 11, col. 2). Quando se desconta a presença dos 3 grandes bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES) o CR-5 aumenta 29,5% em 2002 para 47,8% em 2009-10 (Tabela 11, col. 5). Os outros coeficientes de concentração também aumentam de forma significativa.

## Tabela 11

### Concentração de capital no sistema financeiro: Indicadores 2002-10

Sistema financeiro brasileiro - total Total - exceto BNDES, CEF e BB

CR-5 CR-10 CR-20 CR-5 CR-10 CR-20

2002	56,8	74,2	87,3	29,5	58,0	79,4
2003	59,3	77,1	87,9	32,2	61,8	79,8
2009	67,7	85,2	90,2	46,9	75,7	84,0
2010	68,0	85,0	90,6	47,8	75,4	84,6

Fonte e nota: Elaboração do autor. BACEN. Disponível: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/Top50.asp>.

Dados referem-se aos ativos totais.

## 8. Política econômica: Dominação financeira

Com o risco de simplificação exagerada, pode-se dizer que no ND a estabilização macroeconômica é elemento secundário frente aos objetivos de acumulação de capital, industrialização, crescimento econômico e mudanças nas estruturas de produção e de comércio exterior.<sup>22</sup> Inclusive, pode-se identificar no ND a subordinação da esfera monetário-financeira à esfera produtivo-real.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Os novo-desenvolvimentistas tendem, neste ponto, à simplificação exagerada, muito provavelmente, com o intuito de aumentar sua diferenciação em relação ao antigo desenvolvimentismo. O enfoque novodesenvolvimentista

tende a superestimar a importância da política macroeconômica e subestimar e, até mesmo, negligenciar questões estruturais de grande relevância como: viés no deslocamento da fronteira de produção e mudanças na estrutura de propriedade; distribuição de riqueza; estrutura tributária; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; e, influência dos setores

18

Em contraste, no Governo Lula verifica-se a dominação financeira. <sup>24</sup> Esta pode ser entendida como a ascendência do setor financeiro, inclusive sobre os outros setores

dominantes. A dominação financeira tem expressão concreta na apropriação do excedente econômico. Para ilustrar, a taxa média de rentabilidade (lucro/patrimônio líquido) dos 50 maiores bancos é sempre superior à das 500 maiores empresas em todos os anos do período 2003-10 (Tabela 12, cols. 2-3). Neste período a taxa média de rentabilidade das maiores empresas é 11,0% enquanto a taxa dos bancos é 17,5%.

O diferencial de rentabilidade entre o setor real e o setor financeiro está associado ao diferencial de acumulação de capital entre estes setores. A dominação financeira é evidenciada pela crescente relação entre os ativos totais dos 50 maiores bancos e das 500 maiores empresas do país no período 2003-10 (Tabela 12, col. 4). Esta relação aumenta de 0,99 em 2002 para 1,74 em 2010.

Os bancos se beneficiam do abuso do poder econômico, leniência do Banco Central, certeza da impunidade e da política monetária restritiva caracterizada por elevadas taxas de juro. Para ilustrar, levantamento recente mostra que Turquia e Brasil são os dois países que têm os mais elevados custos da dívida pública em amostra de 24 países.<sup>25</sup> O custo médio da dívida pública para a amostra é de 4,9% enquanto que no Brasil é de 8,6%. Isto faz com que a relação entre pagamento de juros da dívida pública e o PIB no Brasil seja o segundo maior da amostra (superado pela Grécia, que no momento do levantamento encontrava-se em plena crise financeira). A média desta relação para a amostra é 2,0% e no Brasil é 5,1%.

dominantes nas decisões e, principalmente, nas não-decisões governamentais. A ênfase da crítica dos novo-desenvolvimentistas está centrada no “tridente satânico”, ou seja, câmbio flexível, política monetária recorrentemente restritiva e foco no superávit primário. Portanto, esta ênfase exagerada na influência da apreciação cambial e dos juros altos compromete a realização de análises mais profundas a respeito dos problemas estruturais do país.

<sup>23</sup> Ver Bielschowsky (1988, p. 155). Em perspectiva histórica, esta generalização parece equivocada. Ainda no Império, os papelistas, como uma das correntes que contribuíram para a formação do pensamento nacional-desenvolvimentista do século XX, perceberam a necessidade de subordinar a esfera monetário-financeira à produtivo-real, embora ainda não se confundissem com os industrialistas e os nacionalistas. Da mesma forma, havia industrialistas que destacavam a importância do equilíbrio das finanças públicas. Desenvolvimentistas históricos (e.g. Serzedelo Correa, defensor da indústria) tinham preocupação com questões macroeconômicas como, por exemplo, o equilíbrio fiscal (Fonseca, 2004, p. 237-243).

<sup>24</sup> A dominação financeira repercute diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do país no Governo Lula. Ver Filgueiras *et al* (2010) e Carcanholo (2010.b).

<sup>25</sup> Dados da *Economist Intelligence Unit* e BBC Brasil.

Disponível: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110727\\_divida\\_brasil\\_juros\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110727_divida_brasil_juros_rw.shtml).

Acesso: 31 de julho de 2011.

19

## Tabela 12

### Dominação financeira: Indicadores 2002-10

Rentabilidade do patrimônio (%) Ativos totais

Bancos Empresas 50 maiores bancos / 500 maiores empresas (%)

2002	15,5	0,8	0,99
2003	16,1	12,4	1,05
2004	12,8	11,3	0,97
2005	20,9	11,8	1,09
2006	19,1	11,7	1,17
2007	22,1	12,0	1,35
2008	14,8	8,1	1,45
2009	16,9	9,7	1,75
2010	17,6	10,7	1,74

Fontes: Elaboração do autor. Dados da Revista *Exame Melhores e Maiores*, 2011, p. 241.

BACEN. Disponível: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/Top50.asp>.

## 9. Síntese

Durante o Governo Lula os eixos estruturantes do ND foram invertidos (Quadro 1). O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior

desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.

**Quadro 1: Características do Nacional-desenvolvimentismo e do Nacionaldesenvolvimentismo às Avessas do Governo Lula**  
**Nacional-desenvolvimentismo**  
**Nacional-desenvolvimentismo às Avessas – Governo Lula**

Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimirização das exportações
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	
Dominação financeira	

Fonte: Elaboração do autor.

20

Portanto, a “inversão de sinais” faz com que se possa atribuir ao Governo Lula a responsabilidade pela implementação do Nacional-desenvolvimentismo às Avessas.<sup>26</sup> Este resultado tem sérias implicações quanto à trajetória futura do país. Conforme discutido, o ND tem como eixo estruturante a redução da vulnerabilidade externa estrutural. Na medida em que o Governo Lula implementa o ND com “sinal trocado”, ele reduz da capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Isto ocorre em todas as esferas: comercial (desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimirização e perda de competitividade internacional); tecnológica (maior dependência); produtiva (desnacionalização e concentração do capital); e, financeira (passivo externo crescente e dominação financeira). Em consequência, lança-se o país em trajetória de longo prazo de instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica. Ou seja, durante o Governo Lula são cometidos erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo.

Por fim, cabe notar que se evitou neste texto o uso do acrônimo NADA (Nacional-desenvolvimentismo às Avessas) em oposição ao acrônimo ND (Nacionaldesenvolvimentismo).

Isto poderia sugerir a interpretação de que o autor não identifica qualquer mérito no Governo Lula, responsável pela execução do NADA. Esta interpretação seria equivocada porque os méritos do Governo Lula não devem ser desprezados.<sup>27</sup> Análises técnicas isentas de interesses devem confrontar pontos fortes e pontos fracos.<sup>28</sup> Entretanto, a conclusão básica deste trabalho é que dentre os méritos ou pontos fortes não se encontram “grandes transformações”, “reversão de tendências estruturais” e “políticas desenvolvimentistas”.

<sup>26</sup> Em outros trabalhos a estratégia de desenvolvimento do Governo Lula é chamada de Modelo Liberal Periférico (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 96).

<sup>27</sup> É bem verdade que os méritos do Governo Lula são poucos e, certamente, não compensam seus deméritos. Daí a discussão sobre a herança nefasta deste governo, que transcende temas referentes à economia e abarca questões políticas, sociais, institucionais e éticas. Ver Filgueiras e Gonçalves (2007).

<sup>28</sup> *Contrario sensu*, vale mencionar que autores que defendem o argumento de mudanças estruturais no Governo Lula – Sader e Garcia (2010), Mercadante (2006) e Barbosa e Dias (2010) – tinham interesses concretos neste governo.

21

### **Bibliografia**

- BARBOSA, Nelson, DIAS, Guilherme. A Inflexão do Governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir, GARCIA, Marco Aurélio (orgs.) *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 57-110.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Structuralist Macroeconomics and New Developmentalism*. Disponível: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11.22.Macro-Structuralist-NDvelop%20CJE%20i.pdf>. Acesso: 3 agosto 2011.
- CARCANHOLO, Marcelo. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.b, p. 109-132.
- CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. In: Rodrigo Castelo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010.a, p. 119-141.
- CASTELO, Rodrigo. O Novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Rodrigo Castelo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pães e Rosas, 2010, p. 191-211.
- FIESP. *O processo de desindustrialização*. São Paulo: Federação das Indústrias de São Paulo, janeiro 2011. Disponível: [http://www.fiesp.com.br/economia/pdf/o\\_processo\\_de\\_desindustrializacao\\_jan11.pdf](http://www.fiesp.com.br/economia/pdf/o_processo_de_desindustrializacao_jan11.pdf).
- FILGUEIRAS, Luiz *et al.* Modelo Liberal-periférico e bloco de poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 35-70.
- FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2007.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, vol. 15, N. 2 (26), 2004, p. 225-256.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- GONÇALVES, Reinaldo. O Pensamento Econômico Latino-americano: Crise do Paradigma. *Literatura Econômica*, vol. 6, No. 3, junho 1984, p. 347-362.
- IEDI, Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, maio 2011. Disponível: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4e29efc37b032090.pdf>.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- 22
- LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil: 1808-1930*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1975.
- MERCADANTE, Aloizio. *Brasil. Primeiro Tempo. Análise Comparativa do Governo*

Lula. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

PROTEC. *Informativo*. Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, 2011. Disponível: <http://www.deficitometrotecnologico.org.br/>.

RIBEIRO, Fernando J. *et al.* Coeficientes de comércio exterior da indústria brasileira, 1996-2007. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Ano XXII, No. 95, junho 2008, p. 4-26.

RIBEIRO, Fernando J., Pourchet, Henry. Reflexões sobre exportações e desempenho da indústria brasileira com base em coeficientes de comércio exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Ano XXV, No. 107, junho 2011, p. 4-17.

ROWTHORN, Robert, COUTTS, Ken. *De-industrialization and the balance of payments in advanced economies*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD/OSG/DP/2004/4, May 2004.

SADER, Emir, GARCIA, Marco Aurélio (orgs.) *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

SHAFIYEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: Structural change or de-industrialization? Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD/OSG/DP/2005/5, April 2005.

## **XXI António Simões Lopes**

### **Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias**

Revista Crítica de Ciências Sociais, 75, Outubro 2006: 41-61

O desenvolvimento, diz Amartya Sen, pode ser visto como o processo de alargamento e aprofundamento das liberdades reais e substantivas das pessoas; e, visto desta forma, a atenção passa a ter de se dirigir para os *fins* que tornam o desenvolvimento importante, em vez de simplesmente se dirigir para os *meios*, alguns meios, que, entre outros, desempenham papel relevante no processo (Sen, 1999: 1-11).

O desenvolvimento impõe o afastamento das principais causas da falta de liberdade: pobreza, tirania, oportunidades económicas escassas e privações sociais sistemáticas, negligência em relação à oferta de equipamentos públicos, tal como intolerância nos Estados repressivos. A falta de liberdade económica, sob a forma de pobreza extrema, pode tornar uma pessoa presa fácil da violação de outras formas de liberdade. Ela pode fomentar a falta de liberdade social, tal como a falta de liberdade social e política pode acentuar a falta de liberdade económica, como Adam Smith defendeu.

O exercício da liberdade é mediado por “valores” e os valores são por seu turno influenciados pela discussão pública e pelas interações sociais. Daí que a liberdade de participação – a *participacao, tout court* – tenha também de ser considerada valor do desenvolvimento.

As liberdades são, a um tempo, fins do desenvolvimento e instrumentos, ou meios, desse mesmo desenvolvimento.

Os economistas têm sido frequentemente criticados por darem mais atenção à eficiência do que à equidade; mas as desigualdades sempre lhes mereceram atenção, ao longo da já extensa história da disciplina. Adam Smith, por exemplo, revelou-se profundamente preocupado com o fosso de separação entre ricos e pobres; e alguns outros cientistas sociais e filósofos responsáveis por trazerem as desigualdades para a ribalta das preocupações (Marx, Stuart Mill, Rowntree, Hugh Dalton, para referir tradições gerais significativamente diferentes) foram, no tocante a estas matérias, economistas dedicados. Em tempos mais recentes, de resto, a área da Economia das Desigualdades vem cativando igualmente as atenções.

Novos aproaches:

**Artigo | Gustavo Santos e Rodrigo Medeiros | Uma breve reflexão crítica sobre a economia política do desenvolvimento**

- Uma breve reflexão crítica sobre a economia política do desenvolvimento  
MEDEIROS, Rodrigo Loureiro; SANTOS, Gustavo  
2012.  
Artigo  
| [Download \(pdf, 231.33 kb\)](#)

### **XIII - LIVRO ORGANIZADO POR ECONOMISTAS DA FGV INTERPRETA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

---

[Print](#)



Interpretar a realidade brasileira a partir de teorias gerais do crescimento econômico. Esta é a proposta do livro

“Desenvolvimento Econômico – uma perspectiva brasileira”, organizado pelos economistas da Fundação Getulio Vargas Fernando Veloso (IBRE), Pedro Cavalcanti Ferreira (EPGE), Samuel Pêsoa (IBRE) e pelo chefe de departamento de risco de mercado do BNDES, Fabio Giambiagi.

Em matéria para o jornal Valor Econômico desta semana, Veloso comenta que a obra tenta preencher a lacuna nos cursos de desenvolvimento econômico – em que se estudam modelos que seriam muito gerais para o país – e tem o objetivo de complementar os modelos narrativos e tradicionais da história econômica, mas sem substituí-los.

Ele justifica o uso de modelos matemáticos de crescimento econômico por acreditar que ajudam na organização do raciocínio. “É uma literatura acadêmica de alto nível e usada em vários países. Não somos os primeiros a utilizá-los para interpretar uma economia em desenvolvimento. Não se trata de uma aplicação ingênua”, comenta em entrevista ao jornal. O economista afirma também que deve-se levar em conta as especificidades da história e instituições de cada país, e que por isso o livro dedica dois capítulos (escritos pelo professor e coordenador da graduação da EPGE, André Villela) a demonstrar em que contextos tais modelos funcionam.

O livro – que ainda traz análises dos pesquisadores do IBRE Regis Bonelli, Silvia Mattos, Fernando Holanda Barbosa Filho, Maurício Canêdo, e do professor da EPGE Renato Fragelli – conta ao todo com a colaboração de 19 economistas de escolas como USP, UNB e Insper.

O presidente do Ipea e professor da FGV Marcelo Neri escreve a orelha do livro; a contra-capa é do ex-presidente do Banco Central. Affonso Pastore.

A obra “Desenvolvimento Econômico – uma perspectiva brasileira” é da Editora Campus Elsevier.

## ANEXO

### IX - UNCTAD XIII Pre-Conference Event

- Panel Discussion:

#### **Thinking Development: Three Decades of the Trade and Development Report**

- Palais des Nations, Geneva, February the 20<sup>th</sup>, 2012

#### ***Origins and Evolving Ideas of the TDR***

- **Rubens Ricupero**

- **POSFÁCIO 2012**

- *Em 1998 organizamos no BNDES o lançamento no Brasil do relatório 1998 da UNCTAD. À época as discussões críticas sobre o Consenso de Washington eram um debate interdito no BNDES e foi impossível conseguir que algum integrante da cúpula do Banco prestigiasse com a sua presença o lançamento do relatório, que falar de patrocinar a sua discussão. A imprensa, mais ágil, esteve presente, se perguntando se o evento representava uma mudança na posição do banco. Não, não representava, e eu tive muitas dores de cabeça por tomar a iniciativa de vincular o BNDES à discussão das teses da UNCTAD, uma audácia que me custou caro e angariou poderosos inimigos internos. Dez anos depois a crise explodiu ante economistas e políticos estupefatos que, como a rainha da Inglaterra, se perguntaram por que não haviam sido advertidos da possibilidade de crise. Mas as advertências estavam lá, nos relatórios anuais da UNCTAD, elaborados por uma plêiade de economistas sob a direção de Ricupero. Não viu quem não quis...*
- *Maurício Dias David – Rio de Janeiro*

• \*\*\*

- Ninety four times did Pope John Paul II ask for forgiveness for the sins and crimes committed by Christians over two thousand years of History. Would it be too much to expect that some multilateral economic organizations admit their share of responsibility for the current financial crisis and ask forgiveness for the terrible advice they gave countries in recent years?
- When Queen Elizabeth II visited the London School of Economics in November 2008 she candidly asked the question that was in everyone's mind: "Why did nobody see it coming?" After a few months of embarrassment, a group of eminent British economists sent a letter apologizing to the Queen. They wrote: "Your Majesty, the failure to foresee the timing, the extent and severity of the crisis and to head it off (...) was principally the failure of the collective imagination of many bright people (...) to understand the risks to the system as a whole".
- The letter went on to recognize that the wizards, some of them Nobel Prize winners, who believed that their plans to protect the financial system were infallible, were guilty of "wishful thinking combined with hubris". The times before the crisis were characterized by a "psychology of denial".
- I could not find a more precise description of the prevalent reception of issue after issue of the TDR by the mainstream

economists in some multilateral institutions and in the press: a collective attitude of denial. It was not so much active hostility or political censorship although we also had a taste of both from time to time. It was a studied posturing of deliberate silence, of avoiding to acknowledge the very existence, not to say the possible interest, of a differing view.

- The 1996 TDR was the first published under my official responsibility and I am proud that, in defiance of conventional rules, it was dedicated to the memory of Shahen Abrahamian, who had passed away a few months before and had been one of the major intellectual forces behind the report.
- One year before, Abrahamian should have felt vindicated during the discussion of the Mexican *tequila* crisis. If someone wants to get a taste of that not so nostalgic past, there is a vivid account in the internet by our dear friend Chakravarthi Raghavan under the heading of the Third World Network.
- He tells as Carlos Fortin, Officer-in-charge of UNCTAD at the time, remarked that in 1994, when the TDR had warned against the dangers surrounding global finance, the Wall Street Journal had derided the organization's economists as contemporary Rip Van Winkles coming from the backwoods of a far-way past. One year later, the same paper would run a story on the first page acknowledging that those same economists had been warning for years about the likelihood of the kind of crisis that overtake Mexico.
- Over the three decades of its existence, the TDR covered a multitude of subjects and became a true encyclopedia of development thought. I will not attempt a comprehensive examination of its most interesting conclusions in areas that are closer to my experience such as the imbalances and shortcomings of the multilateral trading system, the rate of value added to manufacture exports as the definitive criterion of development, or the real nature of the successful development policies implemented by China and other Asian countries in contrast to the neoliberal travesty of such policies concocted by some organizations.
- Nor will I concentrate on the domain that proved to be the most accurate anticipation of things to come: the systematic analysis of the dangers of too much and too early financial liberalization and

deregulation; the enlightened proposition of a complete set of policy advice to deal in an effective and humane way with excessive indebtedness; and the promotion of sound policies to prevent and avoid financial and monetary crises.

- What I rather want to highlight in the TDR's arsenal of ideas is the overall perspective of development in its totality and complexity, of a whole greater than the sum of its parts, of its indivisible nature. The 1996 TDR was precisely devoted to the interaction of all factors indispensable to development: finance, exchange rates, investment, trade, technology.
- This amounted to a lucid effort of never losing sight of the forest when looking at the individual trees. It unfolded into two basic approaches that came to singularize the TDR's distinctiveness. The first was and is the insistence on the central importance of the external economic environment as a propitious or adverse condition for development that may at times prove determinant. In some ways the idea is an offshoot of Raul Prebisch's old theory of "center and periphery", "his wonderful terminology", as Professor Jagdish Bhagwati put it.
- The second and complementary approach is that the quality of national policies does matter when trying to take advantage of favorable external circumstances or to make up for unfavorable contexts. Due to the very different particularities and stages of growth of developing countries, they should be allowed a reasonable degree of policy space to adopt measures and orientations most appropriate to their needs. For so doing a capable State machinery is indispensable to set the policy framework most conducive to development.
- How amazing is it that a theoretical construction of such balance, such clarity, such freedom of choice and comprehensiveness should be so often misunderstood and misconstrued! After all, the TDR and UNCTAD never attempted to impose conditionalities nor dictate prescriptions to countries, never pretended to define a consensus supposedly of universal value to all nations.
- The opposite was true as people frequently complained that the reports were not prescriptive enough, that they left too much freedom

of choice in sorting out the existing alternatives, of inviting countries to face their own responsibilities.

- If development had to be approached from a perspective of totality, a logical corollary that ensued was that interdependence should provide the cornerstone for the creation of a favorable external environment. Interdependence and its necessary consequence, multilateral cooperation, were then seen as the only paths that could ensure a healthy and balanced world economy.
- Dealing with the world economy in its totality as a complex and interrelated system led the TDR to analyze development as an indivisible whole. On its part, this approach forced to the surface the need for coherence between the monetary and financial system, on the one side, and the commercial system, on the other. As we all know, this is a crucial question that lies at the very heart of the major macroeconomic imbalances between chronically surplus and deficit economies.
- The destructive crisis that we are currently experiencing is a direct result of such staggering imbalances. Or better said the crisis was the product of the ideological belief that the markets would self-correct the imbalances that they had themselves created and the fatal alibi provided by ideology for the failure of multilateral cooperation in dealing with them.
- Among all the TDR's achievements, the one that stands out as a lesson of immediate and urgent usefulness is its contribution to the recent science of "crisiology", the branch of economics dealing with crisis.
- Nowadays, this has been a flourishing academic field and entire sections of bookshops had to be devoted to the prolific production in the field. As a footnote to the tendency, allow me just to mention that even the very best in that crop are not immune from some odd conclusions. The interesting and exhaustive study by Rogoff and Reinhart, for instance, has a table where, on the basis of several historic criteria, it lists the countries that are about to graduate from the likelihood of default. Well, among the happy few, you will be pleasantly surprised to find Greece, of all places, and Portugal, which shows how perceptions can radically change in a matter of months or weeks!

- I have not reread every line the TDR wrote on crises but I do hope that it has never ventured into such perilous exercises! Books and reports on financial crises have become so frequent now that they no longer attract much attention. In the early 1990s, however, after the fall of the Berlin Wall, the end of communism and the end of History, of *la pensée unique*, and triumphant globalization as an ideology, to foresee financial crises was seen as preposterous and deserving a full dressing down from the Wall Street Journal.
- When I arrived in Geneva on September, 1995, making fun of UNCTAD was a fashionable sport. A few days after I took office, the Observer column in the Financial Times welcomed me with a note translating our acronym as meaning Under No Condition Take Any Decision! Who at the time would dream that 15 years later the newborn institution across the corner, announced as the end of UNCTAD, would find itself in a not so dissimilar predicament!
- Before the end of 1994, when the financial meltdown in Mexico reminded us that mortality was an inevitable destiny not only of civilizations but of globalization as well, there was a widespread belief that the Great Normalization had banned the possibility of real crisis, not the kind associated to the normal business cycle. That is the explanation to the indignant reaction to the first TDR's prophecies about the dangers of too much short time capital inflows into developing economies.
- Even after the *tequila* crisis vindicated the accuracy of the reasoning, the episode continued to be looked upon as no more than an additional consequence of the lack of discipline and the careless laxity of Southerner peoples, of those that would later be branded as belonging to "the Club Méditerranée" variety. A few weeks before the Thailand currency collapse announced the start of the 1997 Asian crisis, a front page title in the Financial Times summed up the IMF Spring Report of that year: "The future of the world economy is rosy", says the IMF".
- That was in February or March. Months later, when the crisis was about to reach Singapore, during the IMF and World Bank Fall joint meeting that took place in Hong Kong, it is astonishing to remember that the IMF was still trying to sell an amendment to The Articles of Agreement establishing the mandatory character of the full opening

of the capital account of the balance of payments and the absolute interdiction of any capital control!

- The 1998-99 Russian and Brazilian crises were not sufficient either to dispel the notion that financial and monetary crises could only happen in the distant and barbaric periphery of the system, in the same way as challenges to democracy and capitalism were relegated to faraway and irrelevant countries such as Afghanistan in Fukuyama's famous essay on *The End of History*. You all know how that particular story ended and how the crisis finally struck at the very heart of the system. I am not going to retell a story that has already been told many times. My aim was just to call back to our minds what was the intellectual and psychological atmosphere that prevailed during most of the years of my personal experience with the TDR elaboration.
- In preparing these comments, I read here and there some of the TDR's texts about financial crises. I was impressed by their freshness, their analytical depth and their permanent validity. If they had read them, the Greeks would have understood the poignant dark humor of Professor Bhagwati's comment that, once you get caught by the trap of financial globalization, to get free from it is like to send a letter resigning from the Mafia...The *Onorata Società* does not take lightly this kind of thing as we *meridionali* well know...
- If you sensed in my words a touch of irony and sarcasm you are probably right. I hope that I have not been guilty of the ugly sin of *schadenfreude*, what others would call the joy of the prophet or Cassandra's revenge. Many times has the TDR been accused of being Cassandra's voice. Of course people completely missed the main point: Cassandra, indeed, had been right all the time. Had the Trojans listened to her, the Greeks would have been forced to withdraw and mankind would be deprived of a beautiful poem. Perhaps the Greeks would not develop that fatal tendency to *hubris* and this would spare them their modern habit of defaulting, who knows?
- This long *recherche du temps perdu* leaves us with a bitter taste. If the TDR was so generally accurate, why is it that so few paid any attention to what it had to say? Should we be forced to admit that Chesterton was right, after all, when he wrote that *History teaches us*

*that History teaches us nothing?* Should we attribute this lack of prevision to a “failure of the collective imagination of many bright people (...) to the combination of wishful thinking with hubris (...) to a psychology of denial”?

- There is a little bit of truthfulness in each of these factors but I suspect that they do not capture the full truth. At least for the individuals in positions of power in politics and in finance – and they are often interchangeable – there is something more. It is a suspicious coincidence between their intellectual convictions and their financial and career interests. In other words, there is an element of ideology, in Karl Mannheim’s definition as a set of beliefs and values, supposedly scientific and objective but conveniently serving and concealing class and sectors interests.
- From this category of people, who are again in power, or better, who have never lost their dominant positions in running the banks and the governments, the only kind of repentance we can expect is the one attributed to a famous American pop star pianist of the 1960s. After a particularly atrocious performance that brought him piles of money, asked how he felt about a crushing critical piece in the New York Times, he replied: “I cried out all the way to the bank”! If they feel any sort of conscience pain, the current lords of finance will at best say: “Since the financial crisis started, each year we have been crying out all the way to cash our millionaire bonuses and stock options”!
- I do not believe that in the TDR unit or in UNCTAD people were intrinsically morally superior to those people or that they were intellectually brighter. What they had was something quite different: an international public service ethics, a commitment to critical and independent thought, a desire to imitate the lessons left from giants such as Gunnar Myrdal and Raul Prebisch.
- Like Don Raúl, they felt great respect for the theories from the North as those theories had much merit. But likewise him, they would examine them with critical spirit to see to what point they fitted structurally distinct conditions in the South. They were moved by a constant search for intellectual emancipation and they felt a passion for independence, integrity, the refusal to serve as tools of special economic interests or even the so-called “sacred egoism” of national

interests. And happily enough, most of the time they found in the United Nations the institutional framework that offered them the minimum conditions to work without having to sell their souls.

- I was fortunate that at the end of my public career I could benefit from the wisdom, the experience and the moral example of men such as Carlos Fortin, Roger Lawrence, Yilmaz Akyüz, Professor John Toyé, briefly, and their collaborators, Richard Kozul-Wright, Andrew Cornfold, Charles Gore, Detlef Koffe, Taffere Tesfachew, later Heiner Flassbeck, Alfredo Calcagno and many outstanding people working in other sectors of UNCTAD. I would like to make a special mention of the outstanding contribution made by Professor Jan A. Kregel over many years in relation to financial, monetary and other relevant issues covered by the TDR and to a better understanding of the nature and dangers of crises. I was delighted and encouraged to see that the Secretary General, Dr. Supachai, has assured them of his unfailing support, guidance and trust, that the TDR has been able to keep its brightest promises, that the preparations for UNCTAD XIII have renewed and reinforced the best of UNCTAD's traditions.
- I never had the knowledge or the talent to be really of any help to them. I am afraid that, on account of my diplomatic professional deformation, I may even at times been a nuisance to them in my tendency to tone down incisive moods of expression or too bold predictions of things to come. Thus it is appropriate that I too should ask forgiveness for my faults and shortcomings.
- As I cannot share in the glory of the TDR team, and of their colleagues in similar difficult pursuits, I can at least praise them for their accomplishments and thank them for the invaluable contribution they gave me and UNCTAD. And I conclude by saying from the bottom of my heart: "Long live the Trade and Development Report! Long live the United Nations Conference on Trade and Development! Long live the women and men in international organizations and elsewhere who struggle for more justice, equity and equality in the world economy!" Thank you!

## Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual \*1

\* Ensaio escrito no âmbito do projeto do Ipea sobre “Agenda Desenvolvimentista Brasileira e sua Inserção Global”.

\*\* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: ricardo.bielschowsky@gmail.com.

*Ricardo Bielschowsky* \*\* 2

Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

### Resumo

O artigo pretende ajudar a organizar, conceitualmente, o debate brasileiro sobre desenvolvimento, em sua dimensão econômica. Desenha uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil com base na ideia de existência de três frentes de expansão, movidas pela demanda - três “motores do investimento”: consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura. Enfatiza a relevância de se acionarem dois “turbinadores” desses motores do desenvolvimento (inovação tecnológica e reativação de encadeamentos produtivos tradicionais). Argumenta, também, que a fórmula corresponde a um padrão viável de expansão econômica a longo prazo – tal como, no passado, deu-se com o processo de industrialização.

**Palavras-chave:** Estratégia de desenvolvimento; Frentes de expansão; Consumo de massa; Recursos naturais; Infraestrutura.

### Abstract

#### ***Development strategies and the three fronts of expansion in Brazil: a conceptual design***

The article aims at helping to provide a conceptual framework for the Brazilian debate on economic development strategies. It designs a strategy on the basis of the idea of the existence of three demand-led “growth fronts,” or three “engines of investment”: mass consumption, natural resources and infrastructure. The article stresses the relevance of putting into action two “turbo-chargers” of these three engines of investment; namely technological innovation and the recuperation of traditional productive chains. Finally, the author argues that this formula can be a viable long term pattern of economic growth, analogous to that which occurred in the past as a result of industrialization.

**Keywords:** Development strategies; Expansion fronts; Mass consumption; Natural resources; infrastructure.

**JEL** O10.

### Introdução

Este ensaio apresenta um desenho conceitual para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Ricardo Bielschowsky

730 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

O ponto central aqui apresentado é o de que o Brasil tem o privilégio de possuir ao mesmo tempo três poderosas frentes de expansão, três “motores” do desenvolvimento, um conjunto que poucos países do mundo possuem:

- Um amplo mercado interno de consumo de massa— que será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda. Também, uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações;
- Uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais;
- Perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social).

Se os impulsos à expansão da capacidade produtiva derivados dessas três correntes de demanda efetiva vierem a ser adequadamente traduzidos em expansão do investimento no país, o desenvolvimento brasileiro poderá ser vigoroso nas próximas décadas.

Observe-se que está propositadamente ausente, na formulação, a ideia frequente de que exportações de bens industriais possam ser um motor de investimento em si mesmos. Isso porque, no Brasil, elas atuam como complemento à demanda gerada pelo mercado interno. De fato, como se mostra em mais de um estudo sobre os determinantes do investimento brasileiro, as decisões de investir nas empresas industriais sediadas nos países acontecem essencialmente em função do mercado interno e só de forma complementar visam ao mercado internacional, conforme Bielschowsky (2002). As exceções, como a dos aviões da Embraer, apenas confirmam a regra<sup>1.3</sup>

(1) Em outras palavras, ao invés de crescer pela via das exportações (modelo *export-led growth*), ocorre o oposto: o mercado interno grande permite a conquista de capacidade para exportar por meio de ganhos de escala e de produtividade conferidos pelo mesmo (*growth-led export*, na feliz expressão de Colin Bradford).

Os investimentos nessas três frentes de expansão serão tão mais volumosos e mais mobilizadores da atividade produtiva e do emprego no país quanto mais amplos forem os processos de inovação e os encadeamentos produtivos que o país for capaz de gerar nas três frentes.

Devidamente “turbinados” (“potenciados”) por inovações tecnológicas e pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados, os três motores do crescimento com transformação estrutural representam uma rara oportunidade de desenvolvimento a longo prazo da economia brasileira. Mal turbinados, sua contribuição potencial tenderá a ser, em grande medida, desperdiçada. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 731

Nessa formulação, a inovação tecnológica tem um papel fundamental. Sua função essencial reside no fato de que, se o processo de inovação expandir-se de modo adequado, poderá turbinar poderosamente as três engrenagens do investimento. Permitirá transformar em núcleos estruturantes da economia nacional várias atividades produtivas ainda inexistentes ou, em fase incipiente – como, por exemplo, o “Pré-sal” e a utilização sustentável da biodiversidade – e inaugurar ou reforçar a existência de encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica. Isso significará adensar as três frentes de expansão, ampliar seus efeitos multiplicadores de renda e emprego e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Mesmo assim, a inovação não é aqui considerada como uma frente de expansão em si mesma, já que a atividade de P&D no país ainda não está suficientemente inserida nas estratégias de expansão das empresas. Se isso vier a ocorrer, como se dá nos países mais desenvolvidos, a inovação poderá tornar-se um quarto motor do desenvolvimento a longo prazo.

O segundo “turbinador” dos motores do desenvolvimento consiste no fortalecimento de encadeamentos produtivos tradicionais, aí incluída a recuperação dos que se fragilizaram por circunstâncias macroeconômicas internas e/ou internacionais adversas e que são potencialmente competitivos. Nesse campo, ainda que o processo inovador tenda a ser relevante – poucos setores de atividade produtiva moderna são intocados pelo progresso técnico avassalador dos tempos atuais – as decisões de investimento inclinam-se a depender menos de inovações tecnológicas do que de outros incentivos à rentabilidade como taxas de câmbio mais favoráveis, demanda de governo e outras políticas industriais que possam contribuir para a reconstituição da competitividade perdida.

A proposição conceitual das frentes de expansão tem a virtude de, a princípio, permitir que se ponha o foco do planejamento do desenvolvimento econômico sobre o volume e a composição setorial e tecnológica dos investimentos, ou seja, são as variáveis que definem o crescimento e o aumento de produtividade a longo prazo. Trata-se de um enfoque ao mesmo tempo keynesiano, kaldoriano e estruturalista. Inspira-se em Keynes (1973) porque toma o investimento como resultado de estímulos de demanda efetiva, em Kaldor (1989), porque considera o progresso técnico e o *learning by doing* processos que acompanham o investimento gerado por expansão de demanda e ajudam a alimentar os rendimentos crescentes de escala que permitem o aumento de produtividade. É estruturalista porque, ao centrar a análise no investimento e nas transformações estruturais que suscita, orienta a discussão diretamente ao “estilo” de desenvolvimento desejado e historicamente viável (Pinto, 1976).

Este breve ensaio limita-se à dimensão econômica da estratégia, não abordando suas demais dimensões críticas como educação, sustentabilidade

ambiental, integração e harmonia regional e territorial, inserção internacional e reformas institucionais. As questões cruciais relativas à distribuição de renda, pobreza, inclusão e demais políticas sociais tampouco são tratadas, a não ser em sua integração com o projeto econômico pela via do modelo de crescimento com redistribuição de renda por produção e consumo de massa.

Além disso, na dimensão econômica, por razões de espaço, também não se abordam questões pertinentes à macroeconomia e ao financiamento para o desenvolvimento, apesar de serem elementos constitutivos essenciais de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. Assim, não se discute, por exemplo, o problema do uso por muitos anos no Brasil do binômio “juros elevados taxas de câmbio apreciadas”, prejudiciais à competitividade, aos investimentos e à diversificação produtiva da economia brasileira. Também não se discute o provável enfraquecimento do balanço de pagamentos em conta-corrente resultante desse binômio e o perigoso recurso ao endividamento – à “poupança externa” – uma receita que a história do país ensina a evitar a todo custo, por seus efeitos deletérios sobre a autonomia para crescer a médio e longo prazos<sup>2, 4</sup>.

(2) Há uma série de autores que se dedicam no Brasil ao tema da macroeconomia para o desenvolvimento, entre eles os que escreveram sob a inspiração da ideia de um “novo-desenvolvimentismo”, lançada no Brasil alguns anos atrás. Ver, por exemplo, Sicsu e outros (2005) e Bresser-Pereira (2010).

O atual contexto de crise financeira mundial recomenda uma última observação introdutória, ou seja, a de que a crise reforça a importância de se discutir o desenvolvimento brasileiro. Primeiro, porque obriga a que se pense em graus de autonomia relativa para crescer. Segundo, porque a crise é simultânea ao deslocamento do centro dinâmico mundial à China e essa mudança histórica impõe uma escolha definitiva para o Brasil: aceitar passivamente a “reprimarização” de sua economia ou, ao contrário, aproveitar a redução da vulnerabilidade externa resultante da valorização das exportações de matérias primas – condição praticamente ausente no Brasil, ao menos, desde a arrancada industrializante em 1930 – para fortalecer não só as atividades primárias e os serviços, mas também o setor industrial e os impulsos à inovação, ao progresso técnico e ao crescimento inerentes às atividades desse setor.

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Primeiro, contextualiza a proposição central sobre os três motores do desenvolvimento e seus “turbinadores” nos marcos da evolução do debate brasileiro sobre desenvolvimento. Em seguida, há uma breve apreciação sobre os três motores. Por último, analisa os dois “turbinadores”, ou seja, as inovações viabilizadoras dos investimentos em segmentos tecnologicamente nobres da atividade econômica e a recuperação e ampliação dos encadeamentos produtivos tradicionais. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual

Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 733

## **1 O estágio atual do debate brasileiro sobre desenvolvimento**

A acelerada industrialização que ocorreu entre 1930 e 1980 foi, a partir da década de 1950, conduzida pelo Estado e acompanhada pela hegemonia da ideologia desenvolvimentista, que preconiza o suporte estatal aos investimentos necessários à transformação estrutural da economia (Bielschowsky, 1995 e Bielschowsky; Mussi, 2005). Foi a era desenvolvimentista, em que predominou na sociedade brasileira, segundo a feliz conceituação de Castro (1993), uma “convenção do crescimento”.

A partir de 1980, essa ideologia perdeu a capacidade de influenciar que havia tido nas décadas prévias. A perda foi o reflexo, no plano ideológico, da evolução econômica, em particular da aceleração inflacionária, da profunda e prolongada crise externa e fiscal, do consequente enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e da consequente estagnação. A instabilidade macroeconômica e a fragilização da máquina estatal dedicada às tarefas desenvolvimentistas impediram que eventuais projetos de desenvolvimento prosperassem e inibiram a reflexão sobre desenvolvimento econômico.

Até então, o liberalismo havia ocupado durante várias décadas uma posição secundária na vida socioeconômica brasileira. É a ideologia que considera, no essencial, a alocação eficiente de recursos só podendo dar-se pela livre ação das forças de mercado, o volume de recursos destinado ao investimento dependendo de decisões dos consumidores quanto à poupança desejada e a intervenção do Estado reduzindo a eficiência econômica, o aumento de produtividade e o crescimento. Sua influência decrescente a partir de 1930 no Brasil refletiu a implementação com êxito do projeto de industrialização, bem como a força do paradigma keynesiano entre o pós-guerra e os anos 1970 em todo o mundo ocidental. Quando a hegemonia desenvolvimentista no Brasil dissolveu-se, na década de 1980, refletindo o vazio de projetos e de políticas de investimento e crescimento que passou a predominar no país, abriu-se espaço à afirmação da corrente neoliberal, com especial intensidade a partir do final da década de 1980. Um estudo detalhado da evolução ideológica brasileira no campo da economia nos anos 1990 – ainda por ser realizado – possivelmente encontrará rápida ascensão da ideologia neoliberal, em especial na “mídia” e no mundo das finanças. Talvez, surpreenda-se com o fato de que, curiosamente, as duas principais formas de liberalização do marco regulatório da economia brasileira, a comercial e a financeira, foram anteriores ao amadurecimento do neoliberalismo no plano ideológico, já que ocorreram durante o confuso contexto da alta inflação, quando o neoliberalismo ainda amadurecia no país, nos primeiros anos da década de 1990. É provável que identifique, também, a conquista de uma hegemonia da ideologia neoliberal no (curto) período 1995-1998 – entre os efeitos do Plano Real e os efeitos das crises asiática, russa, brasileira e argentina – em que o Congresso Brasileiro recebia um

Ricardo Bielschowsky  
734 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

“rolo compressor” político e ideológico para aprovação de reformas, destacando-se a privatização de grandes empresas estatais.

No plano do pensamento econômico produzido no mundo acadêmico, uma boa hipótese de trabalho seria a de que tenha predominado nas últimas décadas – e mesmo durante o referido quadriênio – certo equilíbrio entre, por um lado, o pensamento ortodoxo em matéria macroeconômica e neoliberal em matéria de alocação de recursos e, por outro lado, a heterodoxia macroeconômica e o desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, é razoável supor que, nas três décadas posteriores a 1980, nem mesmo o declínio da ideologia desenvolvimentista e o predomínio do foco às questões macroeconômicas tenham conduzido a uma menor produção acadêmica de orientação desenvolvimentista sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento, comparativamente às décadas prévias.

Ao contrário, é mesmo provável que a quantidade de trabalhos na temática do desenvolvimento – estrutura produtiva, progresso técnico, desenvolvimento regional, inclusão social, pobreza e distribuição de renda, meio ambiente, institucionalidade etc. – tenha sido muito superior ao período anterior. A suspeita deve-se a uma série de razões, entre as quais a forte ampliação do número de centros acadêmicos e professores em tempo integral de Economia e demais ciências sociais e a sobrevivência de uma série de instituições governamentais da era desenvolvimentista que preservaram suas missões originais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as secretarias estaduais de planejamento etc.

Trata-se, porém, de uma fase de produção intelectual nas questões do desenvolvimento muito distinta da anterior. A literatura desenvolvimentista prévia a 1980 tinha como foco um padrão comportamental da economia brasileira que era possível identificar com razoável clareza. A temática debatida circunscrevia-se, em essencial, a processos históricos inscritos em uma lógica de transformação econômica perfeitamente identificada e entendida como de longo prazo: a industrialização. Foi, portanto, de modo geral, uma produção intelectual engajada na análise e discussão de tendências sobre as quais parecia haver certa previsibilidade. Também, dinamizada por formulações e debates entre visões favoráveis e contrárias sobre a forma como estavam ocorrendo e sobre as políticas econômicas aplicadas.

Quando aquele padrão de desenvolvimento desarticulou-se na entrada dos anos 1980, por força da crise da dívida e instalaram-se aguda instabilidade macroeconômica e relativa estagnação no nível de atividade, passaram a prevalecer incertezas e perplexidades com relação às tendências a médio e longo prazos dos setores produtivos. A produção de ideias passou a refletir uma evolução histórica desprovida de referência a algum padrão de desenvolvimento claro e, *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual* *Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 735*

consequentemente, desprovida de referência a alguma estratégia de desenvolvimento e a possíveis políticas governamentais correspondentes. O fato de que isso transcorreu em meio a um processo de globalização e a uma intensa revolução tecnológica – por certo, discutidos no país – ampliou as incertezas.

Em resumo, parecem ter faltado ao pensamento sobre desenvolvimento depois de 1980 suas duas tradicionais referências organizadoras, ou seja, um padrão de desenvolvimento e as estratégias e políticas governamentais de longo prazo. A literatura sobre desenvolvimento, embora profícua em volume, parece ter apresentado, por essa razão, tendência à baixa sistematicidade, descontinuidade e dispersão<sup>3.5</sup>.

(3) Há de reconhecer que, ao longo desses trinta anos, podem-se encontrar no pensamento econômico brasileiro várias incursões no plano das definições de novos rumos econômicos no país, tanto na área acadêmica como no governo. Podem até ter sido fugazes e fadadas ao esquecimento, mas, embora atropeladas por crises recorrentes, não foram inexistentes. O reconhecimento, por exemplo, de que se transitava a um novo ciclo tecnológico mundial – a era da eletrônica – permeou toda uma literatura que conclamava esforços de reorientação do desenvolvimento brasileiro do ciclo metal – mecânico ao ciclo eletrônico.

(4) Esse último tema tem sido tratado, sobretudo no âmbito do governo federal. Em um trabalho recente sobre o planejamento do desenvolvimento brasileiro, Gimenez e Cardoso (2012) identificam e analisam cerca de 30 documentos oficiais, redigidos entre 2003 e 2010, a grande maioria com orientação nitidamente desenvolvimentista. Essa literatura governamental inclui tanto documentos de planejamento de natureza temática (meio ambiente, direitos humanos etc.) e setoriais (indústria, energia etc.) como documentos mais gerais, orientados ao desenvolvimento como um todo. Nesses últimos, é possível verificar que, referindo-se à condução do processo de transformação da economia brasileira a médio e longo prazos, três conceitos rivalizaram com a perspectiva neoliberal - a qual, diga-se de passagem, teve sua última aparição importante em documentos do governo federal em um texto publicado pelo Ministério da Fazenda (2003), redigido pela Assessoria Econômica do então Ministro Pallocci, que propugnava a introdução de reformas institucionais de inclinação neoliberal como ordenadora de um novo projeto nacional.

Nos últimos anos, houve uma novidade importante, ou seja, as perspectivas de maior estabilidade macroeconômica abertas pela guinada chinesa por importações de matérias primas, cujo impacto favorável ao balanço de pagamentos brasileiro ocorreu a partir de 2002/3 – coincidentemente, mais ou menos em simultâneo com o início do governo Lula. A mudança parece representar solo fértil para uma nova etapa de discussões sobre o desenvolvimento. Ainda que os progressos em tal direção ainda tenham sido relativamente lentos, já é possível discernir alguns avanços na última década, tanto na discussão sobre uma macroeconomia para o desenvolvimento – importante tema não tratado neste artigo, como observado na seção introdutória – quanto na apresentação de ideias sobre desenvolvimento desde o ponto de vista da alocação de recursos para transformação estrutural da economia, que é o tema que aqui nos ocupa<sup>4.6</sup>.

Os candidatos a organizadores de um projeto nacional de cunho desenvolvimentista no período foram três: i) Crescimento com redistribuição de Ricardo Bielschowsky  
736 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

renda pela via do consumo de massa (PPA 2004-2007); ii) Investimentos em infraestrutura (PAC); iii) Inovação (PITCE, PDP, Plano Brasil Maior)<sup>5.7</sup>.

(5) Ver ao final do texto as referências bibliográficas, listadas em “Brasil”, vários anos. Observe-se que, em 1999, o Plano Plurianual 2000-2003 do governo federal apresentou outro candidato, logo abandonado: a noção de integração territorial por meio de grandes investimentos em infraestrutura voltados à formação de corredores de exportação (os “eixos de integração”), acompanhados da ideia de multiplicação de parcerias público-privadas.

Cada uma das três formulações pretendia-se portadora da fórmula de condução do desenvolvimento e foi apresentada com pouca interação com as outras duas. Não chegaram a tornar-se rivais e, até por vezes, houve o reconhecimento explícito de complementariedades, mas nenhuma das três explorou uma integração com as demais e nenhuma delas foi efetivamente vencedora no que se refere a estabelecer um novo projeto nacional, reconhecido como tal. O resultado de todo esse esforço foi o de que, apesar de avanços quanto à introdução das três peças básicas constitutivas de uma estratégia de desenvolvimento e de avanços com relação a outras peças importantes – setoriais e temáticas – o desenho claro de uma nova estratégia permaneceu por ser realizado: as peças mantiveram-se dispersas em um pensamento relativamente difuso e fragmentado.

## **2 Os três motores do desenvolvimento econômico: consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura**

A proposta que se segue pretende reordenar as principais peças soltas, aderindo-as ao contexto histórico atual e adicionando o ingrediente básico da nova realidade mundial, a forte expansão da demanda por recursos naturais.

Antes de prosseguir, cabe uma observação metodológica. Salvo em circunstâncias muito especiais como as de uma revolução com mudança de regime político ou de uma guerra de libertação nacional, a identificação, o desenho e a implementação por uma sociedade e por seus governos de uma estratégia nacional de desenvolvimento – e de sua institucionalidade e suas políticas – dão-se de forma gradual. Elas ocorrem como resultado de acontecimentos, pressões, articulações e conflitos econômicos e políticos que a própria evolução histórica de cada país vai promovendo e revelando.

Esse foi o caso brasileiro do planejamento e das políticas em favor da industrialização no Brasil, durante a era desenvolvimentista. A expansão da indústria vinha acontecendo espontaneamente, diante da crise internacional dos anos 1930, da guerra mundial e da relativa anormalidade que a ela se seguiu. No período 1930-45, foram implantadas algumas mudanças institucionais relevantes, preparadoras do futuro. Foi, no entanto, somente na entrada dos anos 1950, com o segundo governo Getúlio Vargas, que se introduziu uma série de reformas institucionais destinadas a conduzir os investimentos estimulados pela demanda doméstica de produtos

Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 737

industriais e a infraestrutura correspondente. O planejamento e as políticas industrializantes empregados daí em diante destinaram-se a conferir, ao processo de industrialização, maior velocidade e eficiência<sup>6.8</sup>.

(6) E prosperaram, porque cumpriram a função de promover interesses concretos de acumulação de capital, capitaneados por empresas privadas, multinacionais e nacionais, por empresas estatais e governos e por *lobbies* variados, envolvendo empresários, políticos e tecnocratas. Leia-se, por exemplo, o livro de Luciano Martins (1976) um fascinante estudo político sobre a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, o BNDES e a indústria automobilística – infelizmente, ainda não traduzido em Português.

Analogamente, no caso da economia brasileira atual, estão presentes as três mencionadas engrenagens de demanda efetiva – consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura. Bem aproveitadas no que se refere a incentivos ao investimento e bem turbinadas, converter-se-ão em “motores do investimento” com duração e impacto de longo prazo.

Distintas motivações históricas inscreveram esses três motores na lógica central de operação da economia brasileira. Como se sabe, dizem respeito à expansão no consumo popular desde meados dos anos 2000, motivada pela recuperação do crescimento, por melhorias distributivas na renda e por ampliação do crédito; à expansão da demanda asiática por recursos naturais e à ampliação dos investimentos da Petrobrás; no caso de infraestrutura, à retomada dos investimentos públicos. Cabe assinalar aqui que a escolha das três frentes de expansão na presente formulação não é arbitrária, ela obedece a evidências empíricas que se tem sobre o atual funcionamento das economias brasileira e mundial e ao fato de que as perspectivas de êxito a longo prazo mostram-se potencialmente favoráveis – a depender, por suposto, dos desdobramentos da economia mundial atualmente em crise.

Trata-se, ainda, de uma mera possibilidade histórica, de um processo ainda em formação, cujo detalhamento e correspondente costura política entre os atores econômicos, sociais e políticos relevantes ainda se encontram em fase relativamente inaugural - e por isso mesmo pouco clara, do ponto de vista ideológico. É razoável, no entanto, propor essa formulação à sociedade como instrumento ordenador da reflexão sobre desenvolvimento, na medida em que se dirige a um processo histórico viável, por pelo menos duas razões. Primeiro, porque se assenta em mecanismos de expansão da atividade produtiva que, no momento atual, se encontram perfeitamente inscritos na lógica de operação da economia brasileira, em forma análoga ao que no período 1930-1980 ocorreu com o processo de industrialização. Segundo e não menos importante, porque a grande maioria de sua população tenderá a sair ganhadora, o que abre a possibilidade de se alcançar razoável coesão social. Ricardo Bielschowsky  
738 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

## **2.1 Primeiro motor do desenvolvimento: produção e consumo de massa**

Nos últimos anos, ocorreu no país uma forte expansão do mercado de consumo de massa, segundo mostram inequívocas evidências.

São quatro, ao que tudo indica, as principais causas: i) rápido aumento na massa salarial, por volume de emprego e elevação dos rendimentos do trabalho; ii) transferências de renda à população pobre, por efeito de políticas sociais como o impacto do aumento do salário mínimo sobre as pensões e o “Bolsa Família”; iii) estabilidade ou queda nos preços dos bens industriais de consumo popular por valorização cambial e por importação de bens da China e da Ásia; iv) forte ampliação do crédito ao consumo e acesso da população de baixa renda ao mesmo<sup>7.9</sup>.

(7) A sustentabilidade desses elementos causadores do consumo de massa é tema controverso. O autor do presente texto considera que, daqui por diante, somente um crescimento rápido da economia, do emprego e massa salarial poderá dar curso à ampliação do consumo de massa e compensar a necessidade de alteração de políticas no que se refere à ampliação do endividamento familiar e ao recurso a taxas de câmbio apreciadas.

(8) Os Episódios mais importantes da trajetória desse projeto no pensamento desenvolvimentista são: i) Furtado (1966) argumenta que a estrutura distributiva teria de ser modificada para provocar uma alteração no perfil de demanda que reorientasse a estrutura produtiva na direção de uma elevação na intensidade do emprego de mão de obra. Enquanto isso não ocorresse, haveria uma tendência à concentração de renda e à estagnação por insuficiência de demanda e retornos decrescentes de escala; ii) Alguns anos depois, Tavares e Serra (1973), Conceição Tavares e José Serra (1972) argumentariam que a concentração de renda era perversa socialmente, mas funcional ao crescimento; iii) Gradualmente, vários economistas, como por exemplo, Wells (1975) passariam a prover evidências de que uma redistribuição de renda tenderia a implicar aumento na demanda de bens dos setores modernos da economia mais que proporcional aos ganhos de renda. A principal implicação analítica dessas evidências era a de que uma melhoria na distribuição de renda não implicaria alteração radical na estrutura produtiva. A questão da adaptação do perfil da oferta a um perfil de demanda com menor concentração de renda recebia, com a constatação, um importante ingrediente novo; iv) Castro (1989) percebeu o alcance das evidências e argumentou que havia condições para que o Brasil ingressasse em uma fase de expansão “horizontal” da estrutura produtiva moderna já existente, por meio da extensão às classes mais pobres do acesso aos bens de consumo modernos. A estratégia de construção do futuro do Brasil deveria basear-se na possibilidade de expansão nos segmentos modernos, com fortes ganhos de produtividade por economias de escala, devido ao tamanho do mercado interno brasileiro. O Partido dos Trabalhadores aproveitou o projeto em documentos da campanha eleitoral de 2002 e, durante o governo Lula, foi apresentado com destaque no Plano Plurianual 2004-2007 e mencionado nos Planos Plurianuais 2008-2011 e 2002-2015 (Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003, 2007 e 2011).

A discussão brasileira sobre a adoção de um modelo de crescimento com melhoria distributiva pela via da produção e consumo de massa remonta aos anos 1960, quando foi inaugurada por Celso Furtado<sup>8.10</sup>.

O modelo de produção e consumo de massa representa extraordinária oportunidade para o Brasil, devido ao potencial de rendimentos de escala proporcionados pelas dimensões de seu mercado interno e ao fato de que os bens de consumo de massa são produzidos por estruturas produtivas e empresariais modernas, afeitas ao progresso técnico e ao aumento de produtividade.

Sob o ponto de vista meramente teórico, é possível afirmar que o modelo de produção e consumo de massa opera de acordo com o estabelecimento do seguinte Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 739

círculo virtuoso: i) o aumento do consumo provoca a expansão dos investimentos, que se traduzem em aumento de produtividade e competitividade pelas vias de mais equipamentos por trabalhador, conhecimento, aprendizado e inovação e economias de escala (da produção em massa); ii) a elevação da produtividade transmite-se equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras pelo aumento de salários, redução dos preços dos bens e serviços e aumento dos gastos sociais; iii) esses rendimentos transformam-se em consumo popular continuamente ampliado; iv) essa ampliação provoca a expansão dos investimentos.

O modelo de produção e consumo de massa representa a grande oportunidade que o Brasil (ainda) dispõe de confirmar seu considerável parque industrial e fazê-lo avançar por meio dos encadeamentos produtivos da produção de bens finais de consumo popular, inclusive daqueles de maior intensidade tecnológica, portadores do futuro, como são os casos da indústria eletrônica, parte da indústria química e dos setores de bens de capital. O modelo possui também a extraordinária virtude de ser estimulado por uma integração virtuosa entre crescimento e melhoria distributiva da renda, como se verificou no pós-guerra em vários países desenvolvidos. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento ao mesmo tempo social e nacional.

O modelo, porém, para que funcione, requer bem mais do que o consumo de massa. Exige também que se realize a produção no país de parte importante dos bens finais e de seus principais encadeamentos produtivos, “para frente” e “para trás”.

No atual caso brasileiro, ainda que o tema não tenha sido objeto de pesquisa, é de se supor que os benefícios da ampliação do consumo de massa sobre a produção e a produtividade de alimentos, assim como os de serviços em geral— exceto, talvez, os de maior sofisticação tecnológica — estejam sendo importantes. São segmentos pouco expostos à concorrência internacional, ou detentores de estupenda competitividade internacional. O essencial à operação do modelo, entretanto, ainda não está claro. Nos casos dos bens industriais expostos à concorrência mundial e fundamentais para o êxito a longo prazo da produtividade e das contas externas, pergunta-se: **será que a produção em massa estimulada pelo consumo de massa será feita no país ou teremos consumo de massa no Brasil e produção em massa na China?**

A pergunta é relevante, por duas razões. Primeiro, somente a realização da produção em massa no país é que permite o aumento de rendimentos de escala, progresso técnico e conseqüente maior espaço para elevação de salários. Segundo, a perpetuação de importações massivas de bens industriais, em prejuízo da produção doméstica, pode implicar o restabelecimento de problemas de estrangulamento de balança de pagamentos a médio ou longo prazo. Ricardo

Bielschowsky

740 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

Na última década, houve desfavorável evolução da produtividade e da balança comercial do setor industrial no Brasil.<sup>9,11</sup> Não é difícil concluir que existe grande assimetria entre, por um lado, a agressiva forma como a China vem promovendo suas exportações industriais, mantendo a taxa de câmbio real depreciada apesar de forte aumento da taxa de inovação e redução de custos de sua indústria; e, por outro lado, a forma como o Brasil vem atuando, mantendo apreciada a taxa real de câmbio apesar de não conseguir fazer crescer a produtividade industrial.

(9) Ver, por exemplo, Squeff (2012) sobre produtividade e Oreiro e Feijó (2010) e Carcanholo (2010), sobre balança comercial.

(10) A respeito, ver, por exemplo, o excelente artigo de Perez (2010) sobre uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina, com base no uso de recursos naturais.

## **2.2 Segundo motor do desenvolvimento: uso de recursos naturais**

O Brasil tem abundância de recursos naturais – terra, água, sol, energia. Nesta era de forte expansão do consumo asiático isto pode, em princípio, implicar espetaculares ganhos na renda brasileira a médio e longo prazos para o país. O progresso técnico nos setores associados a novas fontes de energia elétrica, na extração de petróleo em águas profundas e muito profundas e na produção de etanol, os avanços que o Brasil tem conquistado no domínio da tecnologia agrícola na região dos cerrados e o imenso campo de inovação representado por sua extraordinária biodiversidade são apenas alguns exemplos do potencial de afirmação tecnológica brasileira no mundo em áreas de produção e inovação promissoras a longo prazo.

**Para que, todavia, isso ocorra, as atividades baseadas em recursos naturais não podem ser meros enclaves de onde saíam as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social**<sup>10,12</sup>

A propósito, vale observar que, enquanto na fase agroexportadora brasileira anterior aos anos 1930, a agricultura (café, açúcar, cacau etc.) gerava muito emprego e a expressão “enclave” prestava-se essencialmente à caracterização da atividade mineira de outros países, na agricultura moderna a geração direta de emprego é escassa. A atividade encontra-se profundamente mecanizada e, além disso, os modernos corredores de exportação tendem a orientar-se para exportar bens *in natura*, com escasso processamento industrial local.

Para que os ganhos potenciais gerados pela crescente demanda mundial pelas matérias-primas brasileiras sejam aproveitados, é necessário produzir no país parte considerável das máquinas, sementes e demais insumos agrícolas e que aqui se adicione valor em toda a cadeia alimentar. O raciocínio para os demais recursos naturais é semelhante: é necessário que aqui se produzam boa parte dos equipamentos e serviços de alta densidade tecnológica para petróleo e produção de etanol; que o mesmo seja feito para geração, transmissão e distribuição de energia

Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 741

elétrica, sendo a ciência, tecnologia e inovação correspondentes à biodiversidade do território brasileiro substancialmente produtos da inteligência nacional, e o turismo explorado de maneira adequada.

A agenda nacional relativa aos cuidados necessários a um bom uso dos recursos naturais vai bem além da questão da inovação e dos encadeamentos produtivos gerados a partir da produção primária. Há, pelo menos, outros três desafios a uma estratégia nacional de desenvolvimento derivados da abundância de recursos naturais.

Primeiro, há a ameaça de compra de terra e do acesso à energia e a metais pela China e outras potências mundiais. Se permitido, capitais oriundos das potências mundiais tentarão comprar todo o território nacional, do Oiapoque ao Chuí. A propósito, será interessante estudar a forma como os países desenvolvidos lidam com propriedade da terra e acesso à energia e demais recursos naturais estratégicos localizados nos respectivos territórios, de maneira a verificar a conveniência de replicar suas políticas no Brasil.

Segundo, a pressão que o aumento do uso de recursos naturais exerce sobre a natureza e a sustentabilidade ambiental precisa ser controlada. A complexa agenda de desenvolvimento sustentável tende a tornar-se ainda maior e de mais difícil administração, daqui para frente. O terceiro desafio é o da absorção pelo setor privado ou por interesses públicos menores dos ganhos originados pela valorização dos preços dos bens e serviços baseados em recursos naturais. A propósito, é de se esperar uma boa solução para o petróleo do “Pré-Sal” e de se lamentar que a Vale tenha sido privatizada sem um resguardo mínimo dos interesses nacionais. Na privatização, deveria ter-se pensado em mais do que simplesmente exportar ferro e gerar lucro para os acionistas da Vale. Valorizações espetaculares de recursos do subsolo deveriam ser prioritariamente empregadas para gerar dividendos à sociedade como educação e inovação. Sua simples absorção por meio de impostos – ao invés de por *royalties* – é socialmente insatisfatória.

### **2.3 Terceiro motor do desenvolvimento: investimentos em infraestrutura**

Os investimentos em infraestrutura são um motor do desenvolvimento, porque movimentam uma quantidade gigantesca de recursos e de emprego, e geram externalidades ao setor privado e à economia como um todo, razões pelas quais têm a responsabilidade de incentivar a expansão do investimento privado.

**Como, porém, nos dois outros casos, a potência desse motor depende das atividades que desencadeia em seu entorno.** Ricardo Bielschowsky

742 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

Há inovações e encadeamentos demandados pelo investimento em infraestrutura que implicam processos relativamente simples do ponto de vista tecnológico, como a "containerização" de cargas ferroviárias, o gerenciamento de dejetos químicos nos projetos de saneamento básico, novos materiais para residências da população pobre etc. Há outras que podem envolver atividades sofisticadas, como a produção de equipamentos para movimentação de terra, de sistemas eletrônicos de comando do trem bala e de metrô, de sistemas satelitais e equipamentos eletrônicos para monitorar transporte rodoviário e gado etc.

Há, por certo, dúvida sobre a expansão dos investimentos em infraestrutura no Brasil. A série histórica de investimento em infraestrutura mostra que os mesmos caíram consideravelmente a partir da primeira metade dos anos 1980. O único setor de infraestrutura a ter uma expansão considerável foi o de telecomunicações, ciclo que durou cerca de quatro anos.

Nesses últimos anos, porém, ainda que de forma um tanto lenta, os investimentos estão expandindo-se nas diferentes áreas da infraestrutura, inclusive nas quatro de maior peso, ou seja, transportes – interurbanos e urbanos – energia elétrica, habitação/saneamento e telecomunicações. Isso, somado aos vultosos investimentos da Petrobrás, apontam no sentido de uma firme expansão futura do investimento autônomo liderado pelo governo e suas empresas.

As dificuldades de confirmar e acelerar a expansão não são pequenas. Elas passam, como se sabe, por exigências legais sobre preservação ambiental, e por atrair capitais privados a empreendimentos de longo prazo de maturação, riscos e incertezas frequentemente elevadas, mas nem sempre com boas perspectivas de rentabilidade. Passam, também, por dificuldades em abrir maior espaço fiscal ao investimento público sem prejudicar as necessidades das políticas sociais. Há, no entanto, uma série de razões que também conduzem a algum otimismo.

Primeiro, o governo vem fortalecendo sua capacidade de planejamento e execução de obras, por meio dos planos de aceleração do crescimento (PAC).

Segundo, depois de um longo período de precarização dos serviços de consultoria e de engenharia no país, que ajudaram a travar a expansão dos investimentos no passado, parece estar havendo gradual recuperação nesses serviços.

Terceiro, não menos importante, tem sido restabelecida a capacidade de financiamento de investimento de longa maturação, públicos e privados: i) o aumento considerável da carga fiscal tem dado margem de manobra para abrir espaço para investimentos do setor público; ii) a expansão do capital do BNDES e o retorno à permissão para que financie obras de governos correspondem a uma renovação importante na mobilização de recursos; iii) o mercado de capitais tem sofisticação e dimensão suficientes para financiar investimento de longo prazo, seja

exclusivamente Estratégias de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 743

privados, seja por parcerias público-privadas; iv) no caso de construção residencial, tem sido ampliada a disponibilidade de recursos e condições de financiamento, inclusive para construção de natureza social, com o programa “ Minha Casa Minha Vida”.

O anterior significa que o país poderá dirigir-se a taxas de investimento viabilizadoras de um crescimento do PIB bem mais rápido do que se observa nos últimos anos – apenas 4% ao ano em média, entre 2004 e 2011 – e dar continuidade ao recente aumento na taxa de investimento<sup>11.13</sup>.

(11) Graças a uma taxa de expansão anual de 8,8% nesse mesmo período, o investimento subiu do patamar de cerca de 15 a 16% do PIB em que se manteve por muitos anos, para cerca de 19 % do PIB em 2010. Há, no entanto, necessidade de que se eleve mais 4 ou 5 pontos percentuais, sem o que o atual período expansivo dificilmente se transformará em um ciclo de desenvolvimento de longo prazo.

O estímulo ao desenvolvimento econômico derivado da realização dos investimentos em infraestrutura não se encerra, porém, com a mera provisão dos serviços que a infraestrutura presta. Potencialmente, ao menos, vai muito além, estendendo-se pela economia como um todo por meio dos efeitos de encadeamento e inovação transmitidos aos demais setores da economia.

### **3 Os dois “turbinadores”**

Conforme argumentado nas seções anteriores, cada um dos três motores do investimento pode ser potencializado por dois tipos de “turbinadores”.

Primeiro, pelo processo de inovação. Ele diz respeito a novos processos e produtos, seja na viabilização de novas atividades econômicas em cada frente de expansão, seja pela formação no país de encadeamentos produtivos em segmentos tecnologicamente nobres das três frentes de expansão. Segundo, por investimentos nos encadeamentos produtivos tradicionais, não dependentes de maiores inovações.

A formulação de um novo projeto de desenvolvimento brasileiro baseado em inovação e competitividade remonta aos anos 1980, quando foi pensado como candidato natural a dinamizador da economia ao término do processo de industrialização. Como, no entanto, anteriormente observado, na opinião de quem escreve este ensaio inovação não consegue, no caso brasileiro, cumprir a função de frente de expansão *per se*. O Brasil ainda não possui como motor do investimento a inovação em grande escala, que permanece um privilégio restrito, por enquanto, a alguns países desenvolvidos – e, ao que tudo indica crescentemente também à China, em especial, na produção em massa de bens industriais com custos decrescentes e preços acessíveis a países e consumidores de rendas relativamente baixas. Ricardo Bielschowsky  
744 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

Não significa, porém, ficar parado em matéria de inovação e investimentos em segmentos selecionados de alta intensidade tecnológica. Eles poderão ser responsáveis por turbinar as frentes de expansão que o país possui por três meios.

Primeiro, poderão reforçar a médio e longo prazos a estrutura produtiva já existente nas três frentes de expansão. Considerando-se a velocidade com que o progresso técnico evolui no mundo, tornando-se vital a quase todas as atividades econômicas, a inovação cumprirá a função de permitir a redução de custos e o aumento da competitividade internacional. Segundo, poderão dar lugar ao surgimento de novas atividades, como exemplo aquelas associadas à exploração do “Pré-sal” e ao uso sustentável da biodiversidade. Terceiro, permitirão aproveitar a contribuição potencial dos encadeamentos produtivos acionados pelos três motores nos segmentos tecnologicamente mais nobres, ampliando as cadeias produtivas nos segmentos em que o progresso técnico ocorre com maior velocidade.

Se o esforço científico e tecnológico brasileiro tiver, no futuro, a intensidade desejada, mais à frente a inovação poderá tornar-se um motor do desenvolvimento em si mesma e uma evidência de maturidade e autonomia para crescer da economia brasileira. Desde já, cabe um estudo sistemático quanto aos “nichos” de progresso técnico sobre os quais a política tecnológica do país deveria debruçar-se de maneira a orientar as apostas brasileiras. O modelo das três frentes de expansão pode ajudar o exercício.

Quanto ao restabelecimento de encadeamentos produtivos tradicionais, essa é uma questão a qual requer uma pesquisa baseada na matriz de insumo-produto, permitindo identificar os elos das cadeias produtivas tradicionais que se perderam ou se enfraqueceram e abrir uma reflexão sobre aquelas que ainda possuem ampla competitividade potencial<sup>12,14</sup> Uma pesquisa de tal natureza permitiria avaliar, por exemplo, como se comportou o encadeamento setorial das atividades industriais de maior conteúdo tecnológico ao longo do tempo *vis-à-vis* àquelas mais intensivas em recursos naturais, valendo-se de índices de ligações para frente e para trás. Esse tipo de diagnóstico seria em muito enriquecido se também levasse em consideração a evolução do emprego e investimento.

(12) As Matrizes de insumo-produto (MIPs) são um instrumental poderoso para se avaliar a estrutura produtiva do país, notadamente no que concerne aos encadeamentos produtivos entre as atividades econômicas. Embora as matrizes oficiais mais recentes sejam relativas aos anos de 2000 e 2005, Guilhoto e Sessa Filho (2005) desenvolveram metodologias de cálculo de MIPs anuais com base nas tabelas de recursos e usos calculadas pelo IBGE. Além disso, encontra-se em curso uma nova pesquisa, coordenada pelo Professor Fabio Freitas, no âmbito de um convênio entre o IE/UFRJ e o Ipea.

Trata-se de uma avaliação que, no contexto das atividades produtivas a compõem os três motores de desenvolvimento, permitiria uma reflexão sobre estratégias de desenvolvimento e dinamização da economia por meio de

Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual  
Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 745

fortalecimento da indústria e diversificação da atividade produtiva, com ênfase na questão das “fortalezas” e “debilidades” da estrutura produtiva (elos “fracos” e “elos fortes”). Significa permitir a identificação mais acurada da estratégia de desenvolvimento econômico aqui proposta<sup>13.15</sup>.

(13) O autor do presente ensaio está fazendo em conjunto com os economistas Antonio Candido Daguer Moreira, da FINEP e Gabriel Squeff, do IPEA, na perspectiva das três frentes de expansão, um estudo sobre os dois “turbinadores”, ou seja, as inovações e encadeamentos produtivos. Isso está sendo realizado no âmbito de um projeto do IPEA sobre estratégias de desenvolvimento em que também se insere este ensaio.

### **A modo de conclusão**

Este ensaio foi escrito com a pretensão de ajudar a organizar, conceitualmente, o debate brasileiro sobre desenvolvimento. O desenho de estratégia de desenvolvimento proposto está baseado nas ideias de existência de três frentes de expansão (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura) e de relevância de se acionar dois “turbinadores” desses motores do desenvolvimento (inovação tecnológica e encadeamentos produtivos tradicionais). Argumentou-se que a fórmula assenta-se em um padrão viável de expansão econômica a longo prazo – tal como, no passado, ocorreu com o processo de industrialização.

A tradição estruturalista cepalina de Raúl Prebisch e Celso Furtado faria, provavelmente, alguns questionamentos básicos a essa formulação. Perguntaria, por exemplo, o que o Estado está fazendo para planejar e garantir a operação satisfatória dos três motores do desenvolvimento.

Em sua atual fase neoestruturalista, estenderia a pergunta ao foco dos investimentos em segmentos produtivos de alta densidade tecnológica e em inovação nas empresas atuantes no país. Perguntaria, ainda, se a transformação ensejada pela dinâmica dos três motores conseguiria eliminar a profunda heterogeneidade estrutural ainda existente e em que prazos.

Provavelmente, recomendaria também que, no atual período de bonança em relação a reservas externas e preços de bens intensivos em recursos naturais, o país não cochile e busque uma autonomização externa mais definitiva fazendo isso por meio da diversificação produtiva e exportadora e da incorporação do progresso técnico na indústria e restante da estrutura produtiva nacional.

Por certo, lembraria ainda que há elementos críticos de qualquer processo de desenvolvimento ausentes do ensaio como educação, políticas sociais, integração regional e harmonia territorial, sustentabilidade ambiental e reformas institucionais.

Por fim, e não menos importante, provavelmente reconheceria também que a agenda nacional de desenvolvimento encontra-se renovada. Atentaria para o fato de que as oportunidades e desafios são gigantescos, tendo de saber enfrentá-los.

Ricardo Bielschowsky  
746 Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

## **Bibliografia**

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Investimento e reforma no Brasil nos anos 1990*, cap. 2. Brasília: Cepal-Ipea, 2002.
- \_\_\_\_\_, MUSSI, Carlos, C. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. In: BRASIL y Chile, una mirada hacia América Latina. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.
- BRASIL. MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: MPOG, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: MPOG, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Plano Plurianual 2012-2015*. Brasília: MPOG, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. *Programa de Aceleração do Crescimento, PAC*. Brasília: 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Programa de Desenvolvimento Produtivo, PDP*. Brasília: 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Brasil Maior*. Brasília: MDIC, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Política industrial, tecnológica e de comércio exterior, PITCE*. Brasília: 2003.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília: Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda (MF), 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil*. São Paulo: Nueva Sociedad, edição especial em português, 2010.
- CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico*. Ed. Garamond, 2010.
- CASTRO, A. B. *Consumo de massas e retomada do crescimento – sugestões para uma estratégia*. Banco do Brasil, 1989. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. In: SMITH, W. et al. (Org.). *Democracy, markets and structural reform in Latin America*. Transaction Publishers, 1993.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GIMENEZ, D. M.; CARDOSO, J. C. Planejamento e desenvolvimento: considerações à luz de documentos do governo brasileiro entre 2003 e 2010. Brasília: Ipea, jan. 2012. (Texto para Discussão, n. 1690). Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012. 747

- GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da matriz insumo-produto à partir de dados preliminares das contas nacionais. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 277-299, 2005.
- KALDOR, N. The role of increasing returns, technical progress and cumulative causation in the theory of international trade and economic growth in the United Kingdom. In: TARGETTI, F.; THIRLWALL, A. (Org.). *The essential Kaldor*. Inglaterra: Duckworth, 1989.
- KEYNES (1973). *Teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1982.
- MARTINS, L. *Pouvoir et development economique*. Paris: Anthropos, 1976.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2 (118), abr./jun. 2010.
- PARTIDO dos Trabalhadores. *Programa de Governo, Coligação Lula Presidente*. São Paulo: PT, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Programa de Governo, Coligação Lula Presidente*. São Paulo: PT, 2006.
- PEREZ, Carlota. Dinamismo tecnológico e inclusão social em América Latina: uma estratégia de desarrollo productivo basada em los recursos naturales. *Revista de la Cepal*, n. 100, abr. 2010.
- PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 1, 1976.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: DA SUBSTITUIÇÃO de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SICSU, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R et al. Novo desenvolvimenismo: um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social. Rio de Janeiro: Manolo, 2005.
- SQUEFF, G. *Desindustrialização, luzes e sombras no debate brasileiro*. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1747).
- WELLS, J. Distribuição de rendimentos, crescimento e a estrutura de demanda no Brasil na década de 60. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

## ANEXO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**HO 713 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**  
**1º SEMESTRE DE 2010**  
**PROFs.. CLAUDIO S. MACIEL e WILSON CANO**  
**PROGRAMA(\*)**

(\*) Os textos das bibliografias citadas em cada tópico são: i- os marcados **em negrito e grifados** são de leitura obrigatória, e os alunos devem entregar, em cada aula, **resenha** de uma página, à qual deverá ser anexada uma questão (dúvida, contestação, esclarecimento, etc.), como se dirigida ao autor; ii- os apenas grifados são de leitura obrigatória; iii- os demais, de leitura recomendada.

### **1- Introdução: apresentação do programa e algumas questões metodológicas**

- 1.1.A economia como ciência social: natureza e cultura. Sistema Econômico Nacional: economia, política e sociedade; setor público e privado. Dependência e Interdependência. Economia, Desigualdade, Política e Poder.
- 1.2.História econômica: estrutura, dinâmica, processo e periodização
- 1.3.Crescimento e transformação estrutural; desenvolvimento e subdesenvolvimento.
- 1.4.Industrialização e desenvolvimento.
- 1.5.Capitalismo: previsão e incerteza; risco e especulação
- 1.6.Alguns indicadores econômicos e sociais: comparações internacionais históricas.

**Bibliografia:** Furtado (2008, cap. I, 1-4), Teixeira (cap. I); notas de aula.

### **2- O Capitalismo Originário (Séc. XV - 1820)**

- 2.1.Formações Pré-capitalistas
- 2.2. Crise do Feudalismo e Transição
- 2.3. Capitalismo Originário e 1ª Revolução Industrial.

**Bibliografia:** Braudel (VI, Cap.8); **Dob** (Cap. II); Engels (1964); **Hobsbawn** (1978 Cap. 1 a 5); **Hobson** (Cap.I); Landes (Cap. 2 e 3); **Marx** (1984 A e **1984 B - Cap.XXIV; vol. I**); Polanyi (Cap. 3 a 10).

### **3- Expansão e Transformação do Capitalismo Originário (1820-1913)**

#### **3.1. os países “centrais”**

Passagem da 1ª para a 2ª Rev. Industrial

Grande empresa: tamanho e escala; concorrência

C&T; Estado e Finança

Imperialismo e Colonização; o Capitalismo Tardio

**Bibliografia:** Cano (1996); **Hobsbawn** (1977 Cap. 1- 2 e **1978 Cap. 6 a 10**); **Hobson** (Cap.V e VI); Landes (Cap. 4 a 6); **Marx** (1984 - Cap. XXIII; 1 e 2; vol. I); Oliveira (2002, Cap.2 e 5); **Polanyi** (Cap. 3 a 10).

#### **3.2. principais processos: Alemanha, Itália, EUA e Japão (Seminários)**

**Bibliografia:** Oliveira (2002, Cap.5) / Maddison (1997); Moore Jr. (1975). Textos específicos: **EUA:** Fohlen (1980, segunda parte), Teixeira (1999) / **ALEMANHA:** Braga; Kemp (cap. IV, pp. 101-139); Borchardt (1987, pp. 78-164); / **ITÁLIA:** Cafagna, (1987, pp. 289-339); Kemp (Cap. 6 p 179-198) / **JAPÃO:** Chesneau (1980); Hall (1986 cap. 14-16), Torres (1999).

#### **4. Capitalismo Moderno nos países “centrais” (1913-1973)**

4.1.A 1ª Guerra Mundial e a década de 1920

4.2.Sistema Industrial dos EUA

4.3.A “Crise de 29” e as Políticas Anti-cíclicas; a II Guerra Mundial

4.4.Pós-Guerra: os *Golden Years*: Maturação e Esgotamento do Padrão de Crescimento. O “milagre” do Japão.

**Bibliografia:** Bleaney (1985, cap. 1 e 2); Coutinho (...2ª Guerra...), Fajnzylber (Cap. I); Fano; Galbraith; Hobson (Cap. 10); Kindleberger (1985); Landes (Cap. 6 e 7); Maddison (1988 e 1997); Mazzuchelli (2009), Teixeira (Cap. II, 1983); Torres Fº (1983).

#### **5- Primeira etapa da inserção periférica na expansão do Capitalismo (1820-1913)**

5.1.Novo sentido da Colonização:

5.2.Capitalismo e a Nova Inserção Periférica: *o primário exportador*

5.3.Dinâmica e Estrutura; Potencial Transformador - o Subdesenvolvimento

5.4.Distribuição de Renda e Sociedade

**Bibliografia:** Cardoso de Mello (Intr. e Cap. I); Furtado (1978 Cap.I a V, VII e IX); Novais (Cap. II); Sunkel y Paz (II Parte)

#### **6- Capitalismo moderno e periferia (1913-1973)**

6.1.Primário Exportador e Diversificação da Economia

6.2.Crise de 29” e as Diferentes “Propostas” dos Países Subdesenvolvidos

6.3.Substituição de Importações e Industrialização Restringida

6.4.Avanço da Industrialização (em alguns países); Modernização Agrícola e Urbanização

6.5.Progresso e Crise Social: a Heterogeneidade Estrutural

**Bibliografia:** Cano (2000 Cap. 1 e 2002); Cardoso de Mello ( Intr. e Cap. I; I-1); Fajnzylber (Cap.III); Furtado (1978 Cap 10 a 15); Maddison (1988); Maddison (1997); Pinto (1979);

Rodriguez (1986 Cap. IX); Tavares (1998, Cap. III; 1 e 2).

#### **7- Algumas visões teóricas do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento.**

7.1.Clássicos; Neoclássicos; Marx, Schumpeter e Keynes.

7.2.As visões de Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Michal Kaleck

7.3.A CEPAL e a problemática do subdesenvolvimento: o *Estudio* de 1949 e a contribuição de Raul Prebisch; a visão de Celso Furtado.

7.4.Estagnacionismo, teoria da dependência e críticas. A crítica à “razão dualista”.

7.5.Algumas considerações sobre os modelos de crescimento keynesianos e neoclássicos

**Bibliografia:**); Agarwala e Singh; Bielschowsky (2000) e **Bielschowsky** (2007); Cardoso e Faletto (1973); Furtado (1966); Burgeño e Rodrigues (2001); Furtado (1984); **Furtado** (1974 Cap. I, II e IV) e (2000 Cap.8 e 13 a 22); Hirschman,(1958); **Kalecki**,1977); **Marx (Cap. XIII-XV; vol.a III)**); **Myrdal**, (1969); Ocampo y Parra; **Oliveira** (2003); Prebisch (1949); **Rodriguez** (1986 Cap. I e IX);Rodrigues (2009); **Schumpeter (1982 Cap. 2) e (1984, Cap XII e anexo A marcha para o socialismo)**); Sunkel y Paz (1970, III parte);**Tavares e Serra** (1972).

#### **8- Neoliberalismo, Globalização e Reestruturação nos países “centrais” (1973-2002)**

8.1.Crise Financeira Internacional e Debilitamento dos Estados Nacionais. A financeirização da riqueza.

8.2.Neoliberalismo e 3a. Rev. Industrial: “Todos Contra o Estado”

8.3.A retomada da hegemonia americana

8.4.A Reestruturação Econômica na Tríade; “Globalização”

8.5. “Stop and Go” e Agravamento do Desemprego.

8.6. Reestruturação asiática.

**Bibliografia:** **Belluzzo** (1999); **Belluzzo e Tavares** (1980); Braga (1993); Coriat (2002); Coutinho (1992); Fajnzylber (Cap. IV); Fiori (1999 Introdução); Medeiros (1998); **Tavares** (1997), Tavares e Melin (1997).

#### **9- Neoliberalismo, Globalização e Reestruturação na “periferia” (1973-2002)**

9.1.Endividamento (70’s) e sua Crise (80’s): a crise do Estado

9.2.Neoliberalismo e Agravamento da Crise

9.3.Ajustes Macroeconômicos , Estabilização e Abertura

9.4.Reversão do Setor Externo e Baixo Crescimento: consumismo, desemprego e crise social

**Bibliografia:** Cano (1995 - Cap. 1 e 6); **Cano** (2000 Cap 1)\* ; **Cepal** (2006 Cap. II); Fajnzylber (Cap. II e III); UNCTAD (2003)

\* já resenhado no item 6

#### **10- O período recente (2002...)**

**10.1. uma nova geopolítica (EUA, China e Rússia).**

**10.2. expansão e crise dos EUA.**

**10.3. expansão da “China e o “efeito China”.**

**10.4. América Latina e Brasil.**

**Bibliografia:** AKB (2008); Belluzzo (2002); **Cano** (2009); Cepal (2008 e 2009); **Fiori** (2008); **Medeiros** (2005 e 2008); Monteiro Neto (2005); Serrano (2008); Singh (1993);

#### **11- Visões e críticas recentes da problemática do Desenvolvimento.**

11.1.A problemática do desenvolvimento revista: o neo-estruturalismo da CEPAL. Novas reflexões de Furtado.

11.2. *Novas teorias* do desenvolvimento: crescimento endógeno e institucionalismo. Progresso Técnico e competitividade.

11.3. Desenvolvimento econômico e meio ambiente. **(seminário)**

11.4. Industrialização e desindustrialização.

11.5. Crítica e alternativas ao modelo neoliberal. O caso do Brasil.

#### **Bibliografia:**

**11.1.** Albuquerque (2007); Bielschowsky (2007); **Furtado** (1992 e 1994); **Gudynas (2009)**; Hounie et al; **Rodriguez e outros** (1995); Rodrigues (2009);

11.2. Bardhan (1996); **Orero** (1999); Porcile et al 2006); **Medeiros** (2001 A); Mujica (1991); **Serrano e Cezarotto**; Tayllor;

**11.3.** Alier (1987); Gligo (1987);

11.4. **IEDI (2005)**; UNCTAD (2003);

11.5. Belluzzo(2002); **Cano**(2000 Cap 1)\* e Cano(2007 );Cardoso Jr (2009); Fiori (2007 A); Magalhães (2009);**Oliveira (2003)**;**Sicsú e Castelar (2009)**; Sicsú e Miranda (2009); Vidal y Guillén (2007).

**\*já resenhado no item 6**

#### **BIBLIOGRAFIA**

Agarwala, A.N. e Singh, S.P. (orgs.), A Economia do Usubdesenvolvimento. Fprens, RJ, 1969.

Albuquerque, E.M., Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção de um sistema de inovação e de bem-estar social. **in**: Saboia e Carvalho (2007)

Alier, J.M., *Economia y ecologia: cuestiones fundamentales*. **In** Pensamiento Iberoamericano n.12. ICI/CEPAL, Madrid, jul-dic. 1987.

AKB-Associação Keynesiana Brasileira. Dossiê da Crise (vários autores). In: www.ppge.ufrgs.br/akb. 2008.

Bardhan, P. Teoria del Desarrollo: tendencias y desafios.. **in** Pensamiento Iberoamericano n. 29; Madrid; 1-6/1996.

Belluzzo, L.G.M. *Finança global e ciclos de expansão*. **In** Fiori (Org., 1999).

\_\_\_\_\_. Brasil, um desenvolvimento difícil... In: Castro (2002 v.2)

Belluzzo, L.G.M. e Tvaes, M.C. Capital Financeiro e Empresa multinacional – o surgimento do capital financeiro. Revista Temas de Ciências Humanas, v.9, 1980. Republicado em: Belluzzo, L.G.M. Antecedentes da Tormenta, UNESP-Facamp 2009.

Bielschowsky, R.(Org.), *Cinqüenta anos de Pensamento na Cepal*. Ed. Record/Cofecon/Cepal; Rio de Janeiro, 2000, 2v.

\_\_\_\_\_. As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **In** Saboia, J. e Carvalho, F.J.C.(Orgs) 2007

Bleaney, M. The Rise and Fall of Keynesian Economics - Na investigation of its contribution to capitalist development. London, MACMILLAN, 1985.

- Borchardt, K., *La revolución industrial en Alemania 1700-1914*, in Cipolla, C. The Fontana Economic History of Europe. Barcelona, Ed. Ariel, v. 4, 1987.
- Braudel, F., *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. Martins Fontes, SP, 1995, 3V.
- Braga, J.C.S., A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade, Unicamp/IE, Campinas, n. 21, 1993*.
- \_\_\_\_\_. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: Fiori (1999).
- Burgeño, O e Rodrigues, O. *Desenvolvimento e Cultura*. In Rego e Pereira (2001).
- Cano, W., Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional. Editora da UNICAMP, Campinas, 4a. ed., 1995.
- , *Notas sobre o Imperialismo Hoje*, in Crítica Marxista. Brasiliense, SP, V.1 nº 3, 1996
- , Soberania e Política Econômica na América Latina. Unesp/Unicamp-Economia, São Paulo/Campinas, 2000.
- , Crise de 1929, Soberania na Política Econômica e Industrialização 2002. In: Cano, W. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil, ED. Unicamp, 2002.
- , *Agenda para um nuevo Proyecto Nacional de Desarrollo*. In Vidal y Guillén R. (2007).
- , América Latina: notas sobre a crise atual. Rev. Economia e Sociedade, v.18, n.3, (37), 12/2009.
- Cafagna, L., *La revolución industrial en Italia*, in Cipolla, C. The Fontana Economic History of Europe. Barcelona, Ed. Ariel, v. 4, 1987.
- Cardoso Jr., J.C.(Org) Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho e Orientação do IPEA. IPEA, Brasília, 2009.
- Cardoso de Mello, J.M., O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- Cardoso, F.H. e Faletto, E. Dependência e Desenvolvimento Econômico. Zahar, RJ, 1973, 2ª ed.
- Castro, A.C., BNDES. Desenvolvimento em Debate. Novos rumos de desenvolvimento o mundo. BNDES, Rio de Janeiro, 2002, 3v.
- Cepal. Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe. Cepal, Santiago, (relatórios anuais).
- Chesneau, J., A Ásia nos séculos XIX e XX. SP, Ed. Pioneira, 1980.
- Cipolla, C., The Fontana economic History of Europe. Barcelona, Ed. Ariel, v. 4, 1987.
- Coriat, B. O novo regime global de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações “Norte/Sul”. In: Castro (2002 v. 1)
- Coutinho, L., *A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica*, in Revista Economia e Sociedade, nº 1. Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, ago/92.
- , Das Políticas de Recuperação à 2ª Guerra Mundial. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo.
- , Os Anos Vinte na Europa. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo. Dob. M. A Evolução do Capitalismo. Zahar, RJ, 1971, 2ª ed.
- Engels, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Vitória, R.J. 1964
- Fajnzylber, F., *La Industrialización Trunca de America Latina*. Nueva Imagen, México, 1983.
- Fano, E., *Crisi e Ripresa Economica nel Bilancio del New Deal*, in Teló M. (Coord.) Crisi e Pia no Alternative Degli anni trenta. Bari - Itália - DeDonato Edit. Movimento Operario nº 58, 1979.
- Fiori, J.L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Vozes, Petrópolis, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia e África do Sul*. Revista OIKOS, Rio de Janeiro, n. 8, 2007 A.(www.revistaoikos.org).
- \_\_\_\_\_. O Poder Global. Boitempo, São Paulo, 2007 B
- \_\_\_\_\_. *O sistema interestatal capitalista no início do século XXI*. In Fiori, Medeiros e Serrano (2008)
- Fiori, J.L., Medeiros, C. e Serrano, F. O Mito do Colápsio do Poder Americano. Record, RJ. 2008
- Fohlen, C., América anglo-saxônica de 1815 à atualidade. SP, Ed. Pioneira, 1980.

- Furtado, C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- \_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
- \_\_\_\_\_. A Economia Latino- Americana. C.Ed.Nacional, São Paulo, 1978, 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. Cultura e Desenvolvimento. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Subdesenvolvimento Revisitado*, in Revista Economia e Sociedade, nº 1. Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, ago/92.
- \_\_\_\_\_. *A Superação do Subdesenvolvimento*, in Revista Economia e Sociedade, nº 3. Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, dez/94.
- \_\_\_\_\_. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Paz e Terra, SP, 10ª ed., 2000
- \_\_\_\_\_. Economia do Desenvolvimento. Arquivos Celso Furtado n.2. Centro Internacional C. Furtado. RJ, 2008
- Galbraith, J.K., O Colapso da Bolsa - 1929. SP, Pioneira, 5ª ed., 1988.
- Gentil, D.L. e Messenberg, R.P. Crescimento Econômico: Potencial e investimento. IPEA, Brasília, 2009.
- Giglo, N., Política, sustentabilidad ambiental y evaluación patrimonial.. *In* Pensamiento Iberoamericano n.12. ICI/CEPAL, Madrid, jul-dic. 1987.
- Gudynas, E. Inserción internacional y desarrollo latinoamericano en tiempos de crisis global: una crítica a la CEPAL. In: [www.globalizacion.org/observatorio/](http://www.globalizacion.org/observatorio/) (12/2009).
- Hall, J.W., *El imperio japonés*, Historia Universal. Siglo XXI, 1986.
- Hirschman, A.O., The Strategy of Economic Development, Yale University Press, New Haven, 1958.
- Hobsbawn, E., A Era do Capital (1848-1875). Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- \_\_\_\_\_. Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. RJ, Forense, 1978.

- Hobson, J.A., A Evolução do Capitalismo Moderno. Ed. Abril, SP, 1993.
- Hounie, A et al. *La Cepal y las nuevas teorías del crecimiento*. Ver. CEPAL, n. 68, Cepal, Santiago, ago.1999.
- IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?*. IEDI, São Paulo, 11/2005 (www.IEDI.org.br)
- Kalecki, M. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Hucitec, 1977.
- Kemp, T., A revolução industrial na Europa do século XIX. Lisboa, Edições 70, 1987.
- Kindleberger, C. La Crisis Económica 1929-1939. Ed. Critica, Barcelona, 1985.
- Landes, D., Prometeu Desacorrentado. RJ, Nova Fronteira, 1994.
- Maddison, A., Dos crisis en América y Asia: 1928-1938 y 1973-1983. Mexico; Fondo de Cultura Económico, 1988.
- , *The Nature and Functioning of European Capitalism: A Historical and Comparative Perspective*. BNL Quarterly Review n. 203, December 1997.
- Magalhães, J.P.A. O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano. Contexto, Rio de Janeiro, 2009.
- Marx, K, Formaciones Económicas Precapitalistas. (com Introdução de E. Hobsbawn). Ed. Critica, Barcelona, 1984 (A), 2ª ed.
- , O Capital. SP, Ed. Abril, 1984 (B), V.1.
- Mazzuchelli, F. Os anos de chumbo. UNESP-Facamp 2009.
- Medeiros, C.A. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coréia. Revista Economia e Sociedade n. 11, Unicamp/Instituto de Economia, dez/1998.
- , *Instituições, estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico*. Rev. de Economia Contemporânea, v1, n1, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, jan-jun/2001 A
- A Economia Política da Crise e da mudança estrutural na Ásia. Revista Economia e Sociedade nos. 17, Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, dez/2001 B.
- , *A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática*. UFRJ-IE, mimeo, 5-2005
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China*. In Fiori, Medeiros e Serrano (2008)
- Monteiro Neto, A. Moneiro Neto. *Dilemas do Desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização)*. IPEA, Texto para Discussão n.1126, Rio de Janeiro, 10-2005
- Moore Jr., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Cosmos/Martins Fontes, Santos, 1975.
- Mujica, P. *Nuevos enfoques en la teoría del crecimiento económico: una evaluación*. CEPAL, Doc. de trabajo n. 2, Santiago, ago. 1991.

- Myrdal, G., *Economic Theory and Underdevelopment Countries*, trad. Port. Ed. Saga, Rio de Janeiro, ( 1ª edição 1957) 1969.
- Novais, F., *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*. Hucitec, SP, 1985.
- Ocampo, J. A. y Parra, M. A., *Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX. CEPAL, Revista de la Cepal n. 79, 4-2003, Santiago*.
- Oliveira, C. Alonso B. de, *Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Unesp/Unicamp, SP/Campinas, 2002.
- Oliveira, F. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003.
- Orero, J.L. *Progreso Tecnológico, crecimiento e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita. Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento*. Economia e Sociedade n. 12, Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 6/1999.
- Pinto, A., *Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente*. **In** Sera, J. (Coord.) América Latina: ensaios de interpretação econômica. Paz e Terra, RJ. 1979, 2ª ed.
- Polanyi, K. *A Grande Transformação*. Campus, RJ. 1980.
- Pinto, A., *Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente*. **In** Sera, J. (Coord.) América Latina: ensaios de interpretação econômica. Paz e Terra, RJ. 1979, 2ª ed.
- Porcile, G.; Esteves, L.A. e Scatolin, F.D. *Tecnologia e Desenvolvimento*. In: Pelaez, V. e Szmrecsányi. Economia da Inovação Tecnológica. Hucitec São Paulo, 2006
- Prebisch, R. *O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais*. **In**: Bielschowsky (2000), v. 1.
- Rego, M. e Pereira, L.C.B. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. Editora 34, São Paulo, 2001.
- Rodriguez, O., *La Teoria del Subdesarrollo de la CEPAL. Siglo XXI*, México, 5ª ed., 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Estruturalismo Latino-americano*. Cepal-Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.
- Rodriguez, O. e outros. *CEPAL: velhas e novas idéias*. Ver. Economia e Sociedade n. 5, Instit. Economia, Unicamp, dez. 1995. Furtado e o século XXI: Editora Manole; SP, 2007.
- Saul, S.B. *The myth of the Great Depression*. MacMillan, 2ª ed., Londres, 1985
- Singh, A. *The Plan, The Market and Evolutionary Economic Reform in China*. UNCTAD, Discussion Papers n. 76, NY, 1993.
- Schumpeter, J.A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Abril Cultural, \_\_\_\_\_ . *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Zahar, Rio de Janeiro, 1984.
- Serrano, F. *A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000*. In Fiori, Medeiros e Serrano (2008)
- Serrano, F. e Cesarotto, S. *A s leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana*. 1997, In: [HTTP://franklinserrano.files.wordpress.com/2008/03](http://franklinserrano.files.wordpress.com/2008/03)
- Sicsú, J. e Castelar, A. (Orgs) Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. IPEA, Brasília 2009.**

- Sicsú, J. e Miranda, P. (Orgs). Crescimento Econômico: estratégias e Instituições. IPEA, Brasília, 2009.
- Sunkel, O e Paz, P., El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo. Ed. Siglo XXI, 1973.
- Tavares, M.C., *A retomada da hegemonia americana*. In Tavares e Fiori (Org. 1997).
- , *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1998, 3ªed.
- Tavares, M.C e Serra, J. *Além da Estagnação*. In: Tavares, M.C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.
- Tavares, M. C. e Melin, L.E. *Pós escrito 1997: A reafirmação da hegemonia americana*. In Tavares e Fiori (Org. 1997).
- Tavares, M.C. e Fiori, J.L (Org.) *Poder e Dinheiro :uma economia política da globalização*. Vozes, Petrópolis, 1997, 2ª ed.
- Taylor, L. *Crecimiento Económico, Intervención del Estado renda Teoría del desarrollo*. In Pensamiento Iberoamericano n.29, ICI/CEPAL, Madrid, 1-6/1996.
- Teixeira, A., *O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra*. RJ, IEI/UFRJ, Texto para Discussão, nº 25, 1983.
- *Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia*. In: Fiori (1999).
- Torres Fº, E.T., *O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós guerra (1945-1973)*. UERJ/IEI, Dissertação de Mestrado (Texto para Discussão n. 37), 11/1983.
- La  
----- *Japão: da industrialização tardia à globalização financeira*. In: Fiori (1999).
- UNCTAD – *La acumulación de capital, el y Guillén económico y el cambio estructural*. UNCTAD-ONU, N.Y. 2003 (www.unicc./unctad).
- Vidal,, G. y Guillén R.,A. *Repensar la Teoría del Desarrollo em um contexto de globalización*. Clacso-UNAM-Red Celso Furtado, México, 2007.